



Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça

# RELATÓRIO *de* GESTÃO

## 2019





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO**

Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos  
**Presidente**

Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa  
**Vice - Presidente**

Desembargador Marcelo Carvalho Silva  
**Corregedor - Geral da Justiça**

RELATÓRIO  
*de* GESTÃO  
**2019**



Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça



## DESEMBARGADORES

<i>Desembargador</i>	Antonio Fernando Bayma Araujo
<i>Desembargador</i>	Jorge Rachid Mubárack Maluf
<i>Desembargador</i>	Jamil de Miranda Gedeon Neto
<i>Desembargadora</i>	Cleonice Silva Freire
<i>Desembargador</i>	Antonio Pacheco Guerreiro Júnior
<i>Desembargador</i>	Cleones Carvalho Cunha
<i>Desembargadora</i>	Nelma Celeste Sousa Silva Sarney Costa
<i>Desembargadora</i>	Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz
<i>Desembargador</i>	José Joaquim Figueiredo dos Anjos
<i>Desembargador</i>	Marcelo Carvalho Silva
<i>Desembargadora</i>	Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
<i>Desembargador</i>	Paulo Sérgio Velten Pereira
<i>Desembargador</i>	Lourival de Jesus Serejo Sousa
<i>Desembargador</i>	Jaime Ferreira de Araujo
<i>Desembargador</i>	Raimundo Nonato Magalhães Melo
<i>Desembargador</i>	José Bernardo Silva Rodrigues
<i>Desembargador</i>	José de Ribamar Froz Sobrinho
<i>Desembargador</i>	José Luiz Oliveira de Almeida
<i>Desembargador</i>	Vicente de Paula Gomes de Castro
<i>Desembargador</i>	Kleber Costa Carvalho
<i>Desembargador</i>	Raimundo José Barros de Sousa
<i>Desembargador</i>	Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe
<i>Desembargador</i>	Marcelino Chaves Everton
<i>Desembargadora</i>	Angela Maria Moraes Salazar
<i>Desembargador</i>	João Santana Sousa
<i>Desembargador</i>	José de Ribamar Castro
<i>Desembargador</i>	Tyrone José Silva
<i>Desembargador</i>	Luiz Gonzaga Almeida Filho
<i>Desembargador</i>	José Jorge Figueiredo dos Anjos
<i>Desembargador</i>	Josemar Lopes Santos



## **APRESENTAÇÃO**

O presente relatório tem por finalidade a prestação de contas sobre a atuação administrativa do Egrégio Poder Judiciário do Maranhão, durante o ano de 2019.

Conseguimos desenvolver nossas atividades em conformidade com as metas estipuladas, dentro da sistemática racional que norteia a Administração Pública, apesar dos escassos recursos financeiros.

Em cumprimento às normas e princípios constitucionais e legais, desenvolvemos nosso trabalho com imensa responsabilidade na inquietante vontade de fazer o melhor, cumprindo as diretrizes traçadas no nosso Plano Estratégico.

Foi um ano marcado por grandes desafios, mobilizando a Família Judiciária Maranhense a prestar serviços institucionais de qualidade, com a marca da ética profissional.

Não obstante os cenários adversos, o Egrégio Tribunal de Justiça do Maranhão, em 2019, continuou sua marcha de avanços, pautado na transparência, austeridade e eficiência administrativa, alcançando resultados que evidenciam o fortalecimento da Instituição.

Em uma demonstração de humildade e respeito aos desembargadores, juízes e servidores, registro o meu profundo agradecimento pelo compromisso, esforço, dedicação e contribuição de todos para o cumprimento das metas e os objetivos estabelecidos.

**JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS**

*Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão*



## **DIRETORIAS E ORGÃOS**

DIRETORIA Geral	10
DIRETORIA Administrativa	13
DIRETORIA Controle interno	40
DIRETORIA Ouvidoria	45
DIRETORIA Segurança Institucional	48
DIRETORIA Recursos Humanos	54
DIRETORIA de Informática	71
NÚCLEO de Gestão Socioambiental	77
FERJ Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Judiciário	79
CEMULHER Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar	88
UMF Unidade de monitoramento carcerário	97
BIBLIOTECA	99
DIRETORIA Engenharia	104
DIRETORIA Financeira	117
NUPEMEC Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos	163



# DIRETORIA

## *Geral*

No ano de 2019 o Gabinete do Diretor Geral recebeu cerca de 20.000 (vinte mil) processos e gerou até a presente data o quantitativo de 14.044 (quatorze mil e quarenta e quatro) documentos gerados, dentre eles: decisões, despachos, agendas, resenhas, atos, editais, resoluções, portarias, ofícios e memorandos.

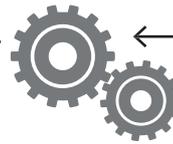
Buscando dar maior celeridade na tramitação dos processos, a maioria dos despachos de mero expediente são feitos no campo observação do Digidoc, não gerando documento, e, por consequência, não tendo como ser mensurada a quantidade dos documentos gerados.

O Diretor-Geral, no referido período, participou de inúmeras reuniões com a Presidência, Desembargadores, Diretores e Coordenadores dos diversos setores, bem como, integrou várias Comissões, procurando buscar uma solução mais rápida e eficaz para os problemas atinentes ao Poder Judiciário.

#### 2019 EM PROCESSO

**20 mil**

PROCESSOS



**14.044 mil**

DOCUMENTOS



DIRETORIA  
*Administrativa*

A Diretoria Administrativa é constituída pelas seguintes Coordenadorias e Divisões: Coordenadoria de Material e Patrimônio, que possui as Divisões de Administração de Materiais e de Administração Patrimonial; Coordenadoria de Apoio Administrativo, que possui as Divisões de Protocolo Administrativo, Divisão de Serviços Gerais e Divisão de Transportes; e Coordenadoria de Licitações e Contratos, que possui a Divisão de Contratos e Convênios.

## COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Essa Coordenadoria foi criada através da Resolução-GP-102015, publicada em 04/03/2015, e desempenha, entre outras atividades, as seguintes:

- Suporte aos setores quanto à elaboração de termos de referências, a fim de torná-los eficientes e diminuir o tempo de tramitação processual até a contratação.

- Alimentação do Sistema de Controle Orçamentário - SCO com Atas de Registro de Preços, Contratos e Convênios, com o intuito de gerenciar as compras deste Tribunal, e também disponibilização desses dados através do Portal da Transparência.

- Cadastro de contratos e processos de licitação nos Sistemas SACOP-TCE (sistema de cadastro de processos de compras públicas).

- Implantação dos sistemas, LICITATUM, (Sistema de gerenciamento de todo o Certame na fase externa, inclusive confecção da Ata de Sessão para as modalidades Concorrência e Pregão Presencial) e CONTRACTUS (Sistema de Gestão de Contratos, onde todos os nossos Contratos, Aditivos, Convênio e demais Termos Administrativos, são gerados e gerenciados), além de emitir relatórios em diversos níveis e avisar o fiscal do contrato prazo para abertura de novos processos licitatórios ou Aditivos, isso tudo com objetivo de dar transparência ao uso dos recursos públicos.

- Destaca-se ainda, a participação da 1ª compra compartilhada no Estado do Maranhão, realizada através da ECOLIGA, onde fazemos parte com TRE, TRT,

TCE, MP, UFMA, UEMA e Justiça Federal.

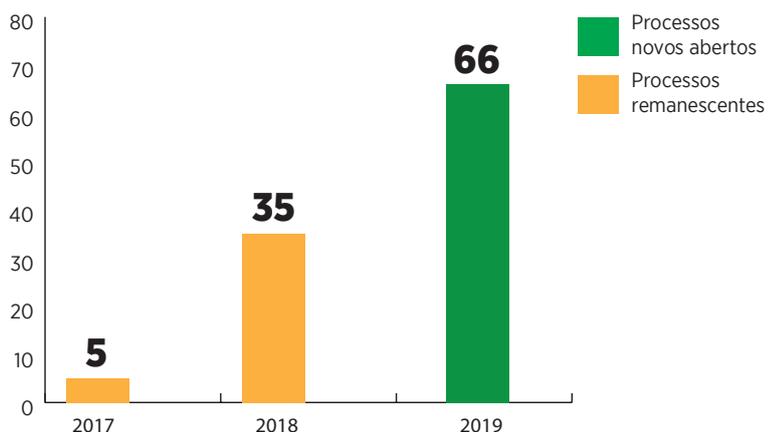
- Vale ressaltar também, a parceria com a ESMAM para implantação do programa de capacitação contínua e anual na área de compras públicas envolvendo as temáticas: Fiscalização e Gestão de Contratos, Termo de Referência e Contratação Direta (Dispensa/Inexigibilidade).

- Importante frisar a implantação do dispositivo legal (Resolução GP nº 21/2018) a cerca da Fiscalização e Gestão dos Contratos no âmbito do TJMA, bem como os procedimentos de penalidades das empresas perante os contratos administrativos.

- Além da elaboração de Atas de Registro de Preços, Contratos, Convênios e Termos Aditivos, bem como suas publicações no Diário da Justiça Eletrônico – DJE.

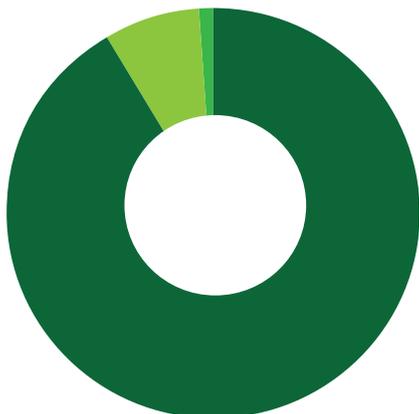
A Coordenadoria atualmente é composta por 13 (treze) servidores dentre eles 06 (seis) locados na Divisão de Contratos e Convênios e 7 (sete) envolvidos com as Licitações Públicas. No nosso quadro existem 04 (quatro) pregoeiros que atuam nos processos de Pregão Eletrônico, Pregão Presencial e Concorrência, tendo como resultado durante a gestão os seguintes dados abaixo.

## PROCESSOS LICITATÓRIOS TRAMITARAM NO SETOR, SENDO



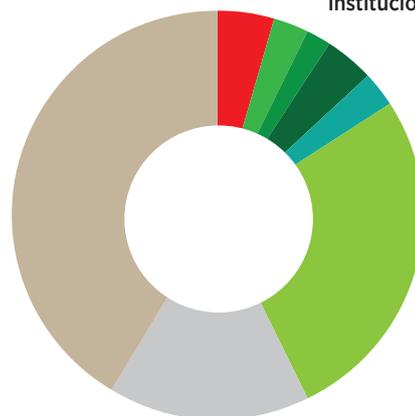
### PROCESSOS LICITATÓRIOS POR MODALIDADES

Pregão Eletrônico    Concorrências    Pregão Presencial



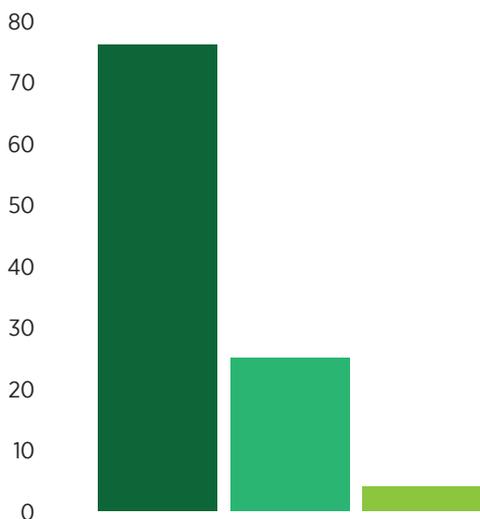
### QUANTO AO SETOR DEMANDANTE

Presidência    Laboratório DNA  
Esmam    Diretoria de Segurança Institucional



### QUANTO AO TIPO DE OBJETO

Processos de Aquisição    Reforma  
Processos de Contratação



### QUANTO A ECONOMICIDADE NAS LICITAÇÕES HOMOLOGADAS

**R\$ 164.844.697,58**

Valor Estimado

**R\$ 117.401.217,71**

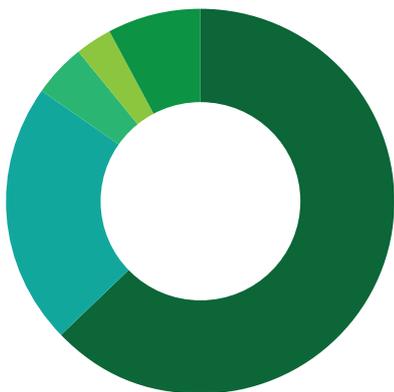
Valor Homologado

**28%** (R\$ 41.443.479,87)

Economia de aproximadamente



## ANÁLISE GERAL DE CUMPRIMENTO DA META



## DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL

A Divisão de Administração de Material é a responsável por efetuar o gerenciamento de estoques e logística dos materiais de consumo desta Egrégia Corte, responsabilizando-se pela previsão de consumo e de prazos de atendimento das requisições de itens geradas por todas as unidades jurisdicionais e administrativas espalhadas nas 109 comarcas do Estado do Maranhão.

Concomitantemente, atua no registro da movimentação e de saldos, valorização dos estoques e pelo cronograma de compras, bem como pela operação do Sistema de Gerenciamento de Materiais, o EMAT, elaborando e mantendo catálogos de materiais e de especificação, efetuando identificação, codificação, cadastramento e catalogação de itens de consumo.

Compete ainda ao setor, acompanhar e fiscalizar os contratos de fornecimento de material e notas de empenho, visando evitar qualquer descumprimento

contratual ou o desabastecimento do almoxarifado.

### CORPO FUNCIONAL

A Divisão de Administração de Material é composta por 11 (onze) servidores concursados, sendo 02 (dois) Analistas Judiciários – Administradores, 04 (quatro) Técnicos Judiciários e 05 (cinco) Auxiliares Judiciários, dispostos nas seguintes áreas:

#### SECRETARIA

Alberto Bruno Cunha Duarte – Chefe da Divisão de Administração de Material – Técnico Judiciário;

Andrea Oliveira dos Anjos – Analista Judiciário – Administrador;

Maurílio Barbosa Ribeiro – Analista Judiciário – Administrador.

#### SUPERVISÃO

Kellyanna Dias Tabosa – SupervisorA da Divisão de Administração de Material – Auxiliar Judiciário;

Halex Silva Miranda – Técnico Judiciário;

José de Ribamar Ribeiro Rodrigues – Auxiliar Judiciário

#### ATENDIMENTO/DISTRIBUIÇÃO

##### E OPERAÇÃO DO SISTEMA EMAT:

Ivo da Cruz Desidério – Auxiliar Judiciário;

Clemilton Ferreira Sousa – Auxiliar Judiciário;

Rogério Carlos Freitas Guterres – Auxiliar Judiciário

Monida Ramos Timotéo – Técnico Judiciário;

Antônio Cláudio Frazão Teixeira – Técnico Judiciário.

O setor conta ainda com o apoio de 13 (treze) funcionários terceirizados da empresa Gestor, sendo responsáveis pelo carregamento e distribuição de volumes, além de serem responsáveis pela limpeza do setor e dos galpões administrados por esta Divisão.

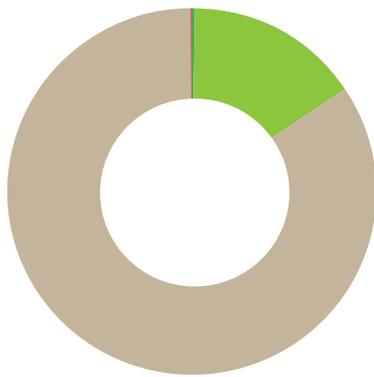
### Atendimento de Requisições

Durante o período de 01 de janeiro até 29 de outubro de 2019 foram atendidas 5.653 requisições, com uma redução de, aproximadamente, 5% em relação ao ano anterior. O quantitativo representou uma média de aproximadamente 26 pedidos atendidos por dia útil, com um percentual médio de 86% dos itens por requisição fornecidos por requisição, sendo um acréscimo de desempenho de 2% comparado ao mesmo período de 2018.

Conforme gráfico abaixo, 84,19% das requisições foram atendidas em até um dia, demonstrando a agilidade do setor no tratamento dos pedidos:

### RELATÓRIO DE EFICIÊNCIA DE ATENDIMENTO POR DATA

De 01/01 a 29/10/2019



#### Redução do Consumo de Papel A4

A implantação do sistema PJE, aliada ao processo de conscientização e racionalização da distribuição de papel A4, fomentou na redução expressiva do consumo do referido item. Comparando-se o mesmo intervalo dos anos anteriores, encontrou-se uma redução de, aproximadamente, 21%, com a quantidade de resmas atendidas diminuindo de 63.731 em 2016, para 50.285, em 2019, representando em reais, em valores atualizados, o valor de R\$ 200.345,40 de redução.

#### Economia com as Rotas Inteligentes

Até 29 de outubro do corrente ano, foram realizadas 26 rotas inteligentes de entrega de material de consumo, totalizando 12.417 volumes entregues.

Verificou-se que a economia líquida acumulada com as rotas inteligentes neste intervalo foi de pelo menos R\$ 513.559,58, confirmando a viabilidade da

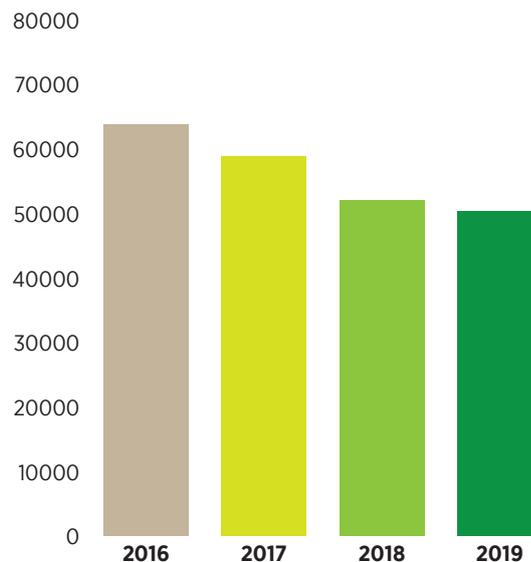
manutenção da atividade.

Foram mantidas as 77 comarcas atendidas em veículo próprio, incluindo-se as 4 presentes na Grande São Luís (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa).

No ano de 2020 pretende-se atender todas as comarcas do Maranhão através das rotas inteligentes, eliminando a utilização do serviço dos Correios para o transporte de material de consumo - exceto para demandas emergenciais - ampliando, assim, a economia na logística dos itens de consumo e proporcionando um melhor serviço às 114 comarcas do interior do estado.

#### CONSUMO DE PAPEL DE 2016 A 2019

Período de medição: 01 de janeiro a 26 de novembro de cada ano



### ECONOMIA COM AS ROTAS ATÉ 26/11/2019

	QUANTIDADE DE CAIXAS DE PAPEL A4	VALOR PADRÃO DOS CORREIOS POR CAIXA DE PAPEL	VALOR ECONOMIZADO COM OS CORREIOS
VOLUMES (VIAGENS EXCLUSIVAS DA DAM)	2144	R\$117,63	R\$252.198,72
TOTAL DE VOLUMES	2144		R\$252.198,72
	QUANTIDADE DE CAIXAS COMUNS	VALOR ESTIMADO DOS CORREIOS POR VOLUME	VALOR ECONOMIZADO COM OS CORREIOS
VOLUMES (VIAGENS EXCLUSIVAS DA DAM)	10273	R\$42,04	R\$431.876,92
TOTAL DE VOLUMES	10273		R\$431.876,92
	VALOR MÉDIO POR VIAGEM	QUANTIDADE DE VIAGENS	VALOR ECONOMIZADO COM OS CORREIOS
COMBUSTÍVEL	R\$2.000,00	26	R\$52.000,00
MANUTENÇÃO	R\$2.000,00		R\$52.000,00
DIÁRIAS - MOTORISTA	R\$1.058,31		R\$27.516,06
DIÁRIAS - TERCEIRIZADOS	R\$1.500,00		R\$39.000,00
TOTAL DOS CUSTOS	R\$6.558,31		R\$170.516,06
<b>ECONOMIA COM OS CORREIOS EM TODAS AS VIAGENS</b>			<b>R\$684.075,64</b>
<b>ECONOMIA LÍQUIDA COM TODAS AS VIAGENS</b>			<b>R\$513.559,58</b>

#### Normatização das Atividades do Setor

Em 22/03/2019, a PORTARIA-GP-482019, atualizando as rotinas de solicitação de material de consumo, bem como da distribuição dos referidos itens. O sobredito documento, que teve redação elaborada pela Divisão de Administração de Material - sob a supervisão da Coordenadoria de Material e Patrimônio e Diretoria Administrativa - estabeleceu dias específicos para requisição de materiais de consumo, com a limitação do número de requisições mensais e distribuição programada, buscando otimizar os esforços e alcançar uma maior economia nos custos com logística.

Com a finalidade de diminuir as requisições efetuadas fora dos prazos estabelecidos, elaborou-se a CIRCULAR-GDG-62019, que disciplinou as hipóteses em que podem ser realizados os pedidos de materiais de consumo em caráter excepcional, ou seja, fora da programação da PORTARIA-GP-482019.

Visando, também, estimular uma maior responsabilidade socioambiental, a Divisão de Administração de Material elaborou o projeto de resolução do Selo Verde, visando estimular a racionalização do consumo e a redução da emissão de resíduos sólidos no meio ambiente. O projeto e a minuta de resolução,

elaborados por este setor, culminaram com a RESOL-GP – 632019, referendada pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão no dia 16/10/2019 e terá sua aplicação já no exercício de 2020.

Ainda no intuito de formalizar as atividades do setor, bem como esclarecer aos usuários dos serviços da Divisão de Administração de Material melhores informações sobre os procedimentos de gestão dos itens distribuídos, foi elaborada uma Cartilha que versa sobre as diferenças entre os materiais de consumo e os materiais permanentes e que instrui como deve ser realizada a devolução e a baixa de materiais de consumo, evitando devoluções erradas ou realizadas de forma inapropriada.

### **IMPLANTAÇÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL PARA AS COMARCAS DO INTERIOR**

Apesar de já existir no ano de 2017 o fornecimento de água mineral para as comarcas que tinham almoxarifado satélite, havia uma carência das demais comarcas quanto ao recebimento do item, o que prejudicava o desempenho e a saúde dos servidores, pois a ingestão diária de água é indispensável ao ser humano.

Em razão do não fornecimento, várias comarcas utilizavam-se do cartão corporativo ou de recursos próprios dos servidores para suprir esta necessidade, em situação totalmente oposta ao que ocorre na capital. Diante da situação, realizou-se estudo para viabilizar o fornecimento, em razão de nunca ter sido realizada tal atividade neste Tribunal de Justiça. Com a finalização do processo nº 24335/2018, que tem a finalidade de suprir a deficiência do fornecimento de água mineral para as comarcas do interior do estado, iniciou-se no último dia 05/11/2018 a distribuição, culminando em mais um avanço e expansão dos materiais oferecidos por esta Divisão.

#### **Estrutura Física**

O setor conta 07 (sete) galpões para armazenamento de material, contudo, apenas um apresenta condições regulares de uso, com estrutura de prateleiras para acondicionamento dos materiais e climatização, além de comportar os todos os servidores e terceirizados lotados na Divisão.

Os demais galpões apresentam estrutura física precária, com problemas estruturais como falta de revestimento, incidência de goteiras, calor excessivo, piso irregular, portões avariados, ausência de iluminação e a presença de pragas (principalmente cupins).

Apesar da implantação do sistema de monitoramento, o mesmo ainda não contempla toda a necessidade do setor. Há pontos que permanecem sem monitoramento, principalmente a área de carga e descarga de veículos no galpão de água mineral e os corredores das estantes do galpão climatizado.

O monitoramento é extremamente necessário, em razão de existir no setor uma grande movimentação diária de materiais, bem como um montante expressivo de mercadorias armazenadas, que exigem ferramentas mais seguras de controle e acompanhamento das atividades desempenhadas e da movimentação de pessoas nas dependências internas e externas.

Tal ação visa inibir a existência de possíveis sinistros, evitar condutas incompatíveis com o ambiente de trabalho e possibilitar a revisão do que foi feito durante o expediente, para dirimir dúvidas quanto as entradas e saídas de materiais.

### **DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL**

#### **Atividades Desenvolvidas**

A principal atividade da Divisão de Administração Patrimonial (DAP) é a aquisição, distribuição e controle de bens permanentes.

Baseado neste conjunto de atribuições, foram estabelecidas três metas pela Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização a esta Divisão. A Meta 1 trata-se de garantir a entrega de 90% dos pedidos de itens prioritários de material permanente requisitados no período de apuração. A Meta 2 trata-se do atendimento de 95% das solicitações de material permanente das unidades do interior no prazo de 30 (trinta) dias úteis. E, a Meta 3, refere-se ao atendimento de 95% das solicitações de material permanente das unidades da ilha de São Luís no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

#### **Atendimento das Requisições**

As requisições são realizadas via sistema EMAT. A

primeira etapa consiste no recebimento do pedido, na análise da viabilidade de atendimento e na edição do Termo de Transferência e Responsabilidade (TTR). Cada TTR recebe um número de controle. Outrossim, as informações contidas no TTR são utilizadas para efeito de consolidação do pedido realizado e da apuração das metas supramencionadas.

Após o tratamento das requisições, passa-se para a etapa de identificação e separação do material, isto é, o item solicitado é devidamente identificado, observando-se alguns caracteres principais que o individualizam (tombo, série, dimensões, capacidade...) e que represente com fidelidade as informações contidas no TTR.

O total de atendimentos do biênio foi de 2.238 (dois mil duzentos e trinta e oito). Sendo 1292 (mil duzentos e noventa e dois) atendimentos realizados em 2018 e 946 (novecentos e quarenta e seis) realizados de janeiro a novembro deste ano.

Foram programadas 36 (trinta e seis) viagens com transporte próprio para entregas no interior do Estado, conforme cronograma enviado através da CIRC-DAP-12018 e CIRC-DAP-12019, das quais 34 (trinta e quatro) já foram realizadas, sem intercorrências. Sendo que, 18 (dezoito) foram realizadas em 2018 e 17 (dezessete) de janeiro a novembro deste ano.

Por outro lado, foram realizadas 1073 (mil e setenta e três) entregas pelos Correios. Sendo 757 (setecentos e cinquenta e sete) em 2018 e 330 (trezentos e trinta) de janeiro a novembro deste ano.

Em relação as metas estabelecidas pela Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização, seguem os resultados:

• **Meta 01** - Garantir a entrega de 90% dos pedidos de itens prioritários de material permanente requisitados no período de apuração.

**RELATÓRIOS DE ITENS PRIORITÁRIOS**  
De 01/01/1918 a 30/10/2019

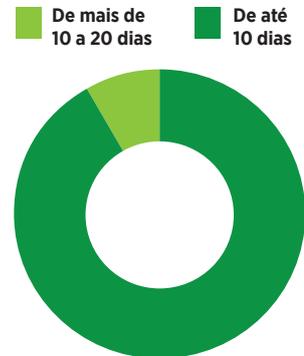


Verifica-se no gráfico acima que esta Divisão tem cumprido com sucesso a presente meta. Sendo que, nesta gestão, foi realizado o atendimento de 97% dos itens denominados prioritários que são: ar condicionado de 9.000btus, ar condicionado de 12.000btus, ar condicionado de 18.000btus, armário alto em mdf, bebedouro de garrafão, cadeira secretária, carrinho para transporte de processos, mesa retangular em mdf de 1,20, refrigerador e telefone sem fio.

• **Meta 02** - Atendimento de 95% das solicitações de material permanente das unidades do interior no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

**RELATÓRIOS DE EFICIÊNCIA DE ATENDIMENTO POR DATA**

Período de 01/01/2019 a 30/10/2019



Como pode ser observado no gráfico acima, esta Divisão superou a meta estabelecida na gestão do Presidente Des. José Joaquim, haja vista que todos os atendimentos das Comarcas foram realizados em menos de 20 (vinte) dias úteis.

• **Meta 03** - Atendimento de 95% das solicitações de material permanente das unidades da ilha de São Luís no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

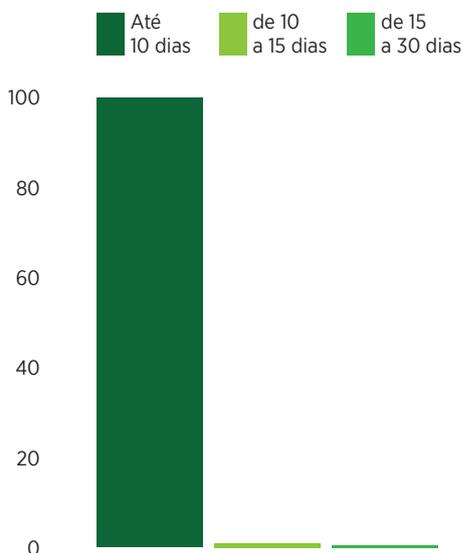
Verifica-se no gráfico acima, que esta Divisão também tem cumprido com êxito esta meta. De janeiro de 2018 a outubro de 2019 já foram realizados 99,86% dos atendimentos das unidades da ilha de São Luís em até 10 (dez) dias úteis.

**Aquisição de Material Permanente**

Nesta gestão foram elencadas as prioridades de atendimento, tais como: reformas e inaugurações de comarcas e unidades administrativas; pedidos pendentes de atendimento; requalificação e reaparelhamento das unidades, sobretudo aquelas com quadro

## RELATÓRIOS DE EFICIÊNCIA DE ATENDIMENTO POR DATA

Período de 01/01/2018 a 30/10/2019



de obsolescência de material ou insuficiente para atender a demanda normal dos serviços prestados.

Esta gestão possui mais de 15 (quinze) Atas de Registro de Preço de materiais permanentes vigentes com saldos para suprir as demandas supramencionadas, bem como dispõe de novos processos licitatórios em trâmite objetivando adquirir novos bens, tais como, cafeterias, bebedouros, estantes, quadros, TVs, entre outros. (Processos 38488/2019, 41057/2019, 40923/2019, 41175/2019).

### Inventário de Bens Móveis

Na atual gestão, esta Divisão deu continuidade ao levantamento patrimonial de bens móveis iniciado em 2017 e finalizou em dezembro de 2018, sendo este o Primeiro inventário geral de bens móveis devidamente alimentado no EMAT – Sistema de Gestão e Controle Patrimonial. Esta forma de Inventário tem como principal objetivo dar uma maior qualidade e confiabilidade no processo de atendimento, tendo em vista que é possível vislumbrar a real necessidade de bens de cada unidade. Além do inventário, a oportunidade tem se revelado extremamente útil para pres-

tar maiores orientações aos responsáveis pela guarda dos bens patrimoniais deste egrégio Tribunal.

### Cadastro de Bens Patrimoniais Imóveis

Como é cediço, esta Divisão promoveu, e vem promovendo, melhorias no cadastro de bens patrimoniais imóveis deste Tribunal de Justiça solicitando de todas as unidades administrativas e judiciais o envio de toda documentação relativa ao imóvel onde se encontra instalado o fórum da comarca ou a unidade judicial, tais como: lei municipal de doação, escritura pública, registros e certidões da serventia extrajudicial.

Dando continuidade a esse trabalho, à vista dos 111 (cento e onze) processos distribuídos no ano de 2018, relativos a bens imóveis das Comarcas do interior do Estado e 11 (onze) processos relativos a bens imóveis da Capital, até a presente data, tem-se que 58 (cinquenta e oito) imóveis estão com sua documentação regularizadas, isto é, foram efetivamente incorporados ao patrimônio do TJMA, sendo que desses, 08 (oito) foram regularizados no biênio 2018-2019.

Por fim, no que pertine a bens imóveis, cabe informar que os demais processos estão todos devidamente diligenciados aos setores e/ou órgãos competentes a fim de se buscar a regularização dos imóveis restantes.

### Atualizações da Instrução Normativa n.º 01/2010

- PORTARIA-GP-82019 – Dispõe sobre a distribuição de materiais permanentes no âmbito do Tribunal de Justiça e Comarca da Ilha de São Luís.

Com o apoio do Presidente Des. José Joaquim, conseguimos estabelecer através desta portaria um cronograma de atendimento para as unidades administrativas e judiciais da Capital e Ilha de São Luís. E, conseqüentemente, reduzir as despesas na distribuição de materiais permanentes.

- PORTARIA-GP-302019 – Dispõe sobre a baixa e alienação, na modalidade doação patrimonial de bens móveis reaproveitáveis no âmbito do Poder Judiciário.

Através desta portaria foram estabelecidas as normas e procedimentos sobre a baixa e a alienação de bens patrimoniais reaproveitáveis, bem como foram definidas as competências, responsabilidades e atri-

buições das unidades administrativas e agentes públicos envolvidos nos referidos procedimentos.

- PORTARIA-GP-92019 – Dispõe sobre a gestão patrimonial de bens imóveis no âmbito do Poder Judiciário.

Através desta portaria foi implantado um novo modelo de gestão patrimonial de bens imóveis. Estes bens estão sendo submetidos a um regime de cadastro e controle eficiente, em estrita consonância com os preceitos constitucionais e legais. Vale ressaltar que, após a elaboração desta Portaria, foi criado um módulo de gestão de bens imóveis no próprio EMAT, permiti-

tindo que sejam realizadas consultas, de maneira mais célere, ao andamento do processo de regularização de cada imóvel.

#### Doação de Bens Reaproveitáveis

Na gestão do Presidente Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos foram realizadas 109 (cento e nove) doações de bens reaproveitáveis a instituições ou entidades sem fins lucrativos.

Segue abaixo a relação com as instituições beneficiadas, bem como os números dos processos no Digi-doc que originaram tais doações.

#### COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO

A Coordenadoria de Apoio Administrativo tem como papel principal coordenar, supervisionar e acompanhar as atividades relacionadas às funções de apoio nas áreas de protocolo administrativo, serviços gerais e transportes, assim como estabelecer e viabilizar normas operacionais nas áreas sob sua responsabilidade, além da movimentação diária de documentos de expediente e processos administrativos oriundos das diversas unidades administrativas e jurisdicionais do Poder Judiciário Estadual.

Tais objetivos destinam-se a cumprir a contento as funções de suporte aos demais setores organizacionais, no que concerne à gestão de informações, por meio da distribuição de correspondências; às soluções de logística, através da disponibilização de veículos automotores para execução de tarefas externas e diligências; e ao que se refere à prestação de serviços de refrigeração, carreto, de limpeza, entre outros.

Cada Divisão subordinada a Coordenadoria possui seu Chefe de Divisão, o qual tem autonomia nos processos de decisões referentes aos serviços que lhe competem, entretanto, busca-se sempre a utilização do feedback entre esta Coordenação e suas Divisões, como forma de acompanhar o andamento das atividades.

Além de orientar os setores subordinados, em observância aos objetivos institucionais, esta Coordenadoria exerce, ainda, funções operacionais que objetivam o atendimento de toda a demanda, as quais serão

#### TOTAL DE BENS DOADOS

COMPUTADORES	577
ESTANTES	62
IMPRESSORAS	45
LONGARINAS	39
GELADEIRAS	16
MESAS	146
CADEIRAS	238
ARMÁRIOS	91
BEBEDOUROS	67
AR CONDICIONADOS	57
FRIGOBARES	13
FOGÕES	16
VENTILADORES	26
APARELHOS DE FAX	12
QUADROS BRANCOS	13
GAVETEIROS	11
FLANELÓGRAFOS	8
NOBREAK	3
SOFÁS	17
CADEIRA DE RODAS	1
ESTABILIZADORES	3
BALCÃO	1
TV	1
PÚLPITO	3
MICROONDAS	1
CARRINHO DE TRANSPORTE	10
SCANNER	2
<b>TOTAL :</b>	<b>1.479</b>

demonstradas no decorrer deste relatório.

Os dados apresentados a seguir possibilitarão uma análise acerca dos avanços conquistados neste período, assim como as dificuldades existentes para uma melhor e mais célere prestação de um serviço aos usuários. Dentre os documentos gerenciais utilizados por esta Coordenadoria de Apoio Administrativo para garantir o controle e o aperfeiçoamento dos processos administrativos estão os seguintes:

- Elaboração de Termo de Referência: Constitui-

-se no conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar e descrever bens e serviços a serem adquiridos ou contratados através de procedimento licitatório, favorecendo a segurança do certame.

- Ordem de Serviço: Instrumento de controle e efetivação dos serviços de refrigeração, carroto e de limpeza, solicitados pelas unidades administrativas e jurisdicionais localizadas na capital, São José de Ribamar/MA, Paço do Lumiar/MA, Raposa/MA e outras Comarcas que necessitem de serviços.

#### RELATÓRIO DE TERMOS DE REFERÊNCIAS ELABORADOS

OBJETO	PROCESSO	DATA
CONTRATAÇÃO - MANUTENÇÃO DE ELEVADORES DO TJ E CGJ	85942018	09/02/2018
AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PEÇAS PARA O ELEVADOR SOCIAL QUE DÁ ACESSO AO GABINETE DA PRESIDÊNCIA	156622018	15/06/18
LICITAÇÃO- CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO	141402018	16/06/2018
AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA JARDINAGEM	522222018	31/10/2018

#### RELATÓRIO DE TERMOS DE REFERÊNCIAS ELABORADOS

OBJETO	PROCESSO	DATA
CONTRATAÇÃO - MANUTENÇÃO DE ELEVADORES DO TJ E CGJ	85942018	09/02/2018
AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PEÇAS PARA O ELEVADOR SOCIAL QUE DÁ ACESSO AO GABINETE DA PRESIDÊNCIA	156622018	15/06/18
LICITAÇÃO- CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO	141402018	16/06/2018
AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA JARDINAGEM	522222018	31/10/2018

### RELATÓRIO DE CONTRATOS FISCALIZADOS

CTPS	Processo	Aditivo	Início	Fim	Descrição	Empresa
047/2018	60662019	1º	04/05/19	04/05/20	CT - Manutenção de elevadores	Thyssenkrupp Elevadores SA
019/2018	167752016	1º	13/03/19	13/03/20	CT - Prestação de serviços comuns e continuados	Gestor Serviços Empresariais
28/2019	313212017		29/03/19	29/03/20	Manutenção de ar condicionado	W. B RIPARDO
150/2018	141402018		06/11/2018	06/11/2019	CONTRATO PRINCIPAL - Dedetização, descupinização e desratização	JOSEMIRIA MIRANDA SILVA SANTANA-EPP
1512018			06/11/18	06/11/19	CONTRATO PRINCIPAL - Dedetização, descupinização e desratização - LOTE IV, V, VI e VII	ALESSANDRO SIQUEIRA SANTOS -ME
1492018			23/10/18	23/10/20	CONTRATO PRINCIPAL - Dedetização, descupinização e desratização - LOTE I	V COSTA VIEIRA e CIA LTDA
183/2017	366972018	1º	15/12/18	15/12/19	CT 0183/2017 - Fornecimento de água através de carro pipa	RR MARÁGUA LTDA
92019	522222018		30/04/2019	30/04/20	CT -Aquisição de Insumos de jardinagem	O C R DE GODOY -ME -FRUTAFLOR

### RELATÓRIO DE REQUISIÇÃO/PROCESSOS SOLICITADOS E PENDENTES

PROCESSO	Nº CTPS	OBJETO
56432018	61/15	RENOVAÇÃO CONTRATUAL DO CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADOS
92062018	10/12, 68/12 E 52/15	DISTRATO DOS CONTRATOS 10/ 12, 68/12 E 52/15
12018/2018	10/12	REACTUAÇÃO CT 10/2012 - 2018 - GESTOR SERVIÇOS
12017/2018	68/12	REACTUAÇÃO CT 68/2012 - 2018 - GESTOR SERVIÇOS
12021/2018	52/15	REACTUAÇÃO CT 52/2015 - 2018- GESTOR SERVIÇOS
12239/2018		ENCAMINHA RELATÓRIO À ENGENHARIA-REFORMA DE QUADRO DE FORÇA DOS ELEVADORES
366972018	183/2017	RENOVAÇÃO CONTRATUAL Nº. 183/2017, CUJO OBJETO É FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL ATRAVÉS DE CAMINHÃO-PIPA
411792018	19/18	REACTUAÇÃO - RETROATIVIDADE DOS EFEITOS FINANCEIROS EM 13.03.18 - CT 19/18- GESTOR SERVIÇOS
331422019	1832019	RENOVAÇÃO CONTRATUAL Nº. 183/2017 -FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL ATRAVÉS DE CAMINHÃO-PIPA
22932019	19/2018	REACTUAÇÃO CONTRATUAL COM DATA-BASE 1º DE JANEIRO DE 2019.

### RELATÓRIO DE REQUISIÇÃO/PROCESSO RECEBIDOS

TIPO / ASSUNTO	QUANT.	FONTE
Manutenção de elevador	11	Digidoc
Manutenção de ar condicionado	295	Digidoc
Dedetização, desratização ou descupinização	90	Digidoc
Solicitação carro pipa	4	Digidoc
Solicitação de serviços gerais (limpeza carregamento)	78	Digidoc

Ressalta-se que além das solicitações via DIGIDOC, a maioria das demandas neste Tribunal são realizadas por via telefone e emails.

### RELATÓRIO DE DOCUMENTOS EXPEDIDOS

TIPO / SIGRA	QUANT.	FONTE
Memorandos e outros documentos expedidos	160	Digidoc
Fotocópias (Xerox)	168.581,00	Arquivo físico

### RELAÇÃO DE NOTAS ATESTADAS E PAGAS - TODOS OS CONTRATOS

EMPRESA	Nº DA NOTA FISCAL	PROCESSO DE PAGAMENTO
EMPRESA ALESSANDRO DE SIQUEIRA SANTOS-ME	596-SIGEF 2019CE0000155	101212019
	675-SIGEF 2019CE0000970	

EMPRESA	Nº DA NOTA FISCAL	PROCESSO DE PAGAMENTO
EMPRESA RR MARAGUAS	088-SIGEF Nº 2019CE001561	588382017
	0100-SIGEF Nº 2019CE001561	

EMPRESA	Nº DA NOTA FISCAL	PROCESSO DE PAGAMENTO
EMPRESA V COSTA VIEIRA e CIA LTDA	820-SIGEF Nº 2019CE000406	138632019
	833-SIGEF Nº 2019CE001184	

EMPRESA	Nº DA NOTA FISCAL	PROCESSO DE PAGAMENTO
EMPRESA JOSEMIRIA MIRANDA SILVA SATANA-ME	599-SIGEF Nº 2019CE000223	109042019
	787-SIGEF Nº 2019CE001155	

EMPRESA	Nº DA NOTA FISCAL	PROCESSO DE PAGAMENTO
THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A	18865 - SIGEF Nº 2019CE001463; 18864 - SIGEF Nº 2019CE001465; NF 18866 (2019CE001466) E NF 18894 (2019CE001469)	85942018

**EMPRESA W. B. RIPARDO & CIA LTDA**

Nº DA NOTA FISCAL	MÊS	PROC. DE PAGAMENTO
596 - SIGEF 2019CE0000011	JAN/19	109042019
597 - SIGEF 2019CE000254	FEV/19	
598 - SIGEF 2019CE000514	MAR/19	
602 - SIGEF 2019CE000695	ABRIL/19	
608 - SIGEF 2019CE000904	MAIO/19	
612 - SIGEF 2019CE001123	JUN/19	
617 - SIGEF 2019CE001280	JUL/19	
621 - SIGEF 2019CE001526	AGO/19	
623 - SIGEF 2019CE001666	SET/19	

**EMPRESA GESTOR SERVIÇOS**

Nº DA NOTA FISCAL	MÊS	PROC. DE PAGAMENTO
97902 a 97955, 95957 a 97959 -SIGEF 2019CE0000013 e 2019CE0000014	JAN/19	162602018
98689 A 98740- SIGEF Nº 2019CE000220, NF 98742 A 98743- SIGEF Nº 2019CE000221 E NF 98745 A 98747- SIGEF Nº 2019CE000222-	FEV/19	
99681 A 99738- SIGEF Nº 2019CE000512	MAR/19	
100609 A 100666- SIGEF Nº 2019CE000662	ABRIL/19	
101519-101523, 101526-101531 E 101533-101580- SIGEF Nº 2019CE000871, 872 E 873	MAIO/19	
102279 A 102284 (SIGEF Nº 2019CE001042/); 102287 A 102328 (SIGEF Nº 2019CE001044), 102330 A 102333 (2019CE001046), 102336 A 102338 (2019CE001047), 102340 (2019CE001048), 102342 (2019CE001049), 102578 (2019CE001050)E 102580 - SIGEF Nº 2019CE001051	JUN/19	

03477 A 103531 - SIGEF N° 2019CE001251, 105334 A 103536 -SIGEF N° 2019CE04901,	JUL/19	
104454 A 104509 -SIGEF N° 2019CE001410; NF 104511(SIGEF N° 2019CE001411), NF 104522(2019CE001412)	AGO/19	
105445 a 105502 -SIGEF N° 2019CE16659	SET/19	

**RELAÇÃO DE VALORES PAGOS DE ACORDO COM NOTAS FISCAIS (EMPRESA GESTOR)**

<b>JAN/19</b>			<b>JUL/19</b>		
CTPS 19/2018	QUANT	VALOR (R\$)	CTPS 19/2018	QUANT	VALOR (R\$)
<b>TOTAL</b>	<b>540</b>	<b>1.373.066,96</b>	<b>TOTAL</b>	<b>550</b>	<b>1.399.612,99</b>
<b>FEV/19</b>			<b>AGO/19</b>		
CTPS 19/2018	QUANT	VALOR (R\$)	CTPS 19/2018	QUANT	VALOR (R\$)
<b>TOTAL</b>	<b>543</b>	<b>1.388.144,38</b>	<b>TOTAL</b>	<b>551</b>	<b>1.397.136,76</b>
<b>MAR/19</b>			<b>SET/19</b>		
CTPS 19/2018	QUANT	VALOR (R\$)	CTPS 19/2018	QUANT	VALOR (R\$)
<b>TOTAL</b>	<b>546</b>	<b>1.389.518,70</b>	<b>TOTAL</b>	<b>547</b>	<b>1.398.871,68</b>
<b>ABR/19</b>			<b>OUT/19</b>		
CTPS 19/2018	QUANT	VALOR (R\$)	CTPS 19/2018	QUANT	VALOR (R\$)
<b>TOTAL</b>	<b>550</b>	<b>1.397.657,91</b>	<b>TOTAL</b>	<b>550</b>	<b>1.397.801,00</b>
<b>MAI/19</b>					
CTPS 19/2018	QUANT	VALOR (R\$)			
<b>TOTAL</b>	<b>549</b>	<b>1.403.731,96</b>			
<b>JUN/19</b>					
CTPS 19/2018	QUANT	VALOR (R\$)			
<b>TOTAL</b>	<b>548</b>	<b>1.397.930,85</b>			

## DO QUANTITATIVO DE FUNCIONÁRIOS TERCEIRIZADOS CONFORME OS CONTRATOS

Atualmente há 550 (quinhentos e cinquenta) terceirizados contratados distribuídos nas unidades do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

### Ações realizadas

Este ano foi realizado no primeiro semestre a 2ª e 3ª etapas de dedetização nas unidades judiciárias e administrativas do Poder Judiciário, localizadas na Grande Ilha e Comarcas do Interior, conforme cronograma anexo:

CARGOS	CONTRATO 19/2018
Auxiliar de Serviços Gerais	480
Ascensorista	35
Encarregado	15
Copeiro	24
Técnico de som	8
Jardineiro	5
Carregador	12
Empacotador	5
Operador de maquina	15
<b>TOTAL POR CONTRATO</b>	<b>599</b>

## CRONOGRAMA -3ª ETAPA DE DEDETIZAÇÃO - EMPRESA ENTECH - LOTE 1

DATA		LOCAL	ENDEREÇO
01/out	terça	ESMAM	Rua Buzios, s/nº, Calhau, São Luís - MA
		2ª VEP	Av. Jerônimo de Albuquerque, 2121, Conj. Habitacional, Vinhais (Curva do Noventa)
11/out	sexta	COORD. DA MULHER e INFÂNCIA E Coord. da Juventude	Rua do Egito - Centro, 167
		1º Juizado Especial Cível	Rua do Egito - Centro, 139.
		Unidade de Monitoramento -	Rua do Egito - Centro, 351, antiga AMA- antigo Cine Rox
		ANEXO VII - Centro Administrativo/ Diretoria de Segurança e outros	Rua do Egito - Centro- antiga Assembléia Legislativa
		2º Centro de conciliação	Rua do Egito - Centro, 196
14/out		6º Juizado Especial Cível	Avenida Getúlio Vargas 1986/2001, Monte Castelo, São Luís - MA (nova sede)
		13º Juizado Cível	BR 135, KM 06, Bairro Tibiri, São Luís/MA.
17/out	quinta	11 Juizado Cível -Anil	Avenida Casemiro Júnior, nº. 260 - Anil.
		2º JUIZADO CRIMINAL	
18/out	sexta	12º Juizado Cível	AV. Tales Neto, Nº 436 a, João de Deus, São Luís/MA.
		Fórum de São José de Ribamar	Avenida Gonçalves Dias, s/nº. - Centro.
		Fórum de Paço do Lumiar	Avenida 15, s/nº. - Maiobão.

19/out	sábado	CRECHE	Rua dos Afogados, nº 681, Centro, São Luís/MA
		CASA DA CRIANÇA	Rua Inácio Xavier de Carvalho, nº 286 São Francisco, São Luís
		CASA ABRIGO	
21/out	segunda	Fórum da Raposa	Av. Cafeteira, s/nº - Bom Viver.
		5º JUIZADO-BACANGA -	Avenida dos Portugueses, s/nº, Casa da Justiça, Campus do Bacanga da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
		2ª Vara da Infância e Juventude	Rua das Cajazeiras
24/out	quinta	9º Juizado Especial Cível	Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/nº. UniCeuma, Campus II Cohama - UNICEUMA.
		11 Juizado Cível - Anil	Avenida Casemiro Júnior, nº. 260 - Anil.
		2º JUIZADO CRIMINAL	
		7º Juizado Especial Cível	Rua Anapurus nº. 01 - Loteamento Bela Vista, Renascença II.
25/out	sexta	Tribunal de Justiça e os anexos I, II, III e IV	Av. D. Pedro II, s/n, Centro
		CORREGEDORIA	Praça D. Pedro II, s/n, Centro, São Luís/MA.
		Garagem da Corregedoria Geral da Justiça	Parque XV de Novembro, N.º 260 - Centro, São Luís/MA
26/out	sabado	4º Juizado Especial Cível	Avenida Contorno Norte, 145 -Shopping Passeio - Salas 315/316/317 - Cohatrac IV
		2º Juizado Especial Cível	Campus Universitário Paulo VI da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) - São Cristóvão.
		14 Juizado Especial Cível	Avenida dos Holandeses, nº. 185 - Olho D'Água.
29/out	terça	10º Juizado Especial Cível	Avenida São Luís Rei de França, nº. 32. Faculdade Atenas Maranhense - Turu.
		Juizado Especial de Transito - Detran	Rua do Cema, s/n, Vila Palmeira, São Luís
01/nov	sexta	SETORES LOCALIZADOS NO ANEXO V -Coordenadoria de Material e Patrimônio / Garagem do Tribunal dentre outros	Rua Viveiros de Castro, nº 257, Alemanha, São Luís/MA.

		Deposito Público da Corregedoria	Rua Giordano Mochel, Parque Pindorama, São Luís/MA.
		Galpão da Divisão de Administração Patrimonial	Estrada da Vitória/Av. Luiz Rocha, nº 2409, lojas 5 e 6, Bairro Fé e Deus.

**LOTE II - EMPRESA JOSEMIRIA**

18 e 19/10	Sexta e Sábado	Fórum Des. Sarney Costa	Av. Prof. Carlos Cunha
------------	----------------	-------------------------	------------------------

**LOTES IV, V, VI e VII - EMPRESA ALESSANDRO DE SIQUEIRA SANTOS**

DATA	HORA/ CHEGADA	CIDADE
14/10	MANHÃ	BARÃO DE GRAJAÚ
14/10	MANHÃ	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO
14/10	TARDE	PARNARAMA
14/10	TARDE	MATÕES
15/10	MANHÃ	TIMON
15/10	MANHÃ	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMIAL DE TIMON
15/10	TARDE	CAXIAS
15/10	TARDE	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CAXIAS
16/10	MANHÃ	COELHO NETO
16/10	MANHÃ	BURITI
16/10	TARDE	BREJO
16/10	TARDE	SANTA QUITÉRIA
17/10	MANHÃ	SÃO BERNADO
17/10	MANHÃ	MAGALHÃES DE ALMEIDA
17/10	TARDE	ARAIOSES
17/10	TARDE	TUTÓIA
18/10	MANHÃ	BARREIRINHAS
18/10	MANHÃ	HUMBERTO DE CAMPOS
18/10	TARDE	ICATU
18/10	TARDE	MORROS
19/10	MANHÃ	ROSÁRIO
19/10	MANHÃ	SANTA RITA

19/10	TARDE	ITAPECURU MIRIM
19/10	TARDE	ANAJATUBA
20/10	MANHÃ	CANTANHEDE
20/10	MANHÃ	ARARI
20/10	TARDE	VITÓRIA DO MEARIM
20/10	TARDE	VIANA
21/10	MANHÃ	PENALVA
21/10	MANHÃ	MATINHA
21/10	TARDE	OLINDA NOVA DO MARANHÃO
21/10	TARDE	SÃO VICENTE FERRER
22/10	MANHÃ	SÃO JOÃO BATISTA
22/10	MANHÃ	SÃO BENTO
22/10	TARDE	ALCÂNTARA
22/10	TARDE	BEQUIMÃO
23/10	MANHÃ	GUIMARÃES
23/10	MANHÃ	MIRINZAL
23/10	TARDE	CEDRAL
23/10	TARDE	CURURUPU
24/10	MANHÃ	BACURI
24/10	MANHÃ	PINHEIRO
24/10	TARDE	JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PINHEIRO
24/10	TARDE	SANTA HELENA
25/10	MANHÃ	TURIAÇU
25/10	MANHÃ	GOVERNADOR NUNES FREIRE
25/10	TARDE	MARACAÇUMÉ
25/10	TARDE	CÂNDIDO MENDES
26/10	MANHÃ	CARUTAPERA
26/10	MANHÃ	SANTA LUZIA DO PARUÁ
26/10	TARDE	ZÉ DOCA
26/10	TARDE	BOM JARDIM
27/10	MANHÃ	SANTA INÊS
27/10	MANHÃ	JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SANTA INÊS

27/10	TARDE	PINDARÉ MIRIM
27/10	TARDE	MONÇÃO
28/10	MANHÃ	SANTA LUZIA DO TIDE
28/10	MANHÃ	ARAME
28/10	TARDE	BURITICUPU
28/10	TARDE	AÇAILÂNDIA
29/10	MANHÃ	JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE AÇAILÂNIDA
29/10	MANHÃ	ITINGA DO MARANHÃO
29/10	TARDE	IMPERATRIZ (ANEXO)
29/10	TARDE	IMPERATRIZ - SEDE
30/10	MANHÃ	IMPERATRIZ NOVA SEDE
30/10	MANHÃ	1 JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE IMPERATRIZ
30/10	TARDE	2 JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE IMPERATRIZ
30/10	TARDE	JUÍZADO ESPECIAL CRIMINAL DE IMPERATRIZ
31/10	MANHÃ	TURMAS DE RECUSOS DE IMPERATRIZ
31/10	MANHÃ	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA
31/10	TARDE	JOÃO LISBOA
31/10	TARDE	SENADOR LA ROCQUE
01/11	MANHÃ	AMARANTE DO MARANHÃO
01/11	MANHÃ	MONTES ALTOS
01/11	TARDE	GRAJAU
01/11	TARDE	PORTO FRANCO
02/11	MANHÃ	ESTREITO
02/11	MANHÃ	CAROLINA (SEDE)
02/11	TARDE	RIACHÃO
02/11	TARDE	BALSAS
03/11	MANHÃ	JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BALSAS
03/11	MANHÃ	TASSO FRAGROSO anexado a comarca de Balsas
03/11	TARDE	ALTO PARNAÍBA
03/11	TARDE	SÃO RAIMUNDOS DAS MANGABEIRAS

04/11	MANHÃ	LORETO
04/11	MANHÃ	SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO
04/11	TARDE	PASTOS BONS
04/11	TARDE	SUCUPIRA DO NORTE
05/11	MANHÃ	MIRADOR
05/11	MANHÃ	COLINAS
05/11	TARDE	COLINAS (NOVA SEDE)
05/11	TARDE	SÃO DOMINGOS
05/11	TARDE	PRESIDENTE DUTRA
06/11	MANHÃ	DOM PEDRO
06/11	MANHÃ	TUNTUM
06/11	TARDE	BARRA DO CORDA
06/11	TARDE	ESPERANTINÓPOLIS
07/11	MANHÃ	JOSELÂNDIA
07/11	MANHÃ	POÇÃO DE PEDRAS
07/11	TARDE	IGARAPÉ GRANDE
07/11	TARDE	LAGO DA PEDRA
08/11	MANHÃ	PAULO RAMOS
08/11	MANHÃ	VITORINO FREIRE
08/11	TARDE	OLHOS D'AGUA DAS CUNHÃS
08/11	TARDE	PIO XII
09/11	MANHÃ	BACABAL
09/11	MANHÃ	JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BACABAL
09/11	TARDE	SÃO LUIS GONZAGA
09/11	TARDE	PEDREIRAS
10/11	MANHÃ	JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEDREIRAS
10/11	MANHÃ	SÃO MATEUS DO MARANHÃO
10/11	TARDE	COROATÁ
10/11	TARDE	VARGEM GRANDE
11/11	MANHÃ	URBANOS SANTOS
11/11	MANHÃ	CHAPADINHA
11/11	TARDE	CODÓ

11/11	TARDE	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CODÓ
12/11	MANHÃ	TIMBIRAS
12/11	MANHÃ	SANTO ANTÔNIO DOS LOPES
12/11	TARDE	DOM PEDRO
12/11	TARDE	GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS
13/11	MANHÃ	BURITI BRAVO
13/11	MANHÃ	PASSAGEM FRANCA
13/11	TARDE	PARAIBANO
13/11	TARDE	SÃO JOÃO DOS PATOS

### Considerações

Como foi demonstrado ao longo deste relatório a Coordenadoria de Apoio Administrativo, bem como suas Divisões, incumbe-se de executar e fiscalizar serviços de extrema relevância junto ao Poder Judiciário Maranhense e todas as unidades jurisdicionais e administrativas que o compõem.

Para garantir o máximo de efetividade na prestação dos serviços operacionais de competência desta Coordenadoria de Apoio Administrativo, buscamos elaborar e utilizar documentos gerenciais visando o aperfeiçoamento dos processos administrativos, bem como o atendimento de toda a demanda de solicitações que nos são encaminhadas. Tais documentos são: ordem de serviço; a requisição de cópias; a elaboração de termos de referência; o presente relatório, além dos documentos usualmente utilizados como o memorando, ofício, despacho administrativo, dentre outros.

Diante do exposto, este relatório visa, portanto, servir como instrumento de condensação de informações gerenciais da Coordenadoria de Apoio Administrativo.

### DIVISÃO DE PROTOCOLO E ARQUIVO

A Divisão de Protocolo e Arquivo tem por atribuição o protocolo de requisições administrativas no Sistema Digidoc, protocolo de petições e ofícios requisitórios referente à Precatórios, no Sistema Themis SG e recebimento, coleta e tratamento das correspon-

dências destinadas ao Correio. No quadro abaixo podemos demonstrar o quantitativo de documentação recebidas e cadastradas em nosso setor:

	DIGIDOC	THEMIS SG
JAN	894	400
FEV	631	405
MAR	713	318
ABR	686	366
MAI	839	551
JUN	585	998
JUL	938	746
AGO	945	298
SET	1110	272
OUT	908	441
NOV	664	374
DEZ		
<b>TOTAL</b>	<b>8.249</b>	<b>4.795</b>

Contudo, considerando o contingenciamento orçamentário-financeiro imposto pelo cenário de crise nacional, a Divisão de Protocolo e Arquivo, responsável pela fiscalização do Contrato celebrado entre este Egrégio Tribunal e a ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, utiliza o serviço de malote em substituição ao serviço de Sedex quando para as Comarcas de Entrância Intermediárias e nos demais casos passamos a utilizar o serviço de PAC.

MÊS	2018 TJ	2018 CGJ	2018 TOTAL	2019 TJ	2019 CGJ	2019 TOTAL
JAN	57430,04	228189,83	285619,87	69779,44	344933,91	414713,35
FEV	79427,51	305713,62	385141,13	84306,39	549477,95	633784,34
MAR	70.449,58	386.867,88	457317,46	80655,04	512201,98	592857,02
ABR	82.426,72	372.284,16	454710,88	92961,19	545025,35	637986,54
MAI	76.908,64	400.746,09	477654,73	84786,25	623674,52	708460,77
JUN	44.010,77	298.488,61	342499,38	67340,83	510758,38	578099,21
JUL	81.799,03	387.576,98	469376,01	82757,57	581378,07	664135,64
AGO	70.772,46	438.208,77	508981,23	93600,98	571921,23	665522,21
SET	80.650,78	368.686,63	449337,41	62014,01	532841,42	594855,43
OUT	77114,36	506279,45	583393,81	77258,85	519205,33	596464,18
NOV	83497,24	390086,61	473583,85			
DEZ	54783,45	255684,88	310468,33			
<b>TOTAL</b>	<b>859270,58</b>	<b>4338813,51</b>	<b>5198084,09</b>	<b>795460,55</b>	<b>5291418,14</b>	<b>6086878,69</b>

## DIVISÃO DE TRANSPORTES

Este relatório se propõe a apresentar as atividades realizadas pela Divisão de Transportes referentes ao primeiro ano da gestão do Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, frente a Mesa Diretora para o Biênio 2018-2019.

Deste modo, serão aqui apresentados os principais avanços alcançados até a presente data, 01 de novembro de 2019, no que tange a logística de transportes como fator de excelência na melhoria dos serviços aos jurisdicionados.

Contratos Geridos Pelo Setor.

Em se tratando de contratos a Divisão Transportes tem sob sua gestão o Contrato de Gestão de Abastecimento e Manutenção de veículo CT nº. 67/2015, o Contrato de Terceirização de Motoristas CT nº. nº. 141/2019, o Contrato de Locação Mensal e Eventual de Veículos CT. nº. 23/2018 e o Contrato de Fornecimento De Passagem De Ferry boat CT nº 036/2019 Todos estes contratos se encontram em regular vigência.

Do Contrato de Gestão de Abastecimento e Manutenção.

O Poder Judiciário possui contrato de Prestação de Serviços CT nº. 67/10 com a Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios HAAG S. A.- EMBRATEC, que tem por objeto a prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento e manu-

tenção dos veículos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, compreendendo a distribuição de álcool (etanol) comum, gasolina comum, diesel, óleo, lubrificantes e derivados, serviços de lavagens e mecânica geral.

O presente contrato encontra-se no 4º termo aditivo de contrato e vigente até a data de 05 de junho de 2020.

Cabe ressaltar que a Divisão de Transportes tem realizado rigoroso acompanhamento das despesas com abastecimento e manutenção, através de cotações, buscando o menor custo-benefício de peças e serviços e otimizando a logística das solicitações de veículos, visando a redução destas despesas, contudo sem precarizar os serviços prestados.

Do Contrato de Terceirização de Motoristas

Em se tratando de mão obra terceirizada o Tribunal de Justiça do Maranhão possui contrato de prestação de serviços nº. 141/2019 com a empresa Martins e Reis Ltda., que tem como objeto a contratação de mão de obra terceirizada de motoristas e motoboy para a condução de veículos pertencente à frota do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Este contrato possui vigência ate a data de 19 de setembro de 2020. Cabe ressaltar que esta Divisão e a contratação se deu a partir do rompimento do contrato nº. 03/2019 que por a empresa não apresentar condições de honrar com os compromissos contratuais foi encerrado.

#### Do Contrato de Locação de Veículos

No tocante ao Contrato 23/2018 de prestação de serviços de locação mensal e eventual de veículos, celebrado com a Empresa R. DA COSTA TEIXEIRA SERVIÇOS-EPP (Mobiliza), através da Ata de registro de preços ARP 0097/2017, obtida através do Pregão eletrônico nº 10/2017-TJMA. Tal contrato que se encontra em sua regular vigência, com seu término previsto para a data de 27 de março de 2020

#### **Contrato de Fornecimento De Passagem De Ferry boat**

O Poder Judiciário possui o contrato CT nº 036/2019 celebrado com a Empresa Internacional Marítima LTDA para o fornecimento de passagens aquaviárias por Ferry Boat, obtido através da utilização do Pregão Eletrônico nº. 71/2018. Cabe informar que este contrato encontra-se vigente, com previsão de término em 31 de dezembro de 2019.

Assim, visando a continuidade do fornecimento de passagens via Ferry Boat, com fulcro em manter a modalidade de transportes aquaviário como meio de transportes permitido a continuidade da prestação jurisdicional, já foi iniciado processo licitatório para contratação dos serviços para o ano de 2020, o qual se encontra em fase de cotação dos serviços.

#### **Gestão administrativa do setor**

No âmbito da gestão administrativa da Divisão, é importante destacar que encontram-se em os processos licitatórios que já trouxeram efetivos ganhos ao Poder Judiciário, tais como: aquisição de veículo tipo Van para transporte de passageiros; Van furgão para transporte de materiais; aquisição de caminhoneta fechada; aquisição de veículo de tipo passeio; e de caminhões-baú.

Como forma de organizar o estacionamento do prédio sede deste Tribunal, foi solicitada a demarcação das vagas destinadas aos veículos oficiais do Órgão.

Cabe salientar que houve o recebimento de uma Ambulância doada pelo Governo do Estado do Maranhão para utilização no atendimento emergencial de magistrados, servidores e usuários deste Tribunal e, de uma Van para Casa da Criança, esta doada pelo TRT 16º Região, através de processo judicial.

Destaca-se que a Divisão possui estrutura física adequada às atividades do setor

#### **Estrutura Física do Setor**

A Divisão de Transportes – TJMA está Localizada na Unidade Administrativa V, situada na Rua Viveiros de Castro nº. 257, Alemanha, São Luís – MA, a sala em que está disposta foi projetada de modo a propiciar um ambiente ergonômico de trabalho, que alia o conforto a eficiência da utilização do espaço.

Esta divisão possui 8 (oito) estações de trabalho (-computadores), sendo que todos foram substituídos uma vez que os antigos apresentavam defeitos recorrentes e/ou obsolescência. Quanto aos móveis, cabe informar que encontram-se em perfeito estado de conservação e uso, não havendo subutilização dos bens.

#### **Controle de Infrações de Trânsito**

Adota-se nesta divisão um procedimento rígido de controle e trâmite administrativo das infrações de trânsito imputadas aos veículos pertencentes à frota do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Inclusive, foi designado um servidor exclusivo para tanto, uma vez que o processo exige presteza e saber jurídico, para verificação da regularidade, atenção aos prazos, etc.

Com o controle metucioso, busca-se a diminuição de ônus a este Tribunal, uma vez que 80% das infrações são cometidas por funcionários terceirizados, sendo a empresa prestadora de serviços que arcar com os danos causados por seus funcionários.

As multas são autuadas via protocolo administrativo, sendo os autos de infração convertidos em processos administrativos, obedecendo aos prazos e trâmites legais, sendo a responsabilidade devidamente apurada e as providências adotadas dentro dos parâmetros normativos, inclusive quanto ao pagamento.

#### **Dos Recursos Humanos**

A Divisão de Transportes – TJMA conta com pessoal do quadro efetivo de servidores do judiciário e também com pessoal terceirizado que realizam a tarefa de condução dos veículos (motoristas) e na limpeza e conservação do espaço físico (serviços gerais).

Atualmente a divisão possui 1 servidor cargo comissionado, 27 servidores efetivos, dos quais 01 servidor administrativo Técnico Judiciário, 02 servidores

administrativos Auxiliares judiciários, e 24 Auxiliares Judiciários motoristas. Possuindo ainda 12 motoristas terceirizados.

#### Da Frota De Veículos

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão conta atualmente como uma frota de 260 veículos, que são distribuídos nos diversos setores da Justiça de 1º e 2º graus. A gestão de todo este patrimônio é de estrita responsabilidade da Divisão de Transportes – TJMA, pois todos os processos de licenciamento de veículos, manutenção e abastecimento da frota são por ela geridos.

Um ponto de importante destaque foi a aquisição através de processos licitatórios de: 03 caminhonetes tipo pick-up; 03 vans de passageiros com capacidade para 16 lugares; 03 vans tipo furgão para atendimento a entrega de materiais; 38 veículos de passeio tipo pálio weekend; 03 veículos institucionais; e 02 caminhões-baú para atendimento a entrega de materiais ao interior do Estado. Com a aquisição de tais veículos pela Presidência desta Corte tem-se significativa renovação e modernização da frota do Poder Judiciário, como se pode constatar pelas imagens abaixo.

#### Leilão de Veículos

Destaca-se ainda o processo nº. 11532/2019, que trata sobre o Leilão de 62 veículos ora considerados inservíveis ao Poder Judiciário, pois alcançaram ou ultrapassaram seu período máximo de depreciação nos termos da Instrução Normativa Nº. 01/2010/TJ que disciplina a Gestão Patrimonial de bens móveis e imóveis dos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Do mais, constatou-se que a utilização dos veículos listados se apresenta bastante onerosa ao Poder Judiciário Maranhense, visto que, são constantes a ocorrência de necessidade de manutenções corretivas, o que tem elevado significativamente os gastos com tais serviços.

#### Considerações

Trabalhar a logística de transportes dentro do Poder Judiciário significa estar a par dos desafios gerados

por uma demanda que em si não é igual a nenhuma outra, pois, não se trata simplesmente de gerir o transporte de bens de consumo e materiais permanentes e a condução de pessoas de servidores. As atividades da Divisão de Transportes são por essência desafiantes, na medida em que proporcionar soluções de transportes adequadas às demandas de nossos usuários, de forma efetiva, segura e responsável, mantendo a frota de veículos em perfeitas condições, significa necessariamente preservar não só o patrimônio como também a imagem do Poder Judiciário Maranhense.

Assim, como foi visto no decorrer de todo este relatório, muito se produziu e as mudanças são visíveis, como podemos citar: a criação de uma sistemática de trabalho para a Divisão de Transportes; a revisão de todos os contratos geridos pelo setor, em que todos foram novamente licitados; a modernização do sistema Frotas que permitiu o gerenciamento das solicitações de transportes provenientes dos diversos setores do Poder Judiciário Maranhense. o alcance das metas estabelecidas para ganho da Gratificação de Produtividade Judiciária pelo setor; dentre muitas outras.

É importante destacar aqui, que a Divisão de Transportes não trabalha isolada, para que conseguíssemos alcançar nossas metas, trabalhamos em sintonia com os demais setores, para assim cumprirmos a função maior do Poder Judiciário, garantir a aplicação do direito.

#### Controle de despesas com telefonia móvel

No início de 2018, precisamente no dia 10 de janeiro, os serviços de telefonia móvel prestados ao Poder Judiciário Estadual foram assumidos pela empresa CLARO S/A, conforme Contrato de Prestação de Serviços nº 0172/2017, resultante do Pregão Eletrônico nº 05/2017. De início, houve problemas e insatisfações, mas, após incansáveis esforços desta Diretoria Administrativa, os serviços de telefonia foram regularizados, com melhoria do sinal nos prédios sede do TJMA e Fórum Des. Sarney Costa, e significativa redução dos custos desses serviços, conforme demonstra a tabela anexa, que compara os valores pagos por serviços de telefonia móvel em 2018 e nos meses de Janeiro a Setembro de 2019.

### DESPESAS COM SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL

MÊS	2018	2019	Variação(%) / 2018
JAN	R\$ 10.211,22	R\$ 8.778,37	-14,03
FEV	R\$ 12.716,47	R\$ 8.233,41	-35,25
MAR	R\$ 13.038,24	R\$ 7.937,35	-39,12
ABR	R\$ 14.283,88	R\$ 8.342,76	-41,59
MAIO	R\$ 14.076,01	R\$ 8.549,26	-39,26
JUN	R\$ 12.400,16	R\$ 7.985,18	-35,60
JUL	R\$ 13.171,92	R\$ 7.890,42	-40,10
AGO	R\$ 13.953,05	R\$ 7.709,03	-44,75
SET	R\$ 8.211,45	R\$ 7.985,69	-2,75
OUT	R\$ 8.479,65	R\$ 8.032,15	-5,28
NOV	R\$ 8.357,84		
DEZ	R\$ 8.451,18		
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 137.351,07</b>		



**DIRETORIA**  
*Controle interno*

A finalidade da Diretoria de Controle Interno é propiciar ações preventivas e orientar as unidades administrativas do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, com o intuito de colaborar para assegurar legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, publicidade e transparência nas gestões administrativa, orçamentária, financeira, patrimonial e tecnologia da informação, proporcionando apoio à Alta Administração na aplicação dos recursos públicos.

Conforme preceitua o caput do art. 70 da vigente Constituição Federal, “a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder”. Tal previsão é reproduzida no art. 50 da Constituição Estadual do Maranhão, com as devidas adequações à esfera estadual.

Acerca das atividades a serem desenvolvidas pelos setores de Controle Interno dos Poderes Judiciários, a Resolução n.º 86 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, de 08 de setembro de 2009, que dispôs sobre as unidades ou núcleos de controle interno no âmbito dos Tribunais, estabeleceu, em seu art. 1º, § 1º, que:

*§ 1º - Os núcleos ou unidades administrativas de controle interno desenvolverão suas atividades, com os seguintes propósitos:*

*I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual respectivo;*

*II – acompanhar e avaliar a execução orçamentária e os programas de gestão;*

*III – verificar a observância e comprovação da legalidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, especialmente quanto à eficiência e eficácia das ações administrativas, relativas à gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal, nos seus vários órgãos.*

*IV – examinar as aplicações de recursos públicos alocados por entidades de direito privado;*

*V – subsidiar meios e informações, bem como apoiar o controle externo e o CNJ no exercício de sua missão institucional.*

Depreende-se de tais dispositivos que o Controle Interno tem o importante papel de zelar pela legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos em todas as áreas possíveis da gestão.

Recentemente, através da Resolução n.º 171 de 1º de Março de 2013 do CNJ, foram estipuladas diretrizes a serem implementadas no âmbito dos Tribunais. Nesta Corte, tais diretrizes foram previstas na Resolução GP n.º 58/2013 TJMA, com algumas adaptações à realidade deste Tribunal.

As atividades realizadas pela Diretoria de Controle Interno foram planejadas e inseridas no Plano Anual de Auditoria Interna de 2019, levando-se em considerações as determinações e prioridades definidas pela E. Presidência do Tribunal de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça e sugestões apresentadas por esta Diretoria de Controle Interno.

As ações de auditoria foram definidas após estudo descrito no PALP 2018-2021 que adotou metodologia abrangendo os critérios de materialidade, relevância, criticidade e riscos, com o objetivo de focar naquelas unidades administrativas cujas atividades têm uma repercussão maior para o atingimento dos objetivos estratégicos do Poder Judiciário Maranhense.

Além das ações de auditoria, necessário elencar ainda aquelas situações nas quais são exigidas manifestações da unidade de controle interno, em virtude de normativos internos e externos e, portanto devem integrar o Plano Anual de Auditoria. A exemplo, pronunciamentos - pareceres técnicos nos processos de atos de admissão e aposentadorias, na prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado, no Relatório de Gestão Fiscal, dentre outros, assim como a elaboração do Plano Anual de Auditoria e Plano de Auditoria de Longo Prazo.

### **Elaboração do Plano Anual de Auditoria**

O Plano Anual de Auditoria para 2020 tem por objetivo estabelecer o planejamento das atividades da Diretoria de Controle Interno e das ações de suas duas Coordenadorias, quais sejam, Coordenadoria de Auditoria e Coordenadoria de Avaliação de Controles Internos e de Monitoramento. Foi formulado dentro do prazo previsto no PAA2019, de 01.11.2019 a 30.11.2019.

As ações de auditoria para 2020 foram elaboradas em consonância com o Planejamento Estratégico do órgão, com o PALP 2018-2021 (Plano de Auditoria de Longo Prazo 2018-2021) e tendo por base as ações de auditoria realizadas no ano de 2019. Ademais, o cronograma estabelecido considerou a tabela de férias dos servidores das unidades.

### **Elaboração do Relatório do Controle Interno para compor a Prestação de Contas anual ao TCE/MA**

Acompanhou-se o processo de Prestação de Contas – Exercício 2018, com a elaboração do Relatório do Sistema de Controles Internos, encaminhado ao Diretor Financeiro através do MEMO DCI-412019, em 25.03.2019. Para tanto, procedeu-se à verificação da regularidade da realização da receita e da despesa, da execução do orçamento e dos programas de trabalho e do cumprimento das metas previstas no plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias, conforme Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

### **Avaliação do Relatório de Gestão Fiscal: 3º quadrimestre 2018, 1º quadrimestre 2019 e 2º quadrimestre 2019.**

A Diretoria de Controle Interno avaliou, no sistema SICONF, os Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2018, do 1º e do 2º quadrimestres de 2019.

### **COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNO E DE MONITORAMENTO**

Dentre as atividades a serem desenvolvidas por esta coordenadoria podemos destacar a realização de avaliação de controles internos nas unidades administrativas, a fim de minimizar os riscos no atingimento de seus objetivos institucionais; propositura de minutas de resolução de assuntos ainda não regulamentados, bem como sugestão de revisão das já aprovadas, quando necessário; realização de avaliação do monitoramento das recomendações apresentadas em auditorias, a fim de subsidiar a elaboração do Plano Anual de Auditoria, bem como a proposição de me-

lhorias nas rotinas das unidades administrativas.

A Coordenadoria de Avaliação de Controle Internos e de Monitoramento no corrente ano, realizou Avaliação de Controles Internos na Coordenadoria de Licitações e Contratos e Auditoria de Gestão Documental, coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça.

### **Avaliação de Controles Internos na Coordenadoria de Licitações e Contratos**

Iniciada através do COMUN-AUDIT-DCI – 12019 (Processo nº 10593/2019), visando avaliar os controles internos na referida unidade, considerando: ambiente de controle, gerenciamento de riscos, atividades de controle, informação e comunicação e monitoramento dos principais processos de trabalho que norteiam a realização da atividade de licitação e de execução dos contratos vigentes no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, no exercício de 2018.

### **Auditoria de Gestão Documental Coordenada pelo CNJ**

Em sessão plenária, o CNJ aprovou, em 23 de fevereiro de 2016, a realização da Ação Coordenada de Gestão Documental, a ser executada no ano de 2019.

Iniciada através do COMUN-AUDIT-DCI 82019 (processo nº 34.936/2019), foi definido como objetivo dos trabalhos analisar os sistemas informatizados de gestão de processos e documentos e as rotinas das unidades orgânicas envolvidas no processo de gestão documental, de modo a avaliar a aderência às normas vigentes e à eficácia das rotinas adotadas.

A previsão de término dessa auditoria era 29 de novembro de 2019. Houve prorrogação do prazo para 15 de dezembro de 2019, mediante aprovação do Presidente do Tribunal (ATOPRESIDENCIA-GP 82019, processo 41.906/2019).

Além desta atividade, esta coordenadoria também realiza o monitoramento das auditorias realizadas nos anos anteriores, com relatório encaminhado à Presidência desta Corte de Justiça até 15 de dezembro de 2019, nos mesmos autos das ações de auditorias originárias, para o acompanhamento do cumprimento das recomendações de auditoria pelas unidades auditadas.

## COORDENADORIA DE AUDITORIA

As ações de auditoria para o ano de 2019 foram definidas em consonância com o estudo descrito no PALP 2018-2021, cuja metodologia baseou-se nos critérios de materialidade, relevância, criticidade e risco. Como consequência, a escolha das unidades administrativas auditadas se deu em razão da maior repercussão de suas atividades para o atingimento dos objetivos estratégicos do Poder Judiciário do Maranhão.

### Auditoria de Folha de Pagamento

Essa auditoria, iniciada através do COMUN-AUDIT-CAUD 32019, de 01.08.2019 (processo nº 31.632/2019), abordou, na verdade, folha de pagamento e controle de pessoal. Seu objeto consistiu em verificar a regularidade das contribuições previdenciárias e da retenção de Imposto de Renda sobre as remunerações dos servidores; a regularidade do pagamento da Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ); a legalidade do acúmulo de cargos e salários de servidores e magistrados; a implantação da gestão por competências; a adequação da força de trabalho no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão.

Ainda em curso, tem previsão para término, com entrega do relatório final, em 13 de dezembro de 2019.

### Auditoria de Licitações e Contratos

O objetivo dos trabalhos, iniciados através da COMUN-AUDIT-CACIM 12019 (processo nº 31.633/2019), consistiu em verificar a regularidade das licitações executadas em 2018 e dos contratos advindos das mesmas, em consonância com as normas vigentes. Essa auditoria encontra-se em curso, com previsão para término e entrega do relatório final em 13 de dezembro de 2019.

### Auditoria FERJ/FERC

Essa auditoria, iniciada através do COMUN-AUDIT-DCI 22019, de 14 de janeiro de 2019 (processo nº 1684/2019), teve como objetivo auditar a gestão da arrecadação das receitas do FERJ e do FERC. Seu término, com entrega do relatório final, em anexo ao MEMO-DCI 622019, ocorreu em 28 de junho de 2019.

### Auditoria Contábil

A Auditoria Contábil teve início através do COMUN-AUDIT-CAUD 32018 (processo nº 2234/2018). Estabeleceu-se como objetivo dos trabalhos certificar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com a legislação aplicável, bem como se as demonstrações originárias refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações apresentadas. E também verificar se a concessão de adiantamentos, com a utilização do Cartão Corporativo, está em consonância com a legislação que regula a matéria.

Os trabalhos foram concluídos com a entrega do Relatório de Auditoria, em 15 de abril de 2019, anexo ao MEMO-DCI 472019, no mesmo processo.

### Auditoria Contábil Coordenada pelo CNJ

Em sessão plenária, o CNJ aprovou, em 23 de fevereiro de 2016, a realização da Ação Coordenada de Auditoria em Governança Orçamentária e Financeira, Planejamento, Gerenciamento, Execução e Gestão Contábil, a ser executada no ano de 2019.

Essa auditoria teve início através do COMUN-AUDIT-DCI 42019 (processo nº 11111/2019), tendo por objeto a análise da adequação orçamentária e financeira aos requisitos estabelecidos na legislação federal, nas Resoluções CNJ nº 195/2014 e nº 198/2014, e em boas práticas nacionais e internacionais. O escopo estabelecido foi de analisar os demonstrativos da execução orçamentária e financeira, os Relatórios de Gestão Fiscal, informações constantes no Portal da Transparência, verbas de pagamento de pessoal, contratos de despesas primárias e os instrumentos de planejamento estratégico e orçamentário (PPA, LDO, LOA, PE e PETIC), considerando-se para fins de análise o exercício de 2018 e, em alguns casos, a série histórica dos últimos três anos.

Seu término, com entrega do relatório final, estava previsto para 28 de junho de 2019. Através do Adendo ao PAA, aprovado pelo ATOPRESIDENCIA-GP 42019, o prazo de entrega do relatório foi prorrogado para 12 de julho de 2019, tendo ocorrido seu encaminhamento em 11 de julho de 2019, em anexo ao MEMO-DCI 662019.

## CONCLUSÃO

Ao finalizar este Relatório, esta Diretoria de Controle Interno se ateve nos aspectos relevantes que levaram de forma eficaz e eficiente a nossa gestão, em particular com o alcance por parte desta Diretoria de Controle Interno das metas que nos foram traçadas, e assim chegarmos ao resultado final da Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ) e dos objetivos Estratégicos Institucionais relacionados a nossa unidade.

Importante salientar a participação deste setor de Controle Interno no aperfeiçoamento das atividades de gestão, tais como regulamentação da gestão e fiscalização dos contratos no âmbito desta Corte, além de orientações através das recomendações em nossos

Relatórios de Auditoria e ainda, pelo monitoramento dos cumprimentos das referidas recomendações.

Esta unidade de controle interno está em constante aperfeiçoamento, buscando novos conhecimentos e aprimoramento dos seus trabalhos, efetivando o acompanhamento da gestão, focado também em aspectos gerenciais, de maneira a contribuir mais diretamente para a eficácia e eficiência da Administração.

Portanto, as atividades desenvolvidas por esta unidade constitui-se numa função híbrida, que ao mesmo tempo em que fiscaliza, também auxilia o administrador público, orientando-o através das nossas consultas técnicas e atuando diretamente no monitoramento das recomendações, contribuindo assim para a melhoria da gestão do Poder Judiciário.



DIRETORIA  
*Ouvidoria*

No período compreendido entre 1º de janeiro e 4 de dezembro de 2019, a Ouvidoria recebeu 4.556 manifestações, que representam um aumento em relação ao ano de 2018, no qual foram recebidas 4.238 manifestações.

### Canais mais acessados

As demandas foram recebidas majoritariamente pelo formulário eletrônico, forma de acesso mais procuradas pelos cidadãos, sendo ainda assegurado contato com o órgão através do Telejudiciário (0800-7071581/983194-5555), por e-mail, pessoalmente, por digidoc, por correspondência, ou através da Ouvidoria Itinerante.

Do total de manifestações recebidas, 2.094 foram por formulário eletrônico, 1095 pelo Telejudiciário, 346 por e-mail, 280 oriundas da Ouvidoria do CNJ, 218 recebidas por ocasião da Ouvidoria Itinerante, além de 89 registros presenciais de manifestação. As demais foram distribuídas entre as demais formas de recebimento.

Mais de 850 atendimentos não necessitaram de registro no sistema, dada a sua solução imediata.

### Manifestações por tipo

Do total de manifestações cadastradas, 3.857 foram reclamações de insatisfação com os serviços, 239 consistiram em pedidos de informações, 2.313 solicitações, 134 denúncias. As demais foram distribuídas entre dúvida, elogio, sugestão, Recurso e “Outros”, quando não se enquadrava em nenhuma das classificações.

### Assuntos das manifestações recebidas

Dentre os assuntos mais comuns das reclamações, destacam-se a morosidade processual, reclamações referentes aos cartórios extrajudiciais, reclamação sobre procedimento adotado pela unidade, reclamações sobre atendimento dos servidores.

O assunto morosidade processual desponta como líder absoluta, concentrando-se 91,16% dos registros. Das 3857 reclamações, 3.516 se referem à morosidade processual, 65 reclamações em relação a atendimento de servidores, 53 reclamações quanto a procedimento adotado pela unidade, e as demais distribuídas em as-

sunto diversos.

Um total de 92,5% dos registros sobre morosidade processual concentram-se no 1º grau, incluído aqui os Juizados e Turmas Recursais.

Das 3.857 reclamações, 124 referem-se às Serventias Extrajudiciais.

A equipe integrante da Ouvidoria, que hoje conta com tem conseguido oferecer respostas às manifestações dos usuários dentro do prazo de vinte dias úteis, em mais de 98% dos casos, contando, para tanto, com a colaboração de considerável parcela de magistrados e de servidores de todo o Poder Judiciário Estadual, inclusive dos Cartórios.

### TELEJUDICIÁRIO

No período de 07 de janeiro a 05 de dezembro de 2019 a Divisão do Telejudiciário realizou um total de 9.787 atendimentos, onde foram feitas 2786 consultas a processos de 1º grau; 311 consultas a processos de 2º grau; 343 consultas a processos de Juizados Especiais; 24 consultas a processos nas Turmas Recursais; 03 informações acerca de ações cíveis; 04 informação acerca de plantão forense de 1º grau; 01 informações acerca de plantão de 2º grau; 05 informações acerca de resoluções, portarias e atos da Presidência, 03 informações acerca de comunicados oficiais do judiciário; 195 informações acerca do casamento comunitário; 892 informações relacionadas as Comarcas; 2220 informações acerca dos setores do judiciário, abrangendo TJMA, CGJ e Fóruns; 241 informações de outros órgãos; 45 informações acerca de servidores do poder judiciário; 20 informações acerca de magistrados; 10 informações acerca de advogados; 05 informações administrativas; 841 senhas de acesso ao portal e à página do servidor; 887 registros de reclamações; 31 registros de denúncias; 03 registros de pedidos de informação; 02 registros de sugestões; 01 registro de dúvida; 04 registros de elogios; 153 consultas de manifestações; 295 agendamentos de audiências de conciliação; 62 consultas acerca de conciliações; 700 agendamentos de casamentos comunitários; 15 informações classificadas como “outras informações”.

### Pesquisa de satisfação e Carta de Serviços

Sob a organização da Ouvidoria, foi elaborada

pesquisa de satisfação disponibilizada no site do Tribunal de Justiça, para avaliar periodicamente os serviços prestados por magistrados e servidores do Poder Judiciário. Inicialmente a pesquisa é acessada pela forma online, todavia totens avaliativos já foram licitados, aguardando apenas sua instalação.

Também sob a organização da Ouvidoria, foi elaborada Carta de Serviços, que encontra-se em sua etapa final de adequação para inserção no Portal do Tribunal de Justiça.

### **Projeto Ouvidoria Itinerante**

A Ouvidoria do Poder Judiciário promoveu edição do Projeto Ouvidoria Itinerante, realizado nos dias 08, 09, 10 e 11 de abril de 2019, nas comarcas de Montes Altos, Grajaú, Barra do Corda e Presidente Dutra/MA. Na ocasião, foram registrados mais de 150 (cento e cinquenta) atendimentos.

As reclamações trataram da morosidade processual, elevado acervo, insuficiência de servidores, implantação da Gratificação por Atividade Judiciária (GAJ) para os servidores, necessidade de instalação da Comarca de Sítio Novo, e instalação de uma 3ª Vara nas Comarcas de Grajaú e Barra do Corda. Foi ministrada pelo Ouvidor palestra para os servidores do Fórum da Comarca de Montes Altos, com o objetivo de esclarecer alguns aspectos da lei 13460/2017, denominada Código de Defesa dos Usuários dos Serviços Públicos.

No período de 13 a 16 de agosto de 2019, a Ouvidoria esteve presente nas Comarcas de São João Batista, Mirinzal, Cururupu e Guimarães, numa ação do projeto Ouvidoria Itinerante. Na ocasião foi ministra-

da pelo Ouvidor sobre os aspectos do Código de Defesa dos Usuários dos Serviços Públicos.

Nos dias 24 e 26 de setembro de 2019, a Ouvidoria esteve presente nas Comarcas de Carutapera e Santa Helena, respectivamente, em mais uma edição do projeto Ouvidoria Itinerante. As reclamações recebidas em ambas as cidades trataram da morosidade processual, elevado acervo e insuficiência de servidores. Na comarca de Santa Helena foi discutida a necessidade de instalação da 2ª Vara de Santa Helena.

### **COLÉGIO NACIONAL DE OUVIDORES JUDICIAIS**

No dia 06 de junho de 2019

, o desembargador José Luiz Almeida (ouvidor), participou do II Encontro Nacional das Ouvidorias do Judiciário, realizado no Rio de Janeiro, no Centro Cultural da Justiça Federal. O evento reuniu as Ouvidorias de todos os Tribunais do Brasil e teve como objetivo promover um momento de reflexão sobre os novos desafios das Ouvidorias frente a Lei Geral de Proteção de Dados e à necessidade de Inovação tecnológica nos serviços prestados.

Nos dias 26 e 27/09/2019, ocorreu o V Encontro do Colégio Nacional (COJUD), em Natal/RN, que contou com a presença do Ouvidor Substituto, Desembargador João Santana. Na ocasião foram expostas boas práticas e realizada a troca de experiências entre Ouvidorias, tendo sido a Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão elogiada pela prática de atendimento presencial e individualizada por parte do ouvidor, através dos projetos Fale com o Ouvidor e Ouvidoria Itinerante.



**DIRETORIA**  
*Segurança*  
*Institucional*

**E**m 2019, a Diretoria de Segurança Institucional focou na continuidade e melhoria dos serviços já prestados, bem como na implementação de ações preventivas de segurança institucional voltadas a proteção dos principais “ativos” do Poder Judiciário: seus magistrados e servidores.

## ESTRUTURAÇÃO

A Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar do Tribunal de Justiça do Maranhão é composta pela Coordenadoria de Segurança, Divisão de Proteção ao Magistrado e Divisão de Inteligência. Criada pela Lei nº 9.488/2011, com estrutura administrativa prevista nas Resoluções – GP – nº 52/2011, Resolução – GP – 702016 e Resolução – GP-892017, possui, dentre outras atribuições, ações voltadas as áreas de segurança de magistrados e servidores, segurança patrimonial, elaboração e execução de projetos voltados à segurança institucional.

### Proposta

A Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar do Tribunal de Justiça do Maranhão apresentou proposta de reestruturação, no âmbito administrativo, aprovada pela Comissão Permanente de Segurança Institucional, tendo em vista a necessidade de distribuição das atividades desempenhadas pelos seus integrantes, conforme Processo nº 4230/2019 (DIGI-DOC).

## DIRETORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E GABINETE MILITAR

### Geral

- Elaboração de projetos de segurança, com o fito de aprimorar a estrutura física e a segurança institucional das unidades administrativas e judiciais, garantindo aos magistrados e servidores condições de trabalho com segurança. Dentre as medidas adotadas pode-se citar:
  - Implantação e manutenção dos Sistemas de Videomonitoramento e controle de acesso em todas as Comarcas do Estado do Maranhão;
  - Reestruturação parcial do sistema de controle de acesso e videomonitoramento do Fórum Desembar-

gador Sarney Costa, por meio da aquisição de novo servidor. Implantação de controle de acesso com pórtico detector de metal e catracas nos acessos dos membros do Ministério Público Estadual, Secretários Judiciais e Servidores;

- Efetivação do plantão 24h da DSI/GM por meio do telefone (98880-5226) para realizar rondas periódicas nas residências dos desembargadores e postos de serviços da comarca da ilha de São Luís e atender a ocorrências envolvendo magistrados e servidores em todo o Estado do Maranhão;
- Implantação do manual de Procedimento Operacional Padrão – POP da DSI/GM, com a finalidade de padronizar as abordagens da Segurança Institucional no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão;
- Participação diária em reuniões, visitas e trabalhos em conjunto com outros órgãos e instituições de segurança, fortalecendo o aprimoramento das relações institucionais;
- Remanejamento de militares da reserva excedentes nas comarcas do interior, com a finalidade de sanar o claro existente nas unidades judiciárias que ainda não possuíam serviço de segurança 24h;
- Participação e apresentação de relatórios técnicos nas reuniões da Comissão Permanente de Segurança Institucional;
- Participação nas reuniões do FUNSEG;
- Alteração junto ao NPE – Núcleo de Planejamento Estratégico da meta e indicadores de produtividade na DSI/GM.

### Administrativo

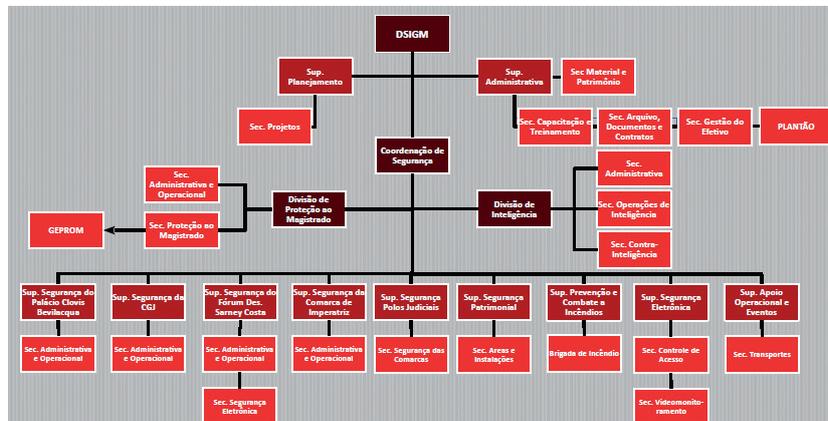
#### Contratos de prestação continuada

- Em 2019 foi formalizado o 4º Termo Aditivo (prazo) com a empresa Atlântica Segurança Técnica Ltda com vigência até 16.11.2020. Tendo como fiscais do contrato, a Coordenadora da DSIGM, Ten. Coronel Claridelma B. Brasil Mesquita e Major Pinheiro;
- Contrato de manutenção preventiva e corretiva do Sistema de Controle de Acesso do Fórum da Capital e de Imperatriz. Contrato vigente até 09.03.2020 com a empresa NANO AUTOMATION DO BRASIL, tendo como fiscais do respectivo contrato o Chefe da Divisão de Proteção a Magistrados, Major Eduardo Pinheiro e o Diretor da DSIGM, Ten. Coronel Alexandre Magno

Atual



Proposta



Nunes;

- Contrato de serviços de recarga, manutenção, fixação e sinalização dos equipamentos portáteis de combate a incêndio. Contrato vigente até 17.04.2019, tendo como fiscais o Major QOABM Lobato e 1º Ten. QOABM Glauber;
- Contrato de locação de sistemas de serviço móvel VHF/UHF (radiocomunicadores). Contrato vigente até 06.03.2020, tendo como fiscais do respectivo contrato, a Coordenadora da DSIGM, Ten. Coronel Claridelma B. Brasil Mesquita e o Major Williame Dias;
- Contrato de manutenção preventiva e corretiva de Raio X, tipo Scanner. Realização de processo licitatório tendo como empresa vencedora, EMPRESA TECHSCAN IMPORTADORA E SERVIÇOS EIRELLI e Contrato nº. 149/2019, vigente até 30.09.2020, tendo como fiscais do respectivo contrato, Cap. Edson;
- Elaboração de Termo de Referência para contratação de empresa especializada para operação e manutenção de CFTV.

#### Contratos de fornecimento

- Aquisição de 20 switches, com a ARP 121/2018 vigente até 30.11.2019. Empresa H.L.CPMÉRCIO ELETRO-FONIA LTDA, tendo como fiscais do respectivo contrato, o Capitão Edson e o Major Renan;
- \*Aquisição de 01 (um) veículo sedan blindado, com pedido para a entrega da segunda unidade. Empresa

POTENCIAL COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, tendo como fiscais do respectivo contrato, o Subtenente Cutrim e o Sargento Gesinaldo;

- Aquisição de 03 caminhonetes caracterizadas, com previsão de entrega em janeiro de 2020. Empresa RODA BRASIL Representações Comércio e Serviços LTDA, tendo como fiscais do respectivo contrato, o Subtenente Cutrim e o Sargento Gesinaldo;
- Aquisição de 01 Raio X, tipo Scanner para a comarca de Açailândia. Empresa VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, tendo como fiscais do respectivo contrato, o Capitão Edson e o Major Renan;
- Realização de processo licitatório para formalização de ARP nº. 131/2019, vigente até 07.10.2020 para peças de Raio X, tipo scanner. Empresa VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA;
- Aquisição de 30 pórticos. Empresa DETRONIX INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA, tendo como fiscais do respectivo contrato, o Capitão Edson e o Major Renan.;
- Realização de processo licitatório para aquisição de equipamentos de videomonitoramento com as ARPs nº. 139/2019, 140/2019 e 141/2019, vigentes até 21.10.2020. Empresas CINTIA TEREZA LIMA PRAZERES – câmeras; DETRONIX – Detector de metal portátil e TOTUS PISOS E AZULEIJOS EIRELLI – Balizador de filas;
- \*Elaboração de Termo de Referência para aquisição de

equipamentos e contratação de empresa especializada em serviços para a reestruturação e modernização dos sistemas de segurança do Fórum da Capital e da Sede do Tribunal de Justiça.

### Convênios

- Convênio com a Secretaria de Segurança do Estado do Maranhão para a disponibilização de militares da reserva para a vigilância e segurança dos edifício-sede das Comarcas do Estado do Maranhão e atividades de planejamento, assessoramento ou acompanhamento de atividades especializadas ou peculiares e comando de ações operacionais. Vigente até 01.06.2020, tendo como fiscais Major Eduardo Pinheiro e Major Dias;
- Convênio com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, cujo objeto é a implantação do Sistema de Segurança Institucional, com realização de treinamento na DSIGM no período de 28 e 29.10.2019;

### Realização de atos normativos

- Resolução GP nº. 7/2019, que dispõe sobre o adicional “pro-labore” para os militares da reserva, nos termos da Lei nº. 6.839/1996;
- Encaminhamento de Mensagem nº. 5/2019 para a Assembleia Legislativa do Estado do MA, encaminhando projeto de lei ordinária para alterar o valor da Função Gratificada Especial dos membros da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, designados ao Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do MA, nos termos da Lei nº. 8.874/2008 que alterou a Lei nº. 8.032/2003;
- Minuta de Resolução GP de reestruturação administrativa da Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar.

### Proposta orçamentária

- Realização de proposta orçamentária para o ano de 2020 no sistema E-POP.

### Palestras e Cursos

- Realização do I Curso de Segurança Institucional para Magistrados – SEGINSTM, Módulo II, ocorrido no período de 27 a 31 de maio de 2019, na Cidade de São Luís;
- Realização do VI Curso de Segurança Institucional

para Magistrados – SEGINSTM, ocorrido no período de 12 a 16 de agosto de 2019, na Cidade de São Luís;

- Realização do II Curso de Segurança Institucional para Magistrados – SEGINSTM, Módulo II, ocorrido no período de 08 a 10 de outubro de 2019, na Cidade de Imperatriz;
- Realização em parceria com a Presidência do TJMA e ESMAM, do III Encontro Nacional de Inteligência do Poder Judiciário, no período de 30 a 31 de outubro de 2019, na Cidade de São Luís;
- Realização de palestras mensais envolvendo todo o efetivo da DSI/GM, abordando temas relativos à segurança Institucional;

## COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA

### Administrativo

Fiscalização dos Contratos de Segurança e Vigilância Privada

- A Diretoria de Segurança possui sob sua responsabilidade de fiscal 01 (um) contrato de prestação de serviços de segurança e vigilância armada para o Poder Judiciário, firmado com a Empresa Atlântica Segurança Técnica LTDA, Contrato nº 124/2016, totalizando 83 (oitenta e três) postos de serviço, distribuídos na capital e interior.

### Crachás e Senhas de Acesso.

- No período de janeiro a novembro de 2019 foram confeccionados 249 (duzentos e quarenta e nove) crachás, de acordo com a política de acesso de pessoal autorizado às instalações do Poder Judiciário;
- Foram cadastradas 940 (novecentos e quarenta) senhas para o agilizar o acesso de pessoas ao Fórum da capital, através do preenchimento de ficha cadastral, que alimentará o banco de dados da Diretoria de Segurança Institucional, conforme descrito a seguir:

Advogados/Procuradores/Promotores	605
Estagiários	261
Terceirizados	74
<b>Total</b>	<b>940</b>

- Sistemas de Videomonitoramento e Controle de

Acesso:

Implantação e ampliação dos Sistemas de Videomonitoramento e Controle de Acesso

Instalação de 08 (oito) sistemas Videomonitoramento:

- \*Fórum de Presidente Dutra;
- \*2ª Vara de Execuções Penais;
- \*Complexo Judicial de Imperatriz;
- \*Juizado Centro (JECREC 1);
- \*Juizado Monte Castelo (JECREC 6);
- \*Juizado João de Deus (JECREC 12);
- \*Juizado Maracanã (JECREC 13); Juizado Olho D'água (JECREC 14).

Aquisição e instalação de 24 (vinte e quatro) pórticos detectores de metais nos seguintes locais:

- \*Prédio-sede do Tribunal de Justiça do Maranhão (03 pórticos);
- \*Corregedoria Geral da Justiça;
- \*Fórum de São Luís (03 pórticos);
- \*Fórum de São José de Ribamar;
- \*Fórum de Paço do Lumiar;
- \*Fórum de Raposa;
- \*2ª Vara de Execuções Penais;
- \*2ª Vara da Mulher – Casa da Mulher Brasileira;
- \*Juizado Especial Cível e Criminal de Açailândia;
- \*Complexo Jurídico de Imperatriz;
- \*Juizado Especial Cível e Criminal de São José de Ribamar;
- \*Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Inês;
- \*Juizado UEMA (JECREC 2);
- \*Juizado UFMA (JECREC 5);
- \*Juizado Monte Castelo (JECREC 6);
- \*Juizado Renascença (JECREC 7);
- \*Juizado Cohama (JECREC 9);
- \*Juizado João de Deus (JECREC 12);
- \*Juizado Maracanã (JECREC 13);
- \*Juizado Olho D'água (JECREC 14).

Reestruturação do Sistema de Videomonitoramento do Fórum Desembargador Sarney Costa:

- \*Mudança do servidor de gerenciamento de câmeras;
  - \*Configuração e posicionamento de 310 câmeras;
- Entrega de 170 (cento e setenta) cofres em todos os fóruns e juizados da Capital e Interior do Estado, que serão utilizados para acautelamento de armas de fogo.
- Atendimentos:

\*310 câmeras configuradas no Fórum Desembargador Sarney Costa;

\*205 manutenções nos sistemas de câmeras nos fóruns do interior;

\*55 manutenções nas demais unidades da região metropolitana;

\*52 pedidos para extração de imagens;

\*35 manutenções em pórticos detectores de metais;

\*25 manutenções em equipamentos de Raio-X;

\*08 projetos de CFTV elaborados.

\*Total: 690 (seiscentos e noventa atendimentos)

## DIVISÃO DE PROTEÇÃO AO MAGISTRADO

### a) Administrativo:

Com aprovação em Sessão plenária da Resolução – GP-702016 datada de 30 de novembro de 2016, passa vigorar a nova nomenclatura de Divisão de Proteção ao Magistrado em substituição a Divisão de Segurança.

### Principais atribuições:

- 1. Tratar da segurança e proteção dos magistrados maranhenses, com objetivo específico de garantir a sua integridade física, dar proteção a suas ações, bem como garantir seu livre exercício e independência;
- 2. Realizar a segurança de magistrados em situação de risco ou ameaça, com o devido acompanhamento diário das ações de segurança;
- 3. Apoiar, receber e acompanhar Ministros, Presidentes e Desembargadores de outros tribunais;
- 4. Planejar o recolhimento de armas, através de requisições devidamente cadastradas no sistema DIGIDOC.
- 5. Participar das reuniões da DSIGM para o planejamento e execuções de ações de segurança.

### Operacional:

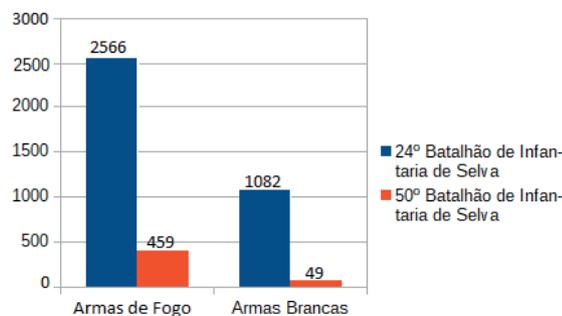
Recolhimento de armamento para destruição e/ou custódia

- A Divisão de Proteção ao Magistrado planejou e executou o trabalho de recolhimento de armas de fogo e armas brancas, referentes aos processos criminais em tramitação, as quais permanecem sob a guarda do Po-

der Judiciário.

- Durante os meses de janeiro a novembro do ano de 2019 foram atendidas 283 (duzentas e oitenta e três) requisições de recolhimento de armas, sendo recolhidas até o presente mês 4.344 (quatro mil trezentos e quarenta e quatro) armas.

- Foram encaminhadas para destruição 1.802 (um mil e oitenta e duas) armas brancas e 2.566 (duas mil quinhentos e sessenta e seis) armas de fogo ao 24º BIS (Batalhão de Infantaria de Selva) e 459 (quatrocentas e cinquenta e nove) armas de fogo para o 50º BIS (Batalhão de Infantaria de Selva) e 49 (quarenta e nove) armas brancas.



### Outras Atividades

- 1. Acompanhamento de magistrados para aquisição de armas de fogo de calibre restrito e permitido – 08 (oito);
- 2. Pedido de Renovação de Registro de Arma de fogo – 06 (seis);
- 3. Pedido de transferência de armamento – 02 (dois);
- 4. Pedido de aquisição de munições – 02 (dois);
- 5. Armas devolvidas para unidades judiciárias – 02 (duas);
- 6. Armas encaminhadas ao ICRIM para a realização de perícia – 02 (duas);
- 7. Armas restituídas por determinação judicial – 04 (quatro);
- 8. Armas devolvidas para unidades judiciárias – 02 (duas);
- 9. Escoltas e Segurança Aproximada

Durante o período de janeiro a novembro de 2019 foram implantadas 03 (três) escoltas a magistrados,

permanecendo ativa apenas uma, nesta data, por de liberação da Comissão Permanente de Segurança Institucional- CPSI.

### DIVISÃO DE INTELIGÊNCIA

#### Administrativo

Relatórios de inteligência

- Foram confeccionados 32 (trinta e dois) relatórios de inteligência.

Relatórios técnicos

- Foram produzidos 12 (doze) relatórios técnicos.

#### Operacional

Ocorrências envolvendo magistrados e servidores

- No período de janeiro a novembro do ano de 2019 foram atendidas 52 (cinquenta e duas) ocorrências envolvendo segurança institucional, conforme descritas a seguir:

- 01 arrombamento a fórum;
- 01 furto de celular em juizado;
- 01 princípio de incêndio.

#### Atendimentos envolvendo magistrados e servidores

- Foram computados 123 (cento e vinte e três) atendimentos a magistrados e servidores.

Apresentado o trabalho dos meses de janeiro a novembro do ano de 2019, a Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar cumpriu as metas estabelecidas pelo núcleo de planejamento estratégico do Tribunal, no tocante aos trabalhos de recolhimento e transporte de armas e munições, que permanecem contribuindo efetivamente para a extinção de casos de arrombamentos e invasões aos Fóruns, em todo o Estado. O principal objetivo é assegurar a integridade física de magistrados, servidores e todos os usuários dos serviços da justiça

Por fim, esta Diretoria permanece empenhada em cumprir sua missão no Tribunal de Justiça do Maranhão, apresentando protocolos e inovadoras medidas de segurança institucional, visando sempre o aprimoramento de nossas ações, tendo por finalidade garantir a independência do Poder Judiciário e a efetividade da prestação jurisdicional.



DIRETORIA

*Recursos  
Humanos*

## PROGRAMA DE EQUALIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E DINAMISMO DA PRODUTIVIDADE

### RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

#### Concurso de Ingresso

No dia 29.09.2019, foram aplicadas nas cidades de São Luís, Imperatriz, e Caxias, as provas objetiva e discursiva do concurso público para provimento de 63 cargos vagos e à formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal efetivo do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

O concurso, que foi realizado pela Fundação Carlos Chagas, recebeu um total de 65.221 inscrições, das quais 812 foram de candidatos com deficiência; e 13.560 de candidatos negros (cota PPP).

As vagas no mencionado concurso público foram distribuídas para os cargos de: Analista Judiciário – Analista de Sistemas – Desenvolvimento, Analista Judiciário – Analista de Sistemas – Suporte e Rede; Analista Judiciário – Engenheiro Mecânico; Analista Judiciário – Direito; Analista Judiciário – Assistente Social; Analista Judiciário – Psicólogo; Analista Judiciário – Psiquiatra; Oficial de Justiça; Técnico Judiciário – Apoio Técnico Administrativo; Técnico Judiciário – Hardware; Técnico Judiciário - Técnico em Contabilidade; Técnico Judiciário – Técnico em Edificações; Técnico Judiciário – Software.

**STATUS:** Processamento do resultado das Provas Objetivas e Discursivas para divulgação do resultado preliminar em 14.11.2019.

#### Adequação da Força de Trabalho

Terceirização de Mão de Obra nas áreas da Psicologia e Assistência Social

Tem por propósito incrementar as ações na área da psicologia e assistência social notadamente no tocante às atividades inerentes à gestão de pessoas que atualmente tem o foco preventivo, em se tratando de adoecimento no ambiente de trabalho e melhor qualidade de vida.

Expectativa inicial: 5 assistentes sociais e 10 psicólogos.

**STATUS:** Fase final de contratação.

#### Concurso de Remoção de Servidores Efetivos

Estão em andamento os IX e X Concursos de remoção de servidores efetivos do Poder Judiciário, publicados por meio dos editais EDT-GP-22019 e EDT-GP-52019, os quais ofertaram um total de 115 vagas para diversos cargos do Poder Judiciário.

O Concurso de Remoção tem por propósito a equalização de servidores para as unidades prioritárias, em atenção a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça – CNJ n.º 194, de 26 de maio de 2014, e aos requisitos de distribuição de casos novos e da taxa de congestionamento, considerados pela Resolução n.º 219, de 26 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

#### Programa de Estágio

O Programa de Estágio tem por objetivo oferecer aos estudantes regularmente matriculados em instituições públicas ou privadas conveniadas ao Tribunal de Justiça do Maranhão a oportunidade de complementarem sua formação escolar por meio de experiências profissionais e ações de desenvolvimento de futuros profissionais.

Se divide em duas modalidades: estágio obrigatório (curricular e não remunerado) e estágio não-obrigatório (extracurricular e remunerado).

Os convênios de estágio firmados com Instituições de Ensino têm por finalidade viabilizar a realização de estágio obrigatório para estudantes regularmente matriculados.

Nessa esteira, em 2019 foram firmados convênios de estágio com 5 instituições de ensino superior, a saber: 1. EDUFOR; 2. Faculdade Santa Luzia; 3. IEMA; 4. SUPREMO REDENTOR; e 5. UNINASSAU e foram renovados os convênios com as seguintes instituições de ensino superior: 1. UFPI - Universidade Federal do Piauí; 2. IFMA; 3. UNICEUMA; 4. FACAM; e 5. IESF.

Convém ressaltar ainda que em 17 de janeiro de 2019 fez-se a alteração na Resolução N.º 15, de 2018, substituída pela RESOLUÇÃO GP n.º 22019, que passou a regulamentar o programa de estágio no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. Foi alterada a redação do caput do artigo 7º, do artigo 10, do artigo 17 e acrescentando o artigo 14-A.

### **Estágio Nível Médio de Escolaridade**

Instituição do programa de estágio não-obrigatório para alunos de nível médio, com previsão de 200 vagas. Unidades contempladas: unidades jurisdicionais que tiveram perda de Auxiliares Judiciários no Concurso de Remoção ou que não esteja com a Tabela de Lotação de Pessoal completa.

Atualmente este Tribunal conta com 15 estagiários de Nível Médio, lotados na Comarca de São Luís.

Cumprido ressaltar que encontra-se em andamento processo administrativo que visa ofertar 185 vagas de estágio não-obrigatório para estudantes de nível médio.

**STATUS:** Em fase de contratação de empresa especializada para realizar alguns serviços necessários ao Processo Seletivo.

### **Estágio Nível Superior de Escolaridade**

Foram encaminhados 702 estagiários para cumprir estágio obrigatório (não remunerado) nos órgãos e unidades do Poder Judiciário.

Os cursos mais demandados em estágio obrigatório foram: Direito; Serviço Social; Biblioteconomia; Ciência da Computação; Psicologia; Arquitetura; Publicidade; Engenharia Civil; Ciências Contábeis; Engenharia Ambiental; Engenharia de Produção; Administração.

Tratando-se de estágio não-obrigatório, aquele desenvolvido como atividade opcional, e acrescido à carga horária regular e obrigatória, o Programa de Estágio do Tribunal contou no ano de 2019 com a participação de 22 estagiários de nível superior, estudantes do curso de Direito e remanescentes do Processo Seletivo realizado em 2016, lotados em São Luís e Paço do Lumiar.

Convém informar ainda que encontra-se em andamento processo administrativo que visa ofertar 195 vagas de estágio não-obrigatório de nível superior nas áreas de: Psicologia; Serviço Social; Enfermagem; Odontologia; Direito; Administração; Ciências Contábeis; Pedagogia; Ciências da Computação; Arquitetura; Engenharia Civil; Engenharia Elétrica; Engenharia ou Gestão Ambiental; Biblioteconomia; Comunicação Social; e História.

Serão contempladas com os estagiários recrutados as unidades jurisdicionais que apresentarem alta distribuição de casos novos ou elevada taxa de congestionamento e que estejam no raio de até 100 km das instituições de ensino; bem como as unidades administrativas que solicitaram estagiários em resposta à consulta feita pela DRH.

**STATUS:** Em fase de contratação de empresa especializada para realizar alguns serviços necessários ao Processo Seletivo.

### **Estágio Nível Pós-Graduação de Escolaridade – Projeto Residência em Prática Jurídica**

Instituição do programa de estágio para alunos de Pós-Graduação em Direito, com previsão de 55 vagas a serem ofertadas no próximo processo seletivo.

Esse projeto favorece a liberação de servidores para assumir cargo de liderança ou assessoramento sem prejuízo para unidade. Dessa forma, os servidores em destaque podem ter ascensão na carreira e melhor desempenho de suas habilidades e de seus talentos.

Unidades contempladas: unidades jurisdicionais em que existe Analista Judiciário – Direito exercendo cargo comissionado ou função gratificada e unidades com alta taxa de congestionamento.

**STATUS:** Em fase de contratação de empresa especializada para realizar alguns serviços necessários ao Processo Seletivo.

### **Implementação do Teletrabalho**

Consiste no trabalho à distância, remoto, a fim de satisfazer os interesses dos servidores, bem como da Administração. Iniciado em 2017, este projeto só ganhou impulso em 2018 e hoje se encontra em expansão para cargos anteriormente não contemplados.

Incentivo ao teletrabalho dos servidores que estão de licença para interesse particular.

Principal Vantagem Estratégica: diminuição do absenteísmo, aumento da produtividade, qualidade de vida do servidor, redução de custos.

**STATUS:** Aproximadamente 200 servidores com

demandas de teletrabalho.

## PROGRAMA DE GESTÃO DOS BENEFÍCIOS, INCENTIVOS E VALORIZAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

### Programa de descontos e vantagens

Consiste em programa voltado para os servidores do TJMA, com o fim precípua de estabelecer parcerias com empresas de variados setores, visando ofertar descontos e vantagens aos servidores públicos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, estendido aos seus dependentes, para obtenção de produtos e serviços nos estabelecimentos comerciais credenciados que desejarem participar do programa.

Principal Vantagem Estratégica: Formação de parcerias para fomentar a economicidade e motivação dos servidores.

**STATUS:** Ampliação no número de empresas parceiras. Em 2019 71 empresas aderiram ao programa. Atualmente tem-se um quantitativo de 154 empresas conveniadas.

### Auxílio bolsa

Consiste na concessão de recursos com o propósito de incentivar a capacitação de servidores em áreas de interesse da Administração e relacionadas ao cargo do interessado.

Instituído por meio da RESOL-GP – 12017, publicada na Edição nº 8/2017 do Diário da Justiça Eletrônico de 19/01/2017, o Auxílio-bolsa de Estudos consiste na concessão de auxílio financeiro aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão até o limite de 50% do valor da mensalidade e da taxa de matrícula para realização de cursos de graduação e de pós-graduação. O Auxílio é concedido, de acordo com o art. 67 do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão, aos servidores efetivos do Poder Judiciário que estiverem regularmente matriculados em cursos devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC, em níveis de graduação e pós-graduação, lato e stricto sensu, que se desenvolvam regularmente sob a forma de metodologia presencial no âmbito do território do Estado do Maranhão ou em

cidade limítrofe pertencente a estado vizinho.

O Auxílio-bolsa de Estudos é concedido mediante Processo Seletivo aos servidores interessados em receber da Administração do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, por meio de reembolso mensal e parcial, o valor de mensalidade e taxa de matrícula, referentes a cursos de graduação e de pós-graduação, na forma do disposto na RESOLUÇÃO GP nº 1 de 2017. A concessão do Auxílio-bolsa é destinada aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, que tenha sido regularmente aprovado no estágio probatório e que se encontrem em pleno exercício de suas atividades.

Até a data deste relatório, foram contemplados com o Auxílio-bolsa de Estudos 96 (noventa e seis) servidores, distribuídos nas quatro modalidades da seguinte forma:

- a) nível de graduação: 52
- b) nível de pós-graduação / modalidade Especialização: 25
- c) nível de pós-graduação / modalidade Mestrado: 16
- d) nível de pós-graduação / modalidade Doutorado: 03

A esse respeito, merecem ser feitas as considerações adiante:

1) atualmente, são beneficiários do Auxílio 38 (trinta e oito) servidores na modalidade Graduação, 21 (vinte e um) na modalidade Especialização, 10 (dez) na modalidade Mestrado e 03 (três) na modalidade Doutorado;

2) até esta data, concluíram suas formações: 17 (dezessete) Graduados, chegando a 19 (dezenove) ao final de 2019; 07 (sete) Especialistas, chegando a 10 (dez) no final do ano; e 03 (três) Mestres, chegando a 05 até o final de 2019;

3) o desembolso mensal, correspondente ao teto de 50% do valor da mensalidade, limita-se a R\$ 700,00 à Graduação, R\$ 800,00 à Especialização, R\$ 1.000,00 ao Mestrado e R\$ 1.500,00 ao Doutorado;

4) foram desembolsados mensalmente, até o final do semestre 2019.1, R\$ 17.763,34 (dezessete mil, setecentos e sessenta e três reais e trinta e quatro centavos), referentes às bolsas de estudos de Graduação, R\$ 3.632,13 (três mil, seiscentos e trinta e dois reais e treze

centavos) até o mês de abril/2019 e R\$ 3.347,13 (três mil, trezentos e quarenta e sete reais e treze centavos) de maio a junho/2019, referentes às bolsas de estudos de Especialização e outros R\$ 11.254,00 (onze mil, duzentos e cinquenta e quatro reais) referentes às bolsas de estudos de Mestrado.

Principal Vantagem Estratégica: Qualificação e aprimoramento dos servidores com direcionamento para as áreas de interesse do Judiciário maranhense.

**STATUS:** Tramitação da licitação.

### MERITUS

Programa de valorização dos servidores que consiste em um 'sistema de incentivos e recompensas', cujo objetivo é reconhecer o mérito de determinadas ações desempenhadas no ambiente organizacional, gerando o acúmulo dos créditos meritórios para posterior utilização dos benefícios institucionais elencados, a depender da pontuação obtida pelo servidor participante.

Principal Vantagem Estratégica: Valorização e Reconhecimento do Servidor.

**STATUS:** Publicação do segundo edital em outubro de 2019 e atualização do projeto com a publicação da Resolução n. 66/2019.

### Primeira mostra do servidor empreendedor do judiciário maranhense

Visa valorizar diferentes habilidades dos servidores e magistrados deste poder, incentivá-los a apresentar suas aptidões alheias ao ambiente de trabalho, bem como, compartilhar criatividade e empreendedorismo na Administração Pública.

Evento realizado no dia 27 de outubro no bojo das atividades comemorativas ao dia do servidor público, e contou com a participação de 30 servidores empreendedores. Entre as categorias participantes do evento, destacaram-se: artesanato; costura e moda; estética e maquiagem; festas e eventos; gastronomia; inovação e tecnologia; evento cosplay; produção cultural e responsabilidade social.

### Plano de saúde em convênio com a assefaz

Através do convênio celebrado com Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda – ASSEFAZ, o Tribunal de Justiça do Estado Maranhão busca proporcionar aos magistrados e servidores, ativos e inativos, e seus respectivos dependentes e agregados, bem como pensionistas, a possibilidade de ingresso em todos os Planos de Saúde ativos da Fundação ASSEFAZ com preços diferenciados.

**STATUS:** 800 Vidas captadas até 31/10/2019.

### PROGRAMA DE GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

#### Gestão por competências

Trata-se de um programa sistematizado que envolve atividades de planejamento, acompanhamento e diagnóstico, desenvolvido no sentido de definir e adequar perfis profissionais que proporcionem maior produtividade e maior satisfação, de modo a identificar os pontos de excelência e os de carência, suprimindo lacunas e agregando conhecimentos e experiências, tendo por base critérios objetivamente mensuráveis.

A Gestão por Competências, instituída pela Resolução GP nº 642018, já está em elaboração desde 2016 e vem alcançando avanços significativos desde o ano de 2018, notadamente no desenvolvimento e homologação do sistema PLANUS, bem como no mapeamento das competências nas unidades administrativas e judiciais.

Em 2019, retomou-se o mapeamento nas unidades administrativas e judiciais, bem como a alimentação e validação dos dados no sistema Planus.

**STATUS:** Mapeamento das competências das Unidades da Justiça do 1º Grau; Diretoria de Informática; DRH; e Corregedoria Geral de Justiça concluído.

#### Plano de ação para 2020

- Conclusão do Diagnóstico e Autodiagnóstico nas Unidades do 1º Grau: nov./dez. 2019;
- Definição do PDI: até julho de 2020;
- Mapeamento e diagnóstico das demais unidades.

des das áreas meio do Tribunal de Justiça e das Unidades Judiciais do 2º Grau (área-fim): a partir de 2020; e

d) Tratamento e análise dos dados extraídos do Diagnóstico e Autodiagnóstico: até fevereiro de 2020.

Principal Vantagem Estratégica: eficiência do processo de capacitação, redução de custos e mão de obra qualificada.

**STATUS:** Diagnóstico e definição de pesos dos CHAs das unidades judiciais mapeadas.

## FORMAÇÃO CONTINUADA EM LIDERANÇA CURSOS PROMOVIDOS

Este projeto decorre dos relatórios da pesquisa de clima organizacional realizada anualmente desde 2016, que evidenciou falhas no nível gerencial desta organização. Para tanto, foram fornecidas ações de treinamento com foco na gestão da emoção, escuta ativa, na apresentação de novo modelo mental e na empatia para se conquistar o processo de transformação de líderes.

Os cursos foram realizados em parceria com a Es-mam, FIEMA e Mackenzie. Dentre as linhas mais trabalhadas destacam-se:

1. Desenvolvimento da Liderança: Liderança de Alto Impacto; Liderança Coaching; Oficina de Liderança; Comunicação e Feedback; Avaliação de Desempenho por Competências para Gestores; Salário Emocional para Líderes.

Foram realizadas ações de treinamentos em parceria com a Mackenzie Soluções / Universidade Presbiteriana Mackenzie, com a finalidade de potencializar o processo de formação de líderes a partir da troca de experiências. Os cursos representaram uma ótima oportunidade à Administração do Tribunal de Justiça para proporcionar a busca por uma gestão participativa e estratégica, visando a eficiência na tomada de decisões dos futuros gestores do Judiciário maranhense.

Ao longo de 2019, foram realizados os seguintes cursos:

### I - Liderança de Alto Impacto

Período de Realização: 18 e 19/março/2019

Participantes: 29

Período de Realização: 20 e 21/março/2019

Participantes: 31

Período de Realização: 25 e 26/junho/ 2019

Participantes: 30

Período de Realização: 08 e 09/agosto/2019

Participantes: 38

### II - Team Coaching

Período de Realização: 14 e 15/março/2019

Participantes: 20

Período de Realização: 06 e 07/agosto/2019

Participantes: 21

Período de Realização: 28 e 29/agosto/2019

Participantes: 20

Período de Realização: 18 e 19/setembro/2019

Participantes: 19

### III - Oficina de Liderança

Período de Realização: 27 e 28/junho/2019

Participantes: 09

Período de Realização: 25 e 26/outubro/2019

Participantes: 11

Período de Realização: 02 e 03/outubro/2019

Participantes: 32

IV – Tomada de Decisão

Período de Realização: 24/junho/2019

Participantes: 28

**STATUS:** cerca de 150 pessoas, aproximadamente 20% dos cargos de liderança participaram da trilha de formação em liderança.

### Projeto roda de conversa

Encontros de servidores do RH, das áreas de administração e psicologia, com os Secretários Judiciais e Oficiais de Justiça, para discussão das principais problemáticas que envolvem o processo de gestão de pessoas.

**STATUS:** cerca de 15 turmas participaram do projeto totalizando 150 participantes.

### Atendimento ao público

Mais de 180 servidores foram treinados entre as comarcas de São Luís, Bacabal, Caxias, Imperatriz e

Pinheiro. O propósito é propiciar melhoria da prestação jurisdicional e ambiente de trabalho mais salutar. Este treinamento resultou em um grande encontro das pessoas treinadas cujo evento foi denominado de “1º Encontro de atendimento ao Público: Posso Ajudar?”

#### **Formação em coaching**

Formação de 4 servidores para atuarem como coaches com o propósito de impulsionar líderes na direção de seus objetivos e metas, reforçando e desenvolvendo capacidades e potencialidades da liderança e da equipe

**STATUS:** Em fase de atendimento.

#### **Gestão do desempenho**

Projeto que tem por escopo aprimorar a atual avaliação de desempenho com o objetivo de atingir resultados satisfatórios à missão da instituição, bem como reconhecer atividades de destaque que contribuem no desenvolvimento da equipe e melhoria da capacidade laboral dos servidores.

**STATUS:** Em fase de execução.

#### **Novo modelo de sistema de avaliação do desempenho**

Fase de descrição dos requisitos necessários ao desenvolvimento do sistema de avaliação do desempenho com a identificação das atividades necessárias à avaliação da performance.

**STATUS:** desenvolvimento do sistema

#### **Sistema de Avaliação da Performance dos Servidores**

Este projeto está em fase de concepção. Consiste na avaliação de atividades que extrapolam as funções do desempenho do cargo. São servidores que podem ser utilizados como vetores do conhecimento e do desenvolvimento de equipes. Também contribuem com apresentação de projetos e ações de melhoria para sua unidade ou aquela diversa de seu ambiente de trabalho.

**STATUS:** desenvolvimento do sistema

### **PROGRAMA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE PESSOAS**

#### **Criação de canal de comunicação com os secretários judiciais**

Com esta ação que envolveu a criação de um grupo de whatsapp, a Diretoria de Recursos Humanos estreitou as relações entre os titulares dos cargos de Secretário Judiciais, propiciando melhor troca de informações, práticas de secretaria, além de difundir os projetos relacionados à área de gestão de pessoas e esclarecer dúvidas/questionamentos.

#### **Projeto de identificação funcional**

1. Padronização da Carteira de Identidade Funcional de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário de acordo com a Resolução nº 78/2016 do CNJ.

2. Abertura de processo licitatório para aquisição de Carteiras de Identidade Funcional para os anos de 2019/2020 – Processo 56236/2018 (fase de cotação).

**STATUS:** quantidade de carteiras expedidas  
Servidores: 2.869 / Magistrados: 316

#### **Contratação de bases de dados especializadas**

Foram assinadas três bases de dados especializadas levantadas por esta Diretoria (sendo uma de e-books de diversas áreas do conhecimento/especialidades existentes no quadro do TJMA; outra de normas técnicas; e outra de doutrina, legislação e jurisprudência) com o objetivo de prestar serviços de informação especializada e atualizada de cunho jurídico por meio eletrônico/online aos servidores e membros do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, favorecendo o aprimoramento dos serviços judiciários e da prestação jurisdicional.

**STATUS:** sistema Target GEDWeb já disponível no site e intranet para acesso pelos servidores e membros do Tribunal. A vLex Brasil e Books and Journals está liberando os acessos para os

usuários do Tribunal no IP deste; enquanto a contratação da Minha Biblioteca já está aprovada e cumprindo as formalidades legais para chegar na liberação do acesso.

### **Recadastramento com a apresentação de declaração de bens**

Regulamentado pela Portaria GP nº 770/2018, foi realizado recadastramento obrigatório de magistrados e servidores ativos do Poder Judiciário com a finalidade de atualizar os dados constantes dos seus respectivos assentamentos funcionais, visando combater a prática do nepotismo, além de aperfeiçoar o sistema de controle de pessoal, especialmente no que se referiu à entrega das declarações de bens e renda relativas aos anos de 2011 a 2018, atendendo à exigência do CNJ.

### **Implantação do assentamento funcional digital (afd)**

Este projeto consiste na reorganização e digitalização dos documentos constantes dos dossiês funcionais físicos do arquivo da Divisão de Cadastro, visando ampliar e agilizar o acesso a estes documentos para os servidores e colaboradores das unidades vinculadas à DRH. Além disso, o projeto contribuirá não só para agilizar os processos de trabalho internos na área de pessoal, como também para a preservação destes documentos e para a ampliação do acesso à informação de pessoal.

O projeto garante acessibilidade aos documentos vinculados a uma matrícula e a criação de um repositório para se gerir, armazenar e consultar os documentos funcionais dos servidores e magistrados por meio de uma aplicação/ módulo dentro do sistema Digidoc.

A criação e implantação do Módulo do Assentamento Funcional Digital no sistema Digidoc, denominado Pasta do Servidor, em atualização ao módulo anteriormente desenvolvido com a denominação de Documentos de um Funcionário; por meio do qual se fará a digitalização e inserção dos documentos funcionais do acervo físico dos dossiês/pastas funcionais dos servidores e magistrados ativos do Tribunal e da Corregedoria-Geral de Justiça (aproximadamente 6.000 pastas); bem como a vinculação dos documentos fun-

cionais nato digitais produzidos no Digidoc nesse repositório.

Prazo Inicial: 02/2018.

Prazo Final: 12/20 (conclusão da digitalização).

Produto: Módulo denominado Pasta do Servidor no sistema Digidoc em desenvolvimento e fase de testes/homologação.

Próximas etapas: Execução com a digitalização do acervo físico de aproximadamente 6.000 pastas funcionais dos servidores e magistrados ativos; e a Importação dos documentos nato digitais produzidos no Digidoc de 2010 aos dias atuais para o Módulo Pasta do Servidor integrando os Assentamentos Funcionais Digitais dos servidores e magistrados.

**STATUS:** Em andamento. Fase de testes de homologação do sistema.

### **Desenvolvimento de aplicativo de gestão de pessoas**

Desenvolvimento de um aplicativo denominado Nexus RH para servidores e magistrados receberem e consultarem suas informações funcionais, tal como aquelas já disponibilizadas pelo portal do servidor (férias, contracheque, ponto, etc.) além de receberem notícias, avisos e notificações de pendências.

**STATUS:** Desenvolvimento da solução pela empresa PDCase com entrega prevista para 2020.

### **Canal de comunicação do servidor com a presidência**

Trata-se de aprimoramento do Projeto Conversa com o Presidente de autoria da Assessoria de Comunicação da Presidência. Nesta ação, o Presidente recebe até cinco servidores para conversar sobre a gestão, receber projetos, pleitos e permitir uma troca de experiências com as avaliações dos servidores pertinentes ao judiciário maranhense.

O projeto acontece na última sexta feira de cada mês e já teve três edições.

### **Módulo de substituição - MENTORH**

O módulo de substituição visa a automatização dos processos de SUBSTITUIÇÃO/PAGAMENTO,

permitindo de que haja redistribuição da força de trabalho para outras demandas da divisão.

Previsão de entrega: abril/2020.

### **Módulo de dependentes para o funben – MENTORH**

O cadastro individualizado dos servidores e seus respectivos dependentes para fins de Funben possibilita a parametrização do referido desconto com o benefício do Auxílio Saúde.

### **PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA E BEM ESTAR NO JUDICIÁRIO**

#### **Pesquisa de clima organizacional**

Tem como objetivo avaliar o grau de satisfação dos magistrados e servidores com o ambiente de trabalho, para diagnosticar o ambiente organizacional e, a partir das informações obtidas, definir as intervenções necessárias nesse ambiente visando atingir melhores resultados.

A 3ª edição da pesquisa de clima organizacional referente aos anos de 2018/2019 foi disponibilizada de 3 de dezembro de 2018 a 31 de janeiro de 2019 e contou com a participação total de 3.146 pessoas de um universo de 5.676 servidores. Quanto ao perfil dos participantes da pesquisa contou-se com a colaboração de 3.073 servidores; e 73 magistrados ativos. Os resultados apontaram um índice geral de satisfação de 73,85%, sendo classificado como BOM. A pesquisa realizada em 2017 apontou um índice bem semelhante de 72,31% apresentando a mesma classificação.

Os resultados por área temática (ambiente e condições de trabalho; relação institucional; e gestão de pessoas e liderança) mostraram que a área de Gestão de Pessoas e Liderança permanece com índice classificado como RAZOÁVEL, tendo aumentado apenas 2,29% em relação a 2017 (66,45%), registrando assim um índice de 68,74%, que mantém o conceito RAZOÁVEL alcançado nos 2 anos/edições anteriores.

#### **RH Itinerante**

O projeto RH Itinerante, de iniciativa da Diretoria de Recursos Humanos, em parceria com a Divisão Psicossocial e Divisão Médica, tem como finalidade

conhecer o ambiente organizacional, contemplando inicialmente as comarcas do interior do Estado, promovendo o desenvolvimento de ações que favoreçam a melhoria das relações interpessoais e prevenção de adoecimento no ambiente de trabalho. O resultado tem sido a melhoria contínua das equipes que compõem cada comarca, com o aprimoramento do trabalho alinhado à atividade-fim do Poder Judiciário

#### **Primeira Olimpíadas da Família Judiciária Maranhense**

O projeto tem por objetivo a integração e promoção da saúde física dos servidores do primeiro e segundo grau, efetivos e comissionados, extensivo aos membros da sociedade civil em geral.

Considerando o sucesso da corrida de rua, resolveu-se em 2019 ampliar o número de modalidades esportivas, acrescentando-se: futebol society; natação; e tênis de mesa.

O evento realizado no dia 27 de outubro de 2019, em homenagem ao Dia do Servidor, abrangeu 4 modalidades esportivas (corrida, com 507 inscritos; futebol, com 12 equipes; natação; e tênis de mesa, com 27 inscritos cada), teve por objetivo a integração dos magistrados, servidores do primeiro e segundo grau, efetivos e comissionados, extensivo aos membros da sociedade civil em geral, com foco na promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida.

#### **Projeto bem-estar psicológico do magistrado**

O projeto tem como objetivo principal investigar a incidência estresse associado ao trabalho, transtornos mentais e comportamentais no TJMA e do bem-estar psicológico dos magistrados e implementar medidas para amenizar tais situações. A proposta visa compreender a importância da qualidade de vida na prevenção de doenças.

Terá como estratégia o uso da tecnologia, a fim de promover maior acessibilidade e abrangência com menor custo.

O grande diferencial é que se partirá de um levantamento da qualidade de vida dos magistrados por meio da aplicação online de testes e escalas que meçam a qualidade de vida, estresse e resiliência.

Os dados que forem obtidos pela aplicação dos

instrumentos orientarão as ações que serão realizadas que incluem a produção de vídeos/tutoriais, bem como a criação do plantão psicológico semanal com a possibilidade de realizar orientações psicológicas por meio da plataforma de web-conferência deste Tribunal.

**STATUS:** Em fase de implantação.

### **Nova resolução do auxílio saúde**

Com a publicação da Resolução GP nº 652019, o servidor que comprove vínculo com plano de saúde, independentemente do valor pago, terá direito de receber o teto do Auxílio Saúde. Atualmente 3435 servidores recebem o teto.

No período de renovação, o servidor comprovará apenas o vínculo com plano de saúde no período de recebimento do benefício, não mais necessitando comprovar valores pagos.

Como consequência, espera-se reduzir o número de procedimentos de abertura de restituição ao erário por utilização indevida do Auxílio Saúde, redirecionando a força de trabalho até então concentrada nesses processos para outras demandas da Divisão de Direitos e Deveres.

Principal vantagem estratégica: Facilidade para renovação do benefício e redução do número de procedimento de abertura de restituição ao erário.

**Status:** Publicação da Resolução GP nº 65/2019

## **PROGRAMA DE SAÚDE INTEGRAL NO JUDICIÁRIO**

### **Saúde e qualidade de vida no judiciário**

Emparceria com o Núcleo Socioambiental, o programa tem por objeto a ação conjunta entre a UFMA e o judiciário maranhense com o intuito de realizar avaliações e intervenções de Qualidade de Vida nas áreas da medicina, psicologia, nutrição, educação física e fisioterapia.

Em 2019, o projeto foi assumido e redesenhado pela equipe técnica de saúde com ações realizadas nos polos de Itapecuru; Chapadinha; Paraibano.

Até o final do ano estão programadas ações nos

polos de: Paraibano de 23 a 25/10; Presidente Dutra e Zé Doca de 19 a 22/11; e Carolina de 11 a 14 de dezembro.

**STATUS:** Ações realizadas em 26 comarcas, totalizando, aproximadamente, 1,5 mil atendimentos.

### **Semana de atenção à saúde bucal dos colaboradores terceirizados**

A Divisão Odontológica, também preocupada com a saúde bucal dos colaboradores terceirizados, vem, há cerca de 5 anos, disponibilizando uma semana em seu calendário anual para atendimento exclusivo destes colaboradores lotados no prédio Sede do Tribunal de Justiça, na Corregedoria Geral de Justiça e no prédio do Centro Administrativo.

**STATUS:** No ano de 2019 foram atendidos 50 colaboradores e realizados 83 procedimentos durante a referida semana.

### **Projeto sorriso nota 10**

O Projeto Sorriso Nota 10, realizado no mês de outubro, durante a 'Semana da Criança', tem como finalidade atender filhos de magistrados e servidores com idade de 04 a 13 anos.

Durante a referida semana, de 14 a 18 de outubro deste ano, a Divisão Odontológica direcionou todo o seu atendimento para os dependentes com idade de 04 a 13 anos, de forma lúdica, festiva e educativa, com o intuito de enfatizar e criar a consciência nestes que os cuidados com a saúde bucal devem ser rotineiros e que visitas periódicas ao Dentista também são essenciais para a manutenção da saúde.

Como forma de motivação positiva, ao final do atendimento, as crianças com bom controle de saúde bucal recebem certificado de "SORRISO NOTA 10" e kit de higiene bucal. Os responsáveis pelas crianças com necessidade de tratamento são orientados a realizar agendamento, e ao final do tratamento essas crianças também recebem certificado e kit.

**STATUS:** Em 2019 foram atendidas 74 crianças e realizados 107 procedimentos.

### Avaliação anual de saúde

Projeto que objetiva mapear o perfil de saúde do quadro de pessoal, para implementação de políticas de prevenção e acompanhamento de problemas de saúde, assim como estimular os servidores e magistrados a cuidarem melhor da saúde e realizarem exames periódicos. Foram enviados por e-mail aos servidores diversos informativos sobre as patologias mais frequentes e como preveni-las.

Nos últimos dois anos, o Tribunal de Justiça destacou-se, entre os órgãos da justiça, no quesito adesão e envio de informações sobre a saúde de seus servidores e magistrados.

**STATUS:** Até o presente momento em 2019 foram concluídas 776 avaliações.

### POLÍTICA DE CARGOS E GOVERNANÇA

#### Descrição dos cargos comissionados e liderança

Considerando a necessidade de adequar o modelo de gestão de pessoas do Poder Judiciário às exigências da sociedade atual, às transformações das relações de

trabalho e aos avanços da tecnologia e da comunicação, bem como, à implantação de uma política de governança na área de Gestão de Pessoas, faz-se necessário regulamentar a descrição dos requisitos, atribuições e vedações para investidura nos cargos comissionados e de liderança do Poder Judiciário.

#### Ocupação de cargos comissionados por servidores do quadro

Projeto consiste no cumprimento da Resolução nº 88-2009 do Conselho Nacional de Justiça e tem o consequente impacto na política de valorização do quadro de pessoal efetivo do judiciário.

#### Ambientação dos novos servidores

Visa proporcionar aos recém-nomeados uma visão sistêmica da instituição, bem como, prepará-los para exercer eficazmente o serviço público nas unidades de trabalho, com a finalidade da contínua melhoria da prestação jurisdicional.

#### Comitê gestor local de gestão de pessoas

Comitê organizado para definição das políticas de Gestão de Pessoas para o ano de 2020. Previsão da próxima reunião em 21.10.2019

### COMPOSIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO

SEGMENTO	QUANTIDADE
Magistratura de Segundo Grau	30
Magistratura de Primeiro Grau	337
Servidores Efetivos	3618
Servidores Estáveis	178
Servidores Comissionados	994
Servidores Reintegrados	40
Servidores Requisitados	26

**Quadro das avaliações de desempenho dos servidores de carreira**

2.214 de avaliações no ano 2018

**CONCEITOS OBTIDOS**

Excelente	1.994
Bom	181
Satisfatório	31
Insuficiente	08

**Números de processos analisados**

Nº	Assunto	Quantidade
01	Promoção funcional De servidor	1249
02	Adicional de qualificação	608
03	Avaliação de desempenho	138
04	Meritus	79
05	Progressão funcional	24
06	Reconsideração de avaliação	19

**GESTÃO POR COMPETÊNCIAS – AÇÕES 2019**

Atividades Desenvolvidas na Gestão Por Competências	Data de Entrega	Status
Mapeamento das Unidades Judiciais (1º Grau):	1º SEM/2018	Realizado
Mapeamento das Competências das Unidades de Trabalho do TJMA (atividade meio): Diretoria de RH e Diretoria de Informática.	Maior/2018	Finalizado
Desenvolvimento do Sistema para Gestão de Competências PLANUS		Finalizado
Realização das Avaliações Por Gestão de Competências nas unidades levantadas	30/01/2018	Em andamento
Elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) dos servidores já levantados	30/03/2018	Em andamento
Homologação do Sistema da Gestão por Competências (PLANUS)	Outubro/2018	Finalizado
Alimentação do Sistema da GPC (PLANUS) com as informações já existentes.	Setembro/Outubro 2018	Finalizado

Realização de diagnóstico e autodiagnóstico em unidade piloto do RH (Divisão de Direitos e Deveres)	Outubro/2018	Finalizado
Definição dos pesos do CHA do 3º JECRIM pela Magistrada	Novembro/2018	Finalizado
Autodiagnóstico realizado pelos servidores do 3º JECRIM	Novembro/2018	Finalizado
Diagnóstico do 3º JECRIM pela magistrada	06/12/2018	Agendado
Levantamento das Necessidades de Treinamento para 2019 baseado na GPC (Formulário LNT para o 2º Grau)	30/11/2018	Finalizado
Planejamento para 2019: Definição de pesos do CHA, Autodiagnóstico e Diagnóstico em São Luís e Comarcas do Interior.	A partir de 20/01/2019	Em planejamento.
Aprovação da Resolução da Instrutoria Interna (RES-GP-542018)	25/09/2019	Finalizada.
Aprovação da Resolução da Gestão por Competências (RES-GP-642018)	outubro/2018	Pendente de Assinatura pela Presidência.

## AUXILIO BOLSA

<b>Atividades Desenvolvidas no Auxílio Bolsa</b>	<b>Data de Entrega</b>	<b>Status</b>
Lançamento do edital EDT-GP-32017 (este edital ofereceu, inicialmente 20 vagas para graduação, 10 para Especialização, 10 para Mestrado e 05 para Doutorado.	25/05/2017	Em manutenção em 2018
O Auxílio Bolsa contempla o benefício de 50% da mensalidade de cursos de graduação, especialização e mestrado. (não houve candidatos ao Doutorado) Total de servidores beneficiados: 45 (referência: NOV/2018)	Junho/2017	Em manutenção em 2018

## DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS

<b>Ações para o desenvolvimento da liderança e melhoria nos resultados do Judiciário Maranhense</b>		<b>Status</b>
<p>Ações para o desenvolvimento da liderança e melhoria nos resultados do Judiciário Maranhense:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Curso Liderança Coaching.</li> <li>-Curso Liderança de Alto Impacto (para magistrados e servidores).</li> <li>-Comunicação e FeedBack.</li> <li>-Atendimento ao Público (para melhoria da prestação de serviços ao jurisdicionado) – São Luís e comarcas do interior.</li> <li>-1º Ponto de Encontro- “Posso Ajudar?” (sobre as práticas pós curso de Atendimento ao Público).</li> <li>-Roda de Conversa (Avaliação do seu papel como líder: uma abordagem do processo de comunicação e tomada de decisão. 4 edições</li> <li>- Workshop Gestão por resultados no poder judiciário.</li> <li>-Curso Salário Emocional para líderes e gestores.</li> <li>-Assédio Moral nas Organizações: como Minimizar e Promover um Bom Ambiente de Trabalho.</li> <li>-Avaliação de desempenho por Competências.</li> </ul>		Realizados.
<p>III Seminário de Integração dos servidores do Poder Judiciário. (em 13 Comarcas do Estado do Maranhão)</p>	De 22 a 27/10	Realizados.

## ATENDIMENTO INTEGRAL À SAÚDE DOS MAGISTRADOS E SERVIDORES

PROJETO RHI // TOTAL DE ATENDIMENTOS INDIVIDUAIS NAS VISITAS - 96

### COMARCAS VISITADAS EM 2018

Pindaré Mirim	8
São Bento	10
São Domingos do MA	13
São Mateus	9
São Vicente de Ferrer	7
Tutum	12
Barreirinhas	4
Bom Jardim	8
Icatu	11
Humberto de Campos	6
Morros	8

### Atendimentos psicológicos

**388** atendimentos

### Atendimentos sociais

**98** servidores e dependentes

### Servidores em Readaptação

**16** servidores

## SERVIÇOS MÉDICOS DEMANDADOS

### Atendimento médico

**1721** consultas

### Atendimento de enfermagem

**1019** atendimentos

## ATENDIMENTOS ODONTOLÓGICOS

### BOLETIM DE PRODUTIVIDADE - JAN a NOV. 2018

N.º	PROCEDIMENTO REALIZADO		
1	AJUSTE OCLUSAL	A. O.	38
2	APLICAÇÃO TÓPICA DE FLÚOR	A.T.F	1.208
3	CAPEAMENTO DIRETO	C.D	06
4	CAPEAMENTO INDIRETO	C.I	57
5	CIMENTAÇÃO DE PROVISÓRIO	C.P	20
6	DRENAGEM DE ABSCESSO	D.A.	06
7	EXAME CLÍNICO	E.C	958
8	EXODONTIA DENTE DECÍDUO	EXO.D	56
9	EXODONTIA PERMANENTE	EXO.P	21
10	GENGIVECTOMIA	GECT	02
11	ORIENTAÇÃO DE HIGIENE BUCAL	O.H.B	1.277
12	PERÍCIA ODONTOLÓGICA	PER	02
13	POLIMENTO DE RESTAURAÇÃO	POL. RA	1.773
14	PRESCRIÇÃO MEDICAMENTOSA	P.M.	138
15	PROFILAXIA ORAL	P.O	1.239
16	PULPOTOMIA DE DECÍDUO	PULPO	02
17	RADIOGRAFIA PERIAPICAL	RX	219
18	RASPAGEM FECHADA	R. F	1159
19	REMOÇÃO DE SUTURA	R.S	18
20	RESTAURAÇÃO DE AMÁLGAMA	R. AM	13
21	RESTAURAÇÃO DE IONÔMERO	R. I	99
22	RESTAURAÇÃO DE RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL	R.R.F	1.635
23	RESTAURAÇÃO PROVISÓRIA	R.P.	178
24	SELANTE	SE	169
*	TOTAL DE PROCEDIMENTOS	T.P	12.256
*	TOTAL DE PACIENTES ATENDIDOS	T.P.A	3.261
*	URGÊNCIA	URG	389

## RELATÓRIO QUANTITATIVO DAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELA DIVISÃO DE EXPEDIÇÃO E CONTROLE DE ATOS (DECA) EM 2019

### Movimentação divisão direitos e deveres

#### QUANTITATIVO POR ASSUNTO - 2019

PERÍODO DE APURAÇÃO: 01.01.2019 a 31.10.2019

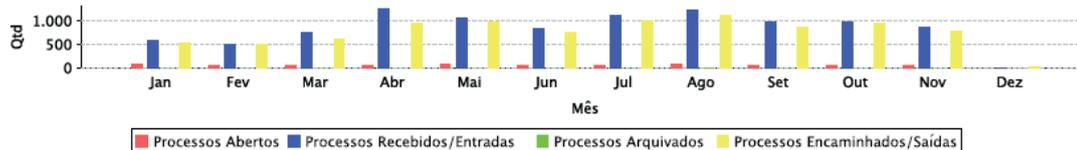
ASSUNTO	QUANT.
AUXÍLIO SAÚDE	7941
SUBSTITUIÇÃO/PAGAMENTO	5136
LICENÇA PRÊMIO - SERVIDOR/MAGISTRADO	2814
RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO/DEVOLUÇÃO DE VALORES	2785
CERTIDÕES/DECLARAÇÕES/INFORMAÇÕES FUNCIONAIS	2545
INCLUSÃO DE DEPENDENTES	1800
APOSENTADORIA/SIMULAÇÃO/ABONO DE PERMANÊNCIA	1300
GRATIFICAÇÃO JUDICIÁRIA (GAJ)	975
VALE TRANSPORTE/AUXILIO TRANSPORTE	974
TELETRABALHO	928
INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS	428
INCORPORAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO	320
REMOÇÃO DE MAGISTRADO/SERVIDOR	165
OUTROS	2602
<b>TOTAL</b>	<b>30713</b>

### RELATÓRIO ESTATÍSTICO DE MOVIMENTAÇÃO - CDR

#### Crítérios da Consulta

Setor: COORDENADORIA DE DIREITOS E REGISTROS; Ano: 2018;

COORDENADORIA DE DIREITOS E REGISTROS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Processos Remanescentes mês anterior	0	210	383	737	904	1046	1212	1388	1568	1665	1804	1789
Processos Abertos	93	55	45	49	73	57	63	68	52	65	54	0
Processos Recebidos/Entradas	592	510	742	1260	1072	843	1119	1222	986	984	859	3
Processos Arquivados	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Processos Encaminhados/Saídas	530	510	614	955	978	758	1016	1113	858	952	774	18





DIRETORIA  
*de Informática*

## AÇÕES REALIZADAS

### **Tribunal fica em 3º lugar entre os tribunais estaduais de médio porte.**

Classificação do TJMA como o 3º melhor em TI entre os tribunais estaduais de médio porte no levantamento iGovTIC-JUD 2019, realizado em setembro de 2019, pelo CNJ.

### **Timon, Caxias e Imperatriz recebem a instalação de novos servidores de rede.**

Instalação de novos equipamentos de rede nos fóruns de Timon, Caxias e Imperatriz. Os equipamentos permitem mais velocidade no acesso à rede, além de possibilitar maior controle, aumentando a segurança dos arquivos

### **Instaladas salas de videoconferência em Codó, Coroatá, Barreirinhas e Maracaçumé.**

Instalação de salas de videoconferência nos fóruns de Codó, Coroatá, Barreirinhas e Maracaçumé. O serviço de videoconferência é utilizado para a realização de audiências e reuniões virtuais, evitando deslocamentos e agilizando a comunicação.

### **Implantado um novo sistema Gerador de Custas para o Judiciário.**

Implantação da nova versão do sistema utilizado para geração de boletos de custas no Judiciário. A nova versão do sistema, que foi totalmente reescrito, possui suporte multiplataforma, pode ser utilizada na web, em celulares e tablets e permite a geração de boletos de custas de forma mais prática e rápida.

### **Lançado o App do sistema TermoJuris.**

Lançamento do aplicativo TermoJuris para dispositivos móveis. Disponível para Android e iOS, o App permite consultar a produtividade dos magistrados de 1º Grau, a partir do celular ou do tablet.

### **ESMAM, Presidente Dutra, Pedreiras e Pinheiro recebem novas centrais de telefonia.**

Instalação de uma nova central de telefonia fixa na ESMAM e nos fóruns de Presidente Dutra, Pedreiras e Pinheiro. A central, que está integrada à rede de da-

dos do Judiciário, permite maior controle das ligações, com o cadastramento de usuários e a geração de relatórios de consumo.

### **Implantação do selo eletrônico nas serventias extrajudiciais.**

Implantação do selo eletrônico, atendendo às metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para os serviços extrajudiciais de todo o Brasil.

### **Implantada solução de WEB Conferência para realização de audiências e reuniões.**

Implantação de uma nova solução de videoconferência para a realização de audiências e reuniões. Baseada em software livre, a solução adota o conceito de Web Conferência e permite a realização de reuniões e audiências, pela Internet, através de um software instalado no Tribunal, com possibilidade de compartilhamento de apresentações, voz, vídeo, textos e arquivos.

### **Lançada a consulta pública de produtividade de magistrado.**

Disponibilização de consulta pública de produtividade de magistrados de 1º Grau. Disponível a partir do Site da Corregedoria, a consulta permite acompanhar a quantidade de sentenças, decisões e despachos, entre outras informações.

### **Tribunal lança serviço de aviso de protocolo de processo no plantão.**

Desenvolvimento de um serviço que avisa o protocolo de processos em plantão. O serviço já está ativo para o plantão de 2º Grau e funciona através do software de mensagens Telegram, que avisa quando um processo é protocolado durante o plantão judicial.

### **Sistema de monitoramento de consumo é implantado no Judiciário.**

Implantação do sistema Monitor no Judiciário. Relacionado a gestão socioambiental, o Monitor permite o acompanhamento, em tempo real, do consumo de suprimentos e materiais, maior controle na distribuição e gestão de suprimentos.

### **Santa Helena e Viana recebem salas de videoconferência.**

Instalação de salas de videoconferência nos fóruns de Santa Helena e Viana. O serviço de videoconferência será utilizado para a realização de reuniões virtuais, conectando as unidades do Judiciário, evitando deslocamentos e agilizando a comunicação de magistrados e servidores. Ao todo já são 30 comarcas com salas de videoconferência.

### **Comarca de Bom Jardim recebe sala de depoimento especial.**

Instalação de sala de depoimento especial na comarca de Bom Jardim. A medida atende à Resolução nº 33 do CNJ e permite a oitiva de crianças e adolescentes que foram supostamente vítimas de crimes contra a dignidade sexual, por meio de um procedimento especial que resguarda a intimidade do menor. Ao todo, já são 46 salas de depoimento em todo o Estado.

### **Processo judicial eletrônico implantado em 100% das comarcas.**

Cumprimento o plano de implantação do Pje em todas as comarcas do Maranhão. Com a implantação o Tribunal atinge 100% das comarcas e o PJe passa a receber mais de 85% da distribuição de 1º Grau da justiça maranhense.

### **Ampliação de links de dados em fóruns e juizados.**

Ampliação dos links de dados das comarcas de Zé Doca e Mirinzal com capacidade de transmissão duplicada, sem aumento de custo para o Judiciário.

### **Núcleo de Monitoramento e Estatística da CGJ.**

Operação de unidade para monitoramento de produtividade e acompanhamento de estatísticas de 1º Grau. Os dados são coletados dos diversos sistemas judiciais, através de técnicas de Datawarehouse, e exibidos de forma gráfica no sistema TermoJuris, criado pela Diretoria de Informática.

### **Digitalização do Acervo.**

Disponibilização da nova versão do sistema PJe

que permite o cadastro de ações que tramitam em meio físico. A nova funcionalidade possibilita a digitalização do acervo físico nas unidades que utilizam o PJe. A meta é digitalizar 500 mil processos até abril de 2020.

### **Nova solução de correio eletrônico institucional.**

Implantação de uma nova solução de correio eletrônico corporativo, o Zimbra Collaboration. O Zimbra Collaboration, solução baseada em software livre, é um ambiente de colaboração, integrando um e-mail inteligente, que contempla mensagens, tarefas, contatos, calendário, arquivos e aplicativos.

### **App que permite gerar certidão pelo celular e tablet.**

Lançamento do App para geração de certidão negativa, o “Jurisconsult”. O aplicativo, disponível para Android e iOS, permite a geração de certidões negativas diretamente no celular, com base em pesquisas nos sistemas judiciais.

### **Instalação de novos equipamentos nas unidades.**

Instalação de novos equipamentos de informática nas unidades de 1º e 2º Grau. Foram instalados novos computadores, scanners, impressoras, kits de gravação de audiência, monitores, entre outros dispositivos.

### **Reativação da sala de videoconferência na sede do Tribunal.**

Reativação, na sede do TJMA, de uma sala para realização de videoconferências. O local vai permitir a realização de conferências à distância com o CNJ, outros tribunais, comarcas do interior e demais órgãos da Administração.

### **Manutenção corretiva e preventiva em comarcas.**

Serviços de manutenção corretiva e preventiva em equipamentos de informática, redes lógicas e telecomunicações, em trinta comarcas, garantindo o funcionamento das unidades judiciais. Em mais de trinta comarcas receberam serviços de manutenção corretiva e preventiva em equipamentos de informática, redes lógicas e telecomunicações, garantindo o funcionamento das unidades judiciais.

### **Integração PJe x Defensoria Pública.**

Integração do PJe com o sistema de informações da Defensoria Pública. A medida permite que o sistema usado pela Defensoria envie, automaticamente, processos e manifestações ao PJe, sem interferência humana.

### **Instalação de novos kits de gravação de audiência.**

Instalação de novos kits de gravação de audiência em unidades judiciais de 1º Grau, permitindo o registro em vídeo de audiências cíveis e criminais. As instalações agilizam a realização das audiências, eliminando a necessidade de registro escrito.

### **Novas versões de sistemas de informação.**

Novas versões de sistemas de informação, contemplando as áreas judicial e administrativa, foram desenvolvidas, totalizando 38 atualizações, que acrescentaram diversas funcionalidades aos softwares do Judiciário.

### **Integração Regesta x IBGE.**

Integração do sistema Regesta, responsável pelo registro de nascimentos e óbitos, utilizado pelas serventias, com o IBGE. A integração permitirá que o Regesta gere dados dos registros civis para envio ao sistema do IBGE, agilizando a troca de informações.

### **Implantação do novo sistema de Ponto Eletrônico.**

O novo sistema de Ponto Eletrônico (Tempore), desenvolvido em plataforma mais moderna, funciona agora com qualquer navegador e nos principais sistemas operacionais disponíveis, com mais agilidade na leitura da digital e no registro da frequência e está sendo implantado em todas as comarcas.

### **Segundo certificado digital para magistrados.**

Disponibilização de um segundo certificado digital a todos os magistrados. A partir de agora cada juiz terá direito a dois certificados digitais, para uso com o PJe e demais soluções que utilizem essa tecnologia.

### **Justiça em Números 2019.**

A aplicação JN2019, responsável pela apuração da produtividade do Judiciário, permite a participação no Justiça em Números 2019 do CNJ, coletando dados dos sistemas judiciais, utilizando tecnologia de BI – Business Intelligence.

### **GPJ 2019**

A aplicação GPJ2019, desenvolvida para a coleta e tratamento da produtividade das unidades judiciais e administrativas, processa milhões de registros, utilizando tecnologia de BI – Business Intelligence.

### **Eventos 2019**

Apoio a diversos eventos do Judiciário em 2019, como Ação Global e Casamentos Comunitários, entre outros, fornecendo serviços de suporte técnico, links de internet, redes, computadores, scanners e impressoras.

### **Capacitações em TI.**

Realização de treinamentos para capacitar servidores, magistrados, delegados, promotores e outros usuários nas soluções de tecnologia da informação do Judiciário.

### **Novos equipamentos de rede no Prédio Sede do TJ e CGJ.**

Instalação de novos equipamentos de conexão de rede no prédio sede e na CGJ. A ação permite a renovação dos equipamentos atualmente em uso, com mais de 10 anos, com ganhos de segurança e performance na rede lógica das unidades.

### **Novos equipamentos de acesso à Internet.**

Instalação de dois novos equipamentos no Data-center. Os equipamentos, do tipo Roteador BGP, possibilitarão a melhoria no acesso aos sistemas do Judiciário através da Internet, permitindo o uso balanceado de links de dados, o que aumentará a disponibilidade dos serviços em caso de falha em um dos links.

### **Sistema para controle de terceirizados.**

Início da operação do sistema Tertium. O sistema permite aos gestores de Contratos de mão de obra terceirizada o controle e validação, das notas fiscais emitidas pelos fornecedores, garantindo a conformidade

com a quantidade de terceiros contratados e efetivamente alocados em cada cargo.

de informática. A previsão para 2019 é de mais de 93 mil atendimentos.

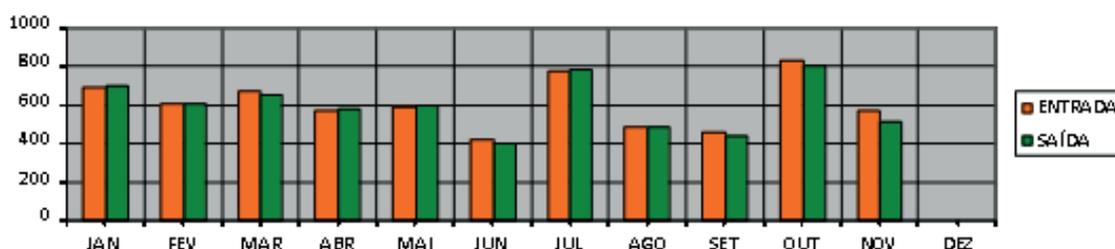
### Atendimentos de TI.

Ao longo dos primeiros nove meses do ano, mais de 68 mil atendimentos a servidores, magistrados, advogados e demais usuários foram efetivados pelas equipes de TI e permitiram o uso eficaz dos recursos

### TI EM NÚMEROS

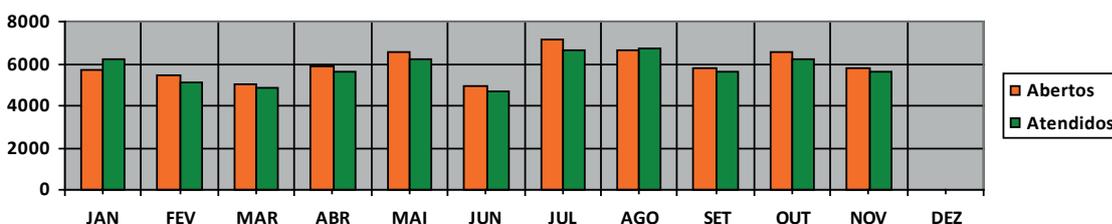
Produtividade dos diversos setores da Diretoria de Informática, possibilitando avaliar a demanda de trabalho em cada coordenadoria e a efetividade no atendimento das solicitações de magistrados e servidores.

### Manutenção de Equipamentos



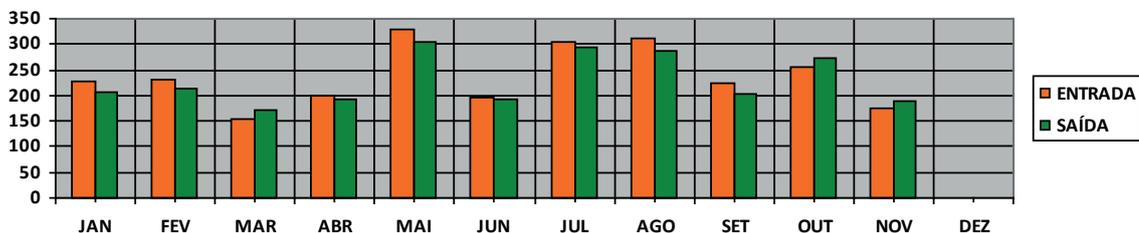
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ENTRADA	692	612	673	574	587	417	772	485	456	831	566		6.665
SAÍDA	697	606	652	583	598	402	782	486	443	804	510		6.563

### Atendimento ao Usuário



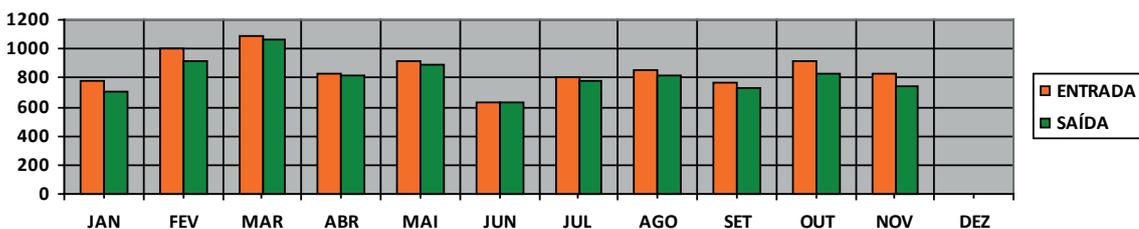
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ABERTOS	5731	5467	5046	5862	6542	4901	7189	6650	5805	6556	5777		65.526
ENCERRADOS	6193	5105	4871	5592	6191	4697	6634	6763	5630	6179	5625		63.480

### Administração das Redes de Dados e Telefonia



	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ABERTOS	229	232	153	199	329	197	303	310	225	254	175		2.606
ENCERRADOS	205	214	171	194	304	191	294	288	204	272	188		2.525

### Administração de Sistemas de Informação



	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ABERTOS	781	1002	1093	824	920	635	807	853	764	918	835		9.432
ENCERRADOS	709	912	1066	819	896	631	783	815	729	829	743		8.932

### Atendimento das Demandas de Tecnologia





NUCLEO  
*de Gestão*  
*Socioambiental*

## AÇÕES 2019

### Sensibilização e capacitação

Treinamento de “Combate a Princípios de Incêndio” com funcionários terceirizados que trabalham na sala de armazenamento de resíduos na sede do TJMA, em março de 2019. Com a parceria da Diretoria de Segurança Institucional, os terceirizados foram treinados e orientados para trabalhar na prevenção de incêndios e em situações de emergência.

O curso “Licitações Sustentáveis realizado em agosto com o apoio da Escola Superior da Magistratura (Esmam), no mês de agosto. Foi abordado na teoria e na prática, como o Judiciário maranhense pode incluir critérios de sustentabilidade nos processos licitatórios. Durante a capacitação, a facilitadora Teresa Villac abordou as licitações sustentáveis no Brasil, seus fundamentos jurídicos e fases para implementação, que vão do planejamento à gestão de resíduos.

No Dia do Meio Ambiente, 5 de junho, o Núcleo Socioambiental lançou no auditório do Centro Administrativo do TJMA (Rua do Egito, Centro) para servidores e gestores presentes, a Campanha Destralhe 2019 e o Prêmio TJMA Sustentável para servidores e unidades do Judiciário maranhense.

O Curso “Introdução à Gestão Socioambiental” teve a sua primeira edição nos meses de outubro e novembro e também teve a parceria da Esmam. A capacitação socioambiental a distância contou com 22 alunos das comarcas de São Luís e do interior. As ações do Núcleo para efetivar a Política de Sustentabilidade do TJMA foram detalhadas para os participantes, que também compartilharam suas experiências e a realidade dos seus locais de trabalho. O histórico da sustentabilidade e as legislações referentes a temática foram outros eixos apresentados.

As ações socioambientais do TJMA foram apresentadas no 3º Seminário Sul-mato-grossense de Gestão Socioambiental do Poder Judiciário. A convite do TJ Mato Grosso do Sul, o des. Jorge Rachid (presidente da Comissão do Plano de Logística Sustentável do TJMA) apresentou as experiências do Poder Judiciário do Maranhão no evento.

### Compras e contratações sustentáveis

O Tribunal de Justiça do Maranhão é um dos órgãos da Ecoliga que aderiu a compra compartilhada de papel A4. A iniciativa é uma forma de alcançar a economia de escala por meio das compras e contratações sustentáveis. Essa será a primeira compra compartilhada por órgãos públicos do Maranhão realizada pelo site do Comprasnet.

### Qualidade de vida no ambiente de trabalho

O Programa de Qualidade de Vida realizado pelo Núcleo Socioambiental em parceria com a Diretoria de Recursos Humanos, contemplou 26 comarcas e a CGJ em 2019: sedes Itapecuru (Itapecuru, Anajatu-ba, Cantanhede, Morros, Rosário e Vargem Grande); Chapadinha (Brejo, Chapadinha, Buriti, Santa Quitéria, São Bernardo, Urbano Santos e Vargem Grande); Colinas e São João dos Patos (Colinas, São João dos Patos, Buriti Bravo, Mirador, Pastos Bons e Paraibano); Presidente Dutra (Presidente Dutra, Dom Pedro, São Domingos do Maranhão, Tuntum); Corregedoria Geral da Justiça (capital); Balsas (Balsas, São Raimundo das Mangabeiras e Riachão). Foram realizados cerca de 1.300 procedimentos, sendo atendidos servidores, magistrados e terceirizados, nas áreas de Psicologia, Eletrocardiograma, Educação Física, Fisioterapia e Nutrição.

### Eficiência energética

O Núcleo, em parceria com a Cemar, realizou troca de lâmpadas comuns por led no Fórum de Imperatriz, nos dias 13 a 15 de maio, sendo atendidos 335 servidores e jurisdicionado, com 993 lâmpadas trocadas gratuitamente.

### Gestão de resíduos

Efetivação da gestão de resíduos em três unidades judiciais (Coordenadoria de Material e Patrimônio, Arquivo da Corregedoria e 14º Juizado Especial de Relações de Consumo. Em 2019, o Poder Judiciário do Maranhão descartou de forma ambientalmente adequada: 82 toneladas de resíduos sólidos, 71 quilos de medicamentos e 35 quilos de pilhas/baterias.



FERJ

*Fundo Especial  
de Modernização  
e Reaparelhamento  
do Judiciário*

O Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário FERJ foi criado pela Lei Complementar nº 48, de 15 de dezembro de 2000, do Estado do Maranhão, e regulamentado pela resolução nº 02/2001 TJ. As atividades deste Fundo estão diretamente relacionadas à sua missão institucional que é a de prover o Tribunal de Justiça de recursos orçamentários para reaparelhar e modernizar o Judiciário maranhense.

Para atingir seu desiderato, o FERJ utiliza 100% (cem por cento) dos valores provenientes das custas e despesas processuais, da taxa judiciária, do preparo de recursos, das multas aplicadas ao espólio, das multas processuais cíveis e administrativas e das fianças; e 12% (doze por cento) dos emolumentos das serventias extrajudiciais.

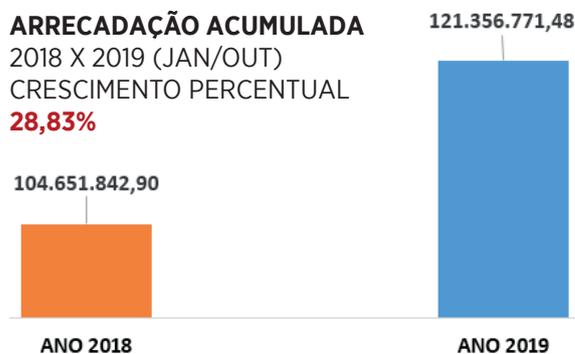
No ano de 2009, foi instituído o Fundo Especial das Serventias Extrajudiciais de Registro Civil das Pessoas Naturais FERJ por meio da Lei Complementar nº 130, de 29 de dezembro de 2009, com o objetivo de prover a gratuidade do Registro Civil de Nascimento e de Óbito prevista na Lei nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997, bem como de atender as determinações do art. 8º da Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000.

Atualmente, o FERJ tem a seguinte estrutura organizacional: 01 (uma) Diretoria, 01 (uma) Coordenadoria e 03 (três) Divisões a de Fiscalização, a de Arrecadação e a do FERJ. O FERJ desenvolve suas atividades através das subdivisões específicas que foram

desenvolvidas para tornar o Fundo eficiente em todos os trabalhos realizados.

### ARRECADAÇÃO FERJ

Conforme artigo 3º da Lei nº 48/2000 e as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 124/2009, há 31 (trinta e um) diferentes tipos de fontes de receita do FERJ, dentre as quais destacam-se o recolhimento de custas e despesas processuais, a taxa de 12% sobre os emolumentos das serventias extrajudiciais, repasses financeiros dos interinos, dívida ativa do Estado e receitas oriundas de auditorias externas.

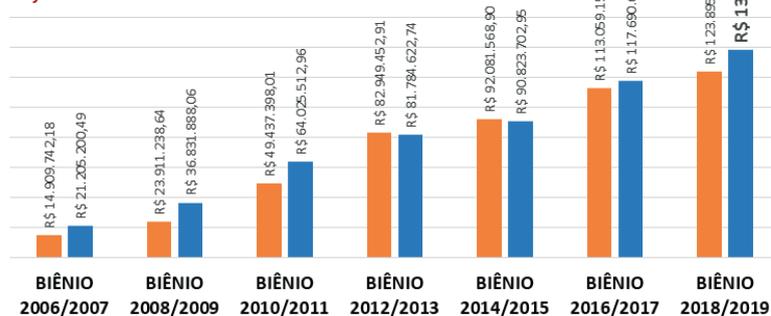


Verifica-se que o crescimento comparativo, entre o mesmo período dos anos de 2018 e 2019, foi de **R\$ 16.704.928,58** o que representa um crescimento acumulado de **28,83%**, superando os bons resultados conseguidos no ano de 2018.

### EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO NOS ÚLTIMOS 14 ANOS

CRESCIMENTO ATUAL BIÊNIO

**13,65%**



Ao analisarmos o biênio 2018/2019, em relação ao biênio anterior (2016/2017), verifica-se um crescimento acumulado de **R\$ 31.502.610,65**, o que representa um incremento na arrecadação de **13,65%**. Porém, ao analisarmos a evolução da arrecadação nos últimos 14 anos, o atual biênio atingiu uma marca histórica na arrecadação, cujo percentual foi de **828%** de aumento. **Obs\* Arrecadação Bruta 2019 com projeção.**

### ARRECAÇÃO CUSTAS FINAIS 2018 / 2019 ( JAN / OUT)

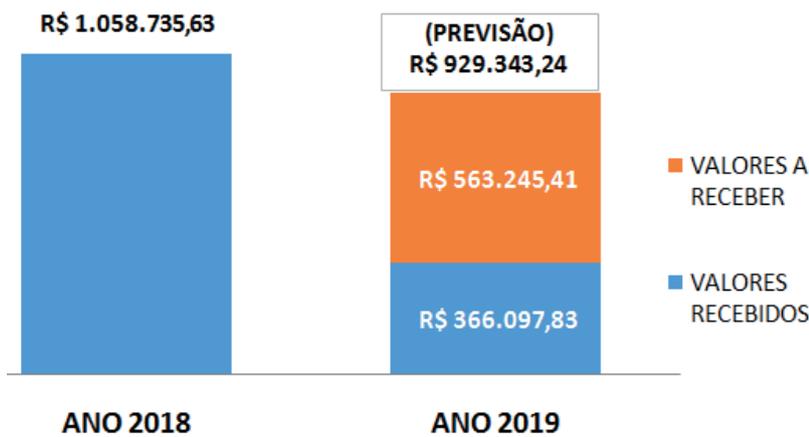
CRESCIMENTO ANUAL

**31,04%**



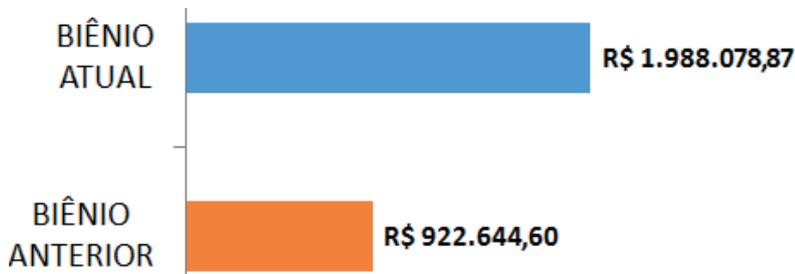
Verifica-se que o crescimento comparativo, entre os anos de 2018 e 2019, foi de **R\$ 232.061,09** o que representa um crescimento acumulado de 31,04%. Desse valor, temos o montante de **R\$ 44.798,06** referente ao pagamento de certidões após inscrição em Dívida Ativa.

### ARRECAÇÃO FISCALIZAÇÃO 2018 / 2019 ( JAN / OUT)



Foram fiscalizadas 229 serventias no 2018, tendo como foco auditorias referentes aos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016. Foram fiscalizadas 125 serventias no 2019, tendo como foco auditorias referentes aos anos de 2017 e 2018. **Obs.: Em virtude da implementação do Selo Digital, as atividades de fiscalização de 2019 foram projetadas para o ano de 2020.**

### ARRECAÇÃO FISCALIZAÇÃO ANÁLISE BIÊNIO ATUAL

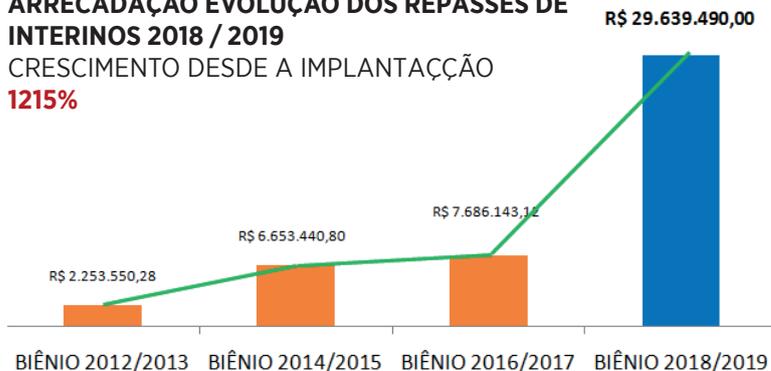


Cresc.+ Previsão

**115,48%**

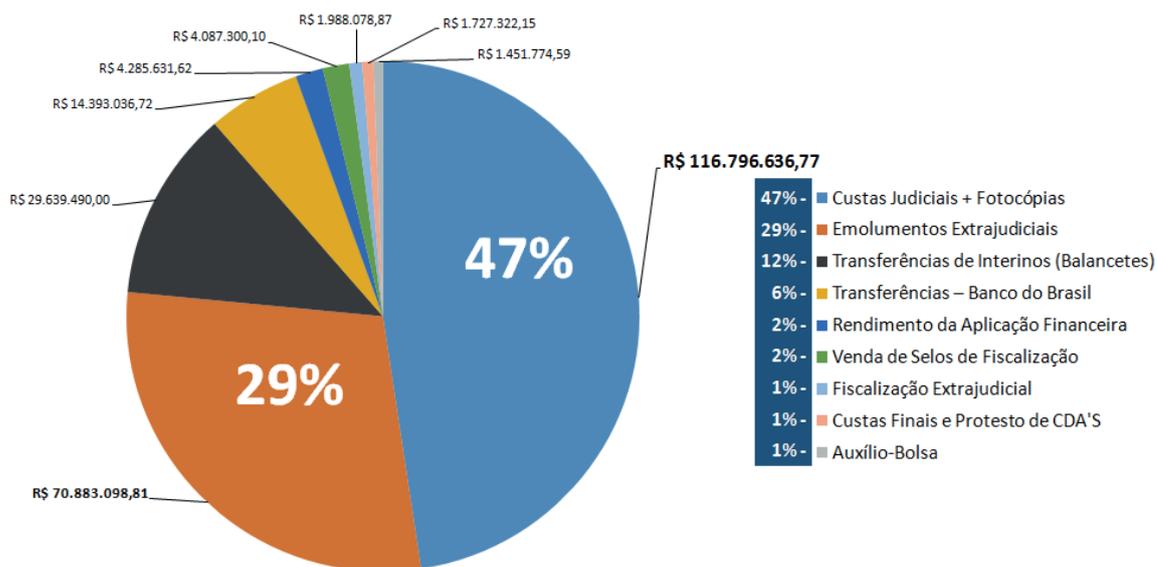
Verifica-se que a arrecadação acumulada com fiscalização entre os anos de 2018 e 2019, foi de **R\$ 1.988.078,87** o que representa um crescimento acumulado de 115,48%

**ARRECAÇÃO EVOLUÇÃO DOS REPASSES DE INTERINOS 2018 / 2019**  
CRESCIMENTO DESDE A IMPLANTAÇÃO  
**1215%**



Índice de 1215 de crescimento calculado com base na data inicial de implementação da prestação de contas dos interinos das serventias. Além disso, percebe-se um salto de 286 de crescimento em relação ao biênio anterior.

**ARRECAÇÃO CLASSIFICAÇÃO DE RECEITAS ACUMULADO 2018 2019 (OUT)**  
ARRECAÇÃO TOTAL: **R\$ 245.252.369,63**

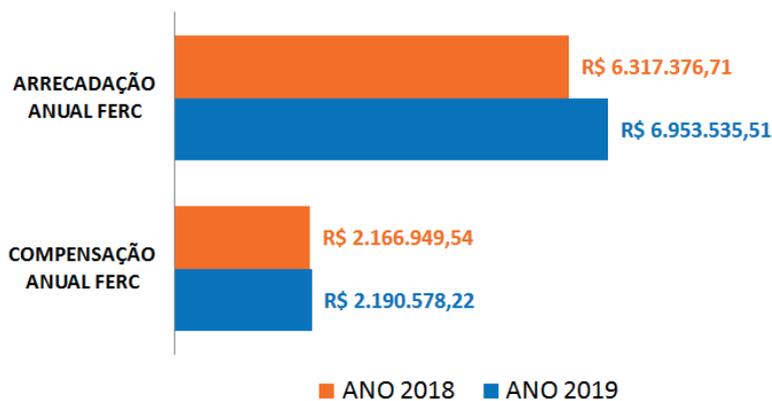


A Diretoria do FERJ manteve seu compromisso com o Poder Judiciário no tocante aos indicadores de arrecadação, atingindo uma receita bruta acumulada no valor de **R\$ 245.252.369,63** (duzentos e quarenta e cinco milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, trezentos e sessenta e nove reais e sessenta e três centavos) nos anos de 2018 e 2019.

## COMPENSAÇÃO FERC

Fundo Especial das Serventias Extrajudiciais de Registro Civil das Pessoas Naturais FERC por meio da lei complementar n° 130, de 29 de dezembro de 2009, com o objetivo de prover a gratuidade do Registro Civil de Nascimento e de Óbito prevista na Lei n° 9.534, de 10 de dezembro de 1997, bem como de atender as determinações do art. 8° da Lei n° 10.169, de 29 de dezembro de 2000.

### ANÁLISE ARRECADAÇÃO X COMPENSAÇÃO X SALDO 2018 X 2019 (JAN / OUT)



Realizando a análise dos recursos do FERC no mesmo período de janeiro a outubro dos anos de 2018 e 2019, houve um crescimento na arrecadação anual de 10,1% e um a elevação no número de atos compensados em torno de 1,1%.

### ANÁLISE BIÊNIO ATOS E VALORES COMPENSADOS ACUMULADO 2018 / 2019

Serventias de RCPN

**206**

Arrecadação Biênio

**R\$ 14.611.859,18**

Total de atos compensados

**289.257**

Compensação Biênio

**R\$ 4.783.317,60**

Considerando todo o período de 2018 e os meses de janeiro a outubro de 2019, houve um a arrecadação acumulada no biênio de **R\$ 14.611.859,18**, dos quais foram compensados um total de 289.257 atos para as 206 Serventias de RCPN.

## ASSESSORIA JURÍDICA

A Diretoria do FERJ, por meio de sua Assessoria Jurídica, esteve ligada praticamente a todas as alterações legislativas no que tange à Lei de Custas e Emolumentos, elaboração de Projetos de Lei, Resoluções, análise de processos, emissão de pareceres técnicos e jurídicos que impactam diretamente na estrutura legal deste Fundo Especial.

### ● PORTARIA CONJUNTA nº 8/2018

Trata da obrigatoriedade dos serventuários extrajudiciais, interinos e interventores de apresentarem certidões de regularidade trabalhista, previdenciária, social e fiscal e dá outras providências.

### ● RESOLUÇÃO nº 24/2018 NOVO SELO DE FISCALIZAÇÃO

Criação do selo de reconhecimento de firma com valor financeiro.

### ● RESOLUÇÃO nº 26/2018 FERC

Alteração da resolução do FERC nº 14/2010

### ● RESOLUÇÃO nº 45/2018 CERTIDÕES DE NASCIMENTO, ÓBITO E NATIMORTO

Altera a Resolução nº 44/2015, que dispõe sobre a adoção de modelos para expedição de certidões de nascimento, casamento e óbito

### ● RESOLUÇÃO nº 46/2018 ALVARÁ JUDICIAL

Regulamenta a utilização do Selo de Fiscalização Judicial Oneroso nos alvarás judiciais.

### ● RESOLUÇÃO nº 47/2018 SECRETÁRIOS JUDICIAIS

Regulamentada a obrigatoriedade de participação dos Secretários Judiciais em curso de aperfeiçoamento sobre custas processuais

### ● ALTERAÇÕES NA LEI ESTADUAL TABELA DE CUSTAS E EMOLUMENTOS

Aprovação e publicação da nova tabela de emolumentos para o ano de 2019. Conforme alterações das leis nºs 10.919/2018, nº 11.071/2019, nº 11.074/2019

e Resolução nº 21/2019.

### ● RESOLUÇÃO nº 48/2019 SELO ELETRÔNICO

Aprovação e publicação da nova tabela de emolumentos para o ano de 2019. (alterou a Lei nº 9.9109/2009)

### ● RESOLUÇÃO nº 50/2019 COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO

Regulamenta a atuação da Comissão de Implantação do Selo de Fiscalização Eletrônico

### ● PARECERES TÉCNICOS E JURÍDICOS

183 pareceres técnicos e jurídicos emitidos pela assessoria.

### ● QUESTIONAMENTOS E DÚVIDAS

884 questionamentos resolvidos advindos das Serventias, Secretarias Judiciais e Ouvidoria do Tribunal

### ● ANÁLISES DE AUDITORIAS DE FISCALIZAÇÃO

154 análises técnicas dos processos de auditoria oriundos das fiscalizações extrajudiciais

### ● PROCESSOS DE RESTITUIÇÃO

803 processos analisados

### ● PROJETOS DE LEIS E RESOLUÇÕES

Tramitando os projetos acerca da Renda Mínima das Serventias, Compensação do FERC no valor integral, Sistema de pagamento de custas judiciais com cartão de crédito e alteração dos repasses do FERJ.

### TREINAMENTOS

Entre os anos de 2018 e 2019 foram realizados treinamentos aos secretários judiciais e seus substitutos, buscando promover a capacitação dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão no tocante aos procedimentos de cálculo e recolhimento de custas judiciais, com as modificações da Lei Estadual nº 9.109, de 29 de dezembro de 2009, pelas inovações advindas com o novo Código de Processo Civil, e, em cumprimento à resolução RESOL-GP – 472018, contribuindo, dessa forma, para a otimização e aumento da arrecadação das receitas do FERJ.

**+ de 100**

comarcas  
contempladas

**551**

Secretários e  
servidores treinados

**16 polos**

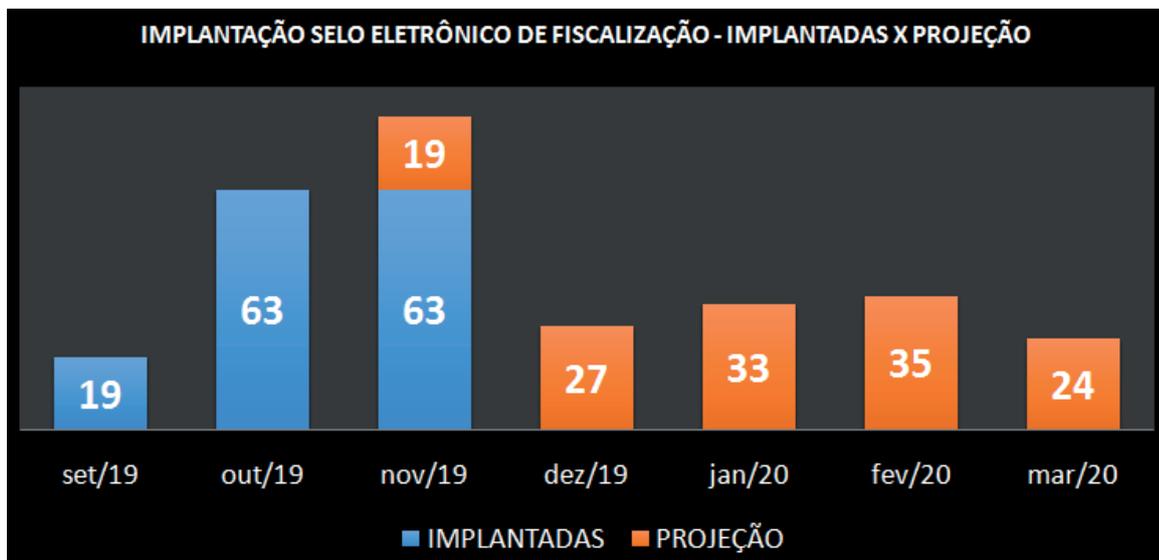
### SELO ELETRÔNICO

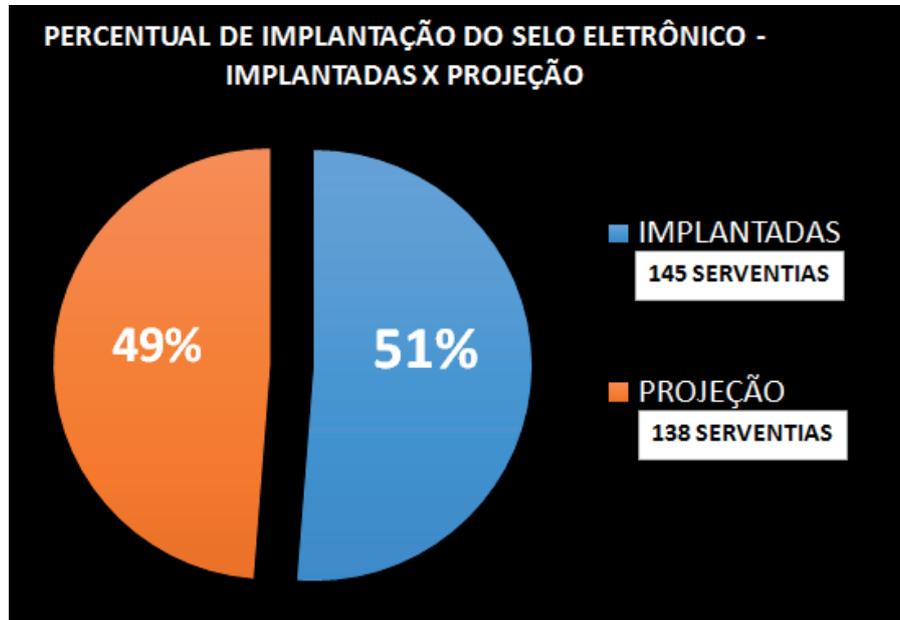
Em 8 de agosto de 2019, por meio da Resolução GP nº 482019, foi autorizado pelo TJMA, o uso do Selo de Fiscalização Eletrônico em todos os atos praticados pelas serventias extrajudiciais do Estado do Maranhão, que está sendo executado em cada unidade pela Comissão Técnica de Implantação. O novo selo utilizará o Sistema de Arquitetura Unificada para Informações Notariais e Registrais (SAUIN), que permite aos tribunais a efetiva fiscalização eletrônica dos serviços extrajudiciais prestados pelos delegatários e por suas centrais de informações e certidões.

### MAPEAMENTO SELO ELETRÔNICO

Para instituir o selo eletrônico, foi realizado o mapeamento da infraestrutura tecnológica das serventias extrajudiciais e estabelecido o cronograma de implantação, conforme o modelo da divisão em polos administrativos estabelecido pelo Provimento nº. 432018-CGJ.

As visitas técnicas da comissão de implantação foram iniciadas em setembro de 2019 nas serventias extrajudiciais da capital e grande ilha e com projeção de término em março de 2020 nos cartórios do interior.





## PROJETOS - BIÊNIO 2020-2021

A Diretoria do FERJ vem por meio deste relatório apresentar projetos a serem implementados na gestão dos anos de 2020-2021, que visam aprimorar a legislação, bem como o aumento da arrecadação e possibilitar uma fiscalização mais efetiva, diminuindo, desta forma, a evasão de receitas nas Secretarias Judiciais e nas Serventias Extrajudiciais do Estado do Maranhão.

### ● AÇÃO Nº 01

Aprimorar a Tabela de Custas e Emolumentos da Lei nº 9.109/2009, no sentido de padronizar e simplificar a cobrança dos atos.

### ● AÇÃO Nº 02

Incluir na Tabela de Custas e Emolumentos os procedimentos para cobrança do Georreferenciamento.

### ● AÇÃO Nº 03

Elaborar manual de procedimentos de custas para orientar magistrados, servidores magistrados, servidores e jurisdicionados.

### ● AÇÃO Nº 04

Dar continuidade ao projeto de “Recuperação de Receitas” no sentido de acompanhar o desenvolvimento das secretarias judiciais.

### ● AÇÃO Nº 05

Verificar os processos arquivados há menos de 5 (cinco) anos pendentes de cálculos de custas finais e realizar a cobrança.

### ● AÇÃO Nº 06

Criar um cronograma anual de fiscalização por região, visando otimização de custos e contemplando todas as Serventias Extrajudiciais do Estado.

### ● AÇÃO Nº 07

Elaborar os relatórios de fiscalização para a formalização dos processos administrativos e acompanhar as notificações.

### ● AÇÃO Nº 08

Treinar servidores na prática de fiscalização promovendo um aumento na eficiência e produtividade do setor.

### ● AÇÃO Nº 09

Elaborar e implementar as normas de procedimentos das atividades desenvolvidas na Diretoria do FERJ.

### ● AÇÃO Nº 10

Regulamentação de piso para análise de prestação de contas de interinos e interventores das serventias extrajudiciais.

### ● AÇÃO Nº 11

Treinamento para atualização de servidores no desenvolvimento das atividades desempenhadas na Diretoria do FERJ.

### ● AÇÃO Nº 12

Treinamento de Normas e Procedimentos do FERJ e FERC aos novos delegatários dos serviços notariais e registrais providos pelo Concurso Público. Ed. nº 01/2016.



CEMULHER

*Coordenadoria  
Estadual da Mulher em  
Situação de Violência  
Doméstica e Familiar*

**E**m cumprimento à Resolução 254/2018 do Conselho Nacional de Justiça, que consolida a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres no Poder Judiciário, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar destaca como inovações, em 2019, o lançamento de dois novos Projetos e um Programa Institucional: **Projeto “Marias em Ação e Projeto “Valoriza Mulher.**

### **Marias em Ação**

Tem como o objetivo capacitar lideranças comunitárias femininas, inclusive jovens com esse potencial, para executar ações de promoção dos direitos humanos das mulheres e de enfrentamento à violência doméstica e familiar, em suas comunidades, através de orientações individuais e coletivas para facilitar os caminhos de acesso à Justiça. O projeto realizou um curso de capacitação para 30 mulheres da comunidade e diversas ações alusivas à Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, onde as mulheres capacitadas tiveram participação ativa na comunidade, em parceria com instituições da Rede de Atendimento à Mulher.

### **Valoriza Mulher**

Tem como objetivo sensibilizar e reconhecer as empresas que investem em ações e projetos de prevenção à violência doméstica e familiar e garantia dos direitos das mulheres, premiando com estatueta e/ou placa intitulada “Valoriza Mulher” as experiências exitosas. Como resultado, quatro empresas já estão participando do projeto.

### **Desperta, Maria!**

Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, no âmbito interno do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, “-Desperta, Maria!”, instituído pelo Ato da Presidência -GP 7/2019, com o objetivo de incentivar servidoras, colaboradoras das empresas terceirizadas e magistradas a denunciarem situações de violência doméstica e familiar que estejam vivenciando ou que tenham conhecimento. Em 2019, o Programa lançou, em parceria com os setores de Recursos Humanos e Assessoria

de Comunicação, uma campanha informativa em vários meios de comunicação interna do TJMA com posts no site e instagram do TJMA, ponto eletrônico, com mensagens de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher. A equipe multidisciplinar da CEMULHER realizou também um ciclo de palestras voltadas para servidores e terceirizados do TJMA.

### **Cooperação**

Outra iniciativa pioneira da CEMULHER em 2019 foi o estabelecimento de Termos de Cooperação do TJMA com Universidades e Faculdades de São Luís, para oferecer assistência psicológica às mulheres e seus respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar, através das clínicas escola de psicologia vinculadas a instituições de ensino superior, em cumprimento ao Termo de Adesão do Tribunal de Justiça do Maranhão ao Protocolo de Intenções 011/2018, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça-CNJ e o Conselho Federal de Psicologia. Duas faculdades de São Luís já firmaram os Termos de Cooperação com o TJMA para o oferta do referido atendimento especializado.

A Coordenadoria também deu continuidade à execução dos projetos “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano”, “Cine Mulher” e “Lei Maria da Penha: Caminhos para a (Re)Construção da Cidadania e Paz Familiar”, realizando diversas ações educativas nas comunidades e instituições da Comarca da Grande Ilha, bem como em diversas comarcas do interior do estado do Maranhão.

### **Justiça pela Paz em Casa**

Coordenou as 03 (três) edições anuais do Programa Nacional “Justiça pela Paz em Casa” em todo o Estado do Maranhão, nos meses de março, agosto e novembro, nos termos do art. 7º, da Resolução nº 254/2018-CNJ, que visa dar maior celeridade à prestação jurisdicional nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Como resultados das três semanas em 2019, o esforço concentrado do “Justiça pela Paz em Casa” contabilizou 1.020 Audiências, 1.602 Despachos, 1.384 Sentenças proferidas, 479 Medidas Protetivas de Urgência Requeridas e 4 Júris realizados.

A CEMULHER promoveu – no período de 5 a 9

de agosto – a IV Semana Estadual de Valorização da Mulher, cuja iniciativa visa fortalecer a prestação jurisdicional e o enfrentamento à violência contra a mulher no estado, na perspectiva da articulação de políticas públicas de garantia dos direitos das mulheres. A Programação teve início com o Seminário “Patriarcado e Gênero: desconstruindo paradigmas jurídicos”, realizado em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão – ESMAM e a participação de palestrantes nacionais e internacionais. O evento teve 250 inscritos e reuniu magistrados, promotores, defensores públicos, delegados de polícia civil, advogados, servidores do poder judiciário, profissionais da Rede de Atendimento à Mulher, estudantes e demais parceiros do Sistema de Justiça. Além do Seminário, foram realizadas durante a IV Semana, diversas ações educativas voltadas para a prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, na capital e no interior do Estado, com o envolvimento dos juízes competentes na matéria.

Em cumprimento à Resolução nº 30/2011-TJMA, foram promovidos cursos de formação continuada para magistrados e servidores do Poder Judiciário estadual. Para os servidores, a CEMULHER viabilizou no mês de abril, com o apoio da Escola Superior da Magistratura – ESMAM, o curso de capacitação “Gênero e Interseccionalidades: desafios para as equipes multidisciplinares do TJMA”.

### **Feminicídio**

Para magistrados, a CEMULHER promoveu, em articulação com a ESMAM, o curso sobre “Feminicídio” nos dias 03 e 04 de outubro.

A capacitação em “Grupos Reflexivos de Gênero com Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar” foi ministrada diretamente pela equipe multidisciplinar da CEMULHER para 10 Comarcas e Termos Judiciários do Estado em 2019, voltado para o público

de servidores do poder judiciário e de instituições do sistema de justiça, profissionais da rede de atendimento, estagiários e estudantes, com o objetivo de oferecer fundamentos teórico-práticos sobre a metodologia de grupos reflexivos e o aperfeiçoamento da intervenção junto aos homens autores de violência. Ao longo do ano de 2019, 240 profissionais participaram da capacitação em Grupos Reflexivos nas diversas Comarcas do estado. No mês de setembro, a Desembargadora Angela Salazar, apresentou, a convite da Desembargadora Maria Erotides Kneip, presidente do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica do Poder Judiciário Brasileiro (I COCEVID), na cidade de Cuiabá-MT, os trabalhos desenvolvidos pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em mesa representativa da região Nordeste.

Convém ressaltar que a CEMULHER desenvolve suas ações e projetos nas comarcas do estado do Maranhão, em parceria também com instituições que integram a Rede Amiga da Mulher, através de atividades in loco e/ou envio de materiais informativos.

A CEMULHER também é responsável pela Casa Abrigo, serviço de acolhimento institucional destinada às mulheres em situação de risco de morte em decorrência de violência e familiar, mantida pelo Poder Judiciário do Maranhão.

Integram a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – CEMULHER/TJMA: Uma Desembargadora que a preside, dois Juízes Assessores, três Juízas das Varas Especiais de violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres, Coordenadora Administrativa, Analista Judiciária Assistente Social, duas Analistas Judiciárias Psicólogas, Técnico Judiciário e Secretária Executiva.

## ATIVIDADES DA CEMULHER – AGENDA ANO 2019

DATA	HORÁRIO	ATIVIDADE / LOCAL
11/02 (segunda-feira)	7h30	Atividade do projeto “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano” - Canteiro de Obras Palmeira Prime - bairro Vila Vicente Fialho.
15/02 (sexta-feira)	7h30	Reunião para tratar do Formulário de Avaliação de Risco com a desembargadora Angela Salazar, a coordenadora da Coordenação de Delegacias da Mulher (CODEVIM) delegada Kazumi Tanaka; a titular da 2ª Promotoria de Justiça da Defesa da Mulher de São Luís Selma Martins, e a titular da 2ª Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher juíza Lúcia Helena Helluy, na sede Coordenadoria da Mulher.
25/02 (segunda-feira)	7h30	Visita institucional empresa RATRANS - bairro Cutim Anil.
26/02 (terça-feira)	7h30	Atividade do projeto “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano” - Canteiro de Obras Vilage La Bele Park - bairro Maiobão.
28/02 (quinta-feira)	8h	Ação do projeto “Lei Maria da Penha: Caminhos para a (RE) Construção da Cidadania e Paz Familiar”, na Feira do Coroadinho.
08/03 (sexta-feira)	9h	Atividade do projeto “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano” - Centro de Reabilitação do Olho D'Água.
11 a 15/03 (segunda-feira a sexta-feira)	08h - 18h	13ª Semana Nacional Justiça pela Paz em Casa
11/03 (segunda-feira)	9h30	Execução do Projeto Cine Mulher, com exibição do filme “Mulher Maravilha” para alunos do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IEMA, bairro Vila Embratel.
12/03 (terça-feira)	9h	Execução do projeto “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano”, com motoristas e cobradores, na garagem de ônibus da Empresa RATRANS, bairro Anil.
13/03 (quarta-feira)	08h	Atividade do projeto “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano”, com usuários do Centro de Atenção Integral à Saúde do Idoso - CAISI, bairro Filipinho.
14/03 (quinta-feira)	16h	Atividade do projeto “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano”, com alunos do Centro de Formação de Vigilantes - CEFOR, bairro Jorda.
15/03 (sexta-feira)	08h	Ação do projeto “Lei Maria da Penha: Caminhos para a (RE) Construção da Cidadania e Paz Familiar”, no Mercado do bairro Liberdade.
25 a 28/03 (segunda a quinta)	08h - 12h	Curso de capacitação: “Grupo Reflexivo de gênero com homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher”, no Termo Judiciário da Raposa.
25 a 26/04 (quinta e sexta)	08h - 18h	Curso de capacitação: “Grupo Reflexivo de gênero com homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher”, na Comarca de Itapecuru-Mirim.
10/05 (sexta-feira)	08h	Atividade do projeto “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano”, palestra para mães de alunos da UEB Honório Odorico Ferreira, povoado Tajipuru, zona rural de São Luís.
13/05 (segunda-feira)	16h	Palestra do “Feminicídio” para membros e colaboradores da empresa Rofe Distribuidora, no Distrito Industrial de São Luís.
13/05 (segunda-feira)	16h	Execução do Projeto Cine Mulher, com exibição do filme “Mais forte que o mundo” para alunos do Centro de Ensino Dayse Galvão, bairro Vila Embratel, em São Luís-MA.
23 a 24/05 (quinta e sexta)	08h - 18h	Curso de capacitação: “Grupo Reflexivo de gênero com homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher”, no Termo Judiciário de São José de Ribamar.
18 a 19/06 (quinta e sexta)	08h - 18h	Curso de capacitação: “Grupo Reflexivo de gênero com homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher”, na Comarca de Cururupu.
22 a 26/07 (quinta e sexta)	-	Período de inscrições para o Seminário: “Patriarcado e Gênero: Desconstruindo Paradigmas Jurídicos”.
05 a 09/08 (segunda-feira a sexta-feira)	-	IV Semana Estadual de Valorização da Mulher.

05 e 06/08 (segunda e terça)	08h - 18h	Seminário: "Patriarcado e Gênero: Desconstruindo Paradigmas Jurídicos".
07/08 (quarta-feira)	9h	Projeto Cine Mulher – Local Escola Henrique de La Rocque – Itaqui Bacanga
08/08 (quinta-feira)	14h	Projeto Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano – Palestra na empresa FORMAV – Local Monte Castelo.
09/08 (sexta-feira)	7h 30	Projeto Caminhos para a (re)construção da Cidadania e Paz Familiar – Local Feira do Mangueirão – Vila Luizão
14/08 (quarta-feira)	8h	Projeto Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano – Palestra na Escola Gov. Archer (Ensino Médio) – Local Filipinho.
17/08 (sábado)	7h 30	Participação na Ação Social do Dia Nacional da Construção Social (DNCS) promovida pelo Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Maranhão – SINDUSCON-MA – Local Sesc Araçagy
19 a 23/08 (segunda-feira a sexta-feira)	08h - 18h	14ª Semana Nacional Justiça pela Paz em Casa.
20/08 (terça-feira)	8h -12h 14h -18h	Curso de Capacitação - Grupos Reflexivos com Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher” Local Comarca de Penalva-MA
21/08 (quarta-feira)	8h -12h 14h -18h	Curso de Capacitação - Grupos Reflexivos com Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher” Local Comarca de Penalva-MA
23/08 (sexta-feira)	09h	Projeto “Marias em Ação” - apresentação para as instituições que compõem a Rede de Atendimento do território referenciado ao CRAS Turu. Local Turu.
27/08 (terça-feira)	8h -12h	Projeto Valoriza Mulher – Capacitação de Servidores da empresa ROFE – Local BR 135, Distrito Industrial.
30/08 (sexta-feira)	14h	Projeto Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano – Palestra no CAPS – Local Turu
03/09 (terça-feira)	8h -12h 14h -18h	Curso de Capacitação - Grupos Reflexivos com Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher” Local Temo Judiciário de Paço do Lumiar-MA
03/09 (quarta-feira)	8h -12h 14h -18h	Curso de Capacitação - Grupos Reflexivos com Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher” Local Temo Judiciário de Paço do Lumiar-MA
04/09 (quinta-feira)	15h	Projeto “Marias em Ação” - encontro com mulheres da comunidade. Local CRAS Turu.
19/09 (quinta-feira)	8h -12h 14h -18h	Curso para Magistrados. Tema: Femicídio - uma análise sociojurídica do fenômeno no Brasi. Local ESMAM.
20/09 (sexta-feira)	8h -12h 14h -18h	Curso para Magistrados. Tema: Femicídio - uma análise sociojurídica do fenômeno no Brasi. Local ESMAM.
23/09 (segunda-feira)	15h	Projeto “Marias em Ação” - 3ª encontro com mulheres da comunidade. Local Assoc. Brisas do Mar - Turu.
26/09 (quinta-feira)	8h -12h 14h -18h	Participação do I COCEVID - Encontro do Colégio de Coordenadores Estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica do Poder Judiciário Brasileiro. Local: TJMT - Cuiabá-MT.
27/09 (sexta-feira)	8h -12h 14h -18h	Participação do I COCEVID - Encontro do Colégio de Coordenadores Estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica do Poder Judiciário Brasileiro. Local: TJMT - Cuiabá-MT.
01/10 (terça-feira)	08h -12h	Programa “Desperta, Maria!” - capacitação com servidores do RH do TJMA . Local: Centro Administrativo do TJ, rua do Egito.
02/10 (quarta-feira)	14h -18h	Programa “Desperta, Maria!” - palestra para colaboradoras terceirizadas do Centro Administrativo e Sede do TJ. Local: Centro Administrativo do TJ, rua do Egito.
04/10 (sexta-feira)	14h -18h	Programa “Desperta, Maria!” - palestra para colaboradoras terceirizadas do Fórum Des. Sarney Costa. Local: Auditório do Fórum - Calhau.

05/10 (sábado-feira)	08h -12h	Participação de ação social na Paróquia São João Calábria. Local: Cidade Operária.
08/10 (terça-feira)	8h -12h 14h -18h	Curso de Capacitação - Grupos Reflexivos com Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher". Local: Comarca de Caxias-MA.
09/10 (quarta-feira)	8h -12h 14h -18h	Curso de Capacitação - Grupos Reflexivos com Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher". Local: Comarca de Caxias-MA.
14/10 (segunda-feira)	14h -18h	Projeto "Marias em Ação" - capacitação de mulheres da comunidade - território referenciado ao CRAS Turu. Local: Olho d'Água.
15/10 (terça-feira)	14h -18h	Projeto "Marias em Ação" - capacitação de mulheres da comunidade - território referenciado ao CRAS Turu. Local: Olho d'Água.
16/10 (quarta-feira)	14h -18h	Projeto "Marias em Ação" - capacitação de mulheres da comunidade - território referenciado ao CRAS Turu. Local: Olho d'Água.
17/10 (quinta-feira)	14h -18h	Projeto "Marias em Ação" - capacitação de mulheres da comunidade - território referenciado ao CRAS Turu. Local: Olho d'Água.
18/10 (quarta-feira)	14h -18h	Projeto "Marias em Ação" - visita com as mulheres do curso de capacitação - Local: Casa da Mulher Brasileira, Fórum de Justiça.
7/10 (quinta-feira)	8h -12h 14h -18h	Curso de Capacitação - Grupos Reflexivos com Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher". Local: Comarca de Grajaú-MA.
8/11 (sexta-feira)	8h -12h 14h -18h	Curso de Capacitação - Grupos Reflexivos com Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher". Local: Comarca de Grajaú-MA.
21/11 (quinta-feira)	8h30	Palestra projeto Valoriza Mulher - Empresa Potiguar -Forquilha
23/11 (sábado)	8h -12h	Ação Social na Empresa ROFE - projeto Valoriza Mulher
25 a 29/11 (segunda-feira a sexta-feira)	08h - 18h	15ª Semana Nacional Justiça pela Paz em Casa.
27/11 (quarta-feira)	8h -12h 14h -18h	Curso de Capacitação - Grupos Reflexivos com Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher". Local: Comarca de Timon-MA.
28/11 (quinta-feira)	8h -12h 14h -18h	Curso de Capacitação - Grupos Reflexivos com Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher". Local: Comarca de Timon-MA.
03/12 (terça-feira)	8h -12h 14h -18h	Curso de Capacitação-Grupos Reflexivos com Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher". Local: Comarca de Vitorino Freire-MA.
04/12 (quarta-feira)	8h -12h 14h -18h	Curso de Capacitação-Grupos Reflexivos com Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher". Local: Comarca de Vitorino Freire-MA.
12/12 (quinta-feira)	14h 30 - 17h 30	Culminância - Projeto Marias em Ação no Território do Turu.
16/12 (segunda-feira)	11h	Cerimônia de Premiação do Projeto "Valoriza Mulher"
16/12 (segunda-feira)	11h 30	Assinatura do Termo de Cooperação para aplicação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco para a prevenção e o enfrentamento de crimes e demais atos praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher (CNJ).

## RESUMO PROJETOS E PROGRAMAS DA CEMULHER - 2019

PROJETO	ATIVIDADES	PÚBLICO ATINGIDO EM 2019
"Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano"	Palestras, Rodas de Diálogos, orientações à comunidade, distribuição de cartilhas e folders.	1.308 pessoas
"Cine Mulher"	Exibição dialogada de filmes e documentários, orientações e cartilhas e folders.	285 pessoas
"Lei Maria da Penha: Caminhos para (Re) Construção da Cidadania e Paz Familiar"	Panfletagem e orientações da equipe multidisciplinar, à comunidade em espaços públicos e feiras livres.	3.500 pessoas
"Marias em Ação"	Capacitação de lideranças comunitárias para ações conjuntas de promoção dos direitos das mulheres nas comunidades, em articulação com a Rede de Atendimento.	403 pessoas
"Valoriza Mulher"	Sensibilização e capacitação de equipes das empresas, assessoria para implantação do projeto, palestras para colaboradores, ações na comunidade e premiação anual de experiências exitosas.	621 pessoas
		TOTAL: 6.117 pessoas
PROGRAMAS	ATIVIDADES	PÚBLICO ATINGIDO EM 2019
Programa "Desperta, Maria!"	Capacitação de equipes do Tribunal, palestras para servidoras e terceirizadas.	90 pessoas

### PROGRAMA "JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA" – CNJ RESULTADOS 2019

Programa "Justiça pela Paz em Casa".	Coordenação das edições nos meses de março, agosto e novembro, na capital e no interior do estado.	-Audiências: 1.020 -Despachos: 1.602 -Sentenças: 1.384 -Medidas Protetivas: 479 -Júris: 4
--------------------------------------	--	---



Resumo dos resultados das edições da “Justiça pela Paz em Casa”

EDIÇÃO	PERÍODO	AUDIÊNCIAS					TOTAL DE AUDIÊNCIAS	SENTENÇAS		TOTAL DE SENTENÇAS	MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA	DESPACHOS EXPEDIDOS	JÚRIS
		Acolhimento	Justificação	Retratação	Preliminar	Instrutória		COM DECISÃO DE MÉRITO	SEM DECISÃO DE MÉRITO				
1ª SEMANA	09 a 13 de MARÇO/2015	-	-	-	554	-	554	468	-	468	93	-	9
2ª SEMANA	03 a 07 de AGOSTO/2015	-	-	-	257	180	437	160	35	195	-	306	4
3ª SEMANA	30/nov a 04/dez /2015	-	-	-	130	120	250	124	48	172	164	120	1
4ª SEMANA	07 a 11 de MARÇO/ 2016	-	-	-	199	177	376	212	86	298	625	383	1
5ª SEMANA	15 a 19 de AGOSTO/ 2016	-	-	-	203	217	420	152	76	228	230	390	1
6ª SEMANA	28/nov a 02/dez /2016	-	-	-	82	152	234	61	63	124	229	385	2
7ª SEMANA	06 a 10 de MARÇO/2017	-	-	-	88	160	248	41	69	110	259	582	0
8ª SEMANA	21 a 25 de AGOSTO/2017	-	-	-	74	295	369	88	75	163	104	349	0
9ª SEMANA	20 a 24 de NOVENBRO/	-	-	-	11	119	130	24	7	31	144	192	2
10ª SEMANA	26/fev a 03/mar /2018	-	-	-	220	388	608	483	438	921	219	910	1
11ª SEMANA	AGOSTO/2018 20 a 24/ago	-	-	-	211	415	625	251	484	736	224	776	1
12ª SEMANA	26 a 30 de NOVENBRO/2018	-	-	-	59	308	367	317	216	533	157	1007	0
13ª SEMANA	11 a 15 de MARÇO/2019	12	-	9	32	230	283	266	121	387	154	506	0
14ª SEMANA	19 a 23 de AGOSTO/2019	2	29	5	21	252	309	422	83	505	124	611	2
15ª SEMANA	25 a 29 de NOVENBRO/2019	0	8	40	42	338	428	251	241	492	201	485	2
<b>TOTAL</b>		<b>14</b>	<b>37</b>	<b>54</b>	<b>2183</b>	<b>3351</b>	<b>5638</b>	<b>3320</b>	<b>2042</b>	<b>5363</b>	<b>2927</b>	<b>7002</b>	<b>26</b>

**RESUMO CAPACITAÇÕES E CURSOS (Parceria com a ESMAM)**

CAPACITAÇÃO	PÚBLICO CAPACITADO EM 2019
-Seminário temático na IV Semana de Valorização da Mulher.	250 participantes.
-Cursos para magistrados e servidores.	66 capacitados.
-Capacitação em “Grupos Reflexivos de Gênero com Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”.	240 profissionais capacitados em 10 Comarcas do interior do estado do Maranhão.
<b>TOTAL</b>	<b>556 pessoas</b>

**RESUMO MATERIAIS INFORMATIVOS DISTRIBUÍDOS NAS AÇÕES DE 2019 (Capital e interior do Estado)**

MATERIAL	QUANTIDADE
Cartilhas	10.702
Folders	5.937
Camisas	331

**CRONOGRAMA DE CAPACITAÇÃO DAS COMARCAS SOBRE GRUPOS REFLEXIVOS  
DE GÊNERO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR  
CONTRA A MULHER.**

<b>MÊS</b>	<b>DATA</b>	<b>COMARCA</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
Março	25 a 28	Raposa	<u>Ericka e Edla</u>	REALIZADO
Abril	25 e 26	Itapecuru	<u>Ericka e Edla</u>	REALIZADO
Maio	23 e 24	São José de Ribamar	<u>Ericka e Edla</u>	REALIZADO
Junho	18 e 19	Cururupu	<u>Josemary e Edla</u>	REALIZADO
Agosto	20 e 21	Penalva	<u>Josemary e Ericka</u>	REALIZADO
Setembro	02 e 03	Paço do Lumiar	<u>Josemary e Ericka</u>	REALIZADO
Outubro	08 e 09	Caxias	<u>Ericka e Edla</u>	REALIZADO
Novembro	07 e 08	Grajaú	<u>Josemary e Edla</u>	REALIZADO
Novembro	27 e 28	Timon	<u>Josemary e Edla</u>	REALIZADO
Dezembro	03 e 04	Vitorino Freire	<u>Ericka e Edla</u>	REALIZADO



UMF

*Unidade de  
monitoramento  
carcerário*

A Coordenadoria de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização (UMF) do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão desenvolve suas atividades, através de cooperação judiciária e interinstitucional, viabilizando a garantia do cumprimento da pena de prisão com respeito à dignidade humana.

#### **Neste ano de 2019, algumas atividades se destacaram:**

**1. Implantação do Sistema SEEU** – Sistema Eletrônico de Execução Unificado - permite o controle informatizado da execução penal e das informações relacionadas ao sistema carcerário brasileiro em todo território nacional, proporcionando a gestão confiável dos dados da população carcerária do Brasil.

**2. Implementação do Programa Justiça Presente** - parceria com o Programa das Nações - O programa está dividido em quatro eixos de atuação: sistemas eletrônicos, propostas e alternativas ao superencarceramento, políticas de cidadanias e sistema socioeducativo. Cada eixo se desdobra em diversas ações e produtos, que serão desenvolvidos com o apoio de coordenadores e assessores especializados alocados nas 27 unidades da federação.

#### **3. Eventos:**

a) II Fórum do Sistema de Justiça Criminal - promovido pela da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão, com a Escola Superior do Ministério Público, com a Escola Superior da Defensoria Pública, com a Escola de Gestão Penitenciária e com a Secretaria de Estado de Segurança Pública. b) I Workshop de Tecnologias Estratégicas Aplicadas ao Sistema de Justiça Criminal do Maranhão - promovido pela da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão, com a Escola Superior do Ministério Público, Secretaria de Administração Penitenciária, Secretaria de

Segurança Pública, Secretaria Extraordinária de Programas Especiais, Ordem dos Advogados do Brasil, CEUMA, UEMA, IMESC, FAPEMA.

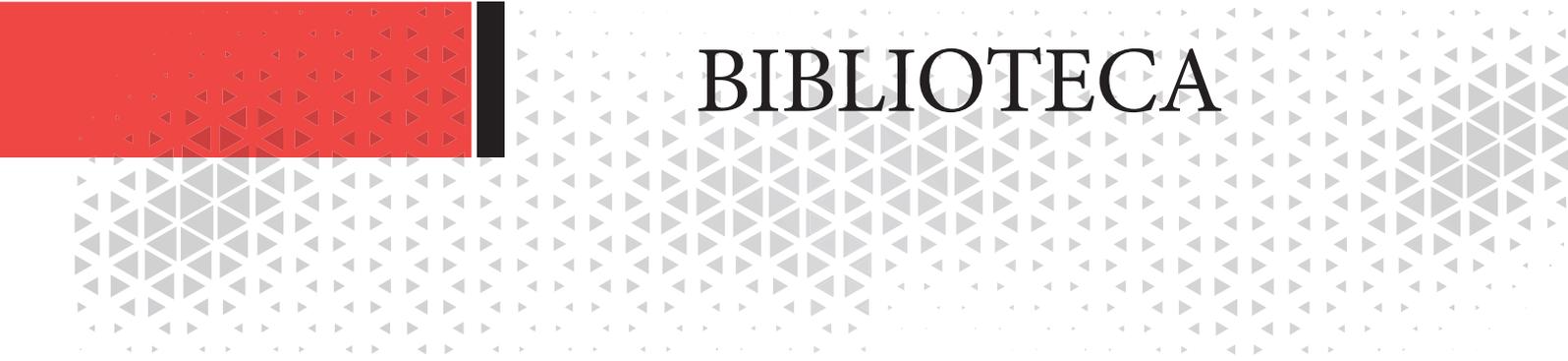
#### **4. Implementação da Central Integrada de Alternativas Penais;**

5. Mutirões Carcerários:

- a) Comarca de Bacabal – 18/03 a 22/03/2019.
- b) Comarca de Balsas – 29/04 a 03/05/2019;
- c) Comarca de Santa Inês – 03/06 a 07/06/2019;
- d) Comarca de Chapadinha – 07/10 a 11/10/2019;
- e) Comarca de Pinheiro – 21/10 a 25/10/2019;
- f) Comarca de Itapecuru-Mirim – 09/12 a 13/12/2019.

#### **6. Assinatura de termos e convênios:**

- a) 10/10/2019 - Termo de Cooperação Técnica nº. 04/2019 - Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão (SEAP) e Empresa INE-COM Indústrias de Estofados e Colchões EIRELI;
- b) 10/10/2019 – Termo de Cooperação Técnica nº. 05/2019 - Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão (SEAP) e Empresa Maranhense Coleta e Transporte de Resíduos LTDA;
- c) 10/10/2019 – Termo de Cooperação Técnica nº. 034/2019 – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), Secretaria de Segurança Pública (SSP), Secretaria de Estado de Governo (SEGOV) e o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN);
- d) 29/10/2019 – Convênio 004/2019 - Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão (SEAP);
- e) 06/11/2019 - Termo de Cooperação Técnica nº. 07/2019 – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Secretaria de Estado do Programas Estratégicos do Maranhão (SEPE), Instituto Maranhense Socioeconômico e Cartográfico (IMESC), Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação do Maranhão (SECTI), Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).



# BIBLIOTECA

## Feira de Mulheres

**E**m comemoração ao Dia Internacional da Mulher, a Coordenadoria de Biblioteca e Arquivo promoveu no dia 15.03, ação conjunta com mulheres empreendedoras em espaço integrado com exposição de livros de renomadas autoras do Direito, Literatura Universal e Infantil; profissionais de estética, moda, artesanato, cuidados pessoais, dentre outras.

O evento proporcionou ainda distribuição de brindes, sorteios, música e muita diversão e claro troca de experiências, tendo como objetivo essencial homenagear todas as servidoras e usuárias em geral.

### Atividade de leitura “O valor de cada um”

Em abril, em alusão ao mês do livro infantil promovemos atividade de leitura com a presença da escritora Marcia Montenegro, apresentando seu livro *O valor de cada um*”, em forma de contação de história à aproximadamente 30 crianças no espaço da Biblioteca infantil Mundo Mágico.

Participaram filhos de servidores e magistrados, além de alunos da rede estadual de ensino, da UEB Antônio Lopes, a convite do Poder Judiciário. Essa iniciativa visa incentivar a leitura e a reflexão entre as crianças, além de aproximar a Justiça da comunidade.

Queremos proporcionar sempre esse ambiente de integração, diversão e aprendizado ao público infantil, com vistas a demonstrar a importância da leitura, contribuindo para a formação de adultos mais conscientes, além de interagirmos com a sociedade, explicou a Coordenadora Cíntia Andrade.

Para a gestora da Unidade de Educação básica Maria Gorette paixão, os alunos ficaram maravilhados com o convite e espaço disponibilizado para o evento, ressaltando que essa aproximação com a Justiça é muito importante para todos nós, pois traz benefícios aos alunos, além de agregar valor aos projetos de incentivo à leitura já em desenvolvimento na escola.

O livro infantil da Autora, trata-se de uma fábula que faz uso de metáforas, recursos lúdicos e noções matemáticas, para abordar questões atuais, inerentes à condição humana, como individualismo, inclusão, autoconhecimento, materialismo, pluralidade, alienação virtual e invisibilidade social.

## Feira Literária

Nos dias 9 e 10 de outubro a Coordenadoria de Biblioteca realizou a I Feira Literária em parceria com o projeto Ler e Conhecer pela valorização dos escritores maranhenses da literatura infantojuvenil. O evento foi alusivo ao Dia das Crianças, e teve a duração de dois dias das 8h30 às 17h.

Na oportunidade, houve o lançamento da campanha *Um livro é um brinquedo com letras. Ler é brincar*. Presenteie seu filho com livros, uma forma de incentivar pais e crianças a dedicarem mais tempo à literatura.

A Feira Literária foi pensada com o propósito de ser um passeio pelo mundo encantado dos contos e histórias. Durante as atividades foram feitas brincadeiras, sorteio de brindes, bate-papo literário e sessão de autógrafos com diversos autores maranhenses da literatura infantojuvenil.

A abertura foi feita pelo Des. Lourival, vice-presidente do Tribunal, com a presença dos autores Wilson Marques, Anizia Nascimento, Camila Reis e Francinete Braga.

### Conversa com o Autor

No dia 2 de maio, o Des. Lourival Serejo compartilhou sua experiência como escritor e amante da Literatura com cerca de 80 alunos do Colégio Santa Teresa e do Liceu Maranhense, em conversa no auditório do Centro Administrativo do Poder Judiciário.

Em alusão ao dia mundial do livro (23 de abril), a iniciativa teve como visão promover o incentivo à leitura, à escrita e à formação de um leitor crítico entre os jovens do Maranhão.

O desembargador ressaltou as características de um bom escritor e compartilhou sua experiência na busca pelo domínio da arte escrita. O bom escritor atinge a leveza e cativa o leitor ao expressar seus sentimentos, seus impulsos, revoltas, tristezas e contentamentos. Ele tem a sensibilidade do olhar, vê o invisível, aquilo que ninguém olhou. Olhares mínimos dentro do ambiente, disse ele.

A Coordenadora da Biblioteca, Cíntia Andrade, declarou que o diálogo com o desembargador Lourival Serejo tem o intuito de promover a interação das

escolas com o Tribunal, além de incentivar a leitura, uma vez que é função essencial da Biblioteca. No caso do jovem, a leitura proporciona um olhar crítico, criativo, para que se tornem adultos conscientes dos seus deveres e direitos, para tornarem a sociedade agradável de se viver” destacou.

O desembargador ocupa a cadeira nº35 da Academia Maranhense de Letras e é membro fundador da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, da Academia Imperatrizense de Letras e da Academia Vianense de Letras.

## CAPACITAÇÃO E CURSOS

### Curso de Gestão Documental Aplicada ao Poder Judiciário

Dando continuidade ao processo de capacitação dos servidores que atuam na gestão de documentos do Poder Judiciário, foi realizado no dia 17 de setembro o curso de Gestão Documental Aplicada ao Poder Judiciário, promovido pela Escola Superior da Magistratura (ESMAM) ministrado pelo Prof.º Konrad Augusto de Alvarenga Amaral, graduado em Arquivologia pela Universidade de Brasília (UNB), especialista em gestão de arquivos, e analista de Arquivologia do Ministério Público Federal (MPF).

A iniciativa visa impulsionar as ações do Programa de Gestão Documental, instituído em 2013, promovendo a atualização quanto ao uso da tabela de temporalidade e ajuste desse instrumento aos sistemas digitais do Tribunal, conforme a legislação, normas e instrumentos veiculados por recomendação do

### PRONAME-CNJ.

Na abertura do curso, o vice-presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, membro da Comissão de Documentação, Revista, Jurisprudência e Biblioteca do TJMA, destacou a importância do aprimoramento na área para a correta e eficiente gestão dos documentos, preservação da memória e acesso aos cidadãos.

Participaram da capacitação servidores técnicos e analistas das unidades de gestão documental, arquivo e preservação ou divulgação do acervo.

O Curso tratou ainda sobre a legislação arquivística

na esfera pública e no âmbito do Poder Judiciário, fundamentos, conceitos e princípios de Arquivologia, análise das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário, caracterização e detalhamento dos instrumentos básicos de gestão documental: plano de classificação de documentos e tabela de temporalidade documental, além de questões relacionadas à gestão eletrônica de documentos.

### Curso de Aplicação da Técnica Legislativa e da Legística na Elaboração de Atos Administrativos Normativos

Em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), servidores do Poder Judiciário participaram nos dias 07 e 08.11 de capacitação teórica e prática sobre o tema, abordando os conceitos abaixo:

- *Espécies normativas;*
- *Estrutura da norma;*
- *Técnicas Legislativa e Legística-conceitos e aplicação;*
- *Etapas da elaboração legislativa;*
- *Linguagem e regras de redação dos atos normativos;*
- *Articulação do ato normativo;*
- *Sistematização do ato normativo;*
- *Alteração das normas;*
- *Consolidação de normas.*

O Curso foi ministrado pela Profª Maricy Valetta, graduada em Direito pela Universidade de São Paulo. É servidora efetiva da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), na assessoria técnica legislativa. É instrutora da ESAFI Escola no tema técnicas legislativas e também é instrutora do ILP – Instituto do Legislativo Paulista da ALESP, com monitoria em cursos e oficinas de técnica legislativa;

Atua também como Consultora Legislativa da Prefeitura Municipal de São José dos Campos/SP e presta Assessoria Jurídica e legislativa da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo/SP.

O objetivo do curso consiste em apresentar subsídios para o aperfeiçoamento de técnicas utilizadas na elaboração de atos normativos e, posterior elaboração de um guia/manual para padronizarmos a normatiza-

ção dos atos normativos administrativos desta Corte de Justiça.

## PROJETOS

### Inauguração de novo espaço para leitura

Dia 30 de julho, a Coordenadoria de Biblioteca inaugurou um prazeroso espaço denominado Uma pausa para a leitura a seus usuários, uma proposta lúdica, no hall, onde disponibiliza sofá, pufes e estantes com livros, jornais e revistas para o público, de forma a incentivar a leitura durante seu tempo de descanso e intervalo do almoço.

### Projeto de criação do Museu da Justiça

Tenho em vista a necessidade de salvaguardar a memória institucional da justiça maranhense, e de contribuir também para a cultura e sociedade em geral, a Coordenadoria de Biblioteca vem empreendendo esforços junto a esta Corte de Justiça para a inauguração do Museu Des. Lauro Berredo de Martins, a ser inaugurado no início de 2020.

O mesmo estará localizado no andar de cima do Solar dos Veras, em salas desta Coordenadoria. Atualmente o espaço, os móveis e o acervo estão sendo preparados para a inauguração. A seguir quadro resumo das ações em andamento:

META	ESPECIFICAÇÃO	PROCESSO
Confeção de mobiliário para composição do layout do Museu "Desembargador Lauro Berredo de Martins"	- Estudo histórico, museológico e museográfico; - Elaboração do termo de referência e projeto arquitetônico; - Abertura de processo licitatório para a implementação e execução do projeto	73792019
Restauração e limpeza do mobiliário antigo, imagens sacras e esculturas.	Restauração e limpeza das peças museais doadas pelos familiares do Desembargador Lauro Berredo de Martins (listagem em anexo).	101322019

### Instalação do ICA-ATOM

A Coordenadoria de Biblioteca solicitou junto à Diretoria de Informática, instalação do sistema ICA – ATOM - software de descrição e acesso aos documentos arquivísticos, software livre (gratuito), voltado ao ambiente virtual web e se destina a auxiliar as atividades do arquivo.

Por meio dele será possível fazer a descrição arquivística e disponibilizar para consulta na web os documentos do acervo histórico que estão sendo descritos e organizados hoje de forma manual, como parte de projeto aprovado e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA.

O referido sistema já encontra-se instalado na Biblioteca e aguarda agora a instalação no Arquivo deste Tribunal.

### Convênio UFMA

Em parceria com o Departamento de Biblioteconomia, da Universidade Federal do Maranhão, a Coordenadoria de Biblioteca recebeu este ano 9 alunos de estágio curricular do Curso de Biblioteconomia, cumprindo carga-horária entre 225 e 270h, nos turnos matutino e vespertino.

Essa experiência tem sido muito positiva, haja a vista a troca de experiência profissional e a possibilidade de contribuir na formação acadêmica desses jovens, em contrapartida que também temos nossos conhecimentos renovados através das atividades que desenvolvemos com essa parceria.

Assim, tivemos a honra de sermos homenageadas durante o 3º ENCONTRO REGIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ERECIN NORTE/NORDESTE - 2019, dia 29.07, sendo reconhecido como a melhor Instituição para estágio do Curso em 2019.

### DIVISÃO DE ACERVO

No ano de 2019, tivemos o crescimento do acervo em 138 títulos doados, sendo: 21 jurídicos; 07 do acervo geral; 60 do acervo Desembargador Lauro Berredo; 18 da literatura infanto-juvenil, 05 da literatura e 27 maranhenses, totalizando 138 títulos novos.

As novas publicações são divulgadas periodicamente, enviadas para o e-mail de nossos usuários

Destacamos dentre as publicações adquiridas este ano os seguintes livros: Mistérios de uma Cidade Invisível, do Des. Lourival Serejo; Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, O Valor de Cada Um, de Márcia Montenegro e De Cabral a Maria da Penha, da Juíza Sônia Maria Amaral Fernandes.

Entre os periódicos, destacamos a Edição Especial, n.1000, da Revista dos Tribunais e ainda, a doação de livros do acervo pessoal do Des. Lauro Berredo, para compor o acervo do Museu que leva seu nome.

Realizamos um total de 761 empréstimos, 953 renovações e 809 devoluções. De janeiro a dezembro tivemos 25 cadastros de novos usuários em nosso Sistema de Automação – SIABI.

A Biblioteca Também recebe pesquisadores de todo o Brasil, dentre eles evidenciamos a visita do doutorando da Universidade do Tennessee Alexandre Pelegrino, que realizou extensa consulta aos testamentos de nosso acervo, e do Desembargador Marcos Henrique Caldeira Brandt, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que veio conhecer nossa Biblioteca e também o Memorial que esta em fase de implantação.

## DIVISÃO DE LEGISLAÇÃO

### Ações desenvolvidas pela Divisão de Legislação desta Coordenadoria no ano de 2019:

- Compêndios de Resoluções 2018 pronto para edição e encadernação;

- Clipping da mesa diretora- Presidente: Des. José Joaquim, foi entregue até março de 2019 e prontos os meses de abril a junho de 2019

- Clipping da mesa diretora- Vice-Presidente: Des. Lourival Serejo, entregue o da gestão 2018

- Clipping da mesa diretora- Corregedor: Des. Marcelo Carvalho, foi entregue o de 2018

- O produto da biblioteca legislação estadual foi feito de janeiro a dezembro de 2019 e disponibilizado no site.

- O produto boletim da legislação foi feito de jan. a set.2019 e disponibilizado no site.

- A listagem da legislação está sendo atualizada regularmente.

- Foram catalogados e indexados 1.227 atos, de jan até 10.12, dentre os quais Atos da Presidência, Resoluções, Portarias, Leis, etc

- Foram indexados 191 clippings de posse e de gestão do período de 1998 a 2019.

- Levantamento bibliográfico dos desembargadores nos anos de 1989 a 2017;

- Biografias das três primeiras mulheres da magistratura a ocuparem os cargos de juizas, desembargadoras, presidentes, vice-presidentes, corregedoras-gerais, diretoras do fórum e ESMAM;

- Relação dos diretores de secretaria e secretários judiciais nos anos de 1951 a 1959 ( de Sarney até os dias atuais)

Até o mês de novembro do corrente ano a Divisão de legislação atendeu um total de 48 pesquisas, abrangendo base de dados, telefone, e-mail, e presencial.



DIRETORIA  
*Engenharia*

## I POLO SÃO LUÍS I – ADM / JUIZADOS

### REFORMA E ADEQUAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA 2ª VEP – VARAS DE EXECUÇÕES PENAIS

Descrição dos serviços: reforma e adequação de parte do imóvel onde funciona o Complexo da Central Integrada de Alternativas Penais e Inclusão Social (CIAPIS), implantado pela SEAP/MA, para funcionamento da 2ª Vara de Execuções Penais da Comarca de São Luís, composto de 2 (dois) Gabinetes para magistrados, Sala de Reunião, CPD, Arquivo, Sala da Assessoria do Juiz e Administrativa, Sala de Audiência, Assessoria Jurídica, Atendimento, Secretaria Judicial, Banheiro para PcD, Recepção, Copa, banheiros destinados ao público, Banheiro destinado aos Servidores, Copa, Estacionamento.

Empresa: Sebastião Pereira Ferreira Júnior - EPP

Contrato: 056/2019

Ordem de serviço nº: 013/2019

Valor inicial: R\$ 252.769,14

Valor total com aditivo: R\$ 252.769,14

Valor Pago: R\$ 252.769,14

Data de início: 10/06/2019

Data de Término: 07/10/2019

STATUS: CONCLUÍDA.

### AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE 4 (QUATRO) NOVOS ELEVADORES NO PRÉDIO SEDE E ANEXOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Descrição dos serviços: aquisição e instalação de 4(quatro) novos elevadores, localizados no hall de acesso à Diretoria Geral, à Presidência, ao Auditório e ao Setor Médico/Odontológico no Prédio Sede e anexos do Tribunal de Justiça, incluindo a desmontagem dos equipamentos atualmente existentes e instalação dos novos, com mão de obra e materiais necessários.

Empresa: Thyssenkrupp Elevadores S/A.

Contrato: 0110/2017

Ordem de serviço nº: 010/2017

Valor: R\$ 532.000,00

Valor Pago: R\$ 252.700,00

Data de início: 25/09/2017

STATUS: EM EXECUÇÃO.

### ADAPTAÇÃO CIVIL E ELÉTRICA DO PRÉDIO SEDE TJ-MA PARA INSTALAÇÃO DOS ELEVADORES DA PRESIDÊNCIA, DO SETOR MÉDICO/ODONTOLÓGICO E DO AUDITÓRIO

Descrição dos serviços: adaptação do imóvel para receber 3 (três) novos elevadores modernos, contemplando adequação civil e elétrica na casa de máquinas, nos pavimentos, no fosso e na caixa de corrida. Foram executados serviços, tais como: instalados novos quadros elétricos, circuitos de iluminação e força para o elevador, soleiras e revestimentos em granito, extintores de incêndio, escada de acesso e alçapão metálico; realizada a pintura do fosso do elevador, da casa de máquinas e das áreas próximas às portas de pavimento; substituídas esquadrias de madeira por esquadrias metálicas; e executado reforço estrutural da laje da casa de máquinas.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 029/2018

Ordem de serviço nº: 02/2019

Valor inicial: R\$ R\$ 29.988,38

Valor aditivo: R\$ 0,00

Valor total com aditivo: R\$ 29.988,38

Valor Pago: R\$ 29.988,38

Data de início: 22/04/2019

Data de Término: 22/07/2019

STATUS: CONCLUÍDA.

### ADAPTAÇÃO CIVIL E ELÉTRICA DO PRÉDIO SEDE TJ-MA PARA INSTALAÇÃO DO ELEVADOR DA DIRETORIA GERAL

Descrição dos serviços: adaptação do imóvel para receber 1 (um) novo elevador moderno, contemplando adequação civil e elétrica na casa de máquinas, nos pavimentos, no fosso e na caixa de corrida. Foram executados serviços, tais como: instalados novos quadros elétricos, circuitos de iluminação e força para o elevador, soleiras em granito, extintores de incêndio, escada de acesso e alçapão metálico; realizada a pintura do fosso do elevador, da casa de máquinas e das áreas próximas às portas de pavimento; substituídas esquadrias de madeira por esquadrias metálicas; e executado reforço estrutural da laje da casa de máquinas.

Empresa: Alberto Sousa Engenharia Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 0116/2019  
Ordem de serviço nº: 02/2019  
Valor inicial: R\$ 17.346,71  
Valor total com aditivo: R\$ 17.346,71  
Valor Pago: R\$ 17.346,71  
Data de início: 16/08/2019  
Data de Término: 01/11/2019  
STATUS: CONCLUÍDA.

### **SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO PRÉDIO SEDE, JUIZADOS E ANEXOS NO PERÍODO DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2019.**

#### CONTRATO 116/2019

##### 1.5.1 OS 03/2019

Descrição dos serviços: Serviços de manutenção corretiva em diversos espaços físicos no Prédio Sede, Juizados e anexos, manutenções hidrossanitárias sendo executado a substituição de válvulas, vasos e torneiras, manutenção nas instalações elétricas como troca de lâmpadas, tomadas e interruptores em salas, corredores, auditório, serviços de aplicação de películas, pinturas de parede, regulagem e trocas de molas, serviços de troca de fechaduras, dentre outros.

Empresa: ALBERTO SOUSA ENGENHARIA IND. E COM LTDA.

Contrato: 116/2019

Ordem de serviço nº: 03/2019

Valor: R\$ 85.068,98

Valor Pago: R\$ 85.068,98

Data de início: 14/08/2019

Data de Término: 30/08/2019

STATUS: CONCLUÍDA.

##### 1.5.2 OS 12/2019

Descrição dos serviços: Serviços de manutenção corretiva em diversos espaços físicos no Prédio Sede, Juizados e anexos, manutenções hidrossanitárias sendo executado a substituição de válvulas, vasos e torneiras, manutenção nas instalações elétricas como troca de lâmpadas, tomadas e interruptores em salas, corredores, auditório, serviços de aplicação de películas, pinturas de parede, fachadas frontais do prédio, regulagem e trocas de molas, serviços de troca de fechaduras, dentre outros.

Empresa: ALBERTO SOUSA ENGENHARIA IND. E COM LTDA.

Contrato: 116/2019

Ordem de serviço nº: 12/2019

Valor: R\$ 64.059,67

Valor Pago: R\$ 64.059,67

Data de início: 02/09/2019

Data de Término: 30/09/2019

STATUS: CONCLUÍDA.

##### 1.5.3 OS 17/2019

Descrição dos serviços: Serviços de manutenção corretiva em diversos espaços físicos no Prédio Sede, Juizados e anexos, manutenções hidrossanitárias sendo executado a substituição de válvulas, vasos e torneiras, manutenção nas instalações elétricas como troca de lâmpadas, tomadas e interruptores em salas, corredores, auditório, serviços de aplicação de películas, pinturas de parede, fachadas frontais do prédio, regulagem e trocas de molas, serviços de troca de fechaduras, dentre outros.

Empresa: ALBERTO SOUSA ENGENHARIA IND. E COM LTDA.

Contrato: 116/2019

Ordem de serviço nº: 17/2019

Valor: R\$ 45.045,36

Valor Pago: R\$ 45.045,36

Data de início: 01/10/2019

Data de Término: 31/10/2019

STATUS: CONCLUÍDA.

##### 1.5.4 OS 19/2019

Descrição dos serviços: Serviços de manutenção corretiva em diversos espaços físicos no Prédio Sede, Juizados e anexos, revisão de coberturas, retirada de estrutura da caixa d'água, manutenções hidrossanitárias sendo executado a substituição de válvulas, vasos e torneiras, manutenção nas instalações elétricas como troca de lâmpadas, tomadas e interruptores em salas, corredores, auditório, serviços de aplicação de películas, pinturas de parede, fachadas laterais do prédio, regulagem e trocas de molas, serviços de troca de fechaduras, dentre outros.

Empresa: ALBERTO SOUSA ENGENHARIA IND. E COM LTDA.

Contrato: 116/2019

Ordem de serviço nº: 19/2019

Valor: R\$ 76.550,54

Valor Pago: R\$ 76.550,54

Data de início: 04/11/2019  
Data de Término: 05/12/2019  
STATUS: CONCLUÍDA.

### SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO GABINETE DO DES. RICARDO DUALIBE

Descrição dos serviços: Colocação de piso, revestimento e rodapé, divisórias e forro de gesso acartonado, criação de pontos de elétricos, lógicos e telefônicos, luminárias, esquadrias, pintura geral, construção de dois banheiros com bancadas, louças e acessórios.

Empresa: ALBERTO SOUSA ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Contrato: 0116/2019

Ordem de serviço nº: 05/2019

Valor da ordem de serviço: R\$ 71.764,00

Valor Pago: R\$ 71.764,00

Data de início: 05/09/2019

Data de Término: 02/12/2019

STATUS: CONCLUÍDA.

### SERVIÇOS DE ADEQUAÇÕES E REPAROS EM UNIDADES PREDIAIS DESCENTRALIZADAS (JUÍZADOS E ANEXOS) – 2º JECRC UEMA, 14º JECRC OLHO D'ÁGUA E DEPÓSITO PÚBLICO JUDICIAL.

Descrição dos serviços: Manutenção Corretiva nas unidades acima citadas incluindo revisão dos telhados com substituição de peças de madeira e telhas danificadas, cumeeiras, calhas, tubos que queda de água pluvial, recuperação estrutural, forro, impermeabilizações, pintura geral paredes, teto, piso, recuperação de paredes, e revestimentos, revisão hidráulica, revisão de instalações sanitárias, troca de esquadrias danificadas (portas, janelas), troca de lâmpadas, revisão de ponto lógico e elétricos, substituição de louças e metais danificados, limpeza de fossas e retirada de entulhos

Empresa: ALBERTO SOUSA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Contrato: 116/2019

Ordem de serviço nº: 04/2019

Valor inicial: R\$ 107.979,66

Valor Pago: R\$ 59.892,97

Data de início: 05/09/2019

STATUS: EM EXECUÇÃO.

### SERVIÇOS DE ADAPTAÇÕES E REPAROS DA CRECHE JUDITH PACHÊCO E CASA DA CRIANÇA.

Descrição dos serviços: Adaptação de Banheiros para PCD (pessoas com deficiência), Adequação de Berçários, Revestimento de Paredes e Piso de Banheiros e Cozinha, Revisão de Cobertura, Manutenção Corretiva nas unidades acima citadas incluindo revisão dos telhados com substituição de peças de madeira e telhas danificadas, cumeeiras, calhas, tubos que queda de água pluvial, forro, impermeabilizações, pintura geral paredes, teto, piso, recuperação de paredes, e revestimentos, revisão hidráulica, revisão de instalações sanitárias, troca de esquadrias danificadas (portas, janelas), troca de lâmpadas, revisão de ponto lógico e elétricos com instalação de refletores, substituição de louças e metais danificados, limpeza de fossas e retirada de entulhos

Empresa: ALBERTO SOUSA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Contrato: 116/2019

Ordem de serviço nº: 15/2019

Valor inicial: R\$ 102.860,53

Valor Pago: R\$ 55.936,09

Data de início: 21/10/2019

Status: EM EXECUÇÃO.

### SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, ADEQUAÇÃO E REPAROS NO FÓRUM DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

Descrição dos serviços: Retirada de pisos que estavam soltando nas varas cíveis, com tratamento contra fissuras e colocação de novo piso cerâmico, adequação de pontos para melhoria de layout, recuperação de rampa de estrutura metálica, revisão de telhado com substituição de telhas danificadas, impermeabilização de lajes, calhas e troca de tubulação de água pluvial, revestimento de paredes da copa/cozinha, recuperação de pavimentos do estacionamento de bloquetes, calçadas, piso lateral, pintura, concertina, recuperação de muro com reboco, esquadrias e portas de vidro temperado, grades, revisão de instalações elétricas com balanceamento de circuitos, revestimento e rodapé, ,

luminárias, esquadrias, pintura geral, troca de metais e acessórios dos banheiros.

Empresa: ALBERTO SOUSA ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Contrato: 0116/2019

Ordem de serviço nº: 09/2019

Valor da ordem de serviço: R\$ 135.343,57

Valor Pago: R\$ 107.596,61

Data de início: 07/10/2019

STATUS: EM EXECUÇÃO.

### SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS DO FÓRUM DE PAÇO DO LUMIAR

Descrição dos serviços: Demolição e Retirada de pisos que estavam soltos na área da copa e salas do São do Júri, com tratamento e reforço contra fissuras e colocação de novo piso cerâmico, instalação de novos pontos na assessoria 3ª vara, recuperação de calhas e canaletas de concreto, revisão de telhado com substituição de telhas danificadas, impermeabilização de lajes, calhas e troca de tubulação de água pluvial, revestimento de paredes da copa/cozinha, recuperação de pavimentos do estacionamento de bloquets, calçadas, pintura, manutenção de esquadrias e portas de vidro temperado, revisão de instalações elétricas com troca de lâmpadas de luminárias, refletores, disjuntores, revestimento e rodapé, esquadrias, pintura geral, troca de metais e acessórios dos banheiros.

Empresa: ALBERTO SOUSA ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Contrato: 0116/2019

Ordem de serviço nº: 08/2019

Valor da ordem de serviço: R\$ 52.353,70

Valor Pago: R\$ 44.161,23

Data de início: 07/10/2019

STATUS: EM EXECUÇÃO.

### SERVIÇOS DE REPAROS E MANUTENÇÕES EM SETORES NO PRÉDIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO (ANEXO VII).

Descrição dos serviços: Manutenção Corretiva no Prédio Administrativo incluindo revisão de telhado com substituição de peças de madeira e telhas danificadas, cumeeiras, calhas, tubos que queda de água pluvial, recuperação estrutural, forro, impermeabili-

zações, pintura geral paredes, teto, piso, recuperação de paredes, e revestimentos, revisão hidráulica, revisão de instalações sanitárias, troca de esquadrias danificadas (portas, janelas), troca de lâmpadas, revisão de ponto lógico e elétricos, substituição de louças e metais danificados, adequação para instalação de novos espaços como a central de reciclagem e a sala de apoio da limpeza.

Empresa: ALBERTO SOUSA ENGENHARIA IND. E COM LTDA.

Contrato: 116/2019

Ordem de serviço nº: 01 / 2019

Valor: R\$ 101.834,32

Valor Pago: R\$ 47.523,98

Data de início: 12/08/2019

Data de Término:

STATUS: EM ANDAMENTO.

### SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO SEGUNDO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA.

Descrição dos serviços: Serviços de manutenção corretiva no Prédio onde funcionava o segundo centro judiciário de solução de conflitos e cidadania, para devolução ao proprietário. Estão sendo feitos serviços referentes a pintura geral, recuperação de piso de taco, substituição de válvulas, manutenção nas instalações elétricas como troca de lâmpadas e interruptores em salas, dentre outros.

Empresa: ALBERTO SOUSA ENGENHARIA IND. E COM LTDA.

Contrato: 116/2019

Ordem de serviço nº: 22 / 2019

Valor: R\$ 32.136,22

Valor Pago: R\$ 0,00

Data de início: 02/12/2019

Data de Término:

STATUS: EM ANDAMENTO.

### MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO DO MARANHÃO (UMF).

Descrição dos serviços: Serviços de manutenção corretiva no Prédio da Unidade de Monitoramento, acompanhamento, aperfeiçoamento e fiscalização do Sistema Carcerário do Maranhão, com revisão de te-

lhado com substituição, recuperação estrutural, forro, impermeabilizações, manutenções hidros sanitárias, sendo executado a substituição de válvulas, vasos e torneiras, manutenção nas instalações elétricas.

Empresa: ALBERTO SOUSA ENGENHARIA IND. E COM LTDA.

Contrato: 116/2019

Ordem de serviço nº: 11 / 2019

Valor: R\$ 90.197,63

Valor Pago: R\$ 19.843,37

Data de início: 10/09/2019

Data de Término:

STATUS: EM ANDAMENTO.

### **SERVIÇOS DE READEQUAÇÃO ELÉTRICA / PINTURA E OUTROS (MEMORIAL 1º PAV ANEXO VII) - MUSEU DES. LAURO BERREDO.**

Descrição dos serviços: Serviço de adequação do imóvel para receber as instalações do museu Desembargador Lauro Berredo, com pintura de paredes, recuperação de piso de madeira, manutenção nas instalações elétricas como troca de lâmpadas, readequação de tomadas e interruptores.

Empresa: ALBERTO SOUSA ENGENHARIA IND. E COM LTDA.

Contrato: 116/2019

Ordem de serviço nº: 14 / 2019

Valor: R\$ 13.914,07

Valor Pago: R\$ 0,00

Data de início: 06/11/2019

Data de Término:

STATUS: EM ANDAMENTO.

### **SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CIVIL NO PRÉDIO DA COORDENAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E COORDENADORIA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE.**

Descrição dos serviços: Serviços de manutenção corretiva no Prédio a ser entregue Juizados e anexos, manutenções hidros sanitárias sendo executado a substituição de válvulas, vasos e torneiras, manutenção nas instalações elétricas como troca de lâmpadas, tomadas e interruptores em salas, corredores, serviços de aplicação de películas, pinturas de parede, regulagem e trocas de molas, serviços de troca de fechaduras, dentre outros.

Empresa: ALBERTO SOUSA ENGENHARIA IND. E COM LTDA.

Contrato: 116/2019

Ordem de serviço nº: 18 / 2019

Valor: R\$ 37.782,78

Valor Pago: R\$ 0,00

Data de início: 09/12/2019

Data de Término:

STATUS: EM ANDAMENTO.

### **SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NA ESMAM**

Descrição dos serviços: Serviços de manutenção na parte elétrica e lógica, tais como: implementação de novos pontos lógicos e elétricos no pavimento térreo e superior, refixação de tomadas e pontos lógicos com folgas, identificação dos setores no quadro de distribuição e troca de lâmpadas. Pintura interna geral do prédio (pavimento superior e térreo), pintura do muro, troca de torneiras e ralos. Limpeza de fossas, caixas de gorduras e recuperação do sistema de esgoto.

Empresa: ALBERTO SOUSA ENGENHARIA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Contrato: 0116/2019

Ordem de serviço nº: 06/2019

Valor: R\$ 45.521,21

Valor Pago: R\$ 34.968,12

Data de início: 07/10/2019

Data de Término:

Status: Em execução

### **SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NA COMARCA DE RAPOSA.**

Descrição dos serviços: Serviços de recuperação e tratamento das infiltrações no reboco com colocação de manta impermeabilizante e novo reboco com traço 1:4 de cimento, areia e aditivo impermeabilizante tipo sika; manutenção nos banheiros; troca de luminárias. Pintura interna geral do fórum; pintura externa na parede que teve intervenção e manutenção da porta principal.

Empresa: ALBERTO SOUSA ENGENHARIA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Contrato: 0116/2019

Ordem de serviço nº: 13/2019

Valor: R\$27.353,04

---

Valor Pago: R\$27.353,04

---

Data de início: 16/10/2019

---

Data de Término: 02/12/2019

---

Status: Concluído

---

## **I POLO SÃO LUIS II - FDSC**

### **SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO PRÉDIO DO FÓRUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019.**

#### **CONTRATO 31/2018**

OS 01/2019

Descrição dos serviços: Serviços de manutenção corretiva em diversos espaços físicos no Prédio do FDSC, manutenções hidros sanitárias sendo executado a substituição de válvulas, vasos e torneiras, manutenção nas instalações elétricas como troca de lâmpadas, tomadas e interruptores em salas, corredores, auditório, serviços de aplicação de películas, pintura de parede, regulagem e trocas de molas, serviços de troca de fechaduras, dentre outros.

---

Empresa: Torquato Fernandes Engenharia LTDA.

---

Contrato: 31/2018

---

Ordem de serviço nº: 01/2019

---

Valor: R\$ 128.683,04

---

Valor Pago: R\$ 128.683,04

---

Data de início: 13/12/2018

---

Data de Término: 13/03/2019

---

STATUS: CONCLUÍDA.

---

OS 02/2019

Descrição dos serviços: Serviços de manutenção corretiva em diversos espaços físicos no Prédio do FDSC, regulagem e trocas de molas, manutenção nas instalações elétricas como troca de fios, lâmpadas, tomadas e interruptores, instalação de divisórias de granito, manutenções hidro sanitárias contemplando a substituição de válvulas, vasos e torneiras, aplicação de películas, pintura de parede, aplicação de manta asfáltica, montagem de divisória e forro de gesso acartonado, troca de portas, dentre outros.

---

Empresa: Torquato Fernandes Engenharia LTDA.

---

Contrato: 31/2018

---

Ordem de serviço nº: 02/2019

---

---

Valor: R\$ 88.224,62

---

Valor Pago: R\$ 88.224,62

---

Data de início: 03/04/2019

---

Data de Término: 04/06/2019

---

STATUS: CONCLUÍDA.

---

OS 03/2019

Descrição dos serviços: Serviços de manutenção corretiva em diversos espaços físicos no Prédio do FDSC, regulagem e trocas de molas, manutenção nas instalações elétricas como troca de fios, lâmpadas, tomadas e interruptores, instalação de divisórias de granito, manutenções hidro sanitárias contemplando a substituição de válvulas, vasos e torneiras, aplicação de películas, pintura de parede, aplicação de manta asfáltica,, montagem de divisória e forro de gesso acartonado, troca de portas, conclusão dos serviços do Centro de Conciliação, dentre outros.

---

Empresa: Torquato Fernandes Engenharia LTDA.

---

Contrato: 31/2018

---

Ordem de serviço nº: 03/2018

---

Valor: R\$ 191.466,23

---

Valor Pago: R\$ 191.466,23

---

Data de início: 05/06/2019

---

Data de Término: 16/08/2019

---

STATUS: CONCLUÍDA.

---

#### **CONTRATO 114/2019**

OS 01/2019

### **SERVIÇOS DE ADAPTAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DAS SALAS DA TURMA RECURSAL**

Descrição dos serviços: Serviços de manutenção predial e adaptação de salas para Instalação da Turma Recursal compreendendo os serviços de execução de alvenarias de gesso acartonado, forros drywall, esquadrias em vidro temperado, pintura instalação de luminárias, instalação de pontos elétricos e lógicos.

---

Empresa: Torquato Fernandes Engenharia LTDA.

---

Contrato: 114/2019

---

Ordem de serviço nº: 01/2019

---

Valor: R\$ 41.744,42

---

Valor Pago: R\$ 41.744,42

---

Data de início: 04/07/2019

---

Data de Término: 01/11/2019

---

STATUS: CONCLUÍDA.

OS 03/2019

### SERVIÇOS DE ADAPTAÇÃO DA SECRETARIA JUDICIAL DIGITAL CÍVEL

Descrição dos serviços: Serviços de manutenção predial e adaptação de salas para Instalação da Secretaria Digital Cível compreendendo os serviços de execução de alvenarias de gesso acartonado, forros drywall, esquadrias em vidro temperado, pintura instalação de luminárias, instalação de pontos elétricos e lógicos.

Empresa: Torquato Fernandes Engenharia LTDA.

Contrato: 114/2019

Ordem de serviço nº: 03/2019

Valor: R\$ 52.675,65

Valor Pago: R\$ 52.675,65

Data de início: 18/10/2019

Data de Término: 03/12/2019

STATUS: CONCLUÍDA.

OS 04/2019

Descrição dos serviços: Serviços de manutenção corretiva em diversos espaços físicos no Prédio do FDSC, regulagem e trocas de molas, manutenção nas instalações elétricas como troca de fios, lâmpadas, tomadas e interruptores, instalação de divisórias de granito, manutenções hidro sanitárias contemplando a substituição de válvulas, vasos e torneiras, aplicação de películas, pintura de parede, aplicação de manta asfáltica,, montagem de divisória e forro de gesso acartonado, troca de portas, dentre outros.

Empresa: Torquato Fernandes Engenharia LTDA.

Contrato: 114/2019

Ordem de serviço nº: 04/2019

Valor: R\$ 65.099,15

Valor Pago: R\$ 65.099,15

Data de início: 20/08/2019

Data de Término: 18/11/2019

STATUS: CONCLUÍDA.

OS 05/2019

Descrição dos serviços: Serviços de manutenção

corretiva em diversos espaços físicos no Prédio do FDSC, regulagem e trocas de molas, manutenção nas instalações elétricas como troca de fios, lâmpadas, tomadas e interruptores, instalação de divisórias de granito, manutenções hidro sanitárias contemplando a substituição de válvulas, vasos e torneiras, aplicação de películas, pintura de parede, aplicação de manta asfáltica,, montagem de divisória e forro de gesso acartonado, troca de portas, dentre outros.

Empresa: Torquato Fernandes Engenharia LTDA.

Contrato: 114/2019

Ordem de serviço nº: 05/2019

Valor: R\$ 161.943,04

Valor Pago: R\$ 161.943,04

Data de início: 15/10/2019

Data de Término: 20/11/2019

STATUS: CONCLUÍDA.

OS 06/2019

Descrição dos serviços: Serviços de manutenção corretiva em diversos espaços físicos no Prédio do FDSC, regulagem e trocas de molas, manutenção nas instalações elétricas como troca de fios, lâmpadas, tomadas e interruptores, instalação de divisórias de granito, manutenções hidro sanitárias contemplando a substituição de válvulas, vasos e torneiras, aplicação de películas, pintura de parede, aplicação de manta asfáltica, montagem de divisória e forro de gesso acartonado, troca de portas, pintura das paredes externas manutenção geral nos banheiros masculino e feminino da ala 4, reestruturação do sistema hidro sanitário do restaurante, serviços de impermeabilização da laje de acesso dos servidores na ala 4, interligação do sistema de abastecimento de água por bomba submersa, localizada na ala 6, com a cisterna submersa localizada na ala 4, dentre outros.

Empresa: Torquato Fernandes Engenharia LTDA.

Contrato: 31/2018

Ordem de serviço nº: 06/2019

Valor: R\$ 256.746,13

Valor Pago: R\$ 256.746,13

Data de início: 04/11/2019

Data de Término: 02/12/2019

STATUS: CONCLUÍDA.

## I POLO IMPERATRIZ

### ADAPTAÇÃO DO DEPÓSITO JUDICIAL IMPERATRIZ/MA.

Descrição dos serviços: Adaptação do imóvel para receber o Depósito Judicial de Imperatriz/MA com adequação do layout com instalações de divisórias; instalações elétricas, lógicas e telefônicas; sistemas de telecomunicações, pintura e reparo na esquadria de vidro.

Empresa: Palmares Construções Ltda.

Contrato: 0113/2019

Ordem de serviço nº: 01/2019

Valor inicial: R\$ 183.003,05

Valor Pago: R\$ 183.003,05

Data de início: 19/08/2019

Data de Término: 18/10/2019

STATUS: CONCLUÍDA.

### SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE IMPERATRIZ-MA.

Descrição dos serviços: Os serviços de manutenção predial realizados, na unidade, foram pintura do piso cimentado, instalações elétricas e rede estruturada (melhorias no sistema de infraestrutura lógica), revisão de cobertura, revestimentos, forro PVC, instalações de esquadrias, piso cerâmico, instalações hidrosanitárias, instalações de louças e metais.

Empresa: Palmares Construções Ltda.

Contrato: 0113/2019

Ordem de serviço nº: 03/2019

Valor inicial: R\$ 11.263,99

Valor Pago: R\$ 11.263,99

Data de início: 29/10/2019

Data de Término: 13/11/2019

STATUS: CONCLUÍDA.

### SERVIÇO DE ADEQUAÇÃO DO IMÓVEL PARA ABRIGAR A VARA DA MULHER DE IMPERATRIZ-MA

Descrição dos serviços: Adaptação do imóvel para receber a Vara da Mulher da Comarca de Imperatriz/MA com adequação do layout com instalações de divisórias em gesso acartonado; instalações elétricas, lógicas e telefônicas; sistemas de telecomunicações,

pintura geral, reparos esquadrias de vidros revisão das instalações hidrosanitárias, pintura geral, instalação de balcão de atendimento, instalação de ar condicionado e outros

Empresa: Palmares Construções Ltda.

Contrato: 0113/2019

Ordem de serviço nº: 02/2019

Valor inicial: R\$ 50.615,41

Valor Pago: R\$ 50.615,41

Data de início: 30/09/2019

Data de Término: 05/12/2019

Status: Concluída.

## I POLO CAXIAS

### SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO FÓRUM DE MIRADOR

Descrição dos serviços: Manutenção do imóvel do Fórum com revisão do telhado, substituição de todas lâmpadas por LED, pintura interna geral, substituição de portas danificadas e recuperação de calçada lateral.

Empresa: SEBASTIÃO PEREIRA FERREIRA JÚNIOR

Contrato: 109/2019 Manutenção Predial Polo Caxias

Ordem de serviço nº: DE 01/2019

Valor OS: R\$ 147.389,92

Valor pago: R\$ 123.200,93

Data de início: 01/09/2019

STATUS: EM EXECUÇÃO

## I POLO CHAPADINHA

### SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO FÓRUM DA COMARCA DE ARAIOSES.

Descrição dos serviços: Revisão da cobertura com retelhamento e execução de impermeabilização em laje, revisão na rede hidráulica, revisão geral na rede elétrica com implantação de novos quadros, circuitos e troca de lâmpadas, adição de novos pontos lógicos e pintura interna do imóvel.

Empresa: MODULO ENGENHARIA LTDA EPP

Contrato: 030/2018 Manutenção Predial Polo Chapadinha

Ordem de serviço nº: DE 06/2019

Valor: R\$ 79.201,57

Valor pago: R\$ 78.486,21

Data de início: 11/05/2019  
Data de Término: 15/07/2019  
STATUS: CONCLUÍDA

### SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO FÓRUM DE CHAPADINHA.

Descrição dos serviços: Revisão geral do telhado do Fórum, recuperação de estrutura do telhado do antigo alojamento do juiz e troca de parte de lâmpadas e luminárias.

Empresa: MODULO ENGENHARIA LTDA EPP  
Contrato: 030/2018 Manutenção Predial Polo Chapadinha  
Ordem de serviço nº: DE 01/2019  
Valor: R\$ 47.276,89  
Valor pago: R\$ 47.276,89  
Data de início: 22/03/2019  
Data de Término: 26/05/2019  
STATUS: CONCLUÍDA

### SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO FÓRUM DE VARGEM GRANDE.

Descrição dos serviços: Manutenção geral do imóvel do Fórum e arquivo anexo.

Empresa: MODULO ENGENHARIA LTDA EPP  
Contrato: 112/2019 Manutenção Predial Polo Chapadinha  
Ordem de serviço nº: DE 01/2019 e 04/2019  
Valor OS 01: R\$ 110.369,66 / OS 04: 207.562,71  
Valor pago: R\$ 69.699,30  
Data de início: 26/08/2019  
Data de Término:  
STATUS: EM EXECUÇÃO

### SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO FÓRUM DE HUMBERTO DE CAMPOS.

Descrição dos serviços: Manutenção geral do imóvel do Fórum, troca de piso, revisão das instalações hidrosanitárias, elétrica e lógica e pintura geral.

Empresa: MODULO ENGENHARIA LTDA EPP  
Contrato: 112/2019 Manutenção Predial Polo Chapadinha  
Ordem de serviço nº: DE 02/2019  
Valor OS: R\$ 227.174,71  
Valor pago: R\$ 46.562,51  
Data de início: 02/09/2019  
STATUS: EM EXECUÇÃO

### SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO FÓRUM DE SÃO MATEUS.

Descrição dos serviços: Manutenção do imóvel do Fórum com revisão do telhado, revisão da rede de esgoto, pintura geral, substituição de luminárias e recuperação do pavimento do estacionamento.

Empresa: MODULO ENGENHARIA LTDA EPP  
Contrato: 112/2019 Manutenção Predial Polo Chapadinha  
Ordem de serviço nº: DE 05/2019  
Valor OS: R\$ 206.435,92  
Valor pago: R\$ 71.606,55  
Data de início: 01/10/2019  
STATUS: EM EXECUÇÃO

### I POLO PINHEIRO

### SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NO FÓRUM DA COMARCA DE MARACAÇUMÉ.

Descrição dos serviços: Serviços de manutenção predial no Fórum no Fórum de 1 (uma) Vara Judicial, no Auditório do Salão do Júri e no Centro Judiciário de Solução de Conflitos, contemplando revisão da cobertura, impermeabilização de lajes, recuperação de reboco de paredes e tetos, instalação de revestimento cerâmico, piso cerâmico, pintura interna, revisão das instalações elétricas e hidráulicas, calçamento e sarjeta externos, instalação de ar condicionados e conjunto motor-bomba novos, dentre outros.

Empresa: D.A. Construções Ltda.  
Contrato: 28/2018  
Ordem de serviço nº: 001/2019  
Valor inicial: R\$ 53.311,19  
Valor Pago: R\$ 53.311,19  
Data de início: 24/04/2019  
Data de Término: 27/06/2019  
STATUS: CONCLUÍDA.

Descrição dos serviços: Serviços complementares de manutenção predial no Fórum de 1 (uma) Vara Judicial, destinados à execução da calçada lateral do Fórum e frontal do Centro de Solução de Conflitos, incluindo serviços como aterro e armação em tela de aço para reforço do contrapiso.

Empresa: D.A. Construções Ltda.

Contrato: 28/2018  
Ordem de serviço nº: 001-A/2019  
Valor inicial: R\$ 6.367,38  
Valor Pago: R\$ 6.367,38  
Data de início: 03/06/2019  
Data de Término: 29/07/2019  
Status: Concluída.

### SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NO FÓRUM DA COMARCA DE GUIMARÃES

Descrição dos serviços: manutenção predial e adequação no Fórum de 1 (uma) Vara Judicial na Comarca de Guimarães, contemplando revisão completa das instalações prediais, substituição do forro de PVC, recuperação do piso de madeira, substituição do piso cerâmico, pintura geral do prédio, instalação de novos splits, adequação da copa e dos banheiros, recuperação de calçadas, recuperação/substituição de esquadrias de madeira, adequação do layout, entre outros.

Empresa: Geral Engenharia e Serviços Ltda.  
Contrato: 0111/2019  
Ordem de serviço nº: 01/2019 e 10/2019  
Valor inicial: R\$ 289.304,49  
Valor complementar: R\$ 18.745,31  
Valor total com complemento: R\$ 308.049,80  
Valor Pago: R\$ 286.756,11  
Data de início: 16/08/2019  
Data de Término: 10/12/2019  
STATUS: EM EXECUÇÃO.

### SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NA COMARCA DE PINHEIRO.

Descrição dos serviços: Serviços de recuperação e pintura das fachadas do prédio (principal e lateral esquerda); troca das esquadrias de vidro da fachada; troca de lâmpadas, confecção de asbuilt do fórum;

Empresa: GERAL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA.  
Contrato: 0111/2019  
Ordem de serviço nº: 02/2019  
Valor: R\$43.894,16  
Valor Pago: 35.452,10  
Data de início: 28/10/2019  
Data de Término:  
Status: Em execução

### SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NA COMARCA DE MARACAÇUMÉ.

Descrição dos serviços: Serviços de revisão geral do telhado (fórum e salão do júri); pintura das salas nas adjacências da secretaria (gabinete, assessoria, etc); serviços de manutenção no CEJUSC: troca de luminárias, troca de portas, chuveiros, registros, kit de caixa acoplada.

Empresa: GERAL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA.  
Contrato: 0111/2019  
Ordem de serviço nº: 04/2019  
Valor: R\$ 22.863,56  
Valor Pago: R\$ 21.402,18  
Data de início: 21/10/2019  
Data de Término:  
Status: Em execução

### SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NO FÓRUM DA COMARCA DE MIRINZAL

Descrição dos serviços: manutenção predial no Fórum de 1 (uma) Vara Judicial na Comarca de Mirinzal, contemplando capina e limpeza do terreno, poda de árvores, revisão das instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, instalação de novos splits, adequação da copa, substituição de portas de madeira e de alumínio, substituição de fechaduras de portas e de vidros das janelas, recuperação e pintura de piso cimentado, recuperação e pintura das grades em ferro, revestimento da cisterna, revisão da cobertura, impermeabilização de lajes e paredes, recuperação de reboco, substituição do para-raios, pintura geral do prédio.

Empresa: Geral Engenharia e Serviços Ltda.  
Contrato: 0111/2019  
Ordem de serviço nº: 02/2019 e 11/2019  
Valor inicial: R\$ 106.156,74  
Valor complementar: R\$ 12.274,22  
Valor total com complemento: R\$ 118.430,96  
Valor Pago: R\$ 106.156,74  
Data de início: 16/08/2019  
Data de Término: 10/12/2019  
STATUS: EM EXECUÇÃO.

### REFORMA DO FÓRUM DA COMARCA DE VITÓRIA DO MEARIM-MA.

Descrição dos serviços: A edificação, que possui 416,85 m<sup>2</sup> de área construída, readequação das instalações elétricas e lógicas, substituição dos novos quadros elétricos revisão geral da cobertura com substituição de madeiramento desgastado, recuperação do reboco das paredes, revisão das instalações hidrosanitárias, troca de todo piso cerâmico, pintura geral, instalação de balcão de atendimento e outros.

Empresa: SANGAR CONSTRUÇÕES EIRELLI- EPP

Contrato nº: 164/2018

Ordem de serviço nº: 01/2018

Valor inicial: R\$ 227.536,00

Valor aditivado: R\$ 36.079,87

Valor Pago: R\$ 261.996,83

Data de início: 14/01/2019

Data de Término: 29/11/2019

STATUS: CONCLUÍDA.

## IPOLO SANTA INÊS

### SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO FÓRUM DE MONÇÃO-MA.

Descrição dos serviços: Revisão do telhado, pintura geral, construção de base de caixa d'água, revisão hidráulica, troca de lâmpadas, revisão de ponto lógico e elétricos.

Empresa: CONSTRUTORA INGARANA CONSTRUÇÕES Ltda.

Contrato: 26/2018

Ordem de serviço nº: 28/2019

Valor inicial: R\$ 27.668,63

Valor Pago: R\$ 27.668,63

Data de início: 11/02/2019

Data de Término: 13/03/2019

STATUS: CONCLUÍDA.

### SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO FÓRUM DE PAULO RAMOS

Descrição dos serviços: Mudança de layout, troca de piso, rodapé e revestimentos, divisórias e forro pvc, criação de pontos de elétricos, lógicos e telefônicos, luminárias, esquadrias, pintura geral, construção de dois banheiros e reforma de três com louças e acessórios, construção de cisterna e base de caixa d'água, e fachada nova.

Empresa: SILVEIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.

Contrato: 0115/2019

Ordem de serviço nº: 01/2019

Valor da ordem de serviço: R\$ 258.925,70

Valor Pago: R\$ 209.066,78

Data de início: 30/09/2019

STATUS: EM EXECUÇÃO

## IOBRAS

### CONSTRUÇÃO DO SALÃO DO JÚRI DE SÃO JOÃO BATISTA/MA

Descrição dos serviços: Serviços de construção do salão do Júri, contendo área 179,88m<sup>2</sup>, composto por sala secreta, sala do réu, sala de testemunha de defesa e acusação, banheiros para público e plateia com capacidade para 43 lugares.

Empresa: CONPAC COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA

Contrato: 0122/2018

Ordem de serviço nº: 08/2018

Valor: R\$ 476.547,40

Valor Pago: 476.547,40

Data de início: 17/09/2018

STATUS: OBRA CONCLUÍDA.

### CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA.

Descrição dos serviços: O novo imóvel é constituído por um pavimento (térreo),

Área total construída de 872,19 m<sup>2</sup>, área total do terreno 2.000m<sup>2</sup>, composto por duas unidades jurisdicionais (Gabinete do Juiz, Secretaria judicial, Arquivo, Sala de Audiência,

Assessoria), Distribuição e Protocolo, Sanitários para público, Sala para Oficiais de justiça, Sala para OAB, Banheiro para servidores, Salão do Júri - e seus anexos - com 89 lugares (incluindo PNE), estacionamento privativo, entre outros. O novo prédio fica situado na Rua CT 04, Quadra 14, Residencial Colina Park, Presidente Dutra – MA.

Empresa: LDM CONTRUÇÕES LTDA

Contrato: 111/2018

Ordem de serviço nº: DE 07/2018

Valor: R\$ 1.741.390,61

Valor aditivado: R\$ 198.578,70

Valor total com aditivo: R\$ 1.939.969,31

Valor Pago: R\$ 1.920.238,22

Data de início: 01/08/2018

Data de Término: 26/08/2019

STATUS: CONCLUÍDA

### **DIVISÃO DE ARQUITETURA (PROJETOS ELABORADOS)**

Projeto arquitetônico de construção do Salão do Júri da Comarca de PINDARÉ MIRIM/MA.

Descrição dos serviços: Elaboração do Projeto Arquitetônico para a construção do Salão do Júri da Co-

marca de Pindaré Mirim/MA.

Área do Terreno: 2.621,33 m<sup>2</sup> (dois mil, seiscentos e vinte e um mil, trinta e três metros quadrados);

Área Total Construída: 179,85 m<sup>2</sup> (cento e setenta e nove e oitenta e cinco metros quadrados);

Programa de Necessidades: Foyer; Banheiros masculino e feminino adaptados para PCD; Auditório para Sessão do Júri Popular com lugares para 43 pessoas; Sala Secreta; Sala para Testemunhas de Acusação; Sala para Testemunhas de Defesa; Lavabo; Sala integrada para Réus e com banheiro privativo e estacionamento interno para 4 vagas, sendo uma para PCD.



DIRETORIA  
*Financeira*

Em continuidade aos princípios das outras gestões, a Diretoria Financeira mantém a conduta no sentido de viabilizar esforços a aprimorar a sua estrutura interna para efetivação e publicação dos resultados obtidos, além de fomentar, na medida do possível, a participação de seus servidores em treinamentos e cursos de capacitação. Destaca-se também, a

participação de sistemas informatizados nas mais diversas atividades da diretoria, que, por sua vez, denota relevante contribuição na execução e otimização de expedientes administrativos e diligências processuais.

### Dos Sistemas Informatizados nas unidades da Diretoria Financeira

SISTEMAS UTILIZADOS NA DIRETORIA	FUNÇÃO
<i>AUTOATENDIMENTO BB</i>	Gerenciamento e Lançamento dos numerários para uso do Cartão Corporativo
<i>SISTEMA BANCO DO BRASIL</i>	Envio de arquivos relacionados a Folha de Pagamento
<i>DAM</i>	Expedição de Documento de Arrecadação Municipal ISS
<i>DIÁRIO ELETRÔNICO</i>	Publicação e Consulta dos atos no âmbito do Tribunal de Justiça
<i>DIGIDOC</i>	Cadastro e acompanhamento de Requisições, Documentos e Processos Administrativos (via Digital)
<i>ECONSIG</i>	Gerenciamento de Consignados (OBS: substituído recentemente pelo SP Consig)
<i>EMAT</i>	Solicitação de materiais de consumo e permanentes e controle de pedidos
<i>EPOP</i>	Elaboração e Planejamento da Proposta Orçamentária medindo o orçamento de forma quantitativa e qualitativamente
<i>GFIP</i>	Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social
<i>GPS</i>	Gerar as Guias da Previdência Social
<i>MENTORH</i>	Cadastramento e Manutenção de dados dos Servidores; Geração da Folha e registros funcionais
<i>RECEITA FEDERAL</i>	Preenchimento de Declarações Imposto de Renda
<i>SACOP</i>	Acompanhamento Eletrônico das Contratações Públicas
<i>SCO</i>	Controle Financeiro-Orçamentário de todas as despesas do TJMA
<i>SEFAZNET</i>	Transmissão de Informações Fiscais
<i>SIGEF</i>	Gerenciamento integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
<i>SIS PREFEITURAS</i>	Emissão de Guias de Arrecadação Municipais
<i>SISRH</i>	Gerencia as solicitações de Diárias, compreende a formulação da requisição e acompanhamento processual
<i>SP CONSIG</i>	Controle e Gerenciamento para concessão de empréstimos bancários
<i>TELEGRAM</i>	Comunicação Interna entre os servidores

Quadro 1 - Sistemas Informatizados utilizados na Diretoria Financeira. Fonte: Sistemas da DF-TJMA, 2018-2019.

### Dos expedientes da Diretoria Financeira

Especificamente, a dinâmica de atividades dos setores da Diretoria Financeira está relacionada ao Sistema de Protocolo e Processo Digital – DIGIDOC -, de onde partem as obrigações com as metas estratégicas do

Tribunal de Justiça. Conseqüentemente, desde a implantação da via digital, atualmente há pouco envolvimento de expedientes físicos, apenas em situações eventuais. Portanto, aos expedientes efetivados pela Diretoria Financeira ao DIGIDOC, ao respectivo bi-ênio, demonstraram-se da seguinte forma:

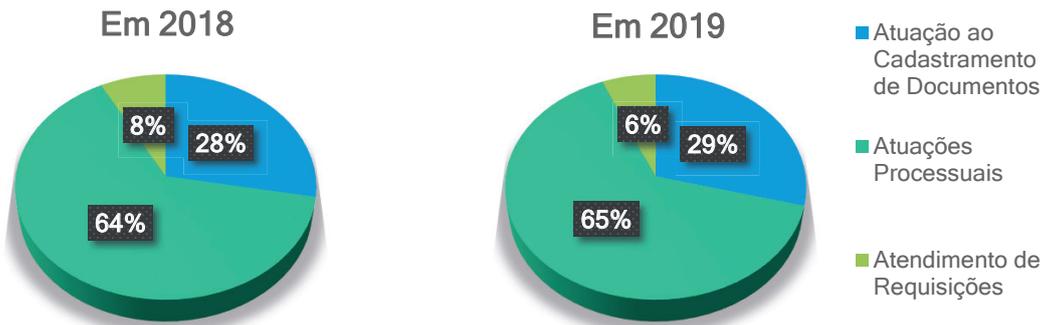


Figura 2 - Atuação da Diretoria Financeira nas atividades DIGIDOC 2018-2019. FONTE: Relatório Digidoc, 2018-2019.

### Dos Índices Processuais Digidoc da Diretoria Financeira

(dados até 31/10/2019):

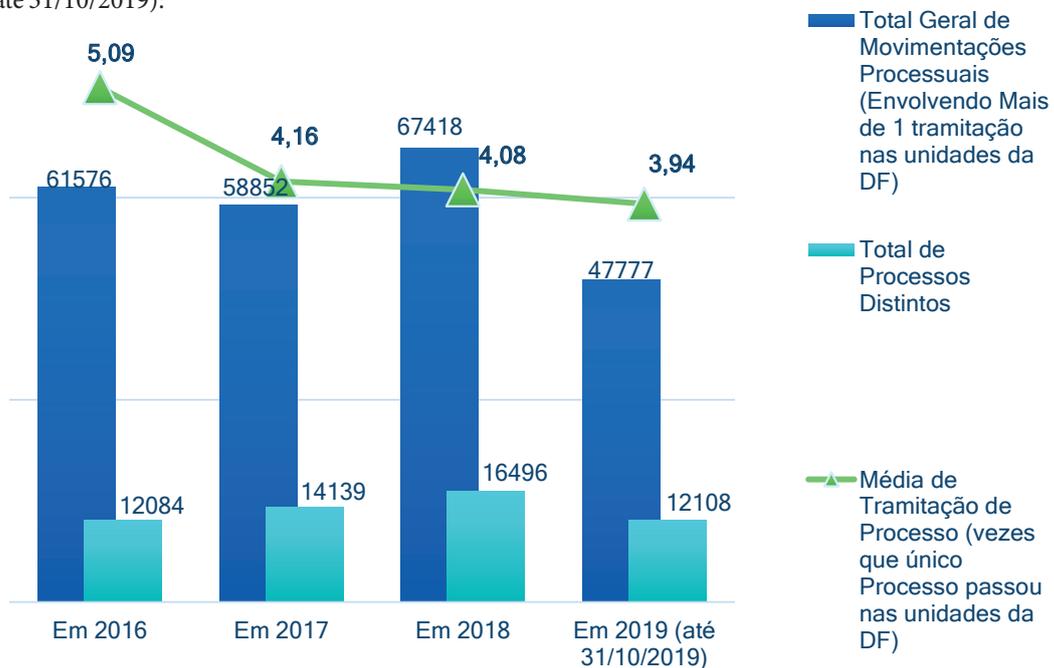


Gráfico 1 - Quantitativos de Diligências ao Sistema Digidoc 2016 a 2019. Fonte: Relatórios Digidoc 2016 a 2019.

### Duração Tempo Médio Processual nas unidades da Diretoria Financeira

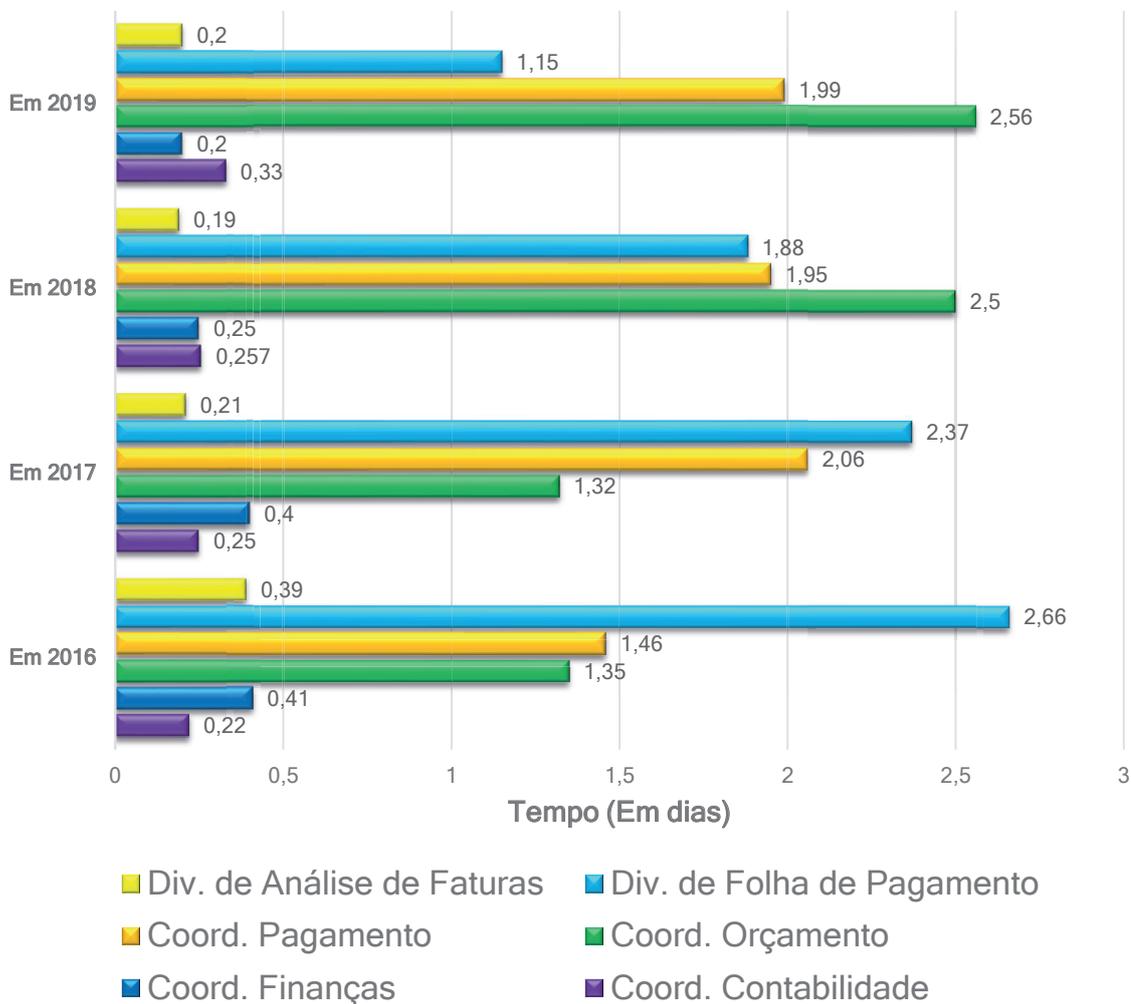


Gráfico 2 - Tempo Médio Processual em cada unidade da Diretoria Financeira Biênio 2018-2019, com comparativo Biênio Anterior. Fonte: Relatório Digidoc 2016 a 2019.

No aspecto geral, pelos gráficos acima disponibilizados, podemos inferir que, durante os trabalhos do biênio, é nítido o comprometimento da equipe do Financeiro com a redução de tempo nas diligências do setor, mesmo com o aumento progressivo de Processos Distintos em toda Diretoria.

Destarte que, os resultados obtidos são derivados da participação assídua dos servidores nas tratativas em normativos, otimização de fluxogramas, melhora-

mento de sistemas e, principalmente, na capacitação de pessoal. Enfatizamos que são ações metodológicas que perduram de gestões anteriores Ressaltamos também, o controle estratégico da equipe acerca da entrada e saída de expedientes, encaminhados entre às coordenadorias e divisões, mantendo o atendimento de ajustes nas exigências legais, com o foco na atualização e divulgação da transparência do perfil orçamentário-financeiro do Tribunal de Justiça do Maranhão.

## DAS METAS ALCANÇADAS E DOS NÚMEROS DE PRODUTIVIDADE DA DIRETORIA FINANCEIRA AO BIÊNIO 2018-2019

### Das Metas do Planejamento Estratégico do TJMA

Durante o biênio 2018 / 2019 a Diretoria Financeira atingiu os níveis esperados em relação às metas de produtividade do Planejamento Estratégico do Tribu-

nal de Justiça do Maranhão, correlacionadas diretamente aos objetivos do Conselho Nacional de Justiça. Apontam os abaixo os indicadores e os resultados alcançados. Destacamos que, os mesmos são oriundos da capacitação da equipe e com devida preparação proativa nas ações e tomadas de decisões, os quais vem proporcionando qualidade da informação. Os dados a seguir são oriundos da apuração do setor estratégico do TJMA

METAS DA DIRETORIA FINANCEIRA - APURAÇÃO DAS METAS ESTRATÉGICAS (BIÊNIO 2018-2019)						
Fonte: DADOS DO ESTRATÉGICO DO TJMA - AGEM 2018/2019 (última parcial em 11/11/2019)						
Unidade DF/ Metas	INDICADORES	METAS	RESULTADO 2018		RESULTADO 2019	
			Esperado	Alcançado	Esperado	Alcançado (res. parcial de 11/11/2019)
Coordenadoria de Contabilidade	<i>Índice de agilidade no processamento do pedido</i>	<i>Concluir 99% dos pedidos no prazo de 2 dias úteis</i>	99%	100%	99%	99,45%
Coordenadoria de Pagamento	<i>Índice de agilidade no processamento do pedido</i>	<i>Concluir 96% dos pedidos em 10 dias úteis</i>	96%	97%	96%	99%
Coordenadoria de Finanças	<i>Índice de agilidade no processamento do pedido</i>	<i>Efetuar o pagamento de 99% das solicitações em 01 dia útil</i>	98%	100%	99%	100%
Coordenadoria de Orçamento	<i>Índice de execução do orçamento disponível</i>	<i>Garantir a execução de 90% do valor total do orçamento do ano corrente até o final do período de apuração.</i>	90%	94%	90%	OBS: Levantado ao fim da apuração, visto as etapas de execução do orçamento.

Quadro 2 - Metas Estratégicas da Diretoria Financeira e seus resultados (Biênio 2018-2019).  
Fonte: Arquivos Resultados GPJ AGEM, 2018-2019.

## 2.2 Dos quantitativos de diligências processuais da Diretoria Financeira, em consonância às Metas do Planejamento Estratégico do TJMA

Em correspondência ao alcance das metas, ora destacadas à seção 2.1 disponibilizamos abaixo os quantitativos processuais efetivados por cada uma das unidades da Diretoria Financeira ao biênio 2018 2019 com paralelo a o biênio anterior), de forma a frisar a evolução do empenho nos resultados.

Aos números apresentados até a presente data, juntamente com os gráficos a seguir é notório interpretar que, durante a gestão da Mesa Diretora atual, houve um aumento no cumprimento das diligências em até 24 horas, no fator de 61,40%. Em comparativo ao biênio anterior, mostrou-se em 59,41%, que, traduzindo em números gerais correspondem uma diferenciação de quase 4000 (quatro mil) diligências processuais a mais correspondidas no prazo de 24 horas, dentro desta gestão o 2018 2019.

### Quantitativos de diligências processuais 2016 a 2019 (até 31/10/2019)

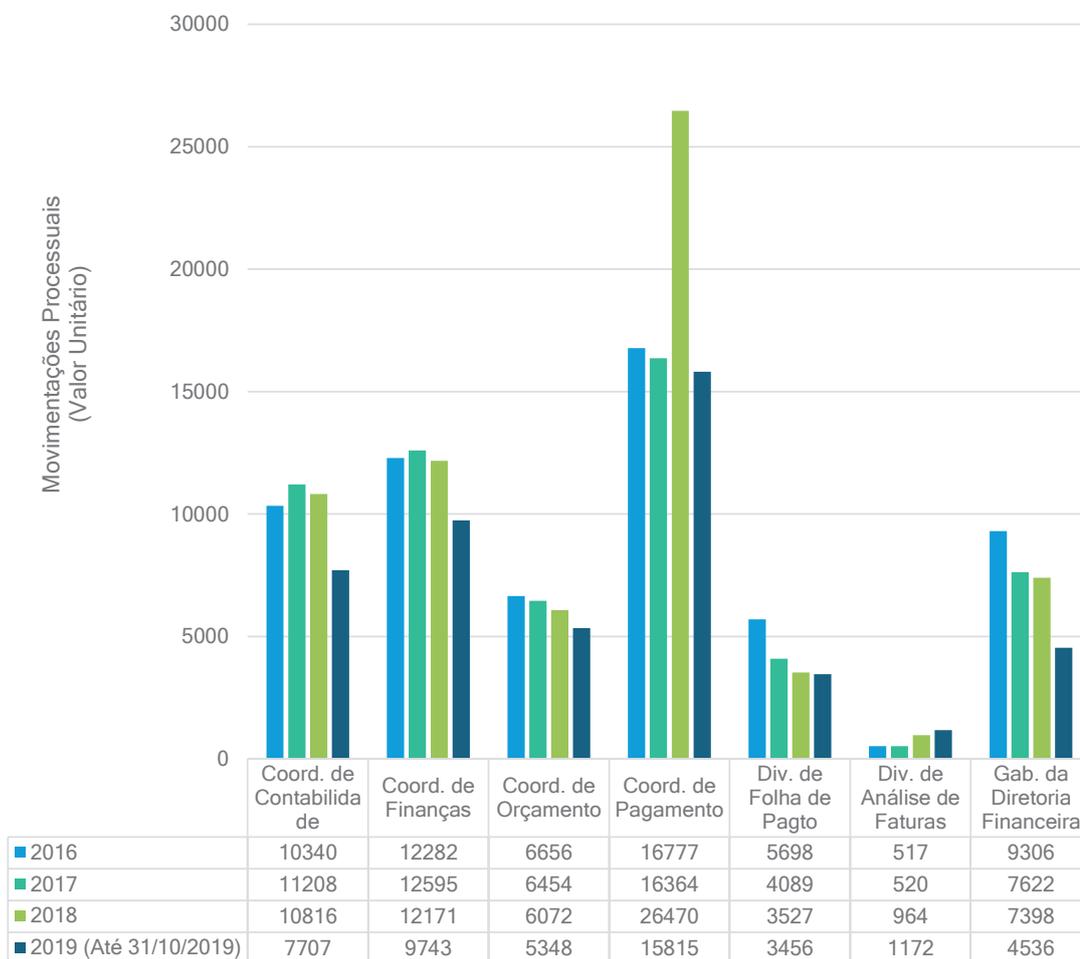


Gráfico 3 - Quantitativos de diligências processuais 2016 a 2019 (até 31/10/2019) - Fonte: Relatórios Digidoc 2016 a 2019.

Tempo de Execução das Diligências Processuais Biênio 2016-2017, considerando todas unidades da DF/TJMA.

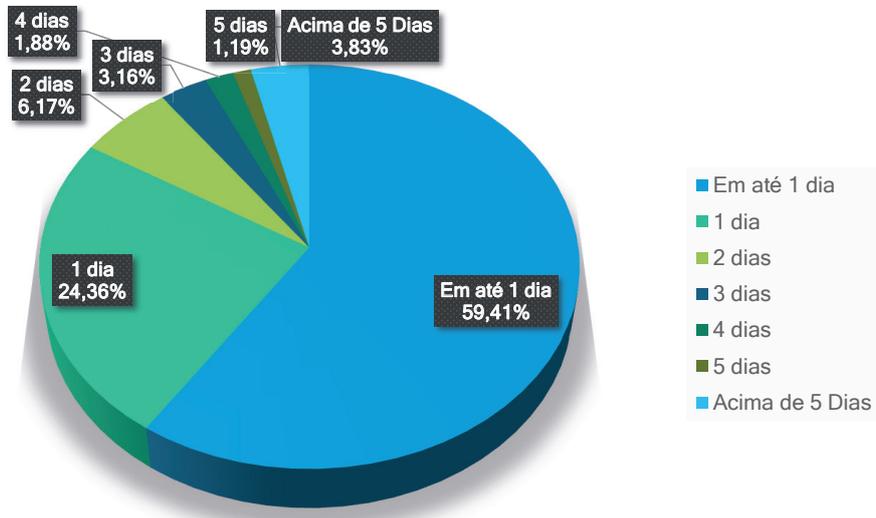


Gráfico 4 - Tempo de Execução das Diligências Processuais Biênio 2016-2017, considerando todas unidades da DF/TJMA. Fonte: DIGIDOC 2016-2017.

Tempo de Execução das Diligências Processuais Biênio 2018-2019 (até 31/10/2019), considerando todas unidades da DF/TJMA.

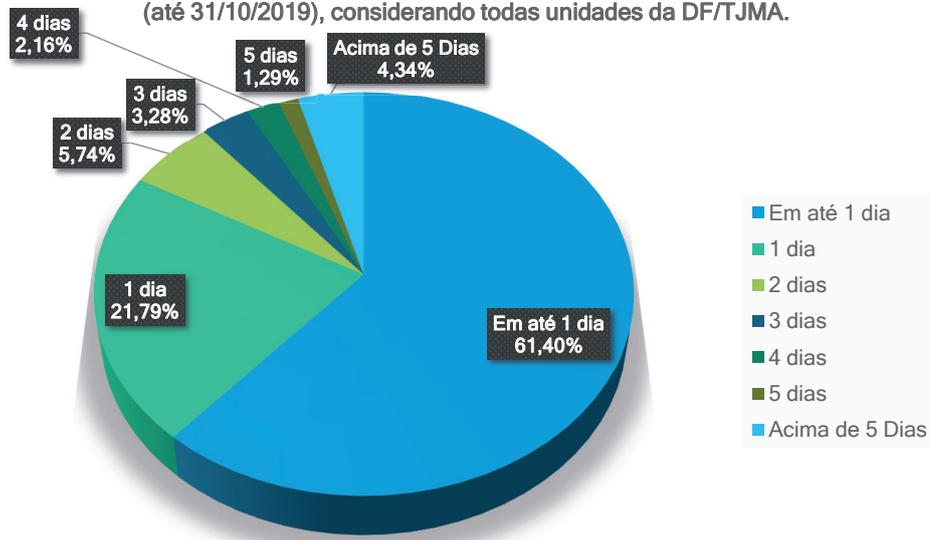


Gráfico 5 - Tempo de Execução das Diligências Processuais Biênio 2018-2019, considerando todas unidades da DF/TJMA. Fonte: DIGIDOC 2018-2019.

**Dos quantitativos de diligências processuais por cada unidade da Diretoria Financeira e respectivo tempo de cumprimento das diligências período de 2016 a 2019 (Dados até 31/10/2019)**

Coordenadoria de Contabilidade				
Qtde de Dias	2016	2017	2018	2019
Em até 1 dia	8508	8957	8254	5618
1 dia	1558	1826	2401	1812
2 dias	223	345	127	233
3 dias	29	46	22	27
4 dias	9	16	9	10
5 dias	7	13	2	1
Acima de 5 Dias	6	5	1	6
<b>Total Geral</b>	<b>10340</b>	<b>11208</b>	<b>10816</b>	<b>7707</b>

Coordenadoria de Orçamento				
Qtde de Dias	2016	2017	2018	2019
Em até 1 dia	3574	3372	2607	2310
1 dia	1692	2120	1788	1413
2 dias	421	405	469	380
3 dias	256	163	205	239
4 dias	158	78	132	137
5 dias	113	45	76	94
Acima de 5 dias	442	271	795	775
<b>Total Geral</b>	<b>6656</b>	<b>6454</b>	<b>6072</b>	<b>5348</b>

Coordenadoria de Finanças				
Qtde de Dias	2016	2017	2018	2019
Em até 1 dia	7575	8164	9977	8059
1 dia	4467	4213	2174	1654
2 dias	220	209	11	19
3 dias	10	3	0	5
4 dias	3	0	0	2
5 dias	1	0	2	1
Acima de 5 dias	6	6	7	3
<b>Total Geral</b>	<b>12282</b>	<b>12595</b>	<b>12171</b>	<b>9743</b>

Coordenadoria de Pagamento				
Qtde de Dias	2016	2017	2018	2019
Em até 1 dia	7194	6835	11042	6456
1 dia	4598	4095	6650	4380
2 dias	2062	1602	2846	1757
3 dias	1022	1108	1738	1086
4 dias	604	675	1335	602
5 dias	374	444	640	522
Acima de 5 dias	923	1605	2219	1012
<b>Total Geral</b>	<b>16777</b>	<b>16364</b>	<b>26470</b>	<b>15815</b>

Divisão de Análise de Faturas				
Qtde de Dias	2016	2017	2018	2019
Em até 1 dia	389	433	893	1075
1 dia	95	59	58	82
2 dias	18	13	9	11
3 dias	7	7	2	3
4 dias	3	0	2	0
5 dias	1	1	0	1
Acima de 5 dias	4	7	0	0
<b>Total Geral</b>	<b>517</b>	<b>520</b>	<b>964</b>	<b>1172</b>

Divisão de Folha de Pagamento				
Qtde de Dias	2016	2017	2018	2019
Em até 1 dia	1966	1892	2108	1757
1 dia	864	553	693	726
2 dias	831	454	339	389
3 dias	616	350	168	262
4 dias	388	206	84	164
5 dias	230	147	72	68
Acima de 5 dias	803	487	63	90
<b>Total Geral</b>	<b>5698</b>	<b>4089</b>	<b>3527</b>	<b>3456</b>

Gabinete da Diretoria Financeira				
Qtde de Dias	2016	2017	2018	2019
Em até 1 dia	6942	5748	6436	4138
1 dia	1845	1357	890	380
2 dias	283	350	19	7
3 dias	105	80	14	4
4 dias	65	55	6	0
5 dias	31	23	6	0
Acima de 5 dias	35	9	27	7
<b>Total Geral</b>	<b>9306</b>	<b>7622</b>	<b>7398</b>	<b>4536</b>

adro 3 - Dos quantitativos de diligências processuais por cada unidade da Diretoria Financeira e respectivo tempo de cumprimento das diligências período de 2016 a 2019 (Dados até 31/10/2019). Fonte: Digidoc 2016 a 2019.

### Participação em Normativos e seus respectivos Resultados durante a Mesa Diretora 2018-2019

Apresentamos abaixo a série de Normativos dos quais a Diretoria Financeira participou ativamente

na elaboração durante este biênio, e dos quais vieram proporcionar impactos significativos à melhoria da estrutura, finalidade e celeridade de procedimentos no âmbito deste Tribunal

Instrumento Normativo	Descrição	Link Direto
<b>Portaria-GP-1042019</b>	<i>Institui a obrigatoriedade de certificação eletrônica de notas fiscais e recibos no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Estado do Maranhão - SIGEF</i>	<a href="http://www.tjma.jus.br/tj/visualiza/sessao/17/publicacao/424332">http://www.tjma.jus.br/tj/visualiza/sessao/17/publicacao/424332</a>
<b>Nota Técnica CF/DF - Nº 02/2018</b>	<i>Obrigatoriedade de Checklist Financeiro nos Processos de Pagamento</i>	Via Digidoc pela Circular CIRC-DFIN-22018
<b>Portaria-Conjunta-202018</b>	<i>Dispõe sobre o fluxo processual para concessão de diárias, passagens aéreas, bem como a realização de inscrição em curso de aperfeiçoamento, congresso ou evento assemelhado, no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão.</i>	<a href="http://www.tjma.jus.br/tj/visualiza/sessao/17/publicacao/421716">http://www.tjma.jus.br/tj/visualiza/sessao/17/publicacao/421716</a>
<b>Resolução-GP-472019</b>	<i>Dispõe sobre a concessão de diárias, passagens aéreas, bem como inscrição em curso de aperfeiçoamento, congresso ou evento assemelhado para Magistrados, Servidores, colaboradores e colaboradores eventuais do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e dá outras providências.</i>	<a href="http://www.tjma.jus.br/tj/visualiza/sessao/18/publicacao/429891">http://www.tjma.jus.br/tj/visualiza/sessao/18/publicacao/429891</a>
<b>Resolução-GP-142018</b>	<i>Dispõe sobre a regulamentação das normas sobre a concessão, aplicação e comprovação de adiantamento a servidor por meio de Cartão Corporativo no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e dá outras providências.</i>	<a href="http://www.tjma.jus.br/tj/visualiza/sessao/18/publicacao/420284">http://www.tjma.jus.br/tj/visualiza/sessao/18/publicacao/420284</a>

Quadro 4 - Normativos Trabalhados e Formulados com participação da Equipe da Diretoria Financeira ao Biênio 2018-2019. Fonte: Compêndio de Legislação TJMA 2018-2019

### Resultados Obtidos dos Normativos ao Biênio 2018-2019

- Redução Temporal nas diligências de Pagamento dos Processos de Diárias

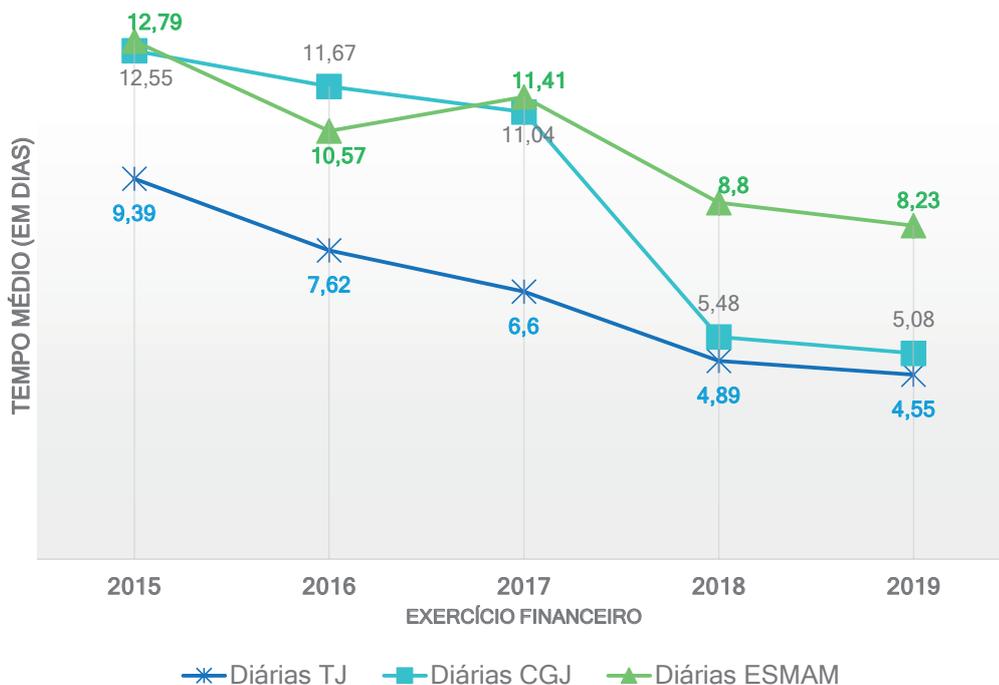


Gráfico 6 - Comparativo do Tempo Médio Pagto Diárias 2015 a 2019 (dados até 31/10/2019). Obs: Considerando a data de Abertura Processual até a Expedição da Ordem Bancária). FONTE: Amostragem SCO (Sistema Orçamentário DF)

Pelo gráfico acima é visível que, com as reformulações estabelecidas aos normativos e esforços enviados nas reduções de diligências de trâmite processual desta Diretoria Financeira, conjuntamente ao Gabinete da Presidência e a Diretoria Geral, entre as quais destacamos a formação de um único documento atuando como uma decisão portaria, observamos a redução no tempo médio do pagamento de processos de diárias dentro na Gestão 2018 2019, considerando a tramitação desde o tempo de abertura processual até ao tempo da expedição da ordem de pagamento.

- Redução Temporal nas diligências de Pagamento

do Adiantamento (Recurso via Cartão Corporativo)

Não obstante, ainda considerando relevante o tempo de abertura até ao tempo da expedição da ordem de pagamento, destaca-se a redução no tempo médio do pagamento de adiantamentos (recurso com uso do cartão corporativo), vistos desde o exercício financeiro de 2018.

Consoante dinâmica, ainda no ano em curso, até a presente data, também temos a concentração do índice apurado, com a metodologia e vigência dos normativos realizados na gestão desta mesa diretora, ora iniciada em 2018.

### Tempo Médio Pagto Adiantamento TJ Desp. Pronto Pagto 2016 a 2019 (Dados até 31/10/2019)



Gráfico 7 - Tempo Médio de Pagamento dos Recursos do Adiantamento TJ Pronto Pagamento 2016 a 2019. Fonte: Amostragem do SCO 2016 a 2019.

### Tempo Médio Pagto Adiantamento CGJ Desp. Pronto Pagto 2016 a 2019 (Dados até 31/10/2019)



Gráfico 8 - Tempo Médio de Pagamento dos Recursos do Adiantamento CGJ Pronto Pagamento 2016 a 2019. Fonte: Amostragem do SCO 2016 a 2019.

### Tempo Médio Pagto Adiantamento CGJ Júri 2016 a 2019 (Dados até 31/10/2019)

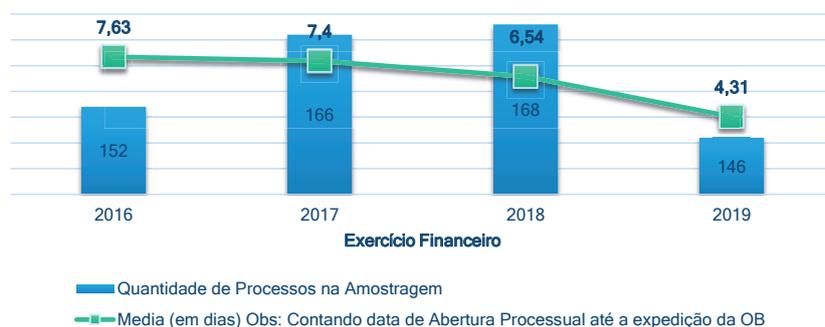


Gráfico 9 - Tempo Médio de Pagamento dos Recursos do Adiantamento CGJ Júri 2016 a 2019. Fonte: Amostragem do SCO 2016 a 2019.

- **Redução Temporal nas diligências de Pagamento de Reembolso Auxílio-Livro para Magistrados (Comparativo de 2016 a 2019)**

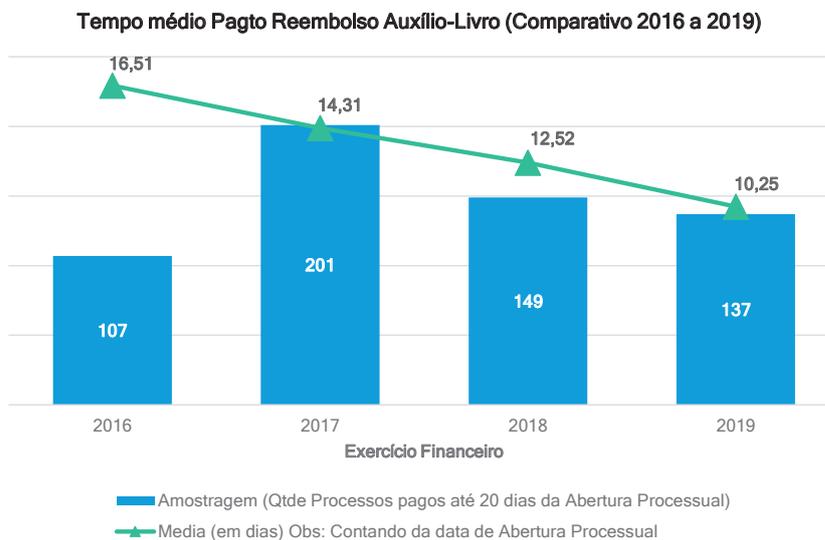


Gráfico 10 - Tempo Médio do Reembolso Auxílio-Livro 2016-2019. Fonte: Amostragem do SCO 2016 a 2019.

### **Sistema de Elaboração da Proposta Orçamentária**

Sistema de Elaboração da Proposta Orçamentária (ePOP) adequado às demandas do Judiciário maranhense, planejando as bases do ciclo orçamentário, e atuando com as diversas unidades do Tribunal acerca do orçamento participativo entre as unidades orçamentárias com um sistema próprio de captação do Tribunal, medindo não só de forma quantitativa o orçamento, mas também qualitativamente.

### **Plataforma Gerencial dos Titulares do Cartão Corporativo – (Módulo ao Sistema Orçamentário SCO);**

Módulo desenvolvido a o Sistema de Controle Orçamentário SCO, pelo qual otimiza as atividade de emissão do cartão, assim como o gerenciamento e relacionamento com os portadores para qualquer questão decorrente da posse e uso do cartão. Tal iniciativa objetivou acabar com controle manual por planilhas e possibilitou a busca da informação mais célere para os usuários.

### **Sistema de Gestão de Custos e Eficiência (Perficiendi)**

Em fase de conclusão também com etapas de desenvolvimento da logística funcional, elaborada dentro ao biênio 2018 2019 pela Diretoria Financeira, e em desenvolvimento da interface e views de informação com a colaboração da Diretoria de Informática e a empresa PDCase, o sistema em questão tem previsão de iniciar funcionamento no ano de 2020 por sua vez, este projeto tem como objetivo principal identificar as funcionalidades e soluções tecnológicas que permitam medir e gerenciar custos, de forma sistêmica, comparando produtividade e eficiência de todas as Unidades Judiciais e Administrativas do Poder Judiciário Maranhense.

O referido sistema de Gestão de Custos e Eficiência será capaz de processar as informações das unidades, viabilizando meios para construção de um ranking de eficiência, produzindo indicadores calculados através de métodos matemáticos fundamentados em 20

Análise Envoltória de Dados (EAD), que, ao ga-

rantir a uniformidade de aferições, irá

Análise Envoltória de Dados (EAD), que, ao garantir a uniformidade de aferições, irá permitir realizar comparações de indicadores entre si, visto que foram construídos sob os mesmos critérios.

Aos indicadores do ranking de eficiência será associado o fator custo financeiro que complementará a avaliação com foco nas relações custos x benefícios, apoiando os gestores nas análises de resultados quanto ao alcance de metas para fundamentar suas decisões, com base em dados mais precisos e reais.

## ATRIBUIÇÕES E DEMAIS RESULTADOS ESPECÍFICOS ALCANÇADOS PELAS UNIDADES SUBORDINADAS À DIRETORIA FINANCEIRA

### Coordenadoria de Finanças

Ao biênio 2018-2019, a Coordenadoria de Finanças continuou com o desempenho de suas atribuições, realizando atividades na efetuação de empenhos, liquidações e pagamentos das despesas do Poder Judiciário, entre os quais evidenciam-se: pagamento de fornecedores, prestadores de serviços, concessão de adiantamentos via cartão corporativo, diárias, palestrantes da ESMAM, restituição de atos judiciais gratuitos do FERC, entre outros.

Destacamos os quantitativos de Empenhos e Ordens de Pagamento emitidos durante a atual gestão desta Mesa Diretora, vistos a seguir:

**Comparativos dos quantitativos de Empenhos emitidos por Unidade Gestora, período de 2018 e 2019 (até a data de 24/10/2019)**



**Comparativos dos quantitativos de Ordens de Pagamento emitidos por Unidade Gestora, período de 2018 e 2019 (até a data de 24/10/2019)**

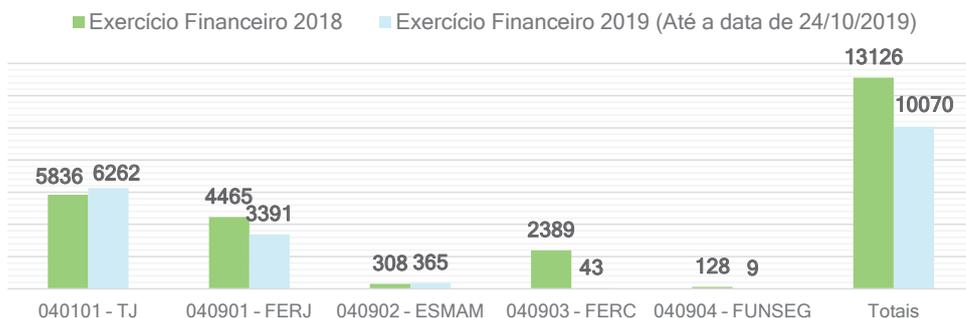


Gráfico 11 - Comparativos dos quantitativos de Empenhos e Ordens Bancárias emitidas por Unidade Gestora, período de 2018 e 2019 (até a data de 24/10/2019). Fonte: SIGEF e Digidoc, 2019

Destaca-se ainda, nesta gestão 2018-2019, principalmente no ano em curso:

- A substituição do sistema de execução financeira SIAFEM Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios, pelo Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF). Esta substituição, amparada pela PORTARIA GP 104/2019, idealizada pela Coordenadoria de Finanças instituiu a obrigatoriedade de certificação eletrônica de notas fiscais e recibos no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Estado do Maranhão SIGEF, auxiliando a gestão e fiscalização dos contratos administrativos, bem como o gerenciamento de riscos, além de otimizar o fluxo dos processos de pagamento
- A efetiva operacionalização da CONTA VINCULADA, em cumprimento à Resolução nº 169/2013 do Conselho Nacional de Justiça, garantindo assim a retenção dos recursos necessários para o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas em caso de inadimplência das empresas contratadas, salvaguardando o TJ MA da responsabilidade solidária pelo cumprimento das obrigações.
- Em um cenário nacional de severa restrição orçamentária e financeira este Poder Judiciário, emvidou esforços no sentido de redução imediata e efetiva das despesas de custeio e com a folha de pessoal. Como resultado desses esforços, destaca-se a implantação do reajuste de 2,94% aos servidores efetivos e comissionados do Poder Judiciário, com o pagamento dos valores retrativos ao mês de dezembro/2018, sendo custeado integralmente pelo TJ MA, sem qualquer repasse do Governo Estadual.
- A desburocratização do fluxo dos processos administrativos, decorrente da sólida gestão financeira, propiciou significativa redução no pagamento de encargos (multa e juros), decorrente de faturas e notas fiscais em atraso, uma vez que os créditos orçamentários reservados, estiveram sempre alinhados ao correspondente financeiro. Neste turno, a Coordenadoria de Finanças teve um aumento de 0,24% no número de pagamentos realizados dentro da data de vencimento, obtendo 99,85% de ap

roveitamento até agosto/2019, contra 99,61% do exercício 2018. Soma-se a isso, o baixo percentual de empenhos inscritos em restos a pagar não processados, no exercício 2019, apenas 9,39%, do total do orçamento anual.

Por fim, outra ação que merece destaque nesta gestão é relativa ao Recolhimento de Tributos, resultado de uma eficiente gestão tributária de contratos e convênios, contribuindo desta forma para arrecadação estadual, enquanto substituto tributário, além de mitigar a possibilidade do Poder Judiciário ser autuado e multado por descumprimento das Legislações Tributárias.

### Divisão de Análise de Faturas

Com relação a esta divisão, as atividades rotineiras como análise, ateste, controle e encaminhamento das faturas referentes ao consumo de água, energia elétrica e telefonia fixa, visando a cobrança e outras incorreções, os quais poderiam carregar prejuízos financeiros ao Tribunal de Justiça. Podem-se destacar, também, algumas ações realizadas, visando a redução de gastos, tais como:

- o cancelamento de linhas telefônicas não utilizadas, totalizando 88 linhas excluídas;
- a exclusão de 8 unidades consumidoras da CAEMA e 12 da CEMAR, que correspondiam a imóveis desativados ou devolvidos pelo Tribunal de Justiça do Maranhão;
- o envio mensal do formulário do Plano de Logística Sustentável, contendo as despesas referentes ao consumo de água, luz e telefone, ao Núcleo Socioambiental do Poder Judiciário, em atendimento à resolução 201/2015, do CNJ;

- a definição de novas metas para o Plano de Logística Sustentável, envolvendo despesas com telefonia fixa, energia elétrica e consumo de água. Também, foi iniciado o fornecimento de informações, que visam subsidiar o Núcleo Socioambiental na certificação de setores do Tribunal de Justiça, com o Selo Verde.

Por fim, destacamos o início da prestação de serviços de telefonia fixa, por parte da empresa Claro/Embratel, após processo licitatório, no ano de 2018, com a portabilidade já finalizada nas unidades que possuem a cobertura da operadora. As demais permanecem com cobertura da operadora Oi, também vencedora no mesmo certame. Com isso, observou-se redução significativa nos gastos com telefonia fixa.

## COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

### Adiantamentos

Sobressaindo-se ao biênio em questão, foi editada a nova resolução do Cartão Corporativo Resolução 14/2018, pela qual foram atualizadas as regras sobre o uso e aplicação dos recursos de adiantamento, no âmbito do Poder Judiciário aplicação dos recursos de adiantamento, no âmbito do Poder Judiciário Maranhense, na modalidade de Cartão Corporativo. Dentre as

principais atualizações destacamos as principais atualizações de pedidos de recursos para aplicação em Despesas de Pronto Pagamento, os quais passaram a concentrar-se em apenas duas solicitações, porém com o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), facilitando a programação financeira dos usuários do Cartão e a redução quantitativa de processos administrativos para o referido recurso.

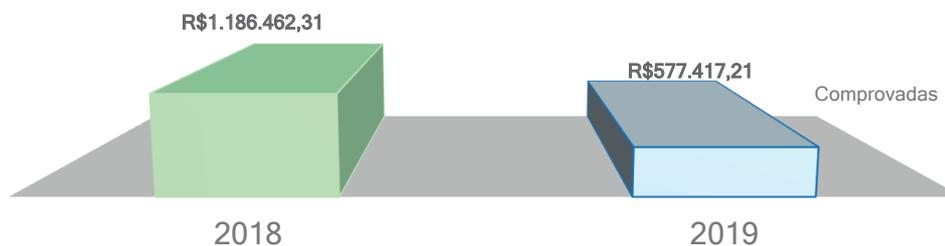
Ainda ao referido Biênio (até a data de 29/10/2019) a Coordenadoria atuou o referido Biênio (até a data de 29/10/2019) a Coordenadoria atuou continuamente na análise dos processos de liberação de créditos do Cartão Corporativo, análise dos processos de liberação de créditos do Cartão Corporativo, comunicamos uma redução de 23% no número de processos liberados, efeitos sentidos devido a atualização da norma do cartão. Os quantitativos liberados em 2018 e 2019, nas seguintes finalidades, estão apresentados na tabela abaixo:

Adiant/Exercício	2018			2019 (Até a data de 29/10/2019)		
	Quantitativo (Unidade)	Valores (em R\$)		Quantitativo (Unidade)	Valores (em R\$)	
		Requeridos	Apresentados		Requeridos	Apresentados
Alimentação do Júri	264	578.922,00	527.373,87	208	474.600,00	270.409,70
Excepcional	4	22.456,00	22.451,74	5	28.900,00	8.000,00
Pronto Pagamento	350	698.180,00	636.636,70	270	535.958,00	299.007,51
<b>TOTAIS</b>	<b>618</b>	<b>1.299.558,00</b>	<b>1.186.462,31</b>	<b>483</b>	<b>1.039.458,00</b>	<b>577.417,21</b>

Tabela 1 - Quantitativos de Adiantamentos Requisitados ao Biênio 2018-2019. Fonte: SCO e SIGEF, 2019.

Quanto das liberações efetuadas e comprovadas, conforme processos de prestações de contas encaminhados à coordenadoria, constam das seguintes totalizações, nos valores apurados a seguir:

#### LIBERAÇÕES EFETUADAS E COMPROVADAS AO BIÊNIO 2018-2019 (DADOS ATÉ 31/10/2019)



#### Da Gestão Fiscal

A Gestão Fiscal tem o propósito de assegurar a consecução das metas fiscais e a transparência dos gastos públicos. Como instrumento de transparência da gestão fiscal, a Lei de Responsabilidade Fiscal instituiu o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), abrangendo as informações referentes à consecução das metas fis-

cais e dos limites de despesa com pessoal. A planilha abaixo demonstra o histórico da despesa com pessoal no âmbito do Poder Judiciário no período de 2014 a 2019, com e sem a inclusão do Imposto de Renda, conforme Decisão PL TCE 15/2004, evidenciando ao longo do tempo uma melhora nos limites da despesa com pessoal.

### Oscilação gasto Pessoal - por Quadrimestre Isolado Percentual de Gastos

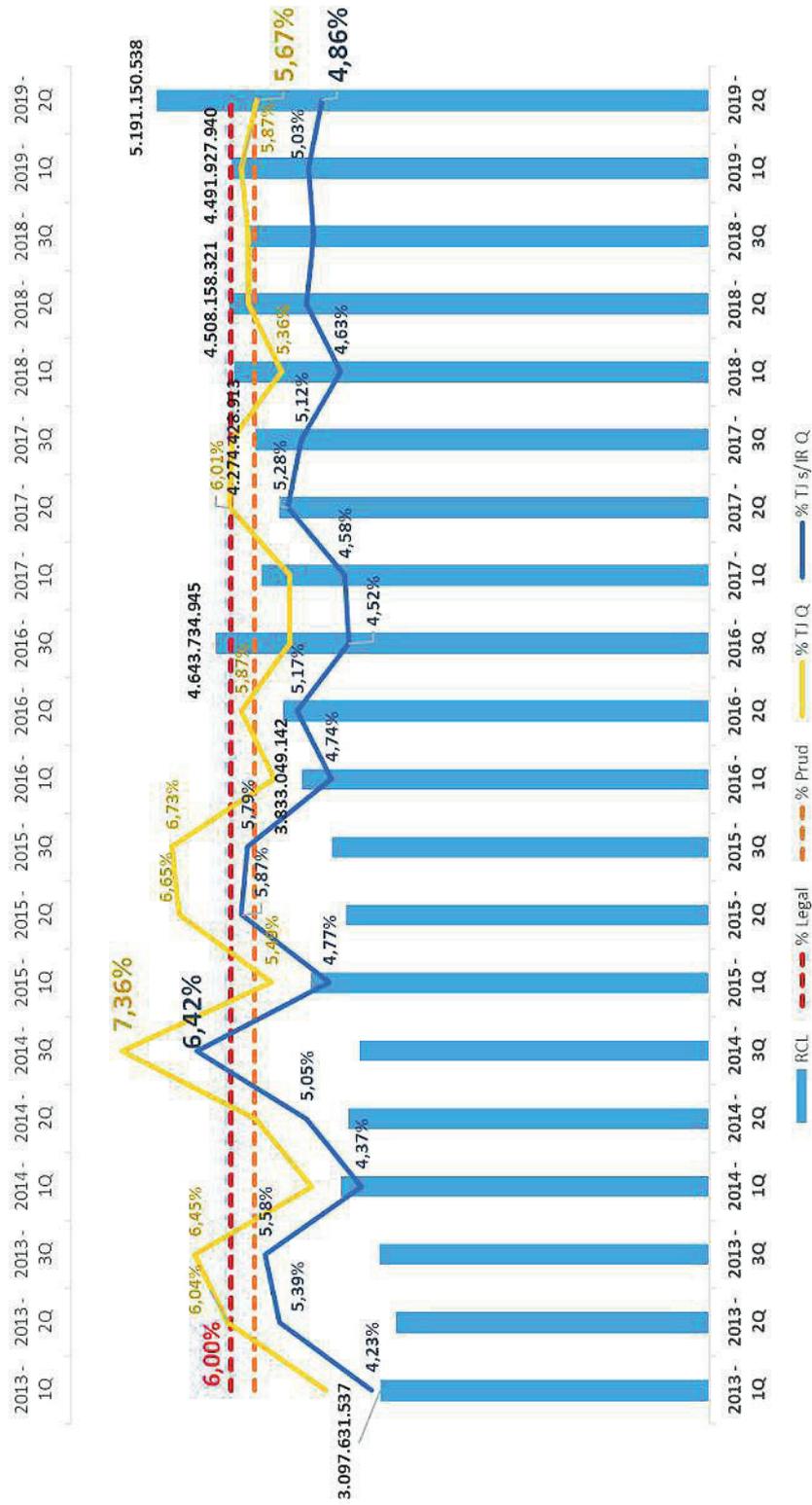


Gráfico 13 - Gastos de Pessoal por Quadrimestre (evolução desde 2013 a 2019). Fonte: SIGEF, 2013 a 2019.

### Da Folha de Pessoal

Contabilização da Folha de Pessoal ao Biênio 2018 2019, com observância das normas legais e classificações contábeis exigidas no novo plano de Contas aplicado ao Setor Público. Identificando as despesas de pessoal e as de custeio pagas em contracheque, tais como os auxílios (auxílio saúde, auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio moradia magistrados, auxílio aos militares convênio, auxílio custeio diligência dos oficiais de justiça, em 2018, incluindo

1ª e 2ª parcela do décimo e GPJ, totalizou o montante de R\$ 946.768.285,32 (novecentos e quarenta e seis milhões setecentos e sessenta e oito mil duzentos e oitenta e cinco reais e trinta e dois centavos) Por sua vez, no exercício 2019, até o fechamento do mês de outubro, incluindo 1ª parcela do décimo e GPJ, totaliza o montante de R\$ 795.126.441,67 (sete centos e noventa e cinco milhões cento e vinte e seis mil quatrocentos e quarenta e um reais e sessenta e sete centavos).

RESUMO FOLHA DE PESSOAL 2018	
REMUNERAÇÃO BRUTA	TOTAL (em R\$)
DESPESA COM PESSOAL	694.318.079,49
GPJ	18.403.801,13
DIFERENÇA	3.711.414,49
<b>AUXÍLIOS CUSTEIO FERJ - Benefícios oficiais de justiça (A)</b>	<b>20.675.815,59</b>
AUX. CUSTEIO DILIGENCIA	20.402.416,42
AUX. BOLSA	273.399,17
<b>AUXÍLIOS CUSTEIO TRIBUNAL - Benefícios (B)</b>	<b>111.960.360,85</b>
AUX. SAÚDE INATIVOS	2.121.482,24
AUX MORADIA (MAGISTRADOS)	17.195.723,44
AUX. ALIMENTAÇÃO	58.163.044,13
AUX. SAÚDE	22.371.363,46
AJUDA DE CUSTO MAGISTRADOS	480.629,19
FUNÇÃO MILITAR CONVÊNIO	8.217.583,05
HORA AULA (210)	52.498,00
VALE TRANSPORTE	3.358.037,34
<b>TOTAL 01 - BENEFÍCIOS (A) + (B)</b>	<b>132.636.176,44</b>
<b>TOTAL 02- ATIVOS (C)</b>	<b>716.433.295,11</b>
<b>TOTAL GERAL ATIVOS + BENEFÍCIOS (A) + (B) + (C)</b>	<b>849.069.471,55</b>
<b>TOTAL ENCARGOS PATRONAIS (D)</b>	<b>97.698.813,77</b>
<b>TOTAL DA FOLHA DE PESSOAL A PAGAR (A) + (B) + (C) + (D)</b>	<b>946.768.285,32</b>

Tabela 2 - Resumo da Folha de Pessoal TJMA 2018. Fonte: SCO, SIGEF, 2019.

<b>RESUMO FOLHA DE PESSOAL 2019</b> (Dados até o fechamento de 31/10/2019)	
<b>REMUNERAÇÃO BRUTA</b>	<b>TOTAL (em R\$)</b>
DESPESA COM PESSOAL	687.783.266,14
GPJ	21.264.539,39
DIFERENÇA- REAJUSTE 2.94	6.919.306,23
<b>AUXÍLIOS CUSTEIO FERJ - Benefícios oficiais de justiça (A)</b>	<b>18.691.340,02</b>
AUX. CUSTEIO DILIGENCIA	18.161.919,49
HORA AULA (INSTRUTORIA INTERNA)	156.285,67
AUX. BOLSA	373.134,86
<b>AUXÍLIOS CUSTEIO TRIBUNAL - Benefícios (B)</b>	<b>79.517.694,06</b>
AUX. SAÚDE INATIVOS	2.008.992,68
AUX ALIMENTAÇÃO	48.415.796,53
AUX SAÚDE	20.457.687,94
AJUDA DE CUSTO MAGISTRADOS	361.779,33
FUNÇÃO MILITAR CONVÊNIO	5.681.166,44
VALE TRANSPORTE	2.588.953,40
<b>TOTAL 01 - BENEFÍCIOS (A) + (B)</b>	<b>98.209.034,08</b>
<b>TOTAL 02- ATIVOS (C)</b>	<b>617.758.077,68</b>
<b>TOTAL GERAL ATIVOS + BENEFÍCIOS (A) + (B) + (C)</b>	<b>715.967.111,76</b>
<b>TOTAL ENCARGOS PATRONAIS (D)</b>	<b>79.159.329,91</b>
<b>TOTAL DA FOLHA DE PESSOAL A PAGAR (A) + (B) + (C) + (D)</b>	<b>795.126.441,67</b>

Tabela 3 - Resumo da Folha de Pessoal TJMA 2019 (até o fechamento de Outubro/2019). Fonte: SCO, SIGEF, 2019.

### **Das demais atividades da Coordenadoria ao biênio**

- Elaboração das conciliações bancárias das Unidades Gestoras do Poder Judiciário relativas à todas as Unidades Gestoras, Tribunal de Justiça, FERJ, FERC, FESMAM e FUNSENG

- Elaboração dos cálculos dos impostos retidos na fonte dos processos de despesas, relativas as prestações de serviços pessoas físicas e jurídicas, tais como Imposto de Renda, INSS, Imposto sobre Serviços ISS

- Elaboração dos cálculos de reajuste de contratos administrativos, relativos à renovação de contratos

de locação, realinhamento de preços com base em convenção coletiva de trabalho dos contratos de serviços continuados

- Cumprimento das obrigações tributárias acessórias do Poder Judiciário, relativas aos contratos com fornecedores e pessoas físicas, nas Unidades Gestoras do Tribunal, FERJ e FERC, na condição de contribuinte substituto, tais como: Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência GFIP, DIM Declaração de Informações Municipais, Declaração de Anual de Imposto de Renda Retido na Fonte da Pessoa Física DIRF.

- Contabilização dos ressarcimentos dos servidores cedidos para outros órgãos (gráfico 14)

- Quanto R eembolso Auxílio livro também passou por reformulações com a edição da nova Resolução n° 730/2016 , pela qual possibilitou a comprovação do auxílio mediante apresentação de Notas Fiscais eletrônicas, com o processo 100% digital, agilizando o pagamento do reembolso (gráfico 15)

- Contabilização das Restituições ao erário efetuadas por servidores por recebimento de valores indevidos no Biênio 2018 2019 (gráfico 16)

- Lançamento de Aplicações Financeiras representando um acréscimo de 26% em relação as aplicações financeiras relativas ao mesmo período do exercício 2018, indicando que os recursos aplicados foram bem gerenciados e feitas as escolhas certas nos tipos de aplicações. (tabela 4, 5 e Gráfico 17)

- Acerca da Arrecadação ao referido Biênio, temos os seguintes valores (quadro 5)

a) A arrecadação do Fundo Especial de Modernização e Reparcelamento do Judiciário FERJ, foi na ordem de R\$ 95.657.024,16 (noventa e cinco milhões seiscentos e cinquenta e sete mil vinte e quatro reais e dezesseis centavos), representando um acréscimo de 11% em relação ao mesmo período do ano anterior;

b) A arrecadação do Fundo das Serventias do Registro Civil - FERC, foi na ordem de R\$ 6.095.560,26 (seis milhões noventa e cinco mil quinhentos e sessenta reais e vinte e seis centavos), representando um acréscimo na arrecadação de 9% em relação ao mesmo período do ano anterior;

c) A arrecadação do Fundo de Segurança dos Magistrados – FUNSEG, que representa um percentual de 3% da arrecadação mensal do FERJ, foi na ordem de R\$ 2.869.710,72 (dois milhões oitocentos e sessenta e nove mil setecentos e dez reais e setenta e dois centavos), representando um acréscimo na arrecadação de 11% em relação ao mesmo período do ano anterior;

d) As receitas provenientes do Convênio entre o Banco do Brasil e o Tribunal de Justiça foram na ordem de R\$ 5.523.912,62 (cinco milhões quinhentos e vinte e três mil novecentos e doze reais e sessenta e dois centavos);

e) Além das receitas decorrentes das atividades normais dos Fundos fora arrecadada no exercício a

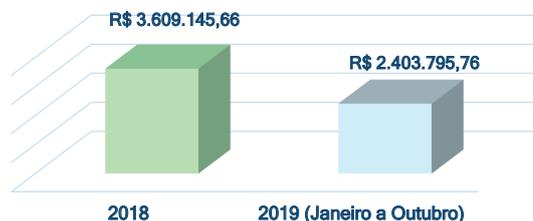


Gráfico 14 - Contabilização dos ressarcimentos dos servidores cedidos para outros órgãos (Biênio 2018-2019).  
Fonte: SCO e SIGEF, 2019.

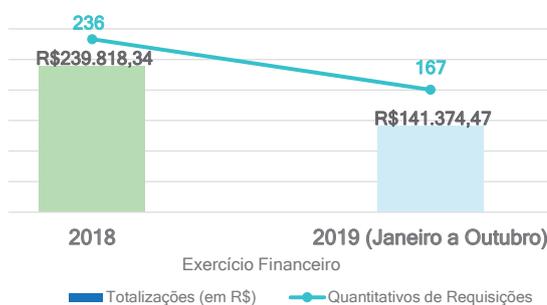


Gráfico 15 - Reembolso Auxílio-Livro Magistrados (Biênio 2018-2019).  
Fonte: SCO e SIGEF, 2019.

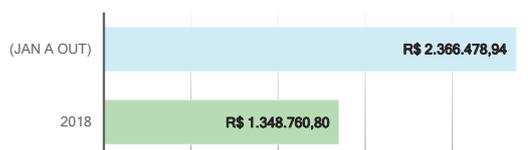


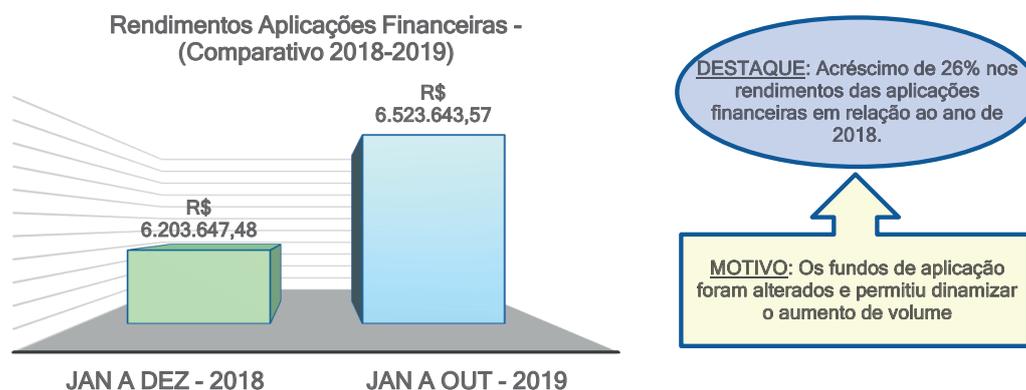
Gráfico 16 - Restituições ao erário efetuadas por servidores por recebimento de valores indevidos no Biênio 2018-2019.  
Fonte: SIGEF e SCO, 2019.

RENDIMENTO APLICAÇÃO TOTAL 2018			
UG	C/C	VALOR (em R\$)	TOTAL UG (em R\$)
TJ	18636-8	2.609.485,22	3.963.091,77
	10000-5	179.748,20	
	29000-9	50.327,25	
	31000-X	8.774,67	
	5169-1	1.114.756,43	
ESMAM	6420-3	58,19	13.861,80
	28472-6	13.803,61	
FERJ	10685-2	1.162.243,93	1.946.728,49
	9575-3	96.857,41	
	6458-0	687.627,15	
FERC	6884-5	121.654,77	178.180,25
	6837-3	56.525,48	
FUNSEG	7956-1	101.785,17	101.785,17
<b>TOTAL</b>			<b>6.203.647,48</b>

Tabela 4 - Rendimento Aplicações TJMA (Total 2018). Fonte: SCO, SIGEF, 2018.

RENDIMENTO APLICAÇÃO TOTAL 2019			
UG	C/C	VALOR (em R\$)	TOTAL UG (em R\$)
TJ	18636-8	1.950.791,32	3.994.602,83
	10000-5	68.119,00	
	29000-9	1.919.211,30	
	31000-X	3.847,97	
	5169-1	52.633,24	
ESMAM	6420-3	41,06	17.287,17
	28472-6	17.246,11	
FERJ	10685-2	1.710.695,31	2.259.335,58
	9575-3	490.307,02	
	6458-0	58.333,25	
FERC	6884-5	89.691,72	117.359,05
	6837-3	27.667,33	
FUNSEG	7956-1	135.058,94	135.058,94
<b>TOTAL</b>			<b>6.523.643,57</b>

Tabela 5 - Rendimento Aplicações TJMA (Total 2019). Fonte: SCO, SIGEF, 2019.



QUADRO RESUMO DAS ARRECADAÇÕES - (BIÊNIO 2018-2019)		
Arrecadação	Ano 2018	Ano 2019 (até 31/10/2019)
FERJ	113.745.655,24	95.657.024,16
FERC	7.691.570,93	6.095.560,26
B BRASIL	8.202.592,97	5.523.912,62
FUNSEG	3.412.369,66	2.869.710,72
LEILÃO	-	574.648,26
TRANS VALE (FERJ)	-	546.801,22

Quadro 5 - Resumo das Arrecadações Biênio 2018-2019. Fonte: SCO e SIGEF, 2018 e 2019.

### Coordenadoria de Pagamento

Do Quadro de Pessoal do TJMA (Comparativo 2010-2016-2019)

QUANTITATIVO DO QUADRO DE PESSOAL POR CLASSE (COMPARATIVO 2010-2016-2019)							
Classe	Cargos	Em 2010		Em 2016		Em 2019 (dados até 31/10/2019)	
		Parcial	Totais	Parcial	Totais	Parcial	Totais
Magistrados	Desembargador			27		30	348
	Juiz Final			77		101	
	Juiz Intermediário		285	113	310	103	
	Juiz Inicial			57		78	
	Juiz Auxiliar			36		36	
Servidores	Analistas	495	3.039	662	3.891	636	3.786
	Oficial de Justiça	444		550		536	
	Comissário de Menor	44		63		60	
	Técnico Judiciário	1.109		1.371		1.331	
	Auxiliar Judiciário	928		1.191		1.176	
	Auxiliar Operacional	-		40		36	
	Escrivão/Avaliador	19		13		10	
Reintegrado	-	1	1				
Militares	Reserva	-	137	229	358	237	381
	Função	137		129		144	
Comissionados	Sem Vínculo	843	843	930	930	998	998
Requisitados	Sem Cargo	20	20	19	19	25	25
<b>TOTAL</b>		<b>4.324</b>		<b>5.508</b>		<b>5.538</b>	

Quadro 6 - Evolução do Quadro de Pessoal TJMA (Período 2010-2016-2019). Fonte: Mentorh, 2010-2016-2019.

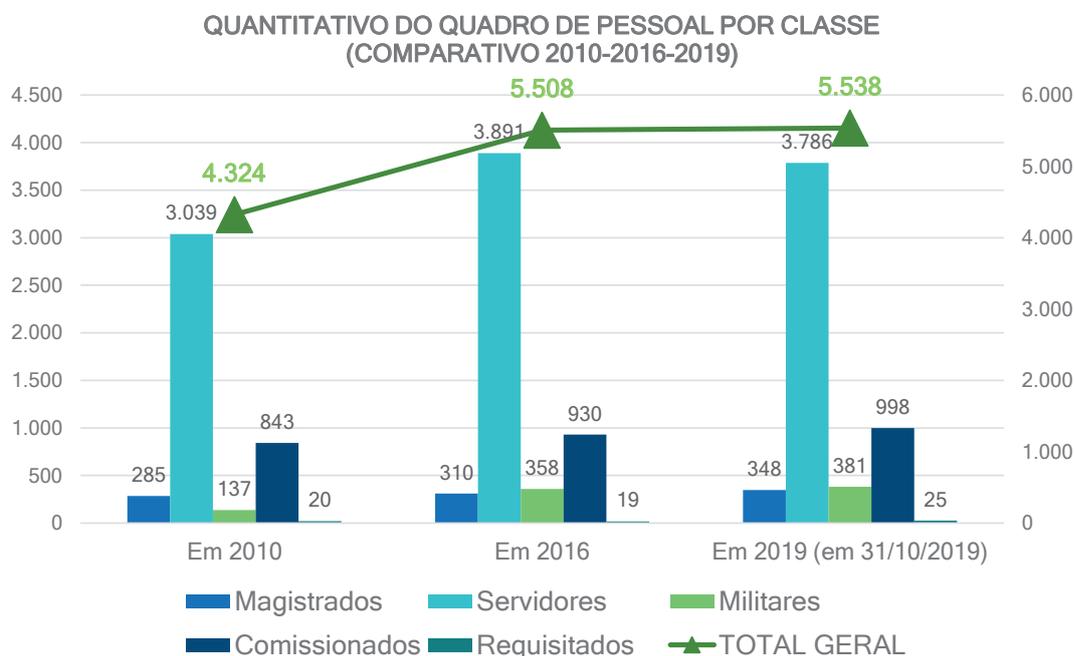


Gráfico 18 - Evolução do Quadro de Pessoal TJMA (Período 2010-2016-2019). Fonte: Mentorh, 2010-2016-2019.

### Acerca do Pagamento da Folha de Pessoal

Com relação a Folha de Pessoal do TJMA, incluindo as despesas com pessoal, auxílios e encargos patronais, totalizaram conforme as informações prestadas na seção 4.3.3, pelos quais correspondem com as totalizações da gestão fiscal.

### Pagamento da Gratificação Natalina

Pagamento das Gratificações Natalinas 1ª Parcela (junho); 2ª Parcela (dezembro).  
Dados Biênio 2018 2019 (até 11/11/2019)

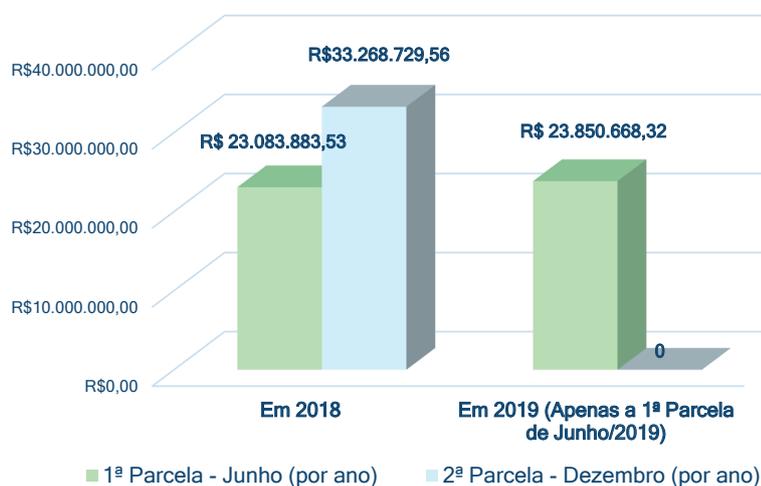


Gráfico 19 - Valores Pagos da Gratificação Natalina (Biênio 2018-2019 até Nov/2019). FONTE: Mentorh, 2018-2019.

- Ao Exercício Financeiro 2018 : O pagamento, ocorrido da 1ª parcela aos servidores e magistrados deste fora autorizado para o dia 12 de junho de 2018, num total de R\$ 23.083.883,53 (vinte e três milhões, oitenta e três mil, oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta e três centavos) Sendo o pagamento da 2ª parcela, em 10 de dezembro de 2018, num montante de R\$ 33.268.729,56 (trinta e três milhões, duzentos e sessenta e oito mil, setecentos e vinte e nove reais e cinquenta e seis centavos)

- Ao Exercício Financeiro 2019: Pagamento efetuado a o mês de junho/2019, relativo a o pagamento do adiantamento da 1ª parcela aos servidores e magistrados deste Poder, com pagamento autorizado para o dia 14 de junho de 2019, num total de R\$ 23.850.668,32 (vinte e três milhões, oitenta e cinquenta mil, seiscentos e sessenta e oito reais e trinta e dois centavos)

#### **4.4.4 Pagamento da Gratificação Por Produtividade Judiciária (GPJ) no Biênio**

A Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ) trata-se da gratificação concedida aos servidores, lotados em unidades judiciárias e administrativas, que comprovadamente alcançaram as metas preestabelecidas para as respectivas unidades.

De acordo com a Resolução 44/2017, a “GPJ é anual e será devida apenas uma vez a cada período-base de 12 (doze) meses” (contado de janeiro a dezembro do ano da apuração), “respeitados os limites estabelecidos no art.6º, III, da Lei Estadual nº. 9.326/2010” (art. 1º e Parágrafo único). [grifo nosso]

Cabe o esclarecimento de que esta gratificação possui cinco principais “modalidades” de crédito, representadas por cinco rubricas específicas e com regras próprias, conforme descrito a seguir:

- RUBRICA 214 (PADRÃO SERVIDOR): percen-

tual de GPJ devido a partir do vencimento base do cargo efetivo do servidor;

- RUBRICA 215 (PADRÃO TÉCNICO\_I): percentual de GPJ devido a partir do vencimento base do cargo efetivo de Técnico Judiciário, para os OCUPANTES SOMENTE DE CARGOS COMISSIONADOS de simbologia CDAI;

- RUBRICA 216 (PADRÃO ANALISTA\_I): percentual de GPJ devido a partir do vencimento base do cargo efetivo de Analista Judiciário, para os OCUPANTES SOMENTE DE CARGOS COMISSIONADOS de simbologia CDAS, CDGA e CNES;

- RUBRICA 217 (PADRÃO ANALISTA\_II): percentual de GPJ devido a partir do vencimento base do cargo efetivo de Analista Judiciário, para os OCUPANTES DE CARGO EFETIVO QUE POSSUAM (OU EXERCERAM) CARGO COMISSIONADO DE SIMBOLOGIA CDAS, CDGA OU CNES (verificar § 1º do Art. 4º da Resolução 61/2011 que alterou o Art. 12 da Resolução nº. 05/2011);

- RUBRICA 219 (PADRÃO TÉCNICO\_II): percentual de GPJ devido a partir do vencimento base do cargo efetivo de Técnico Judiciário, para os OCUPANTES DE CARGO EFETIVO QUE POSSUAM (OU EXERCERAM) CARGO COMISSIONADO DE SIMBOLOGIA DE SIMBOLOGIA CDAI (verificar § 1º do Art. 4º da Resolução 61/2011 que alterou o Art. 12 da Resolução nº. 05/2011).

Adicionalmente, também compõem os créditos de GPJ, a rubrica 414 relativa ao pagamento de processos administrativos deferidos da gratificação, referentes ao exercício vigente; e a rubrica 1414 relativa ao pagamento de processos administrativos deferidos da gratificação, referentes a exercícios anteriores. Diante do exposto, temos as totalizações ao Biênio 2018-2019:

RUB	DESCRIÇÃO	Apuração de produtividade de janeiro a dezembro de 2017	Apuração de produtividade de janeiro a dezembro de 2018
		VALOR PAGO R\$ (em 2018)	VALOR PAGO R\$ (em 2019)
214	PADRÃO SERVIDOR	R\$ 13.756.056,42	R\$ 15.198.494,66
215	PADRÃO TÉCNICO_I (SERV CARGO COMISS CDAI)	R\$ 893.292,38	R\$ 1.022.136,92
216	PADRÃO ANALISTA_I (SERV CARGO COMISS CDAS, CDGA e CNES)	R\$ 2.479.316,39	R\$ 3.031.549,85
217	PADRÃO ANALISTA_II (EFET C/ CARGO COMISS CDAS, CDGA e CNES)	R\$ 1.409.692,73	R\$ 1.623.257,93
219	PADRÃO TÉCNICO_II (EFET C/ CARGO COMISS CDAI)	R\$ 29.497,20	R\$ 27.994,83
414	PROC EXERC ATUAL	R\$ 419.273,09	R\$ 297.330,86
1414	PROC EXERC ANTERIORES	R\$ 16.587,04	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 19.003.715,25</b>	<b>R\$ 21.200.765,05</b>

Quadro 7 - Pagamento por rubrica específica da Gratificação Por Produtividade Judiciária (GPJ) Biênio 2018-2019.  
Fonte: Mentorh, 2018-2019.

#### PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO POR PRODUTIVIDADE JUDICIÁRIA - GPJ

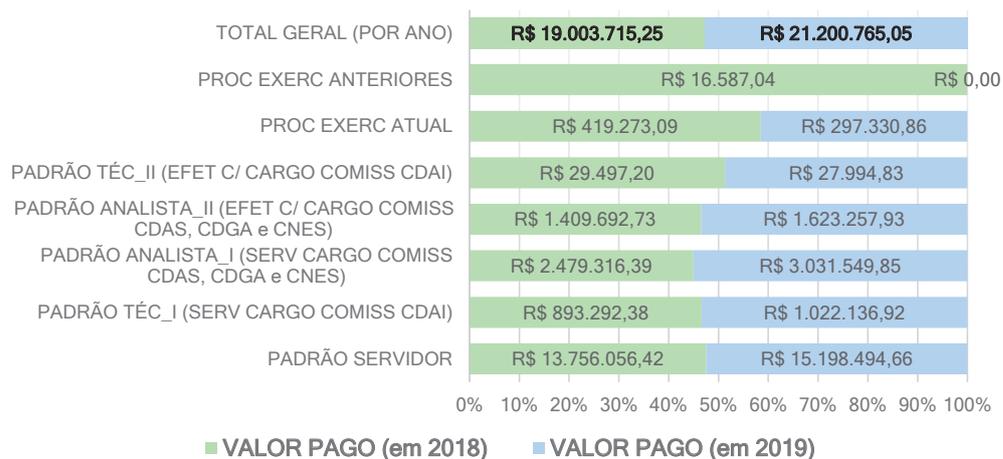


Gráfico 20 - Valores Totais do Pagamento da GPJ, visualizando as rubricas específicas ao Biênio 2018-2019. Fonte: Mentorh; SCO, 2018-2019.

• Acerca do Pagamento da Gratificação Por Produtividade Judiciária (GPJ) ao Exercício Financeiro 2018

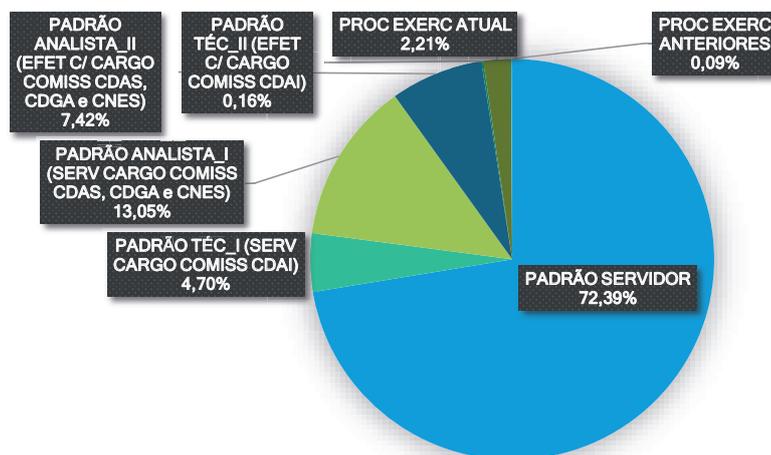


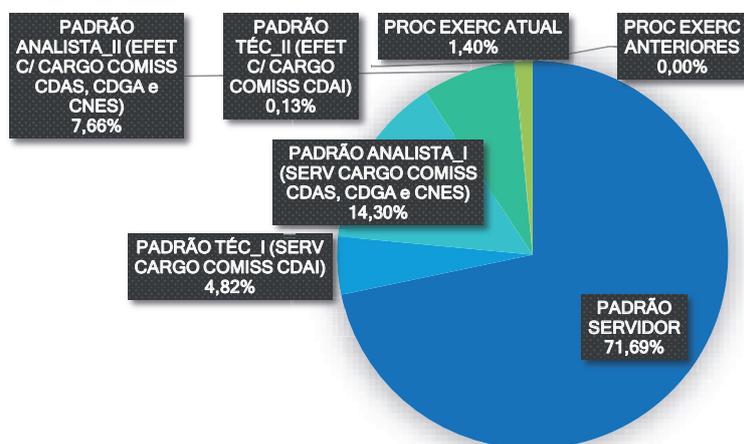
Gráfico 21 - Resultados em porcentagem do Pagamento da GPJ nas rubricas específicas ao ano 2018. Fonte: Mentorh; SCO, 2018.

A maior parte dos créditos (72,39%) concentra-se no pagamento de GPJ aos servidores que recebem a gratificação com base nos vencimentos de seus cargos efetivos, ou seja, nesta apuração, 2.499 servidores. O segundo grupo que concentra maior quantidade de créditos efetuados (13,05%) é o da Rubrica 216, que representou 322 servidores (exclusivamente comissionados) que ocupam cargo em comissão de simbologias CDAS, CDGA e CNES, e que a base de cálculo é o vencimento inicial do Cargo de Analista Judiciário. Seguem-se os grupos das rubricas 217 (7,42%), que são os servidores efetivos que ocupam cargo em comissão de simbologias CDAS, CDGA e CNES e que tem como base, também, o vencimento inicial do Cargo de Analista Judiciário (376 servidores); 215 (4,70%), que são os servidores exclusivamente comissionados que ocupam cargo em comissão de simbologias CDAI, sendo a base de cálculo o vencimento inicial do Cargo de Técnico Judiciário (261 servidores); 414 (2,21%) que representam os processos administrativos de servidores exonerados ou que recorreram

do resultado inicial (81 servidores); 219 (0,16%), que são os servidores efetivos que ocupam cargo em comissão de simbologias CDAI, cuja base de cálculo é o vencimento inicial do Cargo de Técnico Judiciário (19 servidores); e por fim, a rubrica 1414 (0,09%), que representa o pagamento dos processos administrativos referentes a exercícios anteriores de GPJ.

Cabe observação aos resultados apresentados às rubricas 216 e 217, uma vez que a primeira, com quantidade de servidores inferior a segunda, apresentou resultado financeiro superior àquela. A rubrica 217 representa os servidores efetivos que POSSUEM OU EXERCERAM cargos em comissão de simbologia CDAS, CDGA e CNES, no período de apuração da GPJ 2017 (crédito em 2018). Dessa maneira, muitos dos servidores que perceberam a rubrica 217, o fizeram de maneira proporcional, por substituições a ocupantes titulares de cargos com as simbologias citadas e/ou mesmo nomeações por períodos não muito extensos de exercício em cargos dessa natureza, o que gerou, na grande maioria dos casos, pagamentos pro-

• **Acerca do Pagamento da Gratificação Por Produtividade Judiciária (GPJ) ao Exercício Financeiro 2019**



porcionais aos dias de exercício ocupados.

Assim, com valores em sua grande parte de percentuais proporcionais, embora a quantidade de servidores que perceberam a rubrica 217 seja superior à que recebeu a rubrica 216 (com a mesma base de cálculo), resultou em valor financeiro menor pelos motivos antes expostos.

Dessa maneira, apresentou-se os resultados apurados dos valores efetivados referentes à Gratificação por Produtividade Judiciária dos anos de 2017 (crédito em 2018).

A maior parte dos créditos (71,69%) concentra-se no pagamento de GPJ aos servidores que recebem a gratificação com base nos vencimentos de seus cargos efetivos, ou seja, nesta apuração, 2.715 servidores. O segundo grupo que concentra maior quantidade de créditos efetuados (14,30%) é o da Rubrica 216, que representou 394 servidores (exclusivamente comissionados) que ocupam cargo em comissão de simbologias CDAS, CDGA e CNES, e que a base de cálculo é o vencimento inicial do Cargo de Analista Judiciário. Seguem-se os grupos das rubricas 217 (7,66%), que são os servidores efetivos que ocupam cargo em comissão de simbologias CDAS, CDGA e CNES e que tem como base, também, o vencimento inicial do Cargo de Analista Judiciário (429 servidores); 215 (4,82%), que são os servidores exclusivamente comissionados que ocupam cargo em comissão de simbolo-

gias CDAI, sendo a base de cálculo o vencimento inicial do Cargo de Técnico Judiciário (300 servidores); 414 (1,40%) que representam os processos administrativos de servidores exonerados ou que recorreram do resultado inicial (57 servidores); e 219 (0,13%), que são os servidores efetivos que ocupam cargo em comissão de simbologias CDAI, cuja base de cálculo é o vencimento inicial do Cargo de Técnico Judiciário (13 servidores).

**Pagamento de Custeios de Diligências**

Com o advento da Resolução-GP-522019, o Adiantamento de Custeio de Diligências (rubrica 75) e o Acerto de Custeio de Diligência (rubrica 76) passou a ser denominado de Ajuda de Custo de Diligências (rubrica 79) que, segundo o Art.2º da referida Resolução, passou a ser concedida de forma antecipada, no valor fixo mensal de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), ao Oficial de Justiça e ao Comissário da Infância e Juventude para o exercício de seu mister, excluindo, portanto, as faixas estabelecidas na Resolução anterior. Quanto aos casos de substituição de titulares afastados estes serão creditados em rubrica denominada Ajuda de Custo de diligências - Substituição (rubrica 80).

A Resolução-GP-522019 entrou em vigor a partir da data da sua publicação, isto é, 26/08/2019, sendo assim, no mês de setembro/2019 foram feitas as devi-

das adequações quanto ao pagamento das respectivas indenizações, considerando a vigência da Resolução anterior até dia 25/08/2019.

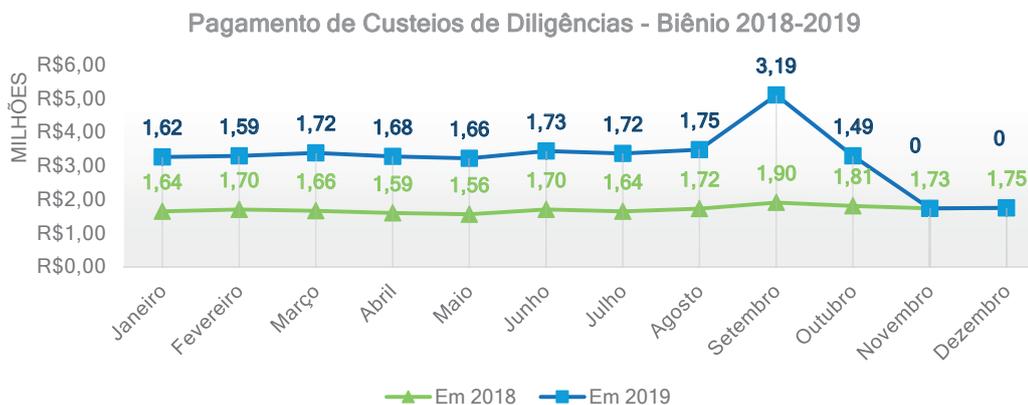
Dessa maneira, no exercício 2018 realizados R\$ 16.836.356,82 (dezesesseis milhões, oitocentos e trinta e seis mil, trezentos e cinquenta e seis reais e oitenta e dois centavos) em despesas de Custeio de Diligências, incluindo todas as modalidades de crédito expostas anteriormente, acrescidas do pagamento de diferença do Acerto de Custeio de Diligências (verbas 376, 377 e 1376). No ano de 2019, até o mês de outubro/2019, já

foram realizados R\$ 18.162.219,49 (dezoito milhões, cento e sessenta e dois mil, duzentos e dezenove reais e quarenta e nove centavos) em despesas de Custeio de Diligências e Ajuda de Custo de Diligências, incluindo todas as modalidades de créditos da Resolução anterior (rubricas 75, 76 e 77) e da nova Resolução (rubricas 79 e 80), acrescidas dos pagamentos de diferenças (verbas 376, 377, 379, 1376 e 1377).

Demonstrando o desempenho geral (e mensal) da despesa de Custeio de Diligências, até outubro/2019, temos:

Mês/ Ano	Pagamento Custeio de Diligências Biênio 2018-2019 Valores (em R\$)	
	Em 2018 (R\$)	Em 2019 (R\$)
Janeiro	1.642.875,84	1.619.904,96
Fevereiro	1.701.916,13	1.588.452,48
Março	1.657.888,79	1.724.517,60
Abril	1.592.217,60	1.681.418,88
Maió	1.556.984,64	1.663.145,76
Junho	1.699.766,88	1.732.685,28
Julho	1.642.604,04	1.718.116,80
Agosto	1.720.791,92	1.753.657,44
Setembro	1.904.562,95	3.194.306,88
Outubro	1.805.201,31	1.486.013,41
Novembro	1.730.503,28	0,00
Dezembro	1.747.103,04	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>20.402.416,42</b>	<b>18.162.219,49</b>

Quadro 8 - Pagamento Custeio de Diligências Biênio 2018-2019 Valores (em R\$). Fonte: Mentorh, 2018-2019.



### Demais Pagamentos ao Biênio 2018-2019

- Pagamento de e Auxílio Bolsa

Informamos que, a partir do mês de setembro/2017, deu-se início ao pagamento de auxílio-bolsa de estudos aos servidores para cursos de gra-

duação e de pós-graduação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, conforme Resolução-GP-12017, no percentual de até 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade, os valores durante o Biênio 2018-2019, seguem detalhados ao gráfico a seguir:

PAGAMENTO DO AUXÍLIO-BOLSA AOS SERVIDORES (BIÊNIO 2018-2019)

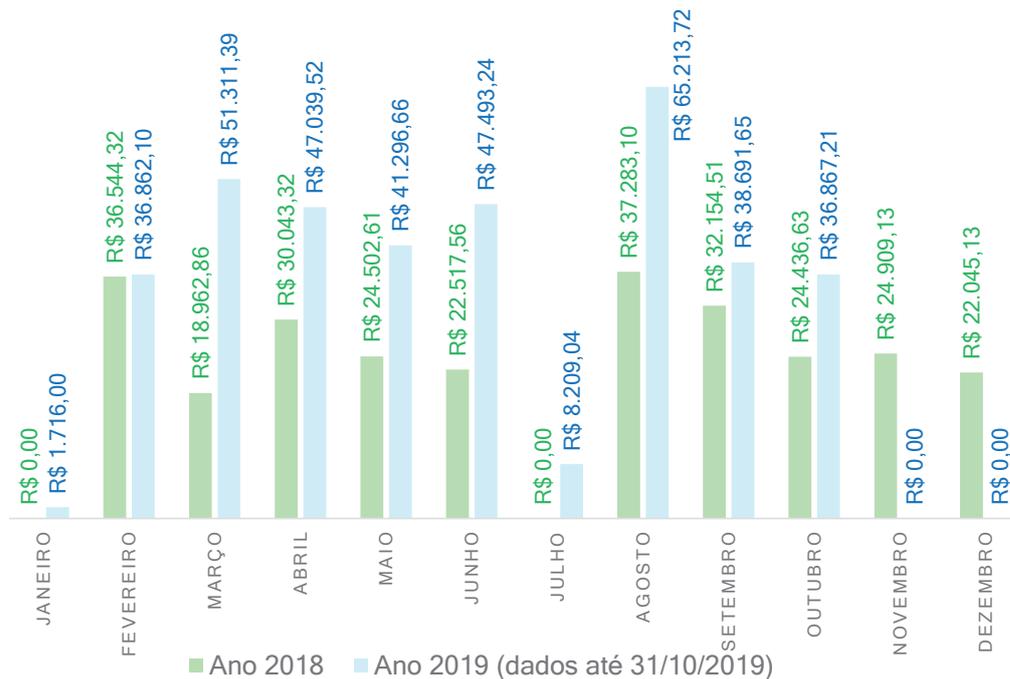


Gráfico 24 - Pagamento do Auxílio-Bolsa aos Servidores Biênio 2018-2019). Fonte: Mentorh 2018-2019.

### Pagamento de e Auxílio Saúde aos Magistrados Ativos/Inativos

Informamos que, a partir do mês de novem-

bro/2017, iniciou-se o pagamento de auxílio-saúde aos magistrados, conforme Resolução-GP-682017, que produziu efeitos a partir de sua publicação, isto é, 16/11/2017, segundo as seguintes faixas etárias:

FAIXAS ETÁRIAS	% INCIDENTE SOBRE SUBSÍDIO
ATÉ 31 ANOS	3,50%
31 A 40 ANOS	5%
40 A 50 ANOS	6%
51 A 60 ANOS	7,50%
ACIMA DE 60 ANOS	10%

Tabela 6 - Percentuais (%) incidentes nos subsídios dos Magistrados

Ressalte-se que ao Pagamento Auxílio-Saúde dos Magistrados Ativos ao Biênio 2018-2019 deu-se da seguinte forma:

Pagamento (R\$) Auxílio-saúde aos magistrados Ativos - Exercício 2018					
MÊS/ANO	DESEMBARGADOR	JUIZ FINAL	JUIZ INTERMEDIÁRIA	JUIZ INICIAL	TOTAL (R\$)
jan/18	67.341,12	225.016,71	145.345,32	79.159,33	516.862,48
fev/18	82.576,67	234.873,36	146.857,83	80.465,59	544.773,45
mar/18	82.576,76	234.873,36	148.782,84	79.159,33	545.392,29
abr/18	82.576,76	237.044,43	148.865,34	80.857,47	549.344,00
mai/18	82.576,76	237.767,39	148.864,84	81.248,84	550.457,83
jun/18	82.576,76	240.770,69	149.187,97	81.640,71	5.554.176,13
jul/18	82.576,76	246.270,71	149.462,98	82.032,58	560.343,03
ago/18	82.576,76	247.066,77	148.225,47	83.338,83	561.207,83
set/18	83.338,44	251.408,89	149.600,47	83.338,83	567.686,63
out/18	83.338,44	255.751,02	148.391,92	82.032,58	569.513,93
nov/18	84.100,22	257.198,39	144.237,97	82.082,58	567.569,16
dez/18	84.557,29	259.369,45	144.787,99	82.424,45	571.139,18
<b>TOTAL</b>	<b>980.712,74</b>	<b>2.927.411,17</b>	<b>1.772.610,94</b>	<b>977.731,12</b>	<b>6.658.465,97</b>

Tabela 7 - Pagamento Auxílio-saúde aos magistrados Ativos - Exercício 2018. Fonte: Mentorh, 2018.

Pagamento (R\$) Auxílio-saúde aos magistrados ativos - Exercício 2019					
MÊS/ANO	DESEMBARGADOR	JUIZ FINAL	JUIZ INTERMEDIÁRIA	JUIZ INICIAL	TOTAL (R\$)
jan/19	98.407,63	310.149,91	174.753,32	91.517,22	674.828,08
fev/19	99.294,18	315.034,82	175.073,37	102.614,83	692.017,20
mar/19	99.294,18	315.203,28	175.849,49	101.094,61	691.441,56
abr/19	99.294,18	311.834,37	175.929,50	102.614,83	689.672,88
mai/19	99.294,18	319.077,53	176.569,60	101.094,61	696.035,92
jun/19	99.294,18	318.134,24	177.385,73	101.094,61	695.908,76
jul/19	99.294,18	342.976,57	177.785,79	99.574,39	719.630,93
ago/19	99.294,18	324.130,89	175.385,44	105.655,27	704.465,78
set/19	99.294,18	324.253,01	175.705,49	115.840,74	715.093,42
out/19	99.294,18	327.710,35	175.705,49	115.840,74	718.550,76
nov/19	992.055,25	3.208.504,97	1.760.143,22	1.036.941,85	6.997.645,29
dez/19	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.984.110,50</b>	<b>6.417.009,94</b>	<b>3.520.286,44</b>	<b>2.073.883,70</b>	<b>13.995.290,58</b>

Tabela 8 - Pagamento Auxílio-saúde aos magistrados Ativos - Exercício 2019. Fonte: Mentorh, 2019.

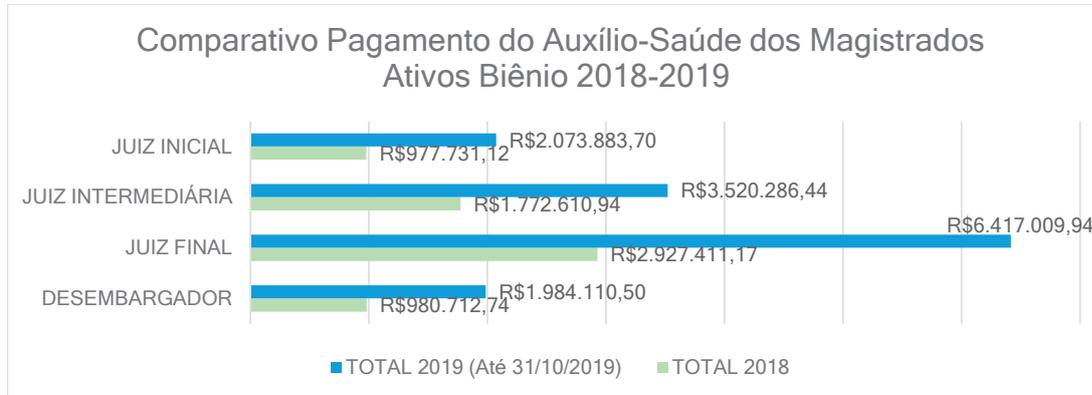


Gráfico 25 - Comparativo Pagamento Auxílio-saúde aos magistrados Ativos - Biênio 2018-2019. Fonte: Mentorh, 2018-2019.

Quanto ao pagamento dos magistrados inativos:

**Pagamento do Auxílio-Saúde dos magistrados inativos Biênio 2018-2019 - Valores em Reais (R\$)**

<i>Período</i>	Em 2018	Em 2019 (Até 31/10/2019)
<i>Janeiro</i>	176.235,82	175.489,39
<i>Fevereiro</i>	183.897,37	224.471,60
<i>Março</i>	179.453,42	201.605,38
<i>Abril</i>	179.598,16	198.855,37
<i>Mai</i>	171.700,58	200.785,21
<i>Junho</i>	174.910,44	200.785,21
<i>Julho</i>	178.239,40	198.855,37
<i>Agosto</i>	175.489,39	198.855,37
<i>Setembro</i>	175.489,39	198.855,37
<i>Outubro</i>	175.489,39	200.785,21
<i>Novembro</i>	175.489,39	-
<i>Dezembro</i>	175.489,39	-
<b>TOTAL (R\$)</b>	<b>2.121.482,14</b>	<b>1.999.343,48</b>

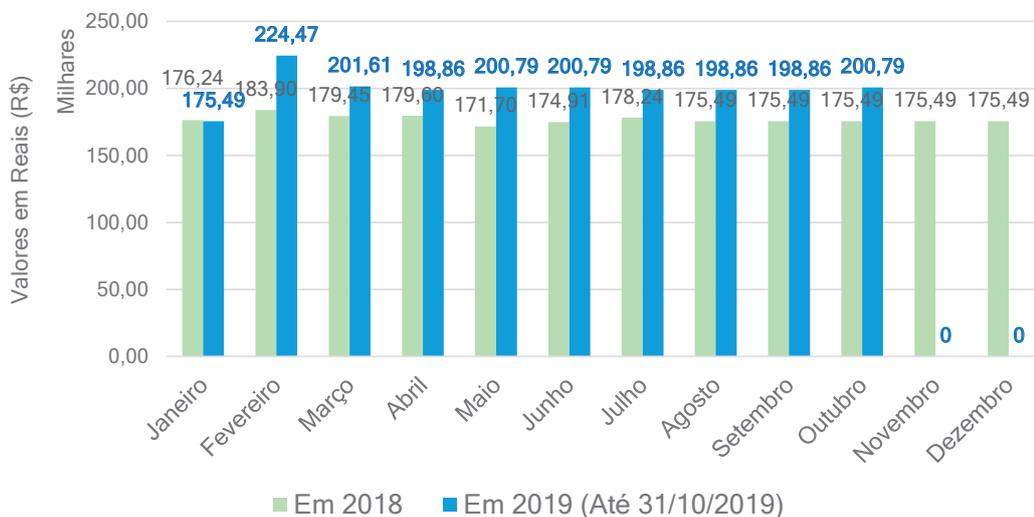


Gráfico 26 - Pagamento do Auxílio-Saúde dos magistrados inativos Biênio 2018-2019. Fonte: Mentorh, 2018-2019.

### Pagamento de abono Pecuniário de Férias aos Magistrados

A partir do mês de Janeiro/2018, iniciou-se o pagamento da conversão, em abono pecuniário, do terço de férias aos magistrados deste Poder, nos termos do Artigo 29 da Lei Complementar nº 188, de 18 de maio de 2017, que determinou os efeitos da referida conversão para férias referentes ao período aquisitivo do ano

de 2018 e dos anos subsequentes.

A atual Presidência deste Poder, editou a Resolução-GP-32018, de 12/01/2018, para fins de regulamentar tal pagamento, sendo que, de janeiro a dezembro/2018, o total geral pago foi de R\$ 8.283.833,42 (oito milhões, duzentos e oitenta e três mil, oitocentos e trinta e três reais, e quarenta e dois centavos), conforme explanado a seguir:

Pagamento de abono Pecuniário de Férias aos Magistrados Exercício 2018					
MÊS/ANO	DESEMBARGADOR	JUIZ FINAL	JUIZ INTERMEDIÁRIA	JUIZ INICIAL	TOTAL (R\$)
jan/18	230.226,17	629.126,86	402.113,67	197.390,17	1.458.856,87
fev/18	121.884,44	578.951,10	365.446,77	81.278,30	1.147.560,61
mar/18	81.256,32	411.698,56	365.446,77	92.889,50	951.291,15
abr/18	67.713,58	283.042,76	122.223,00	23.222,38	496.201,72
mai/18	54.170,86	243.159,46	268.890,60	116.111,86	682.332,78
jun/18	40.628,16	402.531,84	122.223,00	104.500,68	669.893,68
jul/18	0	63.684,62	48.889,20	69.667,11	182.240,93
ago/18	0	0	0	11.611,19	11.611,19
set/18	0	102.924,64	146.667,60	69.667,11	319.259,35
out/18	0	25.731,16	61.111,50	0	86.842,66
nov/18	162.512,58	797.665,96	782.227,20	510.892,14	2.253.297,88
<b>TOTAL</b>	<b>758.392,11</b>	<b>3.538.516,96</b>	<b>2.709.683,91</b>	<b>1.277.230,44</b>	<b>8.283.833,42</b>

Tabela 9 - Pagamento de abono Pecuniário de Férias aos Magistrados Exercício 2018. Fonte: Mentorh, 2018.

Pagamento de abono Pecuniário de Férias aos Magistrados Exercício 2019					
MESES	DESEMBARGADOR	JUIZ ENTRANCIA FINAL	JUIZ ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA	JUIZ ENTRÂNCIA INICIAL	TOTAL
jan/19	157.610,15	359.351,04	368.409,64	162.157,20	1.047.528,03
fev/19	31.522,02	717.204,78	325.736,71	135.131,00	1.209.594,51
mar/19	31.522,02	163.204,76	170.691,72	108.104,80	473.523,30
abr/19	15.761,01	374.324,00	85.345,86	54.052,40	529.483,27
mai/19	-	119.783,68	56.937,24	27.026,20	203.747,12
jun/19	47.283,04	553.999,52	211.942,23	162.157,20	975.381,99
jul/19	31.522,02	74.864,80	113.794,48	54.052,40	274.233,70
ago/19	-	44.918,88	71.122,55	67.565,50	183.606,93
set/19	-	-	85.345,86	27.026,20	112.372,06
out/19	41.250,51	31.522,03	69.699,13	14.972,96	157.444,63
nov/19	-	-	-	-	-
dez/19	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>356.470,77</b>	<b>2.439.173,49</b>	<b>1.559.025,42</b>	<b>812.245,86</b>	<b>5.166.915,54</b>

Tabela 10 - Pagamento de abono Pecuniário de Férias aos Magistrados Exercício 2019. Fonte: Mentorh, 2019.

Totalizações (em R\$) de abono Pecuniário de Férias aos Magistrados Bienio 2018-2019.

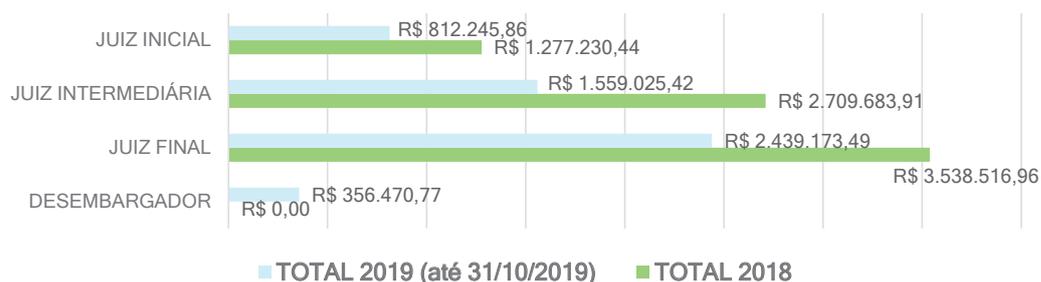


Gráfico 27 - Totalizações (em R\$) de abono Pecuniário de Férias aos Magistrados Bienio 2018-2019. Fonte: Mentorh, 2018-2019.

### Reajustes ao Biênio 2018-2019

- Reajuste de Benefício originado em 2018 (vigência em 2019)

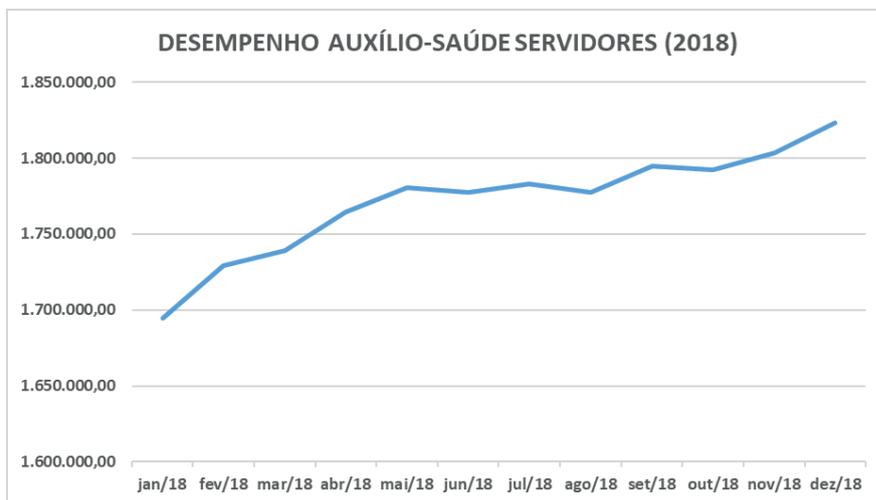
Durante o exercício de 2018, os valores gastos com os benefícios de auxílio-saúde e auxílio-alimentação dos servidores, totalizaram, respectivamente, R\$ 22.260.211,35 (vinte e dois milhões, duzentos e sessenta mil, duzentos e onze reais e trinta e cinco centavos) e R\$ 58.128.471,63 (cinquenta e oito milhões, cento e vinte e oito mil, quatrocentos e setenta e um reais e sessenta e três centavos).

No mês de Janeiro/2018, esta Coordenadoria realizou os reajustes dos benefícios de auxílio-saúde e auxílio-alimentação aos servidores ativos deste Poder, que passaram, respectivamente, de R\$ 332,00 (trezentos e trinta e dois reais) para R\$ 365,00 (trezentos e sessenta e cinco reais) e de R\$ 804,00 (oitocentos e quatro reais) para R\$ 885,00 (oitocentos e oitenta e cinco reais).

Aux. Saúde e Aux. Alimentação - Novos Valores a partir do Exercício Financeiro 2019 Conforme Resolução-GP-78/2018, assinada e produzindo efeitos desde novembro de 2019, o auxílio-saúde e auxílio-a-

limentação dos servidores passou a vigorar, respectivamente, nos valores R\$ 402,00 (quatrocentos e dois reais) e R\$ 974,00 (novecentos e setenta e quatro re-

ais). Os gráficos a seguir demonstram os valores gastos com os benefícios de auxílio-saúde e auxílio-alimentação, a partir de janeiro/2018 (com reajuste):



Auxílio Alimentação - Valores em 2018 Reais (R\$)	
Meses	Em 2018
Janeiro	R\$ 4.834.060,99
Fevereiro	R\$ 4.827.970,53
Março	R\$ 4.841.499,14
Abril	R\$ 4.826.811,43
Mai	R\$ 4.849.122,13
Junho	R\$ 4.846.532,98
Julho	R\$ 4.848.997,11
Agosto	R\$ 4.848.732,46
Setembro	R\$ 4.847.450,22
Outubro	R\$ 4.840.924,83
Novembro	R\$ 4.845.630,58
Dezembro	R\$ 4.870.739,23
<b>Total</b>	<b>R\$ 58.128.471,63</b>

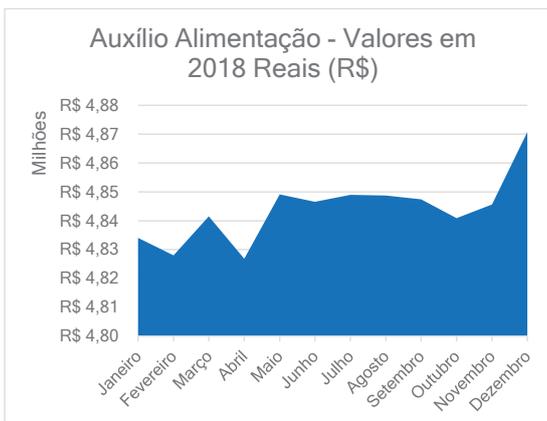


Gráfico 28 - Total Auxílio Alimentação - Valores a partir de 2018 Reais (R\$). Fonte: Mentornh, 2018-2019.

### • Reajuste Inflacionário (R\$ 5,00) em 2018

Ainda no mês de janeiro/2018, foi implantado em folha de pagamento um reajuste de 5% (cinco por cento), concedido aos cargos efetivos, estáveis, funções gratificadas e comissionados deste Poder, por meio da Lei 10.272 de 29 de dezembro de 2017, que produziu efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro/2017.

Quanto ao pagamento dos valores retroativos,

sendo a diferença referente ao mês de dezembro/2017 e à gratificação natalina/2017, este foi realizado no mês de fevereiro/2018, com antecipação do pagamento para o dia 08/02/2018, conforme determinação da Presidência deste Poder.

Os valores da respectiva diferença totalizaram um montante de R\$ 3.711.414,49 (três milhões, setecentos e onze mil, quatrocentos e quatorze reais e quarenta e nove centavos) que, acrescido dos encargos patronais

de R\$ 182.597,75 (cento e oitenta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos), totalizou R\$ 3.894.012,24 (três milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, doze reais e vinte e quatro centavos).

#### • Reajuste Inflacionário (2,94%) em 2019

Ao mês de outubro/2019, foi implantado em folha de pagamento um reajuste de 2,94% (dois e noventa e quatro por cento), concedido aos cargos efetivos, estáveis, funções gratificadas e comissionados deste Poder, por meio da Lei 11.129 de 15 de outubro de 2019, que produziu efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro/2018.

Quanto ao pagamento dos valores retroativos, este foi autorizado em 02 (duas) parcelas, com pagamentos nos meses de outubro e novembro/2019, sendo o pagamento da primeira parcela realizado no dia 23/10/2019, conforme determinação da Presidência deste Poder.

O valor da diferença, referente à primeira parcela, paga em outubro/2019, totalizou um montante de R\$ 6.919.306,23 (seis milhões, novecentos e dezenove mil, trezentos e seis reais e vinte e três centavos).

#### Controles de Risco

Informamos que, com o objetivo de identificar e evitar possíveis erros em folha de pagamento, foram desenvolvidos alguns controles de risco no sistema MentoRH, com automatização de técnicas e implementação do módulo de impacto financeiro. Como exemplo de controle de risco, informamos o envio antecipado do processo de folha de pagamento à Diretoria Financeira, após, à Diretoria de Controle Interno deste Poder, para fins de análise e auditoria, para posterior autorização da Presidência, para pagamento dos servidores e membros deste Poder.

Como determinação de reestruturação no fluxo de pagamento, pelo Conselho Nacional de Justiça, a fim de garantir a segregação de funções, foi solicitada a criação de um módulo, com utilização de senha de validação das alterações manuais em folha de pagamento, assim toda e qualquer alteração realizada em folha de pagamento no que se refere as rubricas de benefícios deverão ser validadas por uma senha MASTER.

#### Coordenadoria de Orçamento

Indicadores Estratégicos da Coordenadoria de Orçamento

Os indicadores estratégicos têm por objetivo a mensuração do alcance dos macro desafios (objetivos A coordenadoria de orçamento tem sob sua responsabilidade o cumprimento das metas 21 Executar 95% dos créditos orçamentários disponibilizados e 23 Garantir 60% de aderência às execuções dos créditos orçamentários disponibilizados, dentro do Objetivo Estratégico 14 Aprimorar a gestão orçamentária e de custos, permitindo a melhor alocação dos recursos e a redução de despesas.

O referido objetivo estratégico contempla as ações orçamentárias visando assegurar recursos que viabilizem as ações e metas necessárias à execução da Estratégia e a melhoria da gestão dos custos, com foco na redução das despesas.

A meta 21 é obtida a partir de indicador que mede o percentual da execução orçamentária em relação ao orçamento aprovado na LOA, acrescido dos créditos abertos, com resultados trimestrais.

Já o indicador da meta 23 mede a relação entre o montante executado e o montante planejado em cada plano interno (PI), relativa às despesas tidas como discricionárias constantes do orçamento aprovado. Por meio dele é possível avaliar anualmente o grau de aderência da execução orçamentária ao planejamento orçamentário formulado pelas unidades administrativas do Tribunal de Justiça do Maranhão.

No dia 27/07/2018, a Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização AGEM realizou a Reunião de Análise da Estratégica RAE relativa a 2018, a fim de apurar o desempenho dos indicadores e o acompanhamento das Metas Estratégicas do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça para o período de 2016-2020.

Os resultados apresentados na citada RAE 2018 foram os seguintes:

- Para a meta 21 : No 1º trimestre de 2018, o resultado alcançado foi de 27,62%. No acumulado dos 02 (dois) primeiros trimestres, o percentual de execução acumulado foi de 51,12%. Como a meta anual é de 95%, isso equivaleria a, aproximadamente, 7,92% de meta mensal. Portanto,

a os seis primeiros meses (ou dois trimestres) a meta planejada seria de 47,52%. Já a meta obtida foi de 51,12%, isto é, superior ao que fora programado. Nesse sentido, acredita-se que até o final do exercício em curso será alcançado o percentual de execução de 95%, relativo à meta 21

- Para a meta 23 : o percentual de aderência apurado foi de 69,19%, excluídas as dotações para despesas obrigatórias (pessoal e precatórios e benefícios a pessoal).

Em 09/05/2019, a AGEM promoveu a RAE relativa a 2019, com os seguintes resultados:

- Para a meta 21 : No 1º trimestre de 2019, o resultado alcançado foi de 19,41%, equivalente a, aproximadamente, 6,47% de meta mensal executada, situando-se abaixo da meta mensal programada de 8,33%

- Para a meta 23 : No primeiro trimestre do exercício de 2019, o percentual de aderência apurado foi de 10,18%, excluídas as dotações para despesas obrigatórias (pessoal e precatórios e benefícios a pessoal).

Os baixos resultados das metas 21 e 23 no 1º trimestre de 2019 decorrem da implantação do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Estado do Maranhão SIGEF/MA, cuja operacionalização ocorreu apenas em 18/02/2019, retardando a disponibilização das dotações e execução das despesas orçamentárias.

### **Planejamento e Gestão Orçamentária (Do novo modelo de gestão à implementação do Sistema e-POP)**

O remodelamento do método de trabalho para elaboração e organização da proposta orçamentária, visando ao aperfeiçoamento dos procedimentos de planejamento e gestão orçamentária realizados no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão, teve início em 2016, culminando na reformulação da estrutura de composição do Plano Interno. O plano interno constitui instrumento gerencial de planejamento e acompanhamento da programação e execução orçamentária de forma quantitativa e qualitativa. Ele vincula os objetivos estratégicos constantes do Planejamento Estratégico ao orçamento, promovendo o alinhamento estratégico do orçamento.

O plano interno é formado por um código de até

11 caracteres, cujas regras de formatação estão dispostas na Portaria GP 1093/2016, de 07 de novembro de 2016, que instituiu a sua utilização obrigatória no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão, e se compõe de três elementos, quais sejam: categoria de programação, agregador de despesas e despesa agregada.

Ainda em 2016, o Tribunal de Justiça realizou contratação de empresa para desenvolvimento de sistema que auxiliasse no processo de elaboração da proposta orçamentária, que abarcasse desde o planejamento das ações tidas como estratégicas até a programação dos valores das demandas orçamentárias das unidades administrativas.

O desenvolvimento do Sistema de Elaboração da Proposta Orçamentária (ePOP) fora concluído somente em 2017, e utilizado, ainda de forma embrionária, para programação das necessidades orçamentárias das unidades administrativas para a proposta de 2018.

O Sistema de Elaboração da Proposta Orçamentária (ePOP) divide-se em dois módulos, que correspondem às fases de elaboração da proposta: planejamento orçamentário e programação orçamentária.

A fase de planejamento orçamentário destina-se ao cadastramento dos objetivos estratégicos constantes do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário e das respectivas ações estratégicas que serão desenvolvidas para alcançá-los.

Nessa fase, as ações criadas pelas unidades administrativas serão vinculadas aos objetivos estratégicos, objetivando o seu alinhamento estratégico, e selecionadas e priorizadas com base em critérios técnicos, estipulados pela Portaria TJ 4554/2018.

Tais critérios técnicos definidos para priorização das ações estratégicas permitem o estabelecimento de uma escala de valoração de pontos para as ações criadas, de modo que seja possível estipular o custo total delas em pontos e a partir daí ranqueá-las, de modo que somente as mais adequadas e suficientes ao atingimento dos objetivos estratégicos serão levadas a cabo.

A fase seguinte, chamada de programação orçamentária, compreende a inserção dos valores das demandas orçamentárias pelos usuários habilitados das unidades administrativas cadastradas no ePOP.

As UAs registram os valores de suas necessidades

orçamentárias nas categorias de programação previamente definidas, as quais estão vinculadas a sua área de competência. É a programação propriamente dita de valores.

### Da Proposta Orçamentária ao Exercício Financeiro 2020

A proposta orçamentária do Tribunal de Justiça foi elaborada em conformidade com os prazos e procedimentos constantes da Lei Complementar Estadual nº 11, de 10/11/1991, com os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO 2020 (Lei Estadual nº 11.077, de 19 de julho de 2019) e observam os comandos legais da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF (Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000), e está adequada às necessidades do Tri-

bunal para o exercício de 2020.

As dotações orçamentárias propostas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão contemplam recursos para as despesas com o pagamento de pessoal e encargos sociais, com a manutenção e funcionamento das atividades administrativas e judiciais e com os investimentos necessários ao desenvolvimento de ações que contribuam para a melhoria e expansão da prestação jurisdicional.

### Destaque do EPOP/ Prop. Orçam. 2020

A proposta orçamentária inicial para o exercício financeiro de 2020 está projetada em R\$ 1.420.959.832,00 (um bilhão, quatrocentos e vinte milhões, novecentos e cinquenta e nove mil e oitocentos e trinta e dois reais)

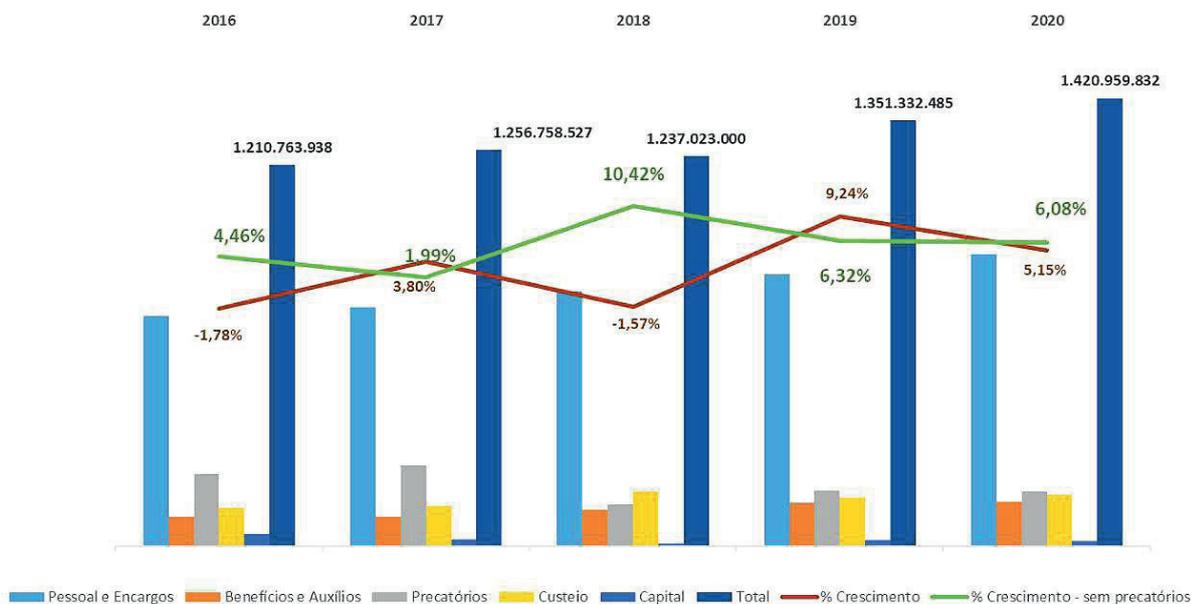


Gráfico 29 - Comparativo das propostas orçamentárias iniciais, considerando a partir do Exercício Financeiro de 2016. Fonte: SCO, 2016 a 2019.

A tabela abaixo apresenta a composição do orçamento proposto, conforme detalhamento acima, em relação à dotação autorizada para o exercício corrente:

Categoria Econômica e Grupo de Despesa	LOA 2019	PROP 2020	Variação Absoluta	Variação (%)
Despesas Correntes	1.329.572.461	1.404.600.770	75.028.309	5,64%
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>848.217.000</i>	<i>927.168.312</i>	<i>78.951.312</i>	<i>9,31%</i>
<i>Outras Despesas Correntes - Exc. Benefícios e Auxílios e Precatórios</i>	<i>166.792.455</i>	<i>162.269.537</i>	<i>- 4.522.918</i>	<i>-2,71%</i>
<i>Benefícios e Auxílios</i>	<i>138.259.734</i>	<i>140.710.515</i>	<i>2.450.781</i>	<i>1,77%</i>
<i>Precatórios</i>	<i>176.303.272</i>	<i>174.452.407</i>	<i>- 1.850.865</i>	<i>-1,05%</i>
Despesas de Capital	21.760.024	16.359.062 -	- 5.400.962	-24,82%
<i>Investimentos</i>	<i>21.760.024</i>	<i>16.359.062</i>	<i>-5.400.962</i>	<i>-24,82%</i>
<i>Inversões Financeiras</i>	-	-	-	-
<b>TOTAL S/PRECATÓRIO</b>	<b>1.175.029.213</b>	<b>1.246.507.425</b>	<b>71.478.212</b>	<b>6,08%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.351.332.485</b>	<b>1.420.959.832</b>	<b>69.627.347</b>	<b>5,15%</b>

Tabela 11 - Orçamento por Categoria e Grupo de Despesa - LOA 2019 X Prop. 2020. FONTE: SCO; EPOP, 2019.

## Planejamento Orçamentário

### Ações Estratégicas 2020

Para a proposta de 2020, a etapa inicial do planejamento orçamentário, quando há a elaboração das ações estratégicas e sua vinculação aos objetivos estratégicos, foi conduzida pela Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização AGEM e pelo Comitê Orçamentário de Primeiro Grau junto às unidades de 1º grau, e pela Diretoria Financeira/Coordenadoria de Orçamento e Comitê Orçamentário de Segundo Grau junto às unidades de 2º grau, com apoio da AGEM.

A análise e discussão das ações estratégicas propostas, a verificação de seu alinhamento estratégico, bem como a seleção e priorização a partir de critérios técnicos, foram realizadas pelos Comitês Orçamentários de Primeiro Grau e de Segundo Grau, com parti-

cipação das áreas técnicas de orçamento e gestão estratégica, em reunião realizada no dia 31/07/2019

Na citada reunião foram analisados os limites orçamentários, calculados com base na legislação orçamentária vigente, e deliberou-se pelas demandas estratégicas das unidades administrativas, priorizando-se (com base na pontuação obtida por cada ação) pelas indispensáveis ao alcance das metas e objetivos estratégicos e institucionais. As demandas orçamentárias não priorizadas para 2020 serão reavaliadas no exercício subsequente. As ações aprovadas entraram na disputa pela disponibilidade de recursos orçamentários, e aquelas não priorizadas para 2020 serão reavaliadas no exercício subsequente. Na tabela abaixo, seguem as ações estratégicas cadastradas pelas unidades administrativas e que foram aprovadas e inseridas na proposta para 2020.

Ação Estratégica	Previsto	Aprovado
PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO, EXECUÇÃO E DINAMIZAÇÃO DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS	600.000,00	300.000,00
REFORMA E ADEQUAÇÃO - ACESSIBILIDADE - FÓRUM DES. SARNEY FILHO	460.000,00	0,00
CONSTRUÇÃO DO SALÃO DO JÚRI DA COMARCA DE SANTA LUZIA DO PARUÁ	600.000,00	600.000,00
PROGRAMA DE PREMIAÇÃO TJMA SUSTENTÁVEL	26.000,00	26.000,00
PROJ. LEI MARIA DA PENHA: CAMINHOS PARA A (RE)CONST. DA CIDADANIA E PAZ FAMILIAR	22.500,00	22.500,00
SEMANA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DA MULHER	58.030,00	58.030,00
PROJETO APRENDENDO COM MARIA DA PENHA NO COTIDIANO	30.000,00	30.000,00
PROJETO CINE MULHER	6.000,00	6.000,00
NÚCLEO DE APOIO ÀS UNIDADES JUDICIAIS (NAUJ)	636.754,04	636.754,04
MÍDIA INDOOR	600.000,00	0,00
REFORMA E ADEQUAÇÃO FÓRUM DA COMARCA DE PEDREIRAS	550.000,00	550.000,00
CONSTRUÇÃO DO SALÃO DO JÚRI DA COMARCA DE CURURUPU	580.000,00	580.000,00
REFORMA E AMPLIAÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE ZÉ DOCA	1.947.716,48	1.947.716,48
REFORMA DO FÓRUM DA COMARCA DE HUMBERTO DE CAMPOS	350.000,00	350.000,00
REFORMA DO FÓRUM DE CAROLINA	400.000,00	400.000,00
REFORMA DO FÓRUM DA COMARCA DE CHAPADINHA	400.000,00	400.000,00
REFORMA E AMPLIAÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA	3.345.075,84	3.345.075,84
MERITOCRACIA	150.000,00	150.000,00
PROJETO VALORIZA MULHER	12.000,00	12.000,00
PROJETO MARIAS EM AÇÃO	40.135,00	40.135,00
QUALIDADE DE VIDA NO JUDICIÁRIO MARANHENSE	688.000,00	300.000,00
RESIDÊNCIA JURÍDICA	3.008.677,50	1.600.000,00
CONSTRUÇÃO DO FÓRUM PADRÃO - 1º VARA E SALÃO DE JÚRI DE PASSAGEM FRANCA	1.900.000,00	1.900.000,00
AUXÍLIO-BOLSA	1.092.000,00	666.457,00
INSTALAÇÃO DE ENERGIA SOLAR EM PRÉDIOS DO TJMA	297.924,00	297.924,00
<b>Total Geral</b>	<b>17.800.812,86</b>	<b>14.218.592,36</b>

Tabela 12 - Ações Estratégicas Aprovadas. FONTE: SCO; EPOP, 2019.

Despesas	2018			
	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
<b>Pessoal</b>	825.874.730,00	814.385.168,76	814.333.151,28	814.333.151,28
<b>Custeio</b>	431.674.409,72	382.592.667,72	358.434.047,86	358.434.047,86
<b>Investimentos</b>	37.446.470,36	22.959.513,36	19.698.565,58	19.698.565,58
<b>TOTAL</b>	<b>1.294.995.610,08</b>	<b>1.219.937.349,84</b>	<b>1.192.465.764,72</b>	<b>1.192.465.764,72</b>

Tabela 13 - Dotação x Despesa Executada - 2018. FONTE: SCO, 2018.

Despesas	2019 (Acumulado até Out)			
	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
Pessoal	875.217.000,00	694.936.050,20	694.693.153,26	694.693.153,26
Custeio	500.787.207,59	292.286.895,49	243.701.555,07	243.630.310,45
Investimentos	49.261.292,04	22.249.775,47	7.256.327,90	7.091.702,90
<b>TOTAL</b>	<b>1.425.265.499,63</b>	<b>1.009.472.721,16</b>	<b>945.651.036,23</b>	<b>945.415.166,61</b>

Tabela 14 - Dotação x Despesa Executada - 2019. FONTE: SCO, 2019.

As despesas com investimentos totalizaram 22.959.513,36 (vinte e dois milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e treze reais e trinta e seis centavos) em 2018 e 22.249.775,47 (vinte e dois milhões, duzentos e quarenta e nove mil, setecentos e setenta e cinco reais e quarenta e sete centavos), assim distribuídos.

Despesas de Capital	2018		
	Empenhado	Liquidado	Pago
<b>Investimentos</b>	<b>22.959.513,36</b>	<b>19.698.565,58</b>	<b>19.698.565,58</b>
<b>Equipamentos e Material Permanente</b>	19.040.716,89	17.914.780,99	17.914.780,99
<b>Obras e Instalações</b>	3.255.983,35	1.234.126,83	1.234.126,83
<b>Outros Serviços de Terceiros - PJ</b>	477.635,36	364.480,00	364.480,00
<b>Material de Consumo</b>	-	-	-
<b>Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ</b>	-	-	-
<b>Demais elementos de despesa do grupo</b>	185.177,76	185.177,76	185.177,76

Tabela 15 - Investimentos Realizados - 2018. FONTE: SCO, 2018.

## Gestão Orçamentária e Financeira

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018 fixou ao Tribunal créditos com dotações no valor total de R\$ 1.237.023.000,00 (um bilhão, duzentos e vinte e três milhões e vinte e três mil reais) para atendimento de suas despesas. Em 2019, a LOA de 2019 consignou dotações no valor de R\$ 1.351.332.485,00 (um bilhão, trezentos e cinquenta e um milhões, trezentos e trinta e dois mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais)

As tabelas abaixo resumem as dotações autoriza-

das e as despesas executadas em 2018 e 2019.

### Da Proposta Orçamentária Atual (Exercício 2019)

A proposta orçamentária do Poder Judiciário para o exercício de 2019 contemplou créditos orçamentários com dotações destinadas ao atendimento das despesas com pessoal e encargos sociais, ao pagamento de benefícios a servidores e magistrados, à manutenção e funcionamento dos serviços administrativos e judiciais e a realização de investimentos para ampliação da estrutura do Poder Judiciário visando à melho-

Categoria/Agregador	1º GRAU	2º GRAU	ADM	TOTAL
<b>Ação Estratégica</b>	17.617.345	782.508	1.434.888	19.834.741
Ação Estratégica	17.617.345	782.508	1.434.888	19.834.741
<b>Auxílios</b>	101.192.809	10.743.873	26.323.052	138.259.734
Assistência Médica e Odontológica	22.555.370	2.700.649	6.217.270	31.473.289
Auxílio Alimentação	45.313.266	5.640.105	18.752.901	69.706.272
Operação dos Serviços Administrativos	11.136.613	1.523.387	0	12.660.000
Operação dos Serviços Judiciais	18.742.671	540.304	264.908	19.547.883
Auxílio Transporte	2.258.651	339.428	1.087.973	3.686.052
Assistência pré-escolar	0	0	0	0
Ajuda de Custo	738.405	0	0	738.405
Auxílio Livro	447.833	0	0	447.833
<b>Decisões Judiciais</b>	0	0	176.303.272	176.303.272
Encargos Judiciários	0	0	176.303.272	176.303.272
<b>Manutenção Geral</b>	80.499.373	18.380.885	54.837.481	153.717.738
Assistência Médica e Odontológica	100.000	0	0	100.000
Correições	511.000	0	0	511.000
Manutenção Extraordinária	0	0	0	0
Manutenção Infra-estrutura Física	32.622.629	2.429.107	22.549.008	57.040.859
Operação dos Serviços Administrativos	24.287.377	8.642.565	25.495.526	58.985.353
Operação dos Serviços de Informática	19.590.587	5.663.224	6.171.119	31.424.930
Reaparelhamento	3.387.780	1.645.989	621.828	5.655.596
<b>Pessoal</b>	559.187.783	126.996.483	177.032.734	863.217.000
Operação dos Serviços Administrativos	33.660.446	13.321.698	177.032.734	224.014.878
Operação dos Serviços Judiciais	525.527.337	113.674.785	0	639.202.122
<b>Total Geral</b>	<b>758.497.310</b>	<b>156.903.749</b>	<b>435.931.427</b>	<b>1.351.332.485</b>

Tabela 17 - Distribuição dos créditos orçamentários iniciais consignados ao Tribunal de Justiça pela LOA para o exercício de 2019

ria da prestação jurisdicional.

Foram propostas dotações cujo montante alcançou o valor final, após tetos orçamentários, de R\$ 1.428.356.726,00 (um bilhão, quatrocentos e vinte e oito milhões, trezentos e cinquenta e seis mil e setecentos e vinte e seis reais), todavia, na fase de consolidação da Proposta pelo Poder Executivo, foram realizados cortes pela Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, os quais reduziram a proposta em 92.024.241,00 (noventa e dois milhões, vinte e quatro mil e duzentos e quarenta e um reais).

Merecem destaque os cortes nas dotações para pessoal e encargos sociais, no valor de R\$ 49.406.739,00 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e seis mil e setecentos e trinta e nove reais); para despesas de custeio, no valor de R\$ 22.617.502,00 (quarenta e dois milhões, seiscentos e dezessete mil e quinhentos e

dois reais); para despesas com investimentos, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões), totalizando 92.024.241,00 (noventa e dois milhões, vinte e quatro mil e duzentos e quarenta e um reais).

Assim, as dotações consignadas ao Tribunal de Justiça pela Lei do Orçamento Anual LOA para o exercício 2019 totalizaram R\$ 1.351.332.485,00 (um bilhão, trezentos e cinquenta e um milhões, trezentos e trinta e dois mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais), após emenda ao PLOA destinada ao orçamento de pessoal deste Tribunal no valor de R\$ 15.000.000,00.

A tabela abaixo apresenta a distribuição dos créditos orçamentários iniciais consignados ao Tribunal de Justiça pela LOA para o exercício de 2019, discriminando se a categoria de programação e agregador de despesas, bem como sua alocação nas unidades judiciárias e administrativas de 1º e 2º grau de jurisdição.

A tabela abaixo detalha a dotação inicial e atualizada e a execução orçamentária e financeira realizada no exercício corrente, no período de 01/01 a 29/10/2019.

Plano Interno	Dotação Inicial	Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago
<b>TOTAL</b>	<b>1.351.332.485,00</b>	<b>1.425.265.499,63</b>	<b>993.213.113,24</b>	<b>929.293.915,32</b>	<b>885.287.357,42</b>
BFEP_ADM	14.310.244,00	14.310.244,00	8.920.163,64	8.920.163,64	8.920.163,64
BFEP_JUDICI	58.612.869,00	58.612.869,00	41.704.835,86	41.704.835,85	41.704.835,85
BCON_RGINSS	32.732.062,00	32.732.062,00	17.233.676,49	17.233.676,39	17.233.676,39
GENCJUDICIT	176.303.272,00	176.303.272,00	51.755.497,12	51.755.497,12	51.755.497,12
BFUNADM	837.782,00	837.782,00	444.568,19	444.568,19	444.568,19
BFUNJUDICI	2.283.723,00	2.283.723,00	1.708.069,78	1.708.069,78	1.708.069,78
FMOD_MEDADM	6.217.270,00	6.217.270,00	2.852.100,26	2.852.100,26	2.852.100,26
FMOD_MEDJUD	25.256.019,00	25.281.019,00	15.512.877,17	15.512.877,17	15.512.877,17
19RCA272	15.000.000,00	-	-	-	-
AIEFAGUAT	460.360,00	460.360,00	360.000,00	333.289,32	333.289,32

AIEFCONDOMT	8.753,00	8.753,00	8.753,00	7.063,61	7.063,61
AIEFLOCIMOT	1.145.111,00	1.145.111,00	978.496,25	732.703,52	732.703,52
AOSAALIMENT	786.579,00	1.377.579,00	983.516,00	696.978,40	690.644,90
AOSAAPOIOT	6.811.589,00	9.558.702,37	6.724.733,29	3.849.160,88	3.849.160,88
AOSAASSINAT	229.658,00	429.658,00	134.770,99	7.990,00	119,85
AOSAAVESPT	2.175.433,00	2.970.433,00	2.322.939,94	1.660.548,18	1.660.548,18
AOSACOMBUST	2.497.284,00	2.497.284,00	2.305.445,59	1.335.839,75	1.335.839,75
AOSACOMUNIT	5.669.913,00	5.669.913,00	5.669.913,00	5.490.418,51	4.895.563,08
AOSACONSUMT	1.693.986,00	3.761.986,00	2.717.619,90	1.887.156,50	1.887.156,50
AOSADIAMEMT	521.950,00	521.950,00	285.088,26	282.190,26	282.190,26
AOSADIARIAT	843.900,00	943.900,00	789.708,40	788.783,50	787.125,70
AOSADIVULGT	62.634,00	62.634,00	35.071,68	30.189,54	30.189,54
AOSAEVENTOT	1.139.312,00	1.269.312,00	1.240.312,00	588.062,00	588.062,00
AOSAGRAVFOT	52.195,00	52.195,00	7.800,00	7.800,00	7.800,00
AOSALOCVEIT	674.359,00	674.359,00	610.706,88	447.614,28	447.614,28
AOSAMANVEIT	2.263.786,00	1.928.786,00	1.660.348,11	937.519,51	937.519,51
AOSAMILITAT	8.298.159,00	8.298.159,00	5.089.064,29	5.087.438,35	5.087.438,35
AOSAPASMEMT	223.395,00	412.395,00	189.000,00	158.676,48	158.676,48
AOSAPASSAGT	446.789,00	601.789,00	600.168,63	488.081,11	488.081,11
AOSASEGUROT	132.627,00	132.627,00	-	-	-
AREAPERMANT	2.552.213,00	861.213,00	860.394,53	860.394,53	860.394,53
BFOL_ADM	150.521.104,00	150.521.104,00	110.584.004,08	110.479.167,31	102.227.046,73
BFOL_JUDICI	563.305.530,00	590.305.530,00	484.431.065,67	484.293.005,61	450.458.855,56
BGPJ_SERVID	23.379.000,00	23.379.000,00	21.570.834,22	21.570.834,22	21.191.085,81
BGRA_MILITA	2.234.686,00	2.234.686,00	1.718.659,52	1.718.659,52	1.547.984,24
<b>Plano Interno</b>	<b>Dotação Inicial</b>	<b>Atualizado</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>	<b>Pago</b>
ETJ_AMPENHA	30.000,00	30.000,00	-	-	-
ETJ_CINEMUL	12.000,00	12.000,00	-	-	-
ETJ_GRCSUST	39.680,00	39.680,00	-	-	-
ETJ_PMPENHA	22.500,00	22.500,00	-	-	-
ETJ_PPMSUST	21.000,00	21.000,00	6.615,00	-	-
ETJ_SEVMUL	58.030,00	58.030,00	-	-	-
FAJUCUSTMAG	738.405,00	738.405,00	299.370,15	299.370,15	299.370,15
FAUX_ALIADM	18.752.901,00	18.752.901,00	10.748.394,73	10.748.394,73	10.748.394,73
FAUX_ALIJUD	50.953.371,00	50.953.371,00	32.825.675,50	32.825.675,50	32.825.675,50
FOSA_MORADI	12.660.000,00	12.660.000,00	3.317,75	3.317,74	3.317,74
FTRA_URBANO	3.686.052,00	3.686.052,00	2.324.252,55	2.324.252,55	2.324.252,55
ECO_DIVULGA	700.000,00	700.000,00	103.600,00	20.720,00	20.720,00
ACORDIAMEMC	190.000,00	110.000,00	76.559,20	76.559,20	76.559,20
ACORDIARIAC	321.000,00	321.000,00	165.498,04	165.495,04	165.495,04

AIEFAGUAC	823.700,00	853.700,00	715.983,00	522.196,67	522.196,67
AIEFLOCIMOC	2.031.360,00	2.031.360,00	1.823.206,99	1.378.500,84	1.378.500,84
AIEFVIGILAC	13.937.037,00	17.046.468,00	16.876.649,50	12.947.651,98	12.947.651,98
AMOMATMEDOC	100.000,00	360.000,00	313.994,59	243.372,39	243.372,39
AOSAALIMENC	1.315.314,00	1.315.314,00	1.242.997,03	1.014.843,93	1.012.843,93
AOSAAPOIOC	500.000,00	420.000,00	299.434,24	290.777,07	290.777,07
AOSACONSUMC	1.219.616,00	229.616,00	107.789,42	107.789,42	107.789,42
AOSADIAMEMC	438.438,00	438.438,00	296.609,60	296.609,60	296.028,60
AOSADIARIAC	242.000,00	242.000,00	171.412,24	171.411,24	166.624,54
AOSAMANMAQC	208.781,00	208.781,00	190.901,49	110.284,10	110.284,10
ECJ_NAUJ	636.754,00	636.754,00	390.537,20	390.537,20	390.537,20
AIEF_OBRARE	1.776.274,00	1.522.274,00	514.535,88	50.930,90	50.930,90
AIEFMANARCF	3.535.411,00	4.260.411,00	3.497.497,10	2.367.839,67	2.367.839,67
AIEFMANELEF	252.529,00	252.529,00	197.623,94	146.976,97	146.976,97
AIEFMANPREF	4.685.100,00	11.876.100,00	8.298.573,38	2.592.299,47	2.584.513,73
EMA_ACAILAN	8.000.000,00	8.000.000,00	162.890,00	-	-
EMC_FPASSFR	2.230.000,00	2.230.000,00	-	-	-
EMC_SICRUPU	760.500,00	760.500,00	-	-	-
EMC_SJLUZIA	702.000,00	702.000,00	-	-	-
AIEFENERGIF	9.288.343,00	10.318.343,00	8.840.000,00	7.125.213,30	7.125.213,30
AIEFLIMPEZF	19.278.231,00	22.468.231,00	22.011.309,76	13.693.453,60	13.267.138,26
AIEFLOCIMOF	378.535,00	378.535,00	359.542,83	176.842,83	176.842,83
AOSAAPOIOF	1.630.420,00	2.330.420,00	1.886.231,50	1.016.500,00	1.016.500,00
AOSACONSUMF	959.611,00	959.611,00	545.707,65	385.766,58	385.766,58
<b>Plano Interno</b>	<b>Dotação Inicial</b>	<b>Atualizado</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>	<b>Pago</b>
AOSACOZINHF	932.915,00	1.565.686,18	936.030,44	679.114,58	679.114,58
AOSADIARIAF	200.000,00	470.000,00	415.810,69	415.810,69	415.810,69
AOSAESTAGIF	3.000.000,00	2.625.491,00	623.700,00	564.362,79	564.362,79
AOSAMANMAQF	202.023,00	202.023,00	197.044,79	129.979,09	129.979,09
AOSAMATIMOF	30.304,00	30.304,00	19.677,40	7.557,40	7.557,40
AOSAMATLIMF	1.416.076,00	1.995.076,00	1.242.441,75	901.137,91	901.137,91
AOSAPASSAGF	216.000,00	900.000,00	216.000,00	-	-
AOSAPETRAIF	50.000,00	50.000,00	19.728,00	14.328,00	14.328,00
AOSATELEFOF	2.072.761,00	1.272.761,00	855.400,71	561.965,80	561.965,80
AOSIAPOIOF	4.800.549,00	7.320.549,00	6.656.306,25	3.075.281,24	3.075.281,24
AOSILOCMQF	4.455.692,00	4.985.692,00	4.979.821,60	910.127,50	910.127,50
AOSIMANDADF	1.243.588,00	1.163.588,00	1.080.911,03	626.764,36	626.764,36
AOSIMANSOFF	7.482.980,00	7.482.980,00	7.404.820,87	4.136.959,82	4.136.959,82
AOSITELEPRF	13.442.121,00	12.722.121,00	12.649.955,00	10.169.039,01	10.154.040,68
AREAAQISOFF	601.019,00	2.201.019,00	1.640.095,85	1.602.466,25	1.602.466,25

AREAINFORMF	640.706,00	6.900.941,23	5.693.155,18	333.879,42	333.879,42
AREALIVROSF	178.185,00	178.185,00	-	-	-
AREAMEDODOF	212.125,00	757.125,00	626.026,64	62.146,64	62.146,64
AREAMOVEISF	300.000,00	3.640.043,55	1.901.768,37	921.177,95	756.552,95
AREAPERMANF	571.348,00	2.350.348,00	827.050,11	526.735,79	526.735,79
EFE_MERITO	210.000,00	210.000,00	-	-	-
EFE_QUAVIDA	280.000,00	315.000,00	296.793,27	130.189,72	130.189,72
EFE_RESDJUR	1.548.458,00	448.458,00	-	-	-
EMR_FZEDOCA	1.575.500,00	-	-	-	-
FAUX_LIVMAG	447.833,00	447.833,00	143.414,98	143.414,98	142.114,98
FOSJJUDICIF	19.547.883,00	20.847.883,00	16.675.906,08	16.675.906,08	16.675.906,08
ERH_INFO	50.000,00	357.000,00	197.844,39	62.908,00	62.908,00
ERH_MAGIDIA	100.000,00	70.000,00	61.340,00	61.340,00	61.340,00
ERH_SERVDIA	100.000,00	238.000,00	78.907,02	78.907,02	78.907,02
ERHMAGIF	457.750,00	457.750,00	364.970,00	192.549,44	169.837,09
ERHSERVF	493.230,00	1.013.230,00	838.260,48	565.793,78	565.793,78
AOSAACOEDUE	65.000,00	105.000,00	68.312,00	68.312,00	67.682,00
AOSADIAMEME	60.000,00	65.000,00	43.154,40	43.154,40	43.154,40
AOSADIARIAE	21.000,00	36.000,00	18.931,36	18.931,36	18.931,36
ERHMAGIE	569.000,00	702.125,04	407.628,56	390.795,84	390.795,84
AOSAPOIOR	250.000,00	250.000,00	200.000,00	57.581,25	57.581,25
AOSARESSARR	7.100.000,00	7.100.000,00	2.748.076,46	2.006.224,00	2.006.224,00
AOSAPOIOS	913.661,00	1.413.661,00	19.999,96	-	-
Plano Interno	Dotação Inicial	Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago
AOSACONSUMS	858.000,00	1.358.000,00	-	-	-
AREAVEICULS	600.000,00	1.600.000,00	917.980,58	-	-
ESE_SEGMAGI	1.238.339,00	2.985.143,26	374.400,00	374.400,00	374.400,00
ERH_BOLS	-	500.000,00	337.833,32	337.833,32	337.833,32
AOSIMATDADF	-	300.000,00	198.339,00	189.659,00	189.659,00
AOSISERDADF	-	300.000,00	143.500,00	137.500,00	137.500,00
AREAVEICULF	-	2.649.000,00	1.493.270,00	1.493.270,00	1.493.270,00
FMODMEDMAGI	-	2.675.000,00	1.808.207,47	1.808.207,47	1.808.207,47
EMC_FPINDAR	-	498.000,00	497.671,52	200.601,87	200.601,87
EMC_SJRAPO	-	335.000,00	334.975,50	236.968,32	236.968,32
EMR_ANEXOVI	-	1.962.000,00	-	-	-
EMR_FROSARI	-	414.000,00	290.789,34	-	-
EMC_FSJBATI	-	73.000,00	54.654,85	53.935,28	53.935,28
EMR_FVMEARI	-	37.000,00	36.079,87	-	-
EMC_FPREDUT	-	199.000,00	198.578,70	173.220,95	173.220,95
AMEXMANMOVF	-	200.000,00	193.993,00	117.550,00	4.137,76

AOSAMATMOVT	-	300.000,00	72.005,00	-	-
AREAINFORMT	-	6.830.000,00	5.797.862,37	366.200,00	366.200,00
AOSACONCURF	-	2.881.000,00	2.880.988,80	2.304.791,04	2.304.791,04
EMR_FZEDOCA	-	1.575.500,00	27.596,18	-	-
ERHSERVE	-	99.000,00	98.191,10	-	-

Tabela 18 - Dotação inicial e atualizada e a execução orçamentária e financeira realizada no exercício corrente, no período de 01/01 a 29/10/2019.



NUPEMEC

*Núcleo Permanente de  
Métodos Consensuais  
de Solução de Conflitos*

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NUPEMEC é órgão responsável pela implantação da Política Judiciária Nacional de tratamento adequado de conflitos, criado pela Resolução CNJ nº 125/2010, com atribuições atualizadas pelo Código de Processo Civil e pela Lei 13.140/2015 (Lei das Mediações).

No Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão o NUPEMEC foi instituído pela Resolução 102011 de 16/11/2012 e atualizada pela Resolução \_\_\_\_\_, estabelecendo a criação de 7 polos de administração, com um Magistrado responsável por cada polo.

Foram aprovadas em 2019 as seguintes normas do TJMA de repercussão nas ações do NUPEMEC:

1. *Portaria-GP 2952019, Institui o programa de atenção ao Consumidor em Situação de Inadimplência pelo Judiciário no Maranhão e a participação de Entidades Públicas e Privadas nas medidas de renegociação de dívidas por intermédio do Balcão de Renegociação.*
2. *Portaria-GP 2922019, Institui o Selo de Reconhecimento Empresa Amiga da Justiça no Maranhão.*
3. *Portaria-GP 3362019, Institui o Selo de Reconhecimento de Município Amigo da Justiça no Maranhão.*

Dentro dos investimentos na busca de solução tecnológica de conflitos, foi desenvolvida a plataforma de Renegociação Digital de Dívidas (<http://site.tjma.jus.br/conciliacao/noticia/sessao/3579/publicacao/425400>). Foram instalados 05 (cinco) novos Centros de Conciliação no ano de 2019: 1º Centro de Conciliação e Mediação em Família de Timon, 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos de Pinheiro, 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos de Pedreiras em parceria com Faculdade de Educação São Francisco, 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos de Igarapé Grande e 8º Centro Judiciário de Solução de Conflito na Comarca de São Luís, funcionando junto ao Juizado Especial Cível do Maracanã.

No ano de 2019 tivemos a conclusão do curso de formação de instrutores de mediação e conciliação, com aproveitamento de \_\_\_\_ instrutores, sendo que esses atuaram para a formação de \_\_\_\_\_ de conciliadores e mediadores, em \_\_\_\_ turmas.

Alguns dos alunos já estão atuando como conciliadores e mediadores, outro grupo está concluindo a formação, com a observância dos novos prazos fixados pelo CNJ, conforme decisão da Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos do CNJ em reunião virtual do dia 05.12.2019.

O TJMA sob a coordenação de seu NUPEMEC, foi anfitrião do IX Fórum Nacional de Mediação e Conciliação, com discussões sobre o uso de meios adequados de solução de conflitos com o Poder Público, sendo recebidos Ministros do STJ, Conselheiros do CNJ, representantes de 25 Tribunais de Justiça, Desembargadores, Juizes, Mediadores e Conciliadores de todo o País, com a presença de representantes do Ministério Público, Advogados, Defensores Público, estudantes universitários de variadas formações, dentre outros.

### **Projeto Conciliação Itinerante**

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão-TJMA, por intermédio de seu Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos-NUPEMEC, iniciou em 04 de abril de 2019, o projeto CONCILIAÇÃO ITINERANTE, deslocando seus serviços para todo o Estado, oferecendo de forma ativa os meios adequados de solução de conflitos no atendimento das pessoas.

Para o aperfeiçoamento do trabalho da Conciliação Itinerante foi essencial o apoio do Tribunal de Justiça com a destinação de recursos humanos e materiais que viabilizasse os trabalhos, além de outras parcerias que contribuam para realização de projeto: O acolhimento imediato pelo Juiz da Comarca, com a homologação judicial dos acordos realizados pelas partes. O acompanhamento da equipe da Ouvidoria, que realiza o atendimento de Advogados e Jurisdicionados para obter a percepção dos membros da sociedade do local sobre o funcionamento do Judiciário, colhendo críticas, elogios, sugestões, pedidos de informações e outros atendimentos que possam contribuir para o melhoramento futuro dos serviços. A coleta de material de identificação de DNA, para fim de reconhecimento científico da paternidade, realizado no laboratório genético do TJMA, bem como o registro de reconhecimento voluntário da paternidade. O auxílio de

CONCILIAÇÃO ITINERANTE EM 2019						
ETAPAS	DATA	AUDIÊNCIAS	ACORDOS	AGENDAMENTOS	COLETAS DE DNA	TOTAL DE ATENDIMENTOS
1ª Etapa – Comarca de Pinheiro	04 e 05/04	35	13	46	2	122
2ª Etapa – Comarcas de São João Batista, Mirinzal, Cururupu, Guimarães e Bacuri	13 a 17/08	332	197	62	34	556
3ª Etapa – Comarca de Loreto, Mirador, Paraibano, São João dos Patos e Buriti Bravo	30/09 a 04/10	147	112	160	43	350
4ª Etapa – Comarca de Santa Helena	22 a 25/10	179	179	32	18	2012
5ª Etapa – Comarca de Vitorino Freire, Brejo de Areia, Altamira do Maranhão e Igarapé Grande	25 a 29/11	143	81	53	17	192
6ª Etapa – Comarcas de Carutapera, Luís Domingues, Cândido Mendes e Godofredo Viana						

acesso e uso das plataformas digitais de resolução de conflitos nas demandas de consumo. A parceria com a Defensoria Pública Estadual – DPE, que faz atendimentos para as demandas não transigíveis, ou que não estejam presentes ambas as partes que possam realizar uma autocomposição. O apoio do Ministério Público, prestando orientações e validando os atos que lhe caiba opinar, acrescenta a celeridade dos trabalhos desenvolvidos durante a itinerância.

#### Balcão de Renegociação de Dívidas

Diante do aumento expressivo do número de consumidores em situação de inadimplência, do comprometimento financeiro das famílias, o programa

de reconhecimento da empresa amiga da Justiça fixou como uma de suas metas o desenvolvimento de ações destinadas à facilitação de renegociação de dívidas, o que teve alcance nas vias pessoais bem como no uso dos meios digitais de comunicação para tal fim.

Ainda por ação do TJMA, além da disponibilidade do meio eletrônico, foi realizado um balcão de renegociação de dívidas com mais 45% de abatimento nas negociações finalizadas ou iniciadas no evento, demonstrando o reconhecimento dos credores sobre as dificuldades vividas pelos consumidores ultrapassando, de forma vantajosa, a provisão de favorecimento de negociações do termo de compromisso dos participantes desse projeto do Tribunal de Justiça.

VII BALCÃO DE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS – SÃO LUÍS		
ATENDIMENTOS	TOTAL DE DÍVIDAS	TOTAL DE ACORDOS
3.189	R\$ 3.607.022,75	R\$ 1.609.142,51

### **Ações do CEJUSC'S**

Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Res 125/2010) ou Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos (art. 165, CPC/2015), são reconhecidos como Unidades Judiciárias de primeiro grau, conforme disposto na Res. CNJ nº 219/2016 com redação trazida pela Res. CNJ nº 282/2019, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição (art. 165, CPC/2015), atuando nas demandas já judicializadas, como nas reclamações ainda não apresentadas em juízo.

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão hoje conta com 07 Centros Judiciários de Solução de Conflitos mantidos ao Tribunal de Justiça do Maranhão e 15 Centros, vinculados a Instituições parceiras, todos com atuação de mediadores e conciliadores devidamente formados ou em formação.

As demandas processuais encaminhada pelas varas e as pré-processuais iniciadas nos próprios Centros, são cadastradas no Sistema Attende, desenvolvido pelo TJMA, permitindo detalhamento sobre a identificação das partes e demais informações sobre o percurso do procedimento, permitindo a análise detalhada, inclusive com aferição de produtividade dos Mediadores e Conciliadores.

No ano 2019, até a data de 11/12, totalizou 26.707 agendamentos de demandas cíveis e de família, tanto processuais como pré-processuais, sendo realizadas 14.393 sessões de mediação e audiências de concilia-

ção, com 6.932 acordos alcançados nessas audiências, chegando a índice geral de resolutividade de 48,16% no ambiente dos Centros de Conciliação.

As demandas processuais são, na sua maioria, encaminhadas na forma do disposto nos art. 16, da Lei 9.099/95, e arts. 334 e 695 do CPC, contudo, uma ação consistente dos gestores dos CEJUSCs vem estimulando a realização de mediação e conciliação durante o curso do processo em regime de mutirões ou pautas específicas, em que grandes litigantes são estimulados a proporem entendimentos para agendamento concentrado de audiências.

### **Levantamento estatístico**

O levantamento feito nesse relatório leva em conta dados colhidos no Sistema Sentinela do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, nas suas versões ATTENDE que coleta os dados de todos os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCs em atividade no Maranhão.

Também foram colhidos dados do módulo da Semana Nacional de Conciliação, cadastrados no sistema Sentinela do TJMA, que eleva para 316 Unidades Judiciais a mensuração da solução adequada de conflitos para um período concentrado e com motivação de uma campanha nacional. O relatório abaixo reflete o levantamento das demandas apresentadas em todos os Centros em atividade no Estado, inclusive nas ações de itinerância, com os seguintes resultados. Resultado das conciliações ocorridas em todos os CEJUSC'S nos anos de 2019 (01.01. a 11.12).

## Geral

<b>RESULTADO DA CONCILIAÇÃO - MARANHÃO</b>		
<b>Nº</b>	<b>DADO</b>	<b>TOTAL</b>
01	Total de Agendamentos (absoluto)	26.707
02	Audiências Realizadas (absoluto)	14.393
03	Audiências Realizadas com Acordo (absoluto)	6.932
04	Audiências Realizadas com Acordo (proporcional)	48,16%
05	Audiências Realizadas sem Acordo (absoluto)	7.461
06	Audiências Realizadas sem Acordo (proporcional)	51,83%
07	Audiências não realizadas (absoluto)	12.314
<b>08</b>	<b>Total em valores (de 01/01/2019 a 11/12/2019)</b>	<b>R\$ 34.374.323,54</b>

## Processuais

<b>Nº</b>	<b>DADO</b>	<b>TOTAL</b>
01	Total de Agendamentos (absoluto)	11.862
02	Audiências Realizadas (absoluto)	7.198
03	Audiências Realizadas com Acordo (absoluto)	1.715
04	Audiências Realizadas com Acordo (proporcional)	23,82%
05	Audiências Realizadas sem Acordo (absoluto)	5.483
06	Audiências Realizadas sem Acordo (proporcional)	76,16%
07	Audiências não realizadas (absoluto)	4.664
08	Total em valores (de 01/01/2019 a 11/12/2019)	R\$ 12.100.227,07

## Processuais Cíveis

<b>Nº</b>	<b>DADO</b>	<b>TOTAL</b>
01	Total de Agendamentos (absoluto)	8.961
02	Audiências Realizadas (absoluto)	5.598
03	Audiências Realizadas com Acordo (absoluto)	682
04	Audiências Realizadas com Acordo (proporcional)	12,18%
05	Audiências Realizadas sem Acordo (absoluto)	4.916
06	Audiências Realizadas sem Acordo (proporcional)	87,81%
07	Audiências não realizadas (absoluto)	3.363
08	Total em valores (de 01/01/2019 a 11/12/2019)	R\$ 8.087.331,66

## Processuais Família

<b>Nº</b>	<b>DADO</b>	<b>TOTAL</b>
01	Total de Agendamentos (absoluto)	2.785
02	Audiências Realizadas (absoluto)	1.569
03	Audiências Realizadas com Acordo (absoluto)	1.027
04	Audiências Realizadas com Acordo (proporcional)	65,45%
05	Audiências Realizadas sem Acordo (absoluto)	542
06	Audiências Realizadas sem Acordo (proporcional)	34,54%
07	Audiências não realizadas (absoluto)	1.216
08	Total em valores (de 01/01/2019 a 11/12/2019)	R\$ 3.684.765,96

### Pré-Processuais

Nº	DADO	TOTAL
01	Total de Agendamentos (absoluto)	14.769
02	Audiências Realizadas (absoluto)	7.217
03	Audiências Realizadas com Acordo (absoluto)	5.231
04	Audiências Realizadas com Acordo (proporcional)	72,48%
05	Audiências Realizadas sem Acordo (absoluto)	1.986
06	Audiências Realizadas sem Acordo (proporcional)	14,33%
07	Audiências não realizadas (absoluto)	7.679
08	Total em valores (de 01/01/2019 a 11/12/2019)	R\$ 22.784.121,69

### Pré-Processuais Cíveis

Nº	DADO	TOTAL
01	Total de Agendamentos (absoluto)	9.819
02	Audiências Realizadas (absoluto)	3.759
03	Audiências Realizadas com Acordo (absoluto)	2.204
04	Audiências Realizadas com Acordo (proporcional)	58,63%
05	Audiências Realizadas sem Acordo (absoluto)	1.555
06	Audiências Realizadas sem Acordo (proporcional)	41,36%
07	Audiências não realizadas (absoluto)	6.190
08	Total em valores (de 01/01/2019 a 11/12/2019)	R\$ 11.597.982,36

### Pré-Processuais Família

Nº	DADO	TOTAL
01	Total de Agendamentos (absoluto)	4.635
02	Audiências Realizadas (absoluto)	3.444
03	Audiências Realizadas com Acordo (absoluto)	3.017
04	Audiências Realizadas com Acordo (proporcional)	87,60%
05	Audiências Realizadas sem Acordo (absoluto)	427
06	Audiências Realizadas sem Acordo (proporcional)	12,39%
07	Audiências não realizadas (absoluto)	1.248
08	Total em valores (de 01/01/2019 a 11/12/2019)	R\$ 11.182.818,33

### Itinerante

Nº	DADO	TOTAL
01	Total de Agendamentos (absoluto)	632
02	Audiências Realizadas (absoluto)	433
03	Audiências Realizadas com Acordo (absoluto)	248
04	Audiências Realizadas com Acordo (proporcional)	57,3%
05	Audiências Realizadas sem Acordo (absoluto)	185
06	Audiências Realizadas sem Acordo (proporcional)	42,7%
07	Audiências não realizadas (absoluto)	199
08	Total em valores (de 01/01/2019 a 11/12/2019)	R\$ 535.605,99

<b>PAUTAS ESPECÍFICAS</b>				
<b>EMPRESAS</b>	<b>AGENDAMENTOS</b>	<b>REALIZADAS</b>	<b>ACORDOS</b>	<b>VALORES</b>
I de Jesus Oliveira Veras	621	614	144	R\$ 358.186,00
J Feitosa da Silva Filho	387	363	90	R\$ 224.204,81
J Gonçalves dos Santos Filho E Cia Ltda.	51	51	2	R\$ 348.214,49
A Renovar	318	318	45	R\$ 223.986,34
Briffes	269	268	86	R\$ 39.109,23
Joao Soares Costa	111	111	44	R\$ 19.559,27
Elisângela Costa Trindade	209	209	65	R\$ 24.787,97
Bradesco	116	114	1	R\$ 58.000,00
Itau	34	32	0	R\$ 0
Banco do Brasil	22	21	1	R\$ 6.500,00
Bradesco Saúde	16	16	0	R\$ 0
Cassi	68	62	25	R\$ 193.025,12
Geap	4	4	1	R\$ 5.237,67
Oi	230	216	51	R\$ 213.921,42
Tim	246	233	38	R\$ 35.786,37
Net	361	335	83	R\$ 789.596,65
Sá Cavalcante	2	2	1	R\$17.700,00
Cemar	115	54	22	R\$ 85.942,21
Caema	3	3	0	R\$ 0
Ceuma	534	519	48	R\$ 273.057,41
<b>TOTAL</b>	<b>3.768</b>	<b>3.596</b>	<b>749</b>	<b>R\$ 3.265.029,45</b>

### **Semana Nacional de Conciliação:**

Na Semana Nacional de Conciliação, ocorrida em 2019, o Judiciário Maranhense atuou das seguintes formas, na organização das pautas de audiências:

- 1 - As unidades judiciais escolheram os processos passíveis de serem apresentados em audiência de conciliação e comunicaram formalmente às partes que criaram o litígio;
- 2 - As empresas indicaram processos com pro-

postas reais de acordo. Dentre estes, os que tramitavam em Varas Cíveis de São Luís foram realizadas pelo 1º Centro de Conciliação-Fórum, e os das demais unidades foram encaminhadas através de lista para realização das próprias unidades onde tramitam;

- 3 - Os cidadãos que manifestaram interesse em resolver seu caso via conciliação, e solicitaram a inclusão em pauta.

<b>AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA CONCILIAÇÃO - SNC</b>	
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS	18.509
PARTICIPANTES (MAGISTRADOS)	316
PARTICIPANTES (JUÍZES LEIGOS)	15
PARTICIPANTES (CONCILIADORES)	532
PARTICIPANTES (COLABORADORES)	1529
EVENTOS PARALELOS	42

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA CONCILIAÇÃO - SNC						
TIPO	PRÉ-PROCESSUAIS	PROCESSUAIS (art. 334 CPC)	OUTRAS FASES DO PROCESSO	2º GRAU	CRIMINAIS	TOTAL
Audiências de conciliação designadas	3369	4451	1570	0	503	9459
Audiências de conciliação realizadas	3016	4.008	1.514	0	412	8507
Acordos homologados	631	854	180	0		1646
Prop. Acordos homologados	20,92%	21,30%	11,40%	----	----	----
Soma total dos valores homologados	R\$ 511.452,24	R\$ 1.430.713,13	R\$ 482.016,33	R\$ 0,0	0	R\$ 2.414.881,70
Sentenças homologatórias de transação penal	-----	-----	-----	-----	174	174
Composição civil	-----	-----	-----	-----	108	108

### Análise do levantamento

A primeira grande notícia é o aumento significativo do volume de agendamentos e resultados, o que confirma a credibilidade das pessoas quanto à conciliação, não apenas nas demandas processuais, muito impulsionadas pela fase obrigatória do art. 334 do CPC e do pouco uso de meios eletrônicos de diálogos antecedentes à judicialização, o que dispensaria a repetição dos atos, mas pelo aumento das demandas pré-processuais, cujos resultados positivos são expressivos, apontando a necessidade de estímulo dos Magistrados ao uso desse mecanismo como antecedente à judicialização, prática que se vê absorvida por parcela significativa da sociedade, repercutindo na redução da distribuição processual em 2019, seguindo o ritmo de 2018.

Elevando número de procura na área da família, com maior volume nas demandas pré-processuais que as demandas judicializadas reafirmam a percepção dos Legisladores que, ao preverem a mediação familiar, estabeleceram a regra de não acompanhamento da pe-

tição inicial na citação, reduzindo eventual atrito que prejudicaria a solução consensual, também servindo para que se discuta a necessidade de uma tentativa de conciliação antecedente à judicialização.

Igual conclusão se chega nos encaminhamentos pelas Varas Cíveis por força legal (art. 334, CPC), com maior evidências nas relações de consumo em que a parte demandada tem sede fora da comarca ou do estado, onde prepostos e patronos quarterizados comparecem apenas para dizer que não possuem proposta de acordo. Para esses casos o melhor seria a superação das audiências presenciais de conciliação pelo uso de sistema de comunicação à distância, que viabilize o contato com pessoa da empresa apta para uma solução da demanda, inclusive antes do ajuizamento da ação.

Outras medidas aplicáveis é o estímulo às pautas concentradas com agendamento pactuado com os litigantes habituais e aplicação da multa por violação à dignidade da Justiça (art. 334, § 8º, CPC), quando o comparecimento for limitado a declarar ausência de propostas, pois pouparia os recursos do Estado e o

espaço do atendimento ao cidadão manifestando-se previamente pela dispensa da audiência, além de pôr em descrédito o investimento pela cultura de paz. O

impacto de não realização de audiências, também, traz prejuízo ao nosso trabalho, problema que, para cada motivação, deve-se tomar uma atitude apropriada:

Nº	PROBLEMÁTICA	SUGESTÃO DE SOLUÇÃO
01	Agendamento de mutirão pré-processual por empresas que buscam recuperação de crédito.	Cobrança de taxa pôr cada demanda proposta. Recomendação de uso do Balcão de Renegociação Digital
02	Deficiência no recebimento de cartas-convite e ausência dos Reclamados nas sessões Pré-Processuais	Melhoramento na confirmação dos endereços. Maior cobrança dos Correios. Inclusão de parceiros no sistema de chamamento por via eletrônica
03	Ausência dos Reclamantes nas sessões Pré-Processuais	Cadastramento de meio eletrônico de confirmação automática da agenda de audiência próximo do dia do ato, com pedido de confirmação de presença. Cadastramento de informação de solução extra-processual alcançada, como forma de justificativa de não comparecimento.
04	Ausência das Partes nas sessões Pré-Processuais de demandas interpessoais	Confirmação de necessidade de horário alternativo para realização das sessões. Uso de instrumentos do sistema móvel de telefonia para superação do impedimento de deslocamento.

Com relação à Semana Nacional de Conciliação, a prática cotidiana das tentativas de solução consensual das demandas inclusive extrajudiciais por atuação direta das empresas demandas ou agentes de conciliação digital, a condução das audiências por pessoas nem sempre formadas pelo NUPEMEC para atuação como conciliadores e mediadores, o agendamento sem provocação por qualquer das partes com intuito de entendimento sobre o fim da demanda, justificam o baixo índice de resolutividade, mesmo com a inclusão das audiências de família.

### Projeto Conciliação Itinerante

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão-TJMA, por intermédio de seu Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos-NUPEMC, iniciou em 04 de abril de 2019, o projeto CONCILIAÇÃO ITINERANTE, deslocando seus serviços para todo o Estado, oferecendo de forma ativa os meios adequados de solução de conflitos no atendimento das pessoas.

Para o aperfeiçoamento do trabalho da Conciliação Itinerante foi essencial o apoio do Tribunal de Justiça com a destinação de recursos humanos e materiais

que viabilizasse os trabalhos, além de outras parcerias que contribuem para realização de projeto: O acolhimento imediato pelo Juiz da Comarca, com a homologação judicial dos acordos realizados pelas partes. O acompanhamento da equipe da Ouvidoria, que realiza o atendimento de Advogados e Jurisdicionados para obter a percepção dos membros da sociedade do local sobre o funcionamento do Judiciário, colhendo críticas, elogios, sugestões, pedidos de informações e outros atendimentos que possam contribuir para o melhoramento futuro dos serviços. A coleta de material de identificação de DNA, para fim de reconhecimento científico da paternidade, realizado no laboratório genético do TJMA, bem como o registro de reconhecimento voluntário da paternidade. O auxílio de acesso e uso das plataformas digitais de resolução de conflitos nas demandas de consumo. A parceria com a Defensoria Pública Estadual – DPE, que faz atendimentos para as demandas não transigíveis, ou que não estejam presentes ambas as partes que possam realizar uma auto-composição. O apoio do Ministério Público, prestando orientações e validando os atos que lhe caiba opinar, acrescenta a celeridade dos trabalhos desenvolvidos durante a itinerância.

CONCILIAÇÃO ITINERANTE EM 2019						
ETAPAS	DATA	AUDIÊNCIAS	ACORDOS	AGENDAMENTOS	COLETAS DE DNA	TOTAL DE ATENDIMENTOS
1ª Etapa – Comarca de Pinheiro	04 e 05/04	35	13	46	2	122
2ª Etapa – Comarcas de São João Batista, Mirinzal, Cururupu, Guimarães e Bacuri	13 a 17/08	332	197	62	34	556
3ª Etapa – Comarca de Loreto, Mirador, Paraibano, São João dos Patos e Buriti Bravo	30/09 a 04/10	147	112	160	43	350
4ª Etapa – Comarca de Santa Helena	22 a 25/10	179	179	32	18	2012
5ª Etapa – Comarca de Vitorino Freire, Brejo de Areia, Altamira do Maranhão e Igarapé Grande	25 a 29/11	143	81	53	17	192
6ª Etapa – Comarcas de Carutapera, Luís Domingues, Cândido Mendes e Godofredo Viana						

### Mediação digital

O Sistema de Mediação e Conciliação Digital, é uma ferramenta eletrônica de comunicação, de uso gratuito e voluntário, destinada exclusivamente à aproximação virtual de envolvidos em um conflito, a fim de oferecer rápida comunicação, linguagem positiva e respostas breves, possibilitando que participantes de

lugares diversos, interligados pelo sistema on-line, estabeleçam uma solução à divergência de forma ponderada, ágil e econômica.

A sala de Conciliação e Mediação Digital está instalada no prédio sede do TJMA, para atendimento ao público, incentivando a prevenção de litígios, bem como com a disseminação da cultura da paz.

MEDIÇÃO DIGITAL		
MÊS	ATENDIMENTOS	AGENDAMENTOS
Janeiro	8	5
Fevereiro	12	6
Março	12	5
Abril	16	4
Maiο	20	5
Junho	14	3
Julho	17	6
Agosto	16	1
Setembro	21	5
Outubro	21	9
Novembro	18	6
Dezembro		
<b>TOTAL</b>	<b>175</b>	<b>55</b>

FORAMEC - IX Fórum Nacional de Mediação e Conciliação - De 19 e 20 de Setembro de 2019.

O Encontro Nacional de Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NUPEMECs e dos Centros Judiciais de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCs, que deu origem ao Fórum Nacional de Mediação e Conciliação – FONAMEC, tem como objetivo promover discussões e levantar boas práticas para aprimorar o exercício das funções desempenhadas por seus integrantes, buscando aperfeiçoar cada vez mais os métodos consensuais de solução de conflitos por meio do intercâmbio de experiências<sup>1</sup>.

Em cada encontro um tema central é estabelecido, sendo debatidas experiências e perspectivas de ações que permitam a solução adequada de conflitos sobre o tema escolhido.

Para o Encontro do Maranhão o tema proposto foi: Solução adequada de conflitos pelo Poder Público.

Sendo o Poder Judiciário do Estado do Maranhão o anfitrião desse IX FONAMEC, recepcionou os Gestores da Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos, como também mobilizou os segmentos que possuem direto interesse ou impacto com o trato das questões públicas pela via alternativa, como o Governo do Estado, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Ministério Público, a OAB e outras entidades que se associaram no enriquecimento dos debates.

Nessa edição contamos com a presença de Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, Ministros e um público de em média 1.000 pessoas, nos dois dias de realização.



**Poder Judiciário do Maranhão**  
**Tribunal de Justiça**